

PANDEMIA E TERRITÓRIO

Territórios quilombolas, Território da segurança pública, Territórios da enfermagem, Territórios de comunidades de fundos e fechos de pasto, de pescadores, de assentados, de *raizales* e de comunidades atingidas por mineração e Território da ciência

Volume II

PANDEMIA E TERRITÓRIO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Jordeanes do N. Araújo
Roque de Barros Laraia	Eliana Teles
Otávio Velho	Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira
João Pacheco de Oliveira	Maria Alice da Silva Paulino
Henri Acselrad	Karapãna
Ilka Boaventura leite	Jardeline dos Santos Costa, Kokama
Claudia Puerta Silva	Alicia Dorado Rosales
Jesús Alfonso Flórez López	Álvaro Ipuana Guariyü
Aurélio Vianna Jr	Ana Isabel Márquez Pérez
John Comerford	Isabela do Amaral Sales
José Sergio Leite Lopes	Rita Neves
Marcia Anita Sprandel	Silvia Zaccaria
Patrícia Maria Portela Nunes	Bruna Cigaran da Rocha
Cynthia Carvalho Martins	Selma Solange Monteiro Santos
Emmanuel de Almeida Farias Júnior	Edielso Barbosa dos Santos
Ana Pizarro	Edvando Jesus Vieira
Ana Carla dos Santos Bruno	Elaíze Farias
Altaci Corrêa Rubim	Elionice Conceição Sacramento
Maria Fernanda Salcedo Repolês	Esteban Torres Muriel
Oswaldo Martins de Oliveira	Estefanía Frías Epinayú
Ricardo Verdum	Fatima Epieyú
Vânia Fialho	Suellen Andrade Barroso
Raphaelle Servius-Harmois	Sandro José da Silva
Glademir Sales dos Santos	Esmael Siqueira Rodrigues
Raquel Mombelli	Gardenia Ayres
Jurandir Santos de Novaes	Gean de Almeida
Txai Terri Vale de Aquino	Hosana Santos
Luiz Antonio de Castro Santos	Ilana Magalhães
André Luiz Freitas Dias	Roberto Carlos Amaya Epiayú
Claudina Azevedo Maximiano	Uta Grunert
Franklin Plessmann de Carvalho	Davi Pereira Junior

Clayton de Souza Rodrigues
Ítala T. Rodrigues Nepomuceno
Vinícius Cosmos Benvegnú
Eriki Aleixo de Melo
Reginaldo Conceição da Silva
Marcos Alan Costa Farias
Murana Arenillas Oliveira
Nicolas A. Victorino R.
Elielson Pereira da Silva
Riccardo Rella
Whodson Silva
Aline Radaelli
Danilo da Conceição Serejo Lopes
Gilberta Acselrad
Felipe Pereira Jucá
Ernandes Herculano Saraiva
Guilherme José Sette Junior
Angelisson Tenharin
José Roberto Jesus da Silva Cravo
Poliana Nascimento
Ariene dos Santos Lima
Geoclebson Pereira
Jeane Sacramento
José Luís Souza de Souza
José Omir Siqueira
Juliane Gomes de Souza
Luan Arruda
Bruno Lopes do Nascimento
Cândido Firmiano
Lucas Antônio Macedo
Luiza dos Santos Reis
Marcelo Horta Messias Franco

Maria Delma Portilho Brito
Maria Jaidene Pires
Max José Costa e Costa
Ana Moura
Maxwell Marques Mesquita
Anthony Lisboa
Miguel Ramírez Boscán
Sandro Henrique Lôbo
Nelson Ramos Bastos
Maria da Penha Silva
Quênia Barreto da Silva
Jakeline Romero Epiayú Manuel
Moura
Rafael Matos
Francisca Gárdina dos Santos Lima
Roberto Mendonça
Rosamaria Santana Paes Loures
Rosângela Brito
Flávia Vieira
Glebson Vieira
Taisa Lewitzki
Thiago Alan Guedes Sabino
Tiane Souza
Uine Lopes de Andrade
Peppe Assurini
Vânia Conceição Sacramento
Walter Calado
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN
ERIKI ALEIXO DE MELO

PANDEMIA E TERRITÓRIO

Territórios quilombolas, Território da segurança pública, Territórios da enfermagem, Territórios de comunidades de fundos e fechos de pasto, de pescadores, de assentados, de *raizales* e de comunidades atingidas por mineração e Território da ciência

Volume II

2020

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de
Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–
Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –
FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -
Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de
Milano-
Bicocca

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

Capa: Phillipe Teixeira

Diagramação: Phillipe Teixeira

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território, Volume 2: Territórios quilombolas, Território da segurança pública, Territórios da enfermagem, Territórios de comunidades de fundos e fechos de pasto, de pescadores, de assentados, de raizales e de comunidades atingidas por mineração e Território da ciência / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

476 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Gustavo Pereira da Costa..... 31

APRESENTAÇÃO GERAL

Rosa Acevedo

Eriki Aleixo

Alfredo Wagner..... 33

Análise do Veto 27, de 2020 - Plano Emergencial para enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas e Medidas de Apoio a Diversas Comunidades

Marcia Anita Sprandel..... 79

VOLUME I

PARTE I 97

TERRITÓRIOS DAS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS 99

Pandemia e Território: Cooperação e Disputas

Aurélio Vianna Jr...... 101

“Fique em casa!” Mobilidade, Mobilização e Território na Pandemia

John Comerford..... 137

TERRITÓRIOS DE GUERRA, DESASTRES E POLÍTICAS
ECONÔMICAS 153

Micro-organismos e macro desastres humanos em nossos tempos

Luiz Antonio de Castro Santos..... 155

Pandemia, Guerra y Ditadura

Jesús Alfonso Flórez López..... 163

A microbiologia cega do capitalismo

Henri Acselrad..... 173

Economia neoliberal e Covid-19	
<i>Riccardo Rella</i>	179
Crônicas da Itália nos tempos do Coronavírus	
<i>Silvia Zaccaria</i>	195
Alemanha entre o encerramento e a descontração	
<i>Uta Grunert</i>	198
TERRITÓRIOS INDÍGENAS	201
Lábrea e o “Novo Coronavírus”: biopolítica e os impactos do isolamento social para os povos e comunidades tradicionais no Médio Purus, AM	
<i>Claudina Azevedo Maximiano</i> <i>Marcelo Horta Messias Franco</i>	203
Pandemia e desterritorialização: biopolítica da desregulamentação e efeitos sobre os Povos Indígenas da Volta Grande do Rio Xingu, PA	
<i>Selma Solange Monteiro Santos</i>	239
Epidemias, Território e Povos Indígenas: Contribuição a uma Antropologia Histórica Crítica	
<i>Ricardo Verdum</i>	265
O Covid-19 nos Territórios Indígenas do Acre	
<i>Txai Terri Vale de Aquino</i>	283
Pandemia e Territórios Indígenas em Roraima	
<i>Eriki Aleixo</i> <i>Ariene dos Santos Lima</i>	287
¿Biopolítica/Necropolítica? Covid-19: un posible análisis de situaciones y acciones de los pueblos tradicionales frente a la pandemia en la triple frontera del Amazonas/Alto Solimões	
<i>Reginaldo Conceição da Silva</i> <i>Nicolas A. Victorino R</i>	315

A expropriação territorial e o Covid-19 no Alto Tapajós, PA <i>Bruna Cigaran da Rocha</i> <i>Rosamaria Santana Paes Loures</i>	337
Cenários do Sul do Amazonas: os Tupi Kagwahiva e as formas de enfrentamento do Covid-19 em Terras Indígenas <i>Jordeanes do N. Araújo</i> <i>Suellen Andrade Barroso</i> <i>Angelisson Tenharin</i>	369
O Novo Coronavírus a kutipa/kanuparita dos Povos Indígenas no Século XXI <i>Altaci Corrêa Rubim</i>	387
“Se o vírus não discrimina, o sistema tampouco deveria fazer”: biopolítica, Pandemia e Povos Indígenas do Alto Solimões, AM <i>Aline Radaelli</i>	405
Autoritarismo político em tempos de Pandemia <i>Felipe Pereira Jucá</i>	417
El Covid-19, una crisis sobre otra crisis en el Territorio Wayuu: “Si no nos mata el Coronavirus nos seguirá matando el hambre” <i>Roberto Carlos Amaya Epiayú</i> <i>Alicia Dorado Rosales</i> <i>Fatima Epiayú</i> <i>Estefanía Frías Epiayú</i> <i>Álvaro Ipuana Guariyü</i> <i>Claudia Puerta Silva</i> <i>Miguel Ramírez Boscán</i> <i>Jakeline Romero Epiayú</i> <i>Esteban Torres Muriel</i>	427
Colonialismo Linguístico e Covid-19: entre contradições do discurso multiculturalista francês e realidades étnico-raciais guianesas <i>Raphaelle Servius-Harmois</i>	449

Isolamento Social e Biopolítica na Guiana Francesa <i>Vinicius Cosmos Benvegnú</i>	455
Aspectos da “invisibilidade” no discurso dos indígenas em Manaus: A luta pelo reconhecimento em tempo de Pandemia. <i>Glademir Sales dos Santos</i>	477
Ser indígena na cidade: Pandemia do Covid-19 e a negação de direitos a Povos Indígenas em Manaus <i>Clayton de Souza Rodrigues</i>	493
Povos Indígenas e Pandemia: impactos desproporcionais e violação de Direitos Humanos Coletivos <i>Isabela do Amaral Sales</i>	509
Os Centros de Ciências e Saberes e a mobilização dos Povos e Comunidades Tradicionais em tempos de Pandemia <i>Murana Arenillas Oliveira</i> <i>Marcos Alan Costa Farias</i>	521
Equações em tempos de Pandemia: povos indígenas em Pernambuco e a produção de dados <i>Anthony Lisboa</i> <i>Flávia Vieira</i> <i>Geoclebson Pereira</i> <i>Hosana Santos</i> <i>Ilana Magalhães</i> <i>Maria Jaidene Pires</i> <i>Maria da Penha Silva</i> <i>Luan Arruda</i> <i>Poliana Nascimento</i> <i>Rosângela Brito</i> <i>Sandro Henrique Lôbo</i> <i>Tiane Souza</i> <i>Vânia Fialbo</i> <i>Walter Calado</i> <i>Whodson Silva</i>	541

“Enquanto tudo permanece como estava”: vulnerabilidades e resistência Indígena e Quilombola no contexto de Pandemia no Rio Grande do Norte

Ana Moura

Cândido Firmiano

Glebson Vieira

Manuel Moura

Rafael Matos

Rita Neves

Roberto Mendonça

Taisa Lewitzki..... 555

VOLUME II

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS 567

A Pandemia da Covid-19 em Quilombos no estado do Espírito Santo: uma avaliação preliminar

Oswaldo Martins de Oliveira

Sandro José da Silva..... 569

Os Quilombos de Alcântara: a Resolução nº 11 do GSI, o Direito de Consulta Prévia e o Covid-19

Danilo da Conceição Serejo Lopes

Davi Pereira Junior..... 591

Território dos Quilombolas-Indígenas do Sítio Conceição invadido pela mureta construída pela Prefeitura Municipal de Barcarena no tempo da Pandemia

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

José Roberto Jesus da Silva Cravo..... 607

Narrativas da Pandemia: situações sociais e territorialidades específicas no Baixo Tocantins

Eliana Teles

Juliane Gomes de Souza

Gean de Almeida

Nelson Ramos Bastos

Max José Costa e Costa..... 643

Ações e Mobilizações para evitar <i>se expor à morte</i> no Território Quilombola de Salvaterra	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin</i>	
<i>José Luís Souza de Souza</i>	667

Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais na Calha do Rio Tocantins: as <i>barreiras</i> de proteção na Pandemia	
<i>Jurandir Santos de Novaes</i>	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin</i>	
<i>José Omir Siqueira</i>	
<i>Maria Delma Portilho Brito</i>	
<i>Thiago Alan Guedes Sabino</i>	
<i>Lucas Antônio Macedo</i>	697

Territórios Quilombolas em Santa Catarina frente à Pandemia do Covid-19	
<i>Raquel Mombelli</i>	725

Estado, Capital e Pandemia no Vale do Rio Trombetas	
Ítala T. Rodrigues Nepomuceno	
<i>Marcos Alan Costa Farias</i>	751

TERRITÓRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA 769

Covid-19 e Segurança Pública: uma análise da Pandemia na Polícia Militar do Amazonas	
<i>Ernandes Herculano Saraiva</i>	
<i>Guilherme José Sette Junior</i>	
<i>Maxwell Marques Mesquita</i>	771

TERRITÓRIOS DA ENFERMAGEM 785

Lendo “A Peste” de Albert Camus, em contexto do Covid-19	
<i>Gilberta Acselrad</i>	787

Povos Indígenas: espiritualidade e saúde em tempos de isolamento social	
<i>Geoclebson da Silva Pereira</i>	805

**TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES DE FUNDOS E FECHOS
DE PASTO, DE PESCADORES, DE ASSENTADOS, DE RAIZALES
E DE COMUNIDADES ATINGIDAS POR MINERAÇÃO 813**

**O duplo *pharmakon* da Pandemia no Assentamento Nazaré,
Acará**
Elielson Pereira da Silva..... 815

**Violações de direitos das comunidades atingidas pela mineração
no contexto da Pandemia**
André Luiz Freitas Dias
Maria Fernanda Salcedo Repolés..... 833

**Na “Primeira Onda” da Pandemia de Covid-19 - expropriados e
moradores do Lago da UHE Tucuruí**
Jurandir dos Santos Novaes
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Esmael Siqueira Rodrigues
Thiago Alan Guedes Sabino
Lucas Antônio Macedo..... 847

**Crisis económica y alimentaria en el Medio del Mar Caribe: una
primera mirada a los impactos de la pandemia sobre el Pueblo
Raizal del Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa
Catalina**
Ana Isabel Márquez Pérez..... 885

**A Construção de Conhecimentos como ferramenta contra o
racismo em tempos de Pandemia**
Franklin Plessmann de Carvalho
Elionice Conceição Sacramento
Quênia Barreto da Silva
Bruno Lopes do Nascimento
Edielso Barbosa dos Santos
Edvando Jesus Vieira
Jeane Sacramento
Luíza dos Santos Reis
Uine Lopes de Andrade
Vânia Conceição Sacramento..... 903

**Distanciamento Social, Territórios Distintos e Pandemia
Covid-19 nas Comunidades maranhenses Bar da Hora e Fazenda
Conceição**

Francisca Gárdina dos Santos Lima

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira..... 927

TERRITÓRIO DA CIÊNCIA 941

**O Processo de Afirmção da Autoridade da Ciência e da
Universidade em Tempos de Pandemia**..... 943

Depois da Marcha Virtual: “Endeusamento da Ciência”?..... 947

**A Retórica da Guerra versus a Ciência no Enfrentamento da
Pandemia**

Alfredo Wagner Berno de Almeida..... 955

VOLUME III

PARTE II 963

TERRITÓRIO DA MORTE 965

Obituário: Vida no Território da Morte
Alfredo Wagner Berno de Almeida..... 967

Tempo de luto pela perda de Aldevan Baniwa..... 979

Há várias memórias: um vírus, uma história, muitas trajetórias
Ana Carla dos Santos Bruno..... 982

**Um funeral digno como sua derradeira luta”: Aldenor Basques
Félix Gutchicü (BABU)**
Clayton de Souza Rodrigues..... 987

El poder de la verdad y la verdad del poder
Ana Pizarro..... 990

Antonio Bolivar “O indígena Ocaina e ator Dom Antônio Bolívar” <i>Nikolas Victorino</i>	995
Colonialismo e Cinema: o Covid-19 e o Passamento de Uma Cineasta Genial <i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin</i>	998
Maria Antônia dos Santos: Mulher do Povo Tikuna	1005
Maria José Palhano, Quilombola	1006
Alberto Párcia Felix Tikuna, Nota de pesar	1008
Cleubi Cicero Torres Florentino, Tikuna, médico	1008
O Líder do Povo Desana, Feliciano Lana, morre em sua casa no Alto Rio Negro <i>Elaíze Farias (Amazônia Real)</i>	1011
A Dor Invadiu os Artistas em São Luís (MA): a arte perdeu o mestre dramaturgo Luiz Pazzini <i>Cynthia Carvalho Martins</i>	1021
Cacique Messias Kokama, “o espírito do guerreiro”: estratégias, resistência e a construção do reconhecimento do Parque das Tribos <i>Glademir Sales dos Santos</i>	1023
A Quem Interessar: O Povo indígena Kokama na guerra contra o Coronavírus <i>Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamira Pray+iuka Perukariai Kurumpiaka</i> <i>Cacicado Geral do Povo Kokama</i>	1036
Boletim nº 022/2020 das Organizações Kokama: Povo Kokama Informa a imprensa e aos interessados	1046
“A Morte Está Vindo Muito Rápido em Meu Povo”, diz professora Kokama sobre o Covid-19 (Entrevista com Altaci C.	

Rubim Kokama) <i>Eláíze Farias (Amazônia Real).....</i>	1049
Associação de Moradores do Quilombo Santo Antônio/Penalva/MA – nota de pesar e de agradecimento ao Padre José Bráulio Souza Ayres <i>Gardenia Ayres.....</i>	1064
Dona Maria Mercês de Barros (mãe) e Alessandra Barros Freitas (filha): dor e luto no Quilombo São Sebastião de Burajuba, Barcarena, PA.....	1066
Puraké Assurini e Iranoa Assurini, Nota de pesar <i>Prof. Peppe Assurini.....</i>	1069
João Câncio da Silva Paulino, Karapãna <i>Maria Alice da Silva Paulino Karapãna.....</i>	1070
Jorge Valera, Nota de Pesar <i>Francisca Oliveira de Lima Costa/Chica Arara Txai Terry Aquino.....</i>	1074
Carlos Nobre da Costa Santos Mura <i>Jardeline dos Santos Costa, Kokama.....</i>	1074
Juvenal Luz Bento: nota sobre um homem vencido pelo Coronavírus mesmo em tempo de resistência <i>José Luís Souza de Souza.....</i>	1076
Bento, um dos fundadores da Unidos da Piedade morre aos 93 anos.....	1078
Professora Bernita Miguel, Povo Macuxi. <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR).....</i>	1080
Professor Macuxi Fausto Mandulão, Nota de pesar <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR).....</i>	1081
Professora Maika, professor Luiz Emiliano e Getúlio Tobias <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR).....</i>	1082

Ducirene Freitas e Elisabeth Ribeiro, nota de pesar <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	1084
Narcisio Barnabé, Macuxi: nota de pesar <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	1084
Dionito José de Souza Macuxi: nota de pesar <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	1085
Luciano Peres: nota de pesar <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	1085
Alvino Andrade da Silva, nota de pesar <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	1086
Manifesto Munduruku: Estamos de Luto! - Cacique Vicente Saw, professor Amâncio Ikon Munduruku, Jerônimo Manhuary, Angélico Yori e Raimundo Dace <i>Movimento Munduruku Iperég Ayu</i>	1087
Higinio Pimentel Tenório: nota de pesar <i>Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)</i>	1088
Homenagem da COIAB e dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira para o líder Bepkororoti Payakan Kayapó <i>Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB)</i>	1089
Morre Primeiro Cacique Puyanawa Mário Cordeiro de Lima no Acre	1091
Bekwyjkà Metuktire <i>Mayalú Txacarramãe</i>	1093
Bernadina José Pedro, povo Macuxi <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	1094
Memórias, Saberes e Projetos que o Covid-19 não consegue levar: liderança e ensinamentos de Tia Uia no Quilombo da Rasa (RJ) <i>Oswaldo Martins de Oliveira</i>	1098

Graciliano Pena Tukano <i>Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)</i>	1098
Docineide Palmari, Liderança das Mulheres Indígenas	1099
Cacique Ronaldo Claudino Kaingang	1099
Fernando Makari Wai Wai <i>Conselho Indígena de Roraima</i>	1100
Sérgio Xehema Wai Wai <i>Conselho Indígena de Roraima</i>	1101
Carta do Povo Wai Wai – Aldeia Xaary (Roraima) <i>Associação do Povo Indígena Wai Wai Xaary</i>	1102
Otávio dos Santos, Sateré Mawé	1104
Cacique Domingos Mahoro, Xavante	1104
Lusia Santos Lobato, Borari	1106
Rosilda Demétrio Magalhães, Wapichana <i>Conselho Indígena de Roraima</i>	1106
Leônia Gomes da Silva Melo, Taurepang <i>Conselho Indígena de Roraima</i>	1107
Fernando Forte, Karipuna	1108
Sansão Guajajara e Rosilda Guajajara	1108
A COVID-19 nas Aldeias Marubo do Vale do Javari (Djalma Marubo) <i>Organização das Aldeias Marubo do Rio Itui-Oami</i>	1109

Francisco Luis Yawanawá da Aldeia Matrinxã <i>Txai Terri Aquino</i>	1111
Manuel Paulino do Povo Karapãna <i>Glademir Sales dos Santos</i>	1112
Depoimento de Marilda Karapãna sobre a Morte de Seu Pai Sr. Manuel <i>Paulino Karapãna</i>	1114
Elias Manoel de Souza Parintintin <i>Jordeanes do N. Araújo</i>	1117
Elias Manoel de Souza Parintintin: Nota de Pesar do Condisi Porto Velho Rondônia	1120
Euzébio de Lima Marques <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i> <i>Coordenação Geral da Região Serras</i>	1121
Domingos Fuentes Warao	1123
José Conceição de Souza Cajueiro-79 Anos/Aldeia Karuara	1125
Morte de Criança Tapirapé de 08 Anos, do Povo Apinãwa	1126
Morrem Roldão Kaxinawá e Batista Kaxinawá	1128
Valmir Izidório Messias <i>Conselho Indígena de Roraima (CIR)</i>	1130
Nota em memória de Nelson Xangré <i>Conselho Indigenista Missionário</i>	1131
Mulher Tikuna com Covid-19 morreu após ser retirada de aeronave com pane <i>Elaíze Farias (Amazônia Real)</i>	1135

Professor Hélio Cadete

Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR)
Coordenação Geral da Região Serras – Terra Indígena Raposa/Serra do Sol
Conselho Indígena de Roraima (CIR)..... 1147

Professor Neir da Silva, Macuxi

Conselho Indígena de Roraima (CIR)..... 1149

Depoimento de Joel Puyanawa sobre a Morte de Seu Pai, Mario

Cordeiro de Lima..... 1150

João Soares Krikati, do povo Krikati..... 1154

Aritana Yawalapiti, Grande Cacique do Alto Xingu, Morre

Vítima da Covid-19. Nota de Pesar da Coiab

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB)..... 1154

José Mota Henrique, Macuxi. Nota de Pesar

Conselho Indígena de Roraima (CIR)..... 1156

Lica, Pajé Xukuru Falece de Covid-19..... 1156

Memória e saudades Baniwa

Braulina Baniwa..... 1157

Lica Xukuru: Maria José Martins (05/05/1950 - 07/08/2020)

Vânia Fialho

Rita de Cássia Maria Neves..... 1164

Nota de Pesar – Robinson López

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB)..... 1170

PARTE III	1171
TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA	1173
Territórios de Resistência: Controle e Vigilância das Vias de Acesso às Terras Indígenas <i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i>	1175
Territórios de Resistência: Ações Mutualistas como Relações Políticas <i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i> <i>Eriki Aleixo de Melo</i>	1205
TERRITÓRIO DO DESCARTE	1231
Roteiro para encontrar Futuros Territórios <i>Ilka Boaventura leite</i>	1233

SIGLAS E ABREVIATURAS

AATTIS - Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas del Amazonas

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

ABL - Associação Brasileira do Alumínio

ACA - Associação Comunitária Indígena do Amarelão

ACOMQUISC - Associação da Comunidade Quilombola do Sítio Conceição

ACONERUQ - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

ACS - Associação de Cabos e Soldados

AIS - Agentes Indígenas de Saúde

AISAN - Agentes Indígenas de Saneamento

AMARN – Associação de Mulheres do Alto Rio Negro

AMISM - Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé

AMSC - Associação de Moradores da Comunidade Sítio Conceição

ANA - Agência Nacional de Águas

ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APIN – Associação de Povos Indígenas Tabajara Tapuio Itamaraty da Comunidade Nazaré

APIRN - Articulação dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte

APIWX - Associação dos Povos Indígenas Wai Wai Xaary

APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

APPATUR - Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região

ARPINSUDESTE - Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste

ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas do Sul

ArPIT - Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins

AST - Acordo de Salvaguardas Tecnológicas

ATL - Acampamento Terra Livre

ATY GUASU - Grande Assembleia do povo Guarani

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CASAI - Casas de Apoio a Saúde Indígena

CCS - Centros de Ciências e Saberes

CEA - Centro Espacial de Alcântara

CEAPAC - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (),

CEAQ/BA - Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas do Estado da Bahia

CECQSP - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de São Paulo

CEDENPA - Centro e Defesa do Negro no Pará

CENEQ - Coordenação Estadual das Comunidades Negras Quilombolas da Paraíba

CERQUIRCE - Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará

CI - Conservation International

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CIR – Conselho Indígena de Roraima

CITA - Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CNPE - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COAPIMA – Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão

CODEBAR – Companhia de Desenvolvimento de Barcarena

COEQTO - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins

COIAB – Coordenação das Organizações da Indígenas da Amazônia Brasileira

COJIPE - Organização do Jovens Indígenas de Pernambuco

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CONDISI - Conselhos Distritais de Saúde Indígena

COPIME - Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno

COPIPE - Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco

CQMC - Convenção-Quadro de Mudança do Clima

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CTL - Coordenação Técnica Local

CUFA - Central Única das Favelas

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

ELN - Ejército de Liberación Nacional

EMSI - Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena

FACQ/RS - Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul

FASE - Federação de Organizações de Assistência Social e Educação

FBOMS -Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FECOQUI - Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná

FECQS - Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe

FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará

FEPOIMT - Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso

FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOCIMP - Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF - Global Environmental Facility

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GPVITI - Grupos de Proteção e Vigilância dos Territórios Indígenas

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MNU/SC - Movimento Negro Unificado de Santa Catarina

MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras ()

MST - Movimento dos Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OAMI - Organização das Aldeias Marubo do rio Ituí

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONAG - Organization des Nations Autochtones de Guyane

ONG – Organização Não-governamental

ONIC - Organización Nacional Indígena de Colombia

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAN - Operação Amazônia Nativa

OPIROMA - Organização dos povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas

PMAM - Polícia Militar do Amazonas

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena

REMDIPE - Rede de Monitoramento de Direitos Indígenas

RESEX - Reserva de Extrativista

RMR - Região Metropolitana do Recife

SASI - Subsistema de Atenção à Saúde Indígena

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

STF - Supremo Tribunal Federal

STIEMNFOPA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minerais não Ferrosos do Oeste do Pará

SUS - Serviço Único de Saúde

TI - Terra Indígena

TNC - The Nature Conservance

UBS - Unidade Básica de Saúde

UC – Unidade de Conservação

UHE – Usina Hidrelétrica

UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

UNIJAVA - União dos Povos Indígenas do Vale do Javari

UTI - Unidade de Tratamento Intensivo

WWF - World Wide Fund for Nature

PREFÁCIO

A crise pandêmica que se abateu sobre o Brasil no primeiro trimestre de 2020 iluminou definitivamente o arco das desigualdades sociais e regionais, revelando o lado mais sombrio da ineficácia histórica das políticas de Estado. Quando recortamos o mapa das disparidades e colocamos luzes em categorias específicas, emerge com realce a situação crítica de exclusão e marginalização dos povos e comunidades tradicionais.

O Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) da Universidade Estadual do Maranhão, por meio de seus pesquisadores e estudantes, e em parceria com outras instituições nacionais e internacionais, reuniu e sistematizou o conhecimento acumulado ao longo de sua trajetória. Oportunamente, em razão do efeito da proliferação do novo coronavírus sobre o território dos povos e comunidades tradicionais, o PPGCSPA apresenta nesta produção científica um conjunto de reflexões e experiências em torno da dimensão “Pandemia e Território”.

Esta publicação, resultante do projeto “Megaprojetos em Implementação na Amazônia e Impactos na Sociedade e na Natureza”, traduz-se em um esforço de pesquisa em escala multistitucional e interdisciplinar, muito bem representada pela diversidade intelectual e cultural dos seus 120 autores.

Os temas abordados neste livro tratam, com profundidade e exímia articulação, de diversas questões pertinentes ao campo da Cartografia Social, e proporcionará uma leitura atrativa e rica em significados e contribuições para o leitor. Deixe-os, portanto, em ótima companhia!

Prof. Gustavo Pereira da Costa
Reitor da UEMA

APRESENTAÇÃO GERAL

O processo de contágio relativo à pandemia descreveu vários movimentos, antes do dia 12 de março de 2020, quando houve o registro oficial da primeira morte por Covid-19 no Brasil. As notícias da Europa, especialmente de Itália, França e Espanha, fizeram com que o alarme soasse mais alto aos ouvidos e revelasse a tragicidade da pandemia aos olhos da maioria do país. A cada mês a gravidade deste quadro trágico está se ampliando com efeitos danosos sobre uma vasta diversidade de categorias sociais. Os registros, objetos de reflexão dos artigos da coletânea ora apresentada, concernem notadamente às seguintes categorias: moradores de bairros periféricos das grandes cidades; indígenas, cujas aldeias estão localizadas em perímetros urbanos e em seus próprios territórios identificados e demarcados; quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, comunidades de fundos e fechos de pasto, comunidades atingidas pela exploração mineral e grupos de pequenos agricultores e extrativistas. As designações utilizadas correntemente pelas interpretações oficiais referem-se também de maneira explícita a: moradores de *favelas*, de *periferias* e do *interior do Brasil*. A especificidade é percebida e explicitada quando estas unidades sociais são classificadas pelos planejadores das ações governamentais como *grupos em posição de vulnerabilidade ou em risco, como as pessoas em situação de rua, com sofrimento ou transtorno mental, com deficiências físicas, vivendo com HIV/ aids, LGBTI+, população indígena, negra e ribeirinha e trabalhadores do mercado informal, como catadores de lixo, ambulantes, estivadores e artesãos* e aqueles que estariam em situação extrema de marginalidade como os “moradores das Cracolândias” ou *viciados em crack*, os chamados “andarinos”, que são vistos como perambulando sem domicílio e ocupação fixa, e as trabalhadoras do sexo, usualmente designadas como *prostitutas*¹. Nessa relação não é informada a “população carcerária” ou “em privação de liberdade”, nem tão pouco os

1. Informe ENSP. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Publicada em 11/05/2020. Os vulneráveis: 'Radis' debate a Covid-19 e a perversa desigualdade social e econômica entre as classes sociais. <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48877>. Acesso em 14/06/2020

que se organizam em movimentos sociais e se autointitulam “sem teto” e “sem terra”. Em todas estas designações oficiosamente utilizadas constata-se um extenso espectro da desigualdade social e de injustiças radicais que se agravam nestes tempos de pandemia e pairam sobre essas “vidas nuas”, conforme conhecida expressão de Agamben². A presente coletânea focaliza, portanto, com destaque, estes agentes sociais mencionados, dispostos em condições altamente desfavoráveis, que se referem a povos e comunidades tradicionais.

Se a evocação compulsória do *memento mori* suscita pânico, individual e geral, as realidades cotidianas no presente evidenciam que centenas de milhares de pessoas tornaram-se mais expostas e próximas à morte, ao desemprego e à fome. Acentuam que grupos sociais mais restritos, com padrão de vida privilegiado, tornaram-se bastante evidentes empiricamente, ou seja, o fenômeno das desigualdades econômicas e sociais em eventos frequentes e violentos tornou-se mais perceptível ao revelar a desproteção social por parte do Estado, o que é exposto descancaradamente. Trata-se de grandes segmentos sociais invisibilizados, sem condições de enfrentamento à pandemia, que tomaram conhecimento do coronavírus e ficaram cerceados pelo evento epidemiológico e os dispositivos regulamentados para “combatê-lo”. Ao mesmo tempo, começa a ficar mais perceptível, sem muitas palavras desgastadas, o grau de precariedade de suas condições de vida: moradias com insuficiência de serviços básicos, explicada pela ininterrupta “crise de habitação”, o que inviabilizaria qualquer medida de isolamento social, quarentena ou confinamento, ou seja, moradias com carência de água potável, sem rede de esgotos, formando parte do intocado quadro de “crise sanitária” do país. Isto dificulta cotidianamente os cuidados mais triviais de higiene, como o lavar as mãos, e impede esse tipo de prevenção neste tempo de pandemia, quando a norma máxima é a prevenção através de rígidas normas sanitárias. Acrescente-se a falta de postos de saúde, de ambulatórios, de hospitais e de profissionais de medicina

2. AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I**, tradução de Henrique Burigo, 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (*Homo Sacer – Il Potere Sovrano e la nuda vita*).

e enfermagem, que expõe publicamente a “crise da saúde pública”, a qual já se encontrava acentuada com o desmonte do SUS pelo governo, bem como por todos os reverberamentos da Emenda Constitucional 95/2016. Acrescente-se ainda os reduzidos e irregulares ingressos e salários que se volatizam e deixam as famílias sem condições de assegurar a regularidade dos meios básicos de sobrevivência: alimentos, medicamentos e produtos de higiene. São milhares de trabalhadores que engrossaram, nos meses de março a junho, o contingente dos recém-desempregados nas estatísticas aproximativas³. A explicação é diluída na chamada “crise do desemprego”, que se mostra intensificada numa sociedade, cujos índices de desigualdade social e econômica são elevadíssimos, com alta concentração de renda, da terra, dos recursos e do poder político.

A duração do tempo da pandemia até agora parece impalpável, indeterminada, cujo desfecho não se pode prever com precisão. Além disto, a velocidade do seu alastramento e a profundidade de sua disseminação parecem quase ficcionais. Esse vírus, entretanto, não é produto da imaginação literária, nem tão pouco ficcional; é bem concreto, avança ligeiro e provoca medos, temores, apreensões e um número cada vez maior de vítimas fatais, sobretudo entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais. Os registros veiculados pela imprensa periódica assinalam que o grau de infecção nas aldeias e povoados, nos bairros pobres e favelas arremete tragicamente. A entrada do vírus em tais unidades sociais raras vezes é inadvertida, ao contrário, ocorre conjuminada com as invasões das terras por garimpeiros, madeireiros, grileiros e outros que ilegalmente praticam intrusamentos. Na rotina dos

3. No **Boletim Macro** (Abril) IBRE/FGV. (2020, p. 3) com o título: “A crise econômica se intensifica no Brasil e no mundo, ainda sem saídas claras” afirma-se: “Nossos estudos apontam queda de PIB da ordem de 3,5%, com o consumo das famílias recuando 4,0%, em 2020. Essa projeção inclui as políticas de compensação de renda anunciadas pelo governo”. (...) “As projeções também apontam aumento significativo da taxa de desemprego este ano, para 17,8%”. O artigo salienta que na “crise” o denominado “Setor Informal” será muito afetado, pois está concentrado nas atividades de serviço severamente atingido. A instituição explicita que “Além das dificuldades previstas, o acirramento dos conflitos políticos intensifica os danos econômicos”.

https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-05/boletimmacroibre_2004.pdf. Acesso em 14/06/2020. No **Boletim Macro** (Maio) IBRE/FGV (2020, p. 13) o percentual calculado é de 18,7%.

https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-05/boletimmacroibre_2004.pdf.

trabalhadores que vivem em cidades planejadas por grandes empreendimentos, em diferentes regiões da Amazônia, como aqueles que compõem a força de trabalho de empresas como VALE, Mineração Rio do Norte, Hydro Norsk e de suas terceirizadas, a disseminação do vírus ocorre tanto nas instalações industriais e nas vias de acesso à elas, quanto no seu entorno, incluindo-se os locais de moradias dos trabalhadores e sua vizinhança, assim como ao longo das rotas do transporte de minério. De igual modo os portos são também lugares sociais de rápida circulação de corpos assintomáticos e sintomáticos. A veiculação e contaminação aí verificadas caracterizam dificuldades de consolidação dos corredores logísticos, tais como definidos pelo planejamento econômico, como ocorreu na Vila do Conde, nos postos de circulação de caminhões na cidade de Barcarena (PA), e nos trabalhos de implantação, pavimentação⁴ (BR-319 e BR-163) e duplicação de rodovia (BR-215) e ferrovia (Carajás-Itaqui) e outras obras de infraestrutura e de grandes empreendimentos de agronegócios, especialmente no Sul do Pará, no Maranhão, no norte do Mato Grosso⁵ e no Espírito Santo. Inclua-se aqui a rodovia que liga Lethen, na fronteira do Brasil com a República Cooperativista da Guiana, a Georgetown, capital do País vizinho, cujas obras são acompanhadas pela Assembleia Legislativa de Roraima.

4. Cf. “Finalmente: Governo publica edital para pavimentação da BR-319”. Este edital é para contratação de empresa que ficará responsável pela pavimentação do lote C da BR-319, que vai do Km 198 ao 250, no Estado do Amazonas. Este trecho liga o Amazonas a Rondonia e objetiva facilitar a logística do transporte da produção agrícola da Região Norte. Vide: Agência Brasil, 24 de junho de 2020. <https://www.rondoniaovivo.com/noticia/grrsl/2020/06/24/finalmente-governo-federal-publica-edital-para-pavimentacao-da-br-319.html>

5. No caso de Mato Grosso o Projeto de Lei Complementar n.17/2020, que tramitava na Assembleia Legislativa e ameaçava 27 terras indígenas, sofreu uma profunda alteração e ocorreu um recuo do Governo que, no dia 29 de junho de 2020, anunciou em reunião da Comissão de Meio Ambiente, que irá retirar o referido PLC que prevê a regularização ambiental de fazendas que estão dentro de terras indígenas no Estado do Mato Grosso, ampliando a extensão de terras sob controle dos empreendimentos dos agronegócios articulados com os chamados corredores logísticos. “A base do Governo informou que vai acatar o conteúdo da emenda que apresentamos para retirar os trechos que legitimavam apropriação ilegal de terras indígenas por grileiros e invasores profissionais. Esse recuo do Governo é resultado de toda a mobilização que a sociedade civil e os povos indígenas fizeram contra esse projeto.”, asseverou o deputado estadual Lúdio Cabral (PT). Vale acrescentar que o projeto foi criticado pelo MPF e pelos movimentos indígenas e ambientalistas. O recuo do Governo deverá ser por meio de um substitutivo que suprima os artigos 1º, 2º e 4º. do PCL 17, que são os artigos que permitem o registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de fazendas abertas dentro de territórios indígenas em processo de demarcação, contrariando a Constituição Federal.

Cf. Dorileo, Carlos Gustavo- “Governo anuncia recuo em projeto eu ameaça terras indígenas no MT”. <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=472571¬icia=governo-anuncia-recuo-em-projeto-que-ameaca-terras-indigenas-em-mt>

No Brasil, o divisor de águas entre saúde pública e processo de privatização, preconizado pelos planos inspirados em princípios da teoria econômica neoliberal, foi reiterado autoritariamente pelo governo federal nos primeiros momentos de pandemia, sendo agravado pelos debates entre o que propugnavam o “negacionismo científico”, capitaneados pelo governo federal, e os que defendem modalidades de distanciamento social, gerando a partir daí “crises políticas”, faccionalismos e lutas intestinas. Os conflitos políticos internos ao executivo, sobretudo na disputa em torno do controle do Ministério da Saúde, e entre este poder e os governos estaduais demonstram a extensão das dificuldades e da própria incapacidade de gestão da “crise sanitária”, propiciando condições objetivas para expor à morte os vulnerabilizados. A dubiedade do governo federal com três ministros da saúde em três meses, militarizando este ministério numa escalada em tudo surpreendente, não favoreceu um enfrentamento unificado e mais vigoroso institucionalmente face à pandemia. O termo “crise”, em termos de significado, possui o atributo de construir uma espécie de metafenômeno, da forma como estes acontecimentos aparecem ou se manifestam, compreendendo suas continuidades, descontinuidades e ritmos. Mas, ao contrário do que é usualmente imaginado, estas “crises” não são momentâneas, pois não há ruptura profunda com as estruturas econômicas e políticas que estão na base. O que se indica com o uso do termo “crise” concerne a um total descontrole e até ao caráter irresoluto e genérico da mesma, que mal identifica os mais afetados e as formas como se se pereniza a precariedade da vida. Neste sentido os artigos desta coletânea chamam a atenção para a predominância de uma modalidade de gatopardismo em que o chamado “normal” é alterado para se poder manter como “normal”, também batizado pela mídia de “novo normal”. Em outras palavras, tudo tem que se transformar para que tudo fique como está, tal como dito por Tancredi no diálogo com seu tio o Príncipe de Salinas ou de Falconeri, no conhecido romance de Giuseppe Tomasi de Lampedusa intitulado **Il Gattopardo**.

INSTRUMENTOS ETNOGRÁFICOS PARA UMA DESCRIÇÃO ABERTA DE TERRITÓRIOS IMPACTADOS PELA PANDEMIA

Os autores e autoras de artigos que colaboram nesta coletânea correspondem a 120 (cento e vinte) na primeira parte, sendo 56 (cinquenta e seis) mulheres e 64 (sessenta e quatro) homens, dos 23 (vinte e três) são indígenas, 05 (cinco,) quilombolas 01 (hum) pescador. Há pelo menos 15 (quinze) dentre estes autores, cuja nacionalidade remete a Chile, Colômbia, Alemanha, Itália e “Guiana Francesa”, que descrevem situações sociais relativas a estes quatro últimos países. Há dois artigos que concernem especificamente à última colônia europeia no continente sul-americano, a chamada “Guiana Francesa”. As instituições universitárias de referência deste repertório de autores compreendem: 23 (vinte e três) universidades e 02 (dois) institutos, sendo 18 (dezoito) instituições brasileiras (UERJ, UFMG, UFAM, UEA, UEMA, UFPA, UFOPA, UnB, UFRR, UFRGS, UFRJ, UPE, UFPE, UFES, UFRN, UFRB e ainda INPA, IFAM) e 5 (cinco) delas estrangeiras (Universidad Autonoma de Occidente/Cali, Universidad de Antióquia/Medellin, Universidad Nacional de Colômbia/Leticia, Universidad Nacional de Colômbia/San Andrés, University of Texas/Austin, Universidad de Santiago do Chile). No caso da Guiana Francesa tem-se um instituto privado o INTERRUMN’Ã, que não foi contabilizado no total de instituições universitárias acima citado. Os Programas de Pós-Graduação (PPG) mencionados como de pertencimento dos autores concernem a 20 (vinte) sendo que dentre eles 06 (seis) referem-se a universidades do exterior.

Os obituários e as listas nominais compõem a segunda parte da coletânea intitulada o “território da morte”. Nesta segunda parte tem-se 40 (quarenta) colaboradores envolvidos, direta ou indiretamente, na elaboração dos obituários, acrescidos das associações indígenas que produziram listas com os nomes dos mortos fatais por Covid. Os obituários e as listas que

selecionamos e/ou foram elaborados no âmbito das atividades do PNCSA concernem a pelo menos 100 (cem) vítimas fatais da COVID-19. Todas contendo no mínimo seus respectivos nomes e etnias.

Tais autores e autoras apresentam um amplo repertório de formações acadêmicas e profissionais, caracterizado por uma pluralidade de critérios de competência e saber, senão vejamos: Linguística, Arqueologia, Enfermagem, Pedagogia, Jornalismo, Psicologia, Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Direito, Economia, Administração, Biologia, Filosofia, Museologia, Engenharia Ambiental e Engenharia Civil⁶. Há 02 (dois) autores referidos à formação em escolas militares. Destacamos um autor e uma autora, que exercem atividades de enfermagem. Ele refletiu sobre sua própria comunidade de referência. Ela, por sua vez, refletiu indiretamente sobre a circunstância de suas atividades, desenvolvendo uma reflexão sobre o texto literário **A Peste**, de autoria de Albert Camus, filósofo notoriamente reconhecido. Há pelo menos 13(treze) autores que pertencem a comunidades indígenas ou quilombolas e pelo menos 7 (sete) dentre eles estão frequentando a universidade Este repertório das formações acadêmicas se articula com um significado complexo de etnografia⁷, enquanto um conglomerado de disciplinas que converge para os trabalhos de campo, amparando com uma diversidade técnica os procedimentos descritivos com a utilização de recursos teóricos tomados à etnogeografia, à etnobotânica, à etnobiologia, à economia e às ciências jurídicas. Neste sentido, mesmo sem haver um projeto editorial prévio, definidor de uma abordagem determinada, pode-se asseverar que a pluralidade de formações acadêmicas, em si mesma, reflete uma certa divisão

6. Esse conjunto de profissionais, em sua maioria, possui vínculos colaborativos, de pesquisa e acadêmicos com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Grande parte deles exerce atividades docentes em universidades públicas. As seções “Territórios Indígenas”, “Territórios Quilombolas”, “Território da Ciência”, Território das Mobilizações Políticas e “Território de Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto” agrupam os artigos que integram a primeira parte da coletânea. Na seção “Território da Morte” tem-se uma homenagem através de obituários e listas de indígenas, quilombolas e demais vítimas fatais do COVID, que foram assinadas por associações, por grupos familiares e por pesquisadores ou foram extraídos de *sites* e publicações destinadas a um público amplo e difuso.

7. Tal significado foi sublinhado e posto em discussão por Marcel Griaule em seu trabalho intitulado **Méthode de L’Ethnographie**. Paris. PUF. 1957 pag.8

do trabalho de pesquisa, criando voluntariamente condições de possibilidade para múltiplas interpretações, que se interpenetram e ao mesmo tempo se distinguem nomeando de maneira diferente as próprias partes que disciplinam a ordem de exposição desta coletânea e seus respectivos subitens.

A autoria das contribuições transcendeu também a esta divisão do trabalho intelectual ao levar em conta as falas e a própria ação dos agentes sociais focalizados, resultando numa diversidade de colaborações a esta coletânea e conduzindo as reflexões a partir de pelo menos dois blocos de questões iniciais, a saber:

i) em tempos do COVID-19, os mecanismos de controle social e de dominação política se concentram nas agências e nos dispositivos vinculados à saúde pública. As relações de poder objetivam o controle dos recursos mobilizados para este setor durante a pandemia. Isto propicia condições de relevância da questão nas pautas midiáticas e abre uma nova arena de ácidas disputas políticas por recursos públicos. Haja vista a abertura de inúmeros processos jurídicos para apurar suspeitas de corrupção em licitações destinadas a apreciar propostas voltadas para a construção de hospitais de campanha e/ou para a aquisição dos equipamentos médicos necessários à implementação de UTIs. Quais os efeitos disto nas comunidades em que estamos desenvolvendo trabalhos de pesquisa, levando em conta o intervalo de tempo entre março e julho de 2020 e a duração da pandemia?

ii) A biopolítica através dos biopoderes locais se ocupa da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade e da natalidade na medida em que eles se tornam objeto de perdas ou ganhos políticos. Bio-poder seria aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle, diria Mbembe, logo no início de **Necropolítica**, a respeito da definição de Foucault. Neste período de pandemia os postos relativos à mencionada gestão da saúde tornam-se, portanto, alvos de lutas faccionais, instituindo

um complexo “território da política”. A escolha de um Ministro da Saúde e de um secretário estadual ou municipal de saúde, assim como a eleição de um dirigente de um DSEI, tornam-se um objeto privilegiado das relações de poder. Está-se diante, portanto, de uma tecnologia de poder que visa o controle não somente de indivíduos, por meio de procedimentos disciplinares das gestualidades e de atos triviais de higiene, mas do conjunto daqueles que constituem a “população”, objetivando assegurar um aprimoramento da modalidade de gestão da força de trabalho. O significado de biopolítica representaria, segundo Foucault, um momento de passagem desta dimensão político-organizativa à dimensão ética⁸. Como interpretar estes processos políticos convertidos em fatores éticos e as estratégias adotadas pelos governos, através de unidades discursivas e atos de Estado? Em que medida as iniciativas de compreensão do fenômeno da pandemia se acham referidas a uma racionalidade política, de fundamento liberal, e a uma ética singular?

Com a declaração formal da pandemia, em 11 de março, rapidamente as notícias sobre os territórios ameaçados e tomados pela disseminação do COVID-19 ganharam amplitude e facultaram um elenco de interpretações mais abrangentes. Cada situação social nas áreas de pesquisa foi transmitida e publicizada por centenas de mensagens de agentes sociais e propiciou o entendimento de que as suas respectivas narrativas encontram-se submersas pelas manchetes dos noticiários, pelas séries estatísticas divulgadas regularmente e pelos discursos sobre a grande “crise política” nacional. Os estudos críticos e pesquisas sobre estes esquemas explicativos oficiosos que prevalecem no decorrer da pandemia, contidos nesta coletânea, demonstram tanto uma recuperação da autoridade científica das universidades públicas e de seus laboratórios, em detrimento de medidas governamentais de gestão da saúde apoiadas em intuições e achismos; quanto um uso difuso e banalizado da noção

8. Cf. Foucault, M. – “Le sujet et le pouvoir”, in Dreyfus et P. Rabinow, Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics, Chicago. The University of Chicago Press, 1982.

de ciência. A leitura crítica propugnada por tais estudos sublinham um esforço de sistematização e alinhamento, com base em trabalhos etnográficos, abordando os efeitos diferenciados do isolamento para diferentes agentes sociais vitimados. Tais etnografias, rigorosamente disciplinadas, objetivam ultrapassar as generalidades, superar as ações sem sujeito, criticar a personificação dos coletivos e produzir, enfim, uma análise concreta de uma situação concreta, qual seja, uma **nova descrição** dos efeitos. Elas descrevem as unidades sociais atingidas e seus respectivos territórios nestes tempos de peste, que agravam as desigualdades econômicas, acentuam os antagonismos políticos e ameaçam as formas de solidariedade mais elementares.

Entre as ações descritas encontram-se aquelas concernentes ao isolamento social e às diversas interpretações e práticas dos que as engendraram. A posição defensiva, quase que imediata, dos quilombolas e indígenas, consistiu em elaborar normas efetivas, distanciando suas comunidades e aldeias das rotas de circulação ampla de pessoas. Esse objetivo de isolamento do território, interditando acessos, enfrentou obstáculos sérios, todavia. Muitos foram, e continuam a ser, os entraves internos e externos, vivenciados de forma tensa por estes agentes sociais que buscaram exercer uma vigilância continuada sobre o ingresso de terceiros em seus territórios. O isolamento social foi implementado, assim, por iniciativas intrínsecas às associações locais, através da construção de barreiras físicas - cercas, portões, cancelas, postos de vigilância e controle - localizadas na entrada das respectivas terras. O objetivo de tais barreiras consiste em efetivar o controle do fluxo de pessoas e veículos nas terras indígenas. Além disto, foram fixadas normas internas de proibição de aglomerações (suspensão de festas, jogos de futebol, comemorações em balneários e outros eventos que implicam em agrupar as pessoas). Procedimentos de formar comitês de controle de entradas e saídas das aldeias e comunidades foram adotados, antecipando a quaisquer ações

de governos municipais, estaduais ou federais. O governo federal com posicionamentos burocráticos usuais de elaborar decretos e portarias mostrou-se tardio em sua ação, que inicialmente sequer incluía de maneira específica tais unidades sociais. Indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, foram impelidos a produzir campanhas genuínas de informação e de obtenção de apoio por intermédio de “vaquinhas solidárias” ou “vakinhas⁹ virtuais”, rifas beneficentes” e “cotas para aquisição de equipamentos”. Fizeram circular ademais textos com tratamentos caseiros, cuidados corporais, orações e mensagens de ânimo e de solidariedade. Rituais de benzimento foram retomados e ganharam fôlego, reavivando benzeções e rezas. As formas de reciprocidade positiva não se restringiram, no entanto, a fatos religiosos e incorporaram tecnologias sociais e inovações científicas. Esses comitês montaram, neste sentido, um meio de comunicação, mediante uso difuso de *whats.App*. Empenharam-se na elaboração de cartazes, de equipamentos protetivos e de atos coletivos virtuais, antecipando a qualquer ação dos poderes executivos. Na prática acionaram noções operativas de uma engenharia cuidadosa para fabricar máscaras, para vender e comprar alimentos na cidade, levando em conta que muitas feiras municipais foram interditadas, e para organizar o atendimento de saúde imediato. Aliás, as pequenas cidades, sedes de governos municipais, sob este aspecto, encontram-se em grande atraso, dada a concentração extrema nas capitais da distribuição dos benefícios. Todas elas vivem, no entanto, o caos de imensas filas à porta de agências bancárias e casas lotéricas para receber o Auxílio Emergencial aprovado pelo executivo. Acionar este auxílio, numa só rede de agências bancárias, foi apontado, inicialmente, como causa de exposição e contaminação. Haja vista a demanda nos horários noturnos para ocupar melhores posições nas extensas filas. Em tudo um contrassenso.

9. Foram grafadas desta maneira as iniciativas comunitárias de levantar fundos para cobrir necessidades imediatas, prementes e essenciais. Contas correntes foram publicizadas para receber as contribuições, juntamente com cartazes e pequenos textos, explicando a finalidade e o tempo de referência da denominada “vakinha solidária”.

Diversas situações de montagem de barreiras de vigilância tiveram dificuldades com agências governamentais, somente superando exigências fora de propósito com apoio nas entidades de representação estadual e no MPF, que interveio junto às Prefeituras e unidades da polícia militar e civil¹⁰ para garantir os meios de defesa elementares dos direitos territoriais.

As descrições sobre a montagem das barreiras e seu funcionamento permitem aferir o território redimensionado na autodefesa, examinando quais as comunidades expostas e de que modo, assinalando como são cortadas por linhas de transmissão, ferroviárias, rodovias, ramais e rios. Estes as expõem aos arbítrios de seus antagonistas sejam históricos, como grandes proprietários de terras e comerciantes, sejam atuais como grileiros, garimpeiros, madeireiros e marreteiros. A vigilância cobrou, portanto, a disponibilidade de equipes de guardiães, expostos ao vírus e a agressores. Práticas autoritárias de fazendeiros, que denunciaram barreiras de controle, buscaram criminalizar, por exemplo, o “Grupo Combate COVID-19”, dos Quilombolas de Salvaterra, Marajó (PA), forçando meios para que fossem levados para prestar depoimentos à Polícia. Garimpeiros, valendo-se da elevação abrupta do preço do ouro, estão intrusando as terras indígenas de Yanomami, Kokama e Kambeba, dentre tantos outros, para extração aurífera com balsas e dragas. Atualmente os Yanomami estimam que haja mais de 20 mil garimpeiros extraindo ouro ilegalmente em suas terras, principalmente ao longo dos rios Uraricoera e Mucajaí. Madeireiros e grileiros tem avançado sobre as terras indígenas Awá Guajá e Guajajara na Pré-Amazônia Maranhense levando à intervenção do Ministério Público Federal. O MPF, em 19 de junho, ajuizou ação civil pública (ACP) com pedido de liminar, na Justiça Federal do Maranhão, contra a União e a FUNAI para que realizem no prazo de dez dias, ações para efetivação

10. Vários artigos argumentam, com base na leitura de informações do IBGE e das Secretarias de Saúde, utilizando os dados da infraestrutura médico-sanitária. Organizações como APIB, COICA, CONAQ, MALUNGU tomaram a decisão de estudar as informações sobre o COVID-19 e os números relativos a povos indígenas e quilombolas. Foi realizado levantamento abrangendo decretos, planos locais e sites de prefeituras municipais a propósito do Combate ao COVID-19. Esses decretos e planos resultam numa ‘legislação’ que prima pelo distanciamento das realidades locais ao assumir normas genéricas e sem qualquer referência aos processos reais.

de um Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus em Povos Indígenas do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI/MA). Tal ação assinala que devem ser realizadas ações de controle e fiscalização relativas ao fluxo de entrada e saída nas Terras Indígenas do Estado do Maranhão, disponibilizando meios à Coordenação Regional do Estado e à Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Awá (FPEA) com o propósito de proteger as comunidades indígenas durante a pandemia. As pressões consecutivas e diferenciadas sobre os territórios procedem, assim, de vários grupos interessados nas terras e nos recursos do subsolo dos territórios de povos e comunidades tradicionais. As terras tradicionalmente ocupadas tornaram-se objeto dos propósitos de expansão dos agronegócios e dos grupos empresariais que visam à exploração mineral. Verificamos também situações cujas pressões ocorrem internamente às comunidades. Nesta ordem foram registradas manifestações de contestação às medidas de isolamento por parte de religiosos, sobretudo pastores, e por membros de unidades familiares indígenas, que fugiram das cidades, para onde haviam se deslocado em períodos anteriores, e tensionam mais fortemente seus “parentes” para retirar as barreiras e adentrar livremente às terras, passando por cima inclusive de medidas de quarentena e de controle do seu estado de saúde.

Decorrentes destas múltiplas tensões registram-se diversos graus de conflituosidade entre as comunidades tradicionais, empenhadas no fechamento de seus territórios, e fazendeiros e grandes empresas mineradoras, madeireiras e agropecuárias, que pretendem flexibilizar este isolamento. Depreende-se isto também de muitas narrativas transcritas e de fatos divulgados por periódicos nacionais e internacionais, por mensagens veiculadas nas mídias sociais (*facebook*, *youtube* e *whats.App*) e por notícias divulgadas por rádio e televisão. O certo é que a aprendizagem de práticas coletivas de autocontrole e disciplina, por parte de membros destas comunidades, estaria ocorrendo meio à intensificação de conflitos sociais. A pandemia não apenas agrava as desigualdades sociais, mas

também acentua, simultaneamente, a consciência destas desigualdades por parte dos membros das unidades sociais focalizadas nesta coletânea. Observe-se, a propósito, que o exercício de controle do acesso ao território não foi dado por uma autoridade externa, que tenha declarado a excepcionalidade da situação e disponibilizado agentes da ordem para garanti-la. A razão e a efetividade desse tipo de controle têm seu fundamento na própria comunidade, que institui um ritual de entrada capaz de propiciar concomitantemente convencimento, reconhecimento e coesão social.

Ressalte-se a capacidade efetiva de organização, nos gestos de solidariedade e de cooperação financeira, no plano comunitário, com base nas “vakinhas virtuais”, em doações em redes de cestas básicas, de máscaras, de luvas, de inaladores, de álcool gel e outros produtos de higiene. Sem dúvida, a pandemia teve seu impacto reduzido e atingiu um número menor de vítimas fatais em virtude destas formas organizativas e de controle do acesso às comunidades, aldeias e bairros pelo efeito de mobilizações comunitárias eficientes. Assim, existe uma economia não contabilizada da pandemia, que leva em conta o funcionamento de formas de solidariedade, de ajuda mútua e de autogestão na circulação de produtos agrícolas e extrativos, que assegura uma maior autonomia da comunidade face às tutelas convencionais: agências do Estado, igrejas e grandes comerciantes. O mutualismo, sob este ponto de vista, não consiste numa modalidade associativa pré-política, própria de períodos históricos bem remotos, ao contrário representa no presente, o cerne da própria mobilização política. Suscita formas de solidariedade e de ação que podem ser aproximadas de novas maneiras de pensar a política e de agir politicamente com maior autonomia, relativizando o peso das tutelas e a força das relações de poder, que visam submeter os povos e comunidades tradicionais a mecanismos de controle ancorados em fundamentos colonialistas.

Nos atos das comunidades tradicionais de planejar e realizar medidas práticas de auto-isolamento foi possível verificar o quanto o território e os corpos de seus agentes sociais estão expostos à morte e a ataques coordenados e com

base em dispositivos aparentemente legais. Leis, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, instruções normativas e resoluções aparecem acompanhados de proposições que flexibilizam direitos territoriais e, ao anuir com intrusamentos eufemizados como liberdade de transações de compra-e-venda da terra, se mostram contrárias à preservação do território. Podem ser interpretados, deste modo, como peças documentais da biopolítica. Elas constituem o elenco dos dispositivos editados durante a pandemia, que produziram impactos face às ações de povos e comunidades tradicionais, detalhando o conteúdo desses diversos atos que concretizam as biopolíticas. No quadro apresentado estão listados 19 (dezenove) itens, destacando tipo, data, objeto, conteúdo, encaminhamento, territórios e povos ameaçados, manifestações a favor e manifestações contrárias. (Vide o Quadro 1 – Dispositivos editados durante a pandemia, que produziram efeitos em face de povos e comunidades tradicionais em anexo).

A “interiorização” da patologia do COVID-19 não foi dimensionada nas políticas de emergência sanitária na maioria dos municípios da região amazônica. Do ponto de vista dos planejadores as diferentes realidades localizadas foram reduzidas a uma única situação social. Semelhante decisão homogeneizadora dificilmente se encaixa nas condições sociais específicas e diferenciadas que caracterizam bairros e territórios etnicamente configurados. Inclua-se aqui as terras indígenas e quilombolas localizadas, contemporaneamente, dentro de perímetros urbanos. Confinados nestes limites estritos os agentes sociais foram (ou estão sendo) impelidos historicamente a constituir comunidades, como instrumento de autodefesa, e a construir socialmente, através de formas de ajuda mútua e de cooperação simples, suas territorialidades específicas correspondentes. Tais modalidades de ajuda mútua, que compreendem um vasto repertório de ações solidárias em serviços de limpeza e manutenção, em serviços funerários (aquisição de caixões) e nos afazeres da vida cotidiana, são compostas de agentes com pertencimentos étnicos distintos, aproximados situacionalmente pelo fato de se encontrarem nas cidades e de estarem vivendo problemas semelhantes. As relações interétnicas, que asseguram estas unidades sociais recém-formadas

com base na pluriétnicidade, consistem no alicerce da construção política das territorialidades específicas e no fundamento da própria dinâmica destas formas político-organizativas em que se baseiam tais comunidades indígenas. O que a luta pela ocupação demorou a consolidar, o enfrentamento da pandemia o faz celeremente. Em Manaus (AM) tais comunidades transcendem a três dezenas, recolocando a luta por direitos indígenas num plano em que os direitos territoriais são acionados em conjunto com os direitos humanos. Isto porque, mediante a negativa de reconhecimento deste processo de formação de comunidades indígenas, os planejadores e o órgão indigenista oficial (FUNAI) abrem um campo para as exclusões arbitrárias e para a “morte étnica” dos membros destas referidas comunidades, asfixiando-os ao recusar-lhes a proteção constitucional e os registros correlatos (RANI), concorrendo, assim, para aprofundar discriminações, estigmas e conflitos sociais. O significado de “morte étnica” está atrelado ao fato dos membros destas comunidades indígenas terem sido desprovidos de sua identidade social e de seu pertencimento étnico, do estatuto da cidadania e da garantia de proteção pelos direitos constitucionais, e reduzidos a seus corpos, no sentido biológico, como sublinha Agambem. Em suma, um violento processo de desumanização estaria em curso e torna-se mais transparente e perceptível mediante os fatos trágicos de letalidade provocados pela pandemia. O trabalho da morte pode não constituir sujeito, mas estimula as formas político-organizativas em torno da garantia de vida. Na Amazônia, está-se diante, portanto, de mais um capítulo do “impasse planetário em que a humanidade” se encontra, como nos alerta Mbembe (2020), com suas análises e observações referentes à complexidade dos mecanismos hodiernos da necropolítica, que perscrutam sobre como os povos e comunidades resistem a essa “grande asfixia”.

Os instrumentos etnográficos possuem potencial que permite penetrar analiticamente em cada uma destas situações concretas e descrever como os agentes sociais percebem e agem face aos mecanismos de controle dos poderes, que gravitam em torno do governo e do Estado. O ponto de vista dos que estão sendo atingidos, como os indígenas, vitoriosos em eleições para os DSEIs, as quais teriam

sido invalidadas arbitrariamente, ou os quilombolas que não tiveram assistência médica, constitui um ponto de partida para um novo quadro de discussão dos obstáculos à autonomia das associações indígenas e quilombolas. As disputas pelos postos ligados à gestão da saúde demonstram que as esferas de mediação estariam sendo deslocadas para este campo, não obstante o processo de militarização de cargos e posições no Ministério da Saúde e daqueles ligados diretamente ao Presidente da República. O controle militar da gestão da saúde impede os povos e comunidades indígenas de se emanciparem das tutelas a que estão submetidos e faz das estatísticas de infectados e mortos fatais um instrumento de poder, do mesmo modo que institui protocolos com medicamentos cuja eficácia não é garantida.

DEBATES TEÓRICOS E SITUAÇÕES EMPÍRICAS

A intensificação dos debates conduziu para proposições que não separam as questões teóricas das situações concretas. A questão destacada, antes e durante a pandemia, concerne à forma como o Estado brasileiro interviu de maneira questionável no que diz respeito à gestão da saúde, caracterizada, sobretudo, pelo negligenciamento do SUS, o que vários artigos desta coletânea interpretam como desleixo proposital. Seria um conjunto de bio-poderes para gerir o trabalho da morte? A necropolítica, aliás, consistiria num instrumento de compreensão sociológica de agências e agentes referidos a este trabalho da morte? Mbembe assim interpreta a ligação entre “soberania” e as decisões sobre a vida e a morte:

“(…) a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.” (...) “Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. (Mbembe, 2016, p. 123)¹¹.

11. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Artes & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Nº 32. Dezembro 2016 (pp. 123-151), tradução de Renata Santini. A primeira edição é de 2003, em inglês. Vide também a publicação da N-1 edições de **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo, 2018.

Na atualidade pode-se pensar o conceito de biopolítica como instrumento teórico para dar conta de como os mecanismos de controle político visam se concentrar nas agências que gerem medidas relativas à saúde e que estão na linha de frente no enfrentamento da pandemia. Refere-se tanto a instituições como o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais de Saúde, o SUS, a FIOCRUZ e os laboratórios de universidades públicas, quanto a instancias de representação e participação (conselhos, distritos especiais, associações). Umase ocupam da gestão da saúde e outras da produção de conhecimentos científicos para aprimorar o combate à pandemia. Todas elas no *front*, nos trabalhos de enfrentamento direto da pandemia, ao contrário de interesses privados como planos de saúde e hospitais particulares, que se manifestaram tardiamente e se dedicam a ações filantrópicas sem ter uma política social definida. As teorias neoliberais que imaginaram transferir a questão da saúde para a esfera privada estão se sentindo derrotadas e aumentam o peso de suas forças, juntamente com os bancos e grandes empresas do capitalismo financeiro, para ações filantrópicas. As indústrias farmacêuticas e os de laboratórios de biotecnologia, parecem ter se voltado prioritariamente para o potencial de mercado das vacinas e de remédios. Esta distinção entre o público e o privado no combate ao COVID-198 é que estaria evidenciando como planos de saúde e redes hospitalares particulares mostraram-se insuficientes e despreparados para se contrapor a situações emergenciais como a pandemia. Keynes e a intervenção do Estado no bem estar da sociedade certamente estão derrotando Hayeck e de quebra Friedman e seus epígonos neoliberais. Tanto na Europa, quanto aqui as autoridades econômicas e militares falam explicitamente em “Plano Marshall” e economistas neoliberais ressoam irados: “que se dane o Estado mínimo!”.

A concentração de recursos monetários na gestão da saúde, nestes tempos de peste, agita os poderes e se os divide também os arma localmente de maneira extrema. A pandemia funciona como um biombo, que acoberta uma complexa coalizão de interesses políticos e econômicos, apoiada por

atos de Estado, que objetiva controlar as políticas de saúde, que visa controlar a ação dos agentes de saúde das próprias comunidades e suas instancias de representação, e, por outro lado, parece fechar os olhos para atos de violência de diferentes ordens praticados contra estas mesmas comunidades. Observe-se, durante este período de pandemia, as circunstâncias dos assassinatos de líderes indígenas Guajajara (MA), a Resolução que preconiza remoções compulsórias de quilombolas em Alcântara, as agressões contra lideranças Kambeba em suas aldeias, por homens mascarados na calada da noite, em São Paulo de Olivença (AM); a suspensão da busca de desaparecidos com o rompimento da barragem de resíduos em Brumadinho (MG); a devastação de garimpeiros que intrusaram as terras indígenas dos Yanomami (RR) e a segurança privada da mineradora Vale, invadindo a tiros, em 21 de junho, o acampamento Lagoa Nova Carajás, município de Parauabepas (PA), onde vivem 248 famílias há 5 anos; os desmatamentos no quilombo Barra da Aroeira, que se localiza na região inventada pelos planejadores, denominada MATOPIBA. As terras tradicionalmente ocupadas estão sendo transformadas por meio de ações violentas e ilegais em terras de expansão de empreendimentos agrícolas em larga escala, de projetos agropecuários, madeireiros e minerários. Cabe acrescentar, as violências etno-raciais como a recusa de registrar em Unidades de Saúde os pacientes indígenas como tais, procedendo à sua identificação como “pardos”. Além disto, registra-se também as iniciativas politico-institucionais de classificar a enfermidade provocada pelo Coronavírus como “doença de trabalho”. O resultado desta classificação é que várias apólices de seguro excluem as doenças ocupacionais o que significa dizer que o contágio por COVID se tornaria um excludente de cobertura pelos seguros e planos de saúde. Os efeitos desta classificação podem ser arrolados como um dos fatores de subnotificação dos casos de COVID. Os familiares dos enfermos temem perder a cobertura monetária propiciada pelas apólices de seguro e em virtude disto mobilizam-se para que o Coronavírus não seja assinalado como *causa mortis*.

Os textos desta coletânea examinam estas condições objetivas em que um volumoso aporte de recursos públicos é concentrado na saúde tendo o controle social do corpo como objeto do poder político e dos interesses econômicos, incluindo-se situações de usurpação, eufemizadas pelo termo “flexibilização”, de direitos territoriais de indígenas e quilombolas. Embora a história social deste conceito seja concernente, segundo Foucault, à maneira como o poder político tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, com o propósito de governar não somente os indivíduos através de determinados procedimentos disciplinares, mas o conjunto da população, o autor o dispõe no tempo presente, facultando leituras críticas dos atos das autoridades sanitárias.

Os mapas dos territórios mencionados nos artigos ilustram estas novas dimensões assinaladas. Embora a maioria deles tenha capturado as informações oficiais, relativas à infraestrutura sanitária e ao número de infectados e de óbitos, eles propiciam uma análise crítica assinalando que os dados oficiais se detêm em aspectos quantitativos sem avançar muito na caracterização das vítimas e nas circunstâncias da letalidade. Representações gráficas de círculos, tabelas, escalas e respectivos infográficos não se mostram suficientes e se restringem a fatores quantitativos sem poder maior de explicação. Do ponto de vista desta coletânea esse processo de produção cartográfica aponta efeitos da pandemia em diferentes territórios ao levar os membros das comunidades a refletirem sobre o agravamento de conflitos sociais. Este trabalho pode ser cotejado de imediato com mapeamentos já realizados pelo PNCSA em situações anteriores, ao focalizar as alterações nos índices de desmatamentos, de intrusamentos de terras indígenas por garimpos ilegais e ações de mineradoras, empreendimentos de UHEs, portos, minerodutos e expansão dos agronegócios em terras tradicionalmente ocupadas (terras indígenas, quilombolas, de ribeirinhos...) e em áreas protegidas (unidades de conservação).

A ABRANGÊNCIA DOS SIGNIFICADOS DE TERRITÓRIO

Os significados de territórios utilizados nesta coletânea abrangem, deste modo, uma diversidade de situações sociais tanto referidas a terras tradicionalmente ocupadas, georeferenciadas e com um correspondente material bem definido, quanto a expressões de conhecimentos intangíveis. Ambos os significados contrastam com as medidas pandêmicas adotadas ou inspiradas pela ação do governo federal provocando tensões e conflitos sociais. A variedade de situações aqui analisadas demonstra a complexidade deste significado e a relevância de seu uso. A coletânea foi organizada de acordo com este significado mais abrangente de território agrupando os textos em diferentes planos sociais em que ocorrem relações com efeitos da pandemia.

1) Na primeira parte selecionamos textos assim classificados: i) referidos explicitamente aos territórios indígenas, quilombolas, de comunidades de fundos e fechos de pasto e de comunidades atingidas por ação de mineradoras; ii) textos que remetem aos territórios aquáticos compreendendo pescadores e ribeirinhos; iii) textos que focalizam as mobilizações políticas; iv) textos que concernem ao conhecimento científico e seu papel no enfrentamento da pandemia.

A seleção inicial focalizou a relação entre pandemia e território no Congresso Nacional e no Poder Executivo. O que está acontecendo no Congresso Nacional em termos da relação pandemia e território pode ser demonstrado através do Quadro 1 – Dispositivos editados durante a pandemia, que produziram efeitos em face de povos e comunidades tradicionais, que contém as proposições enviadas pelo executivo ao legislativo e que se acham em votação neste período pandêmico, considerado *lato sensu*. De uma maneira resumida, observando o Congresso Nacional por dentro,

pode-se afirmar que se está diante de um território que se apequena, que se fecha para sociedade e para uma participação ampla, ao mesmo tempo que aprova projetos, que avançam sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Certamente que não conseguiriam fazer isto com tanta facilidade se não fosse a votação remota, como bem nos alerta a antropóloga Maia Sprandel.

Quanto aos territórios indígenas vale salientar que, desde meados de 2019, circulavam notícias sobre reiteradas ameaças aos povos indígenas e seus territórios. Elas se adensaram no início de 2020. Em 6 de fevereiro, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB emitiu nota de repúdio ao Projeto de Lei (PL) 191/2020 enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional com objetivo de regulamentar atividades de exploração econômica de terras indígenas (mineração, garimpo, extração de petróleo e gás, construção de hidrelétricas e agropecuária) em resposta a conglomerados econômicos e setores empresariais dos agronegócios, que exercem pressão política demandando a expansão de suas atividades sobre tais terras e tem servido de sustentação aos planos governamentais¹². As ameaças de invasão das terras indígenas por esses agentes agravaram o caos provocado pela contaminação massiva de indígenas pelo Covid-19.

A posição defensiva está presente nas organizações e movimentos diante da combinação perversa de medidas contra os povos indígenas¹³ e o total negligenciamento de proteção à sua saúde. A Nota Oficial

12. Ler a Nota Pública de Repúdio contra o Projeto do Governo Bolsonaro de Regulamentar a Mineração, Empreendimentos Energéticos e o Agronegócio nas Terras Indígenas. em <https://cimi.org.br/2020/02/apib-repudia-projeto-governo-bolsonaro-libera-mineracao-hidreletricas-agronegocio-terras-indigenas/> Acesso em 15/06/2020.

13. **#11 Durante a pandemia, Funai emite norma que incentiva invasão de terras indígenas.** 01/maio/2020 A pandemia da Covid-19 já chegou em 20 povos indígenas no Brasil. Não estamos enfrentando apenas um vírus. Junto com o aumento de casos de indígenas infectados e mortos pela Covid-19 está o crescimento de assassinatos das nossas lideranças e o aumento das invasões de madeireiros, garimpeiros, missionários e grileiros em nossas terras. O isolamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) não pode ser um privilégio de poucos
<http://apib.info/2020/05/01/durante-a-pandemia-funai-emite-norma-que-incentiva-invasao-de-terras-indigenas/>

ABRASCO/ABA “A COVID 19 e os Povos indígenas desafios e medidas para controle do seu avanço”¹⁴ chama atenção para os territórios indígenas e o papel da FUNAI no controle de entrada nas TIs de agentes externos. Contraditoriamente, essa instituição assegura um atendimento muito limitado, por meio das atividades do SASI-SUS, subestimando situações de perigo de contaminação nas aldeias indígenas e para os indígenas que residem habitualmente nas cidades. Nos alinhamentos governamentais a FUNAI emitiu a Instrução Normativa N° 9 “que permite legalizar o crime de grilagem dentro de áreas indígenas”, de acordo com o posicionamento da APIB. A observação relevante é a invisibilização dos agentes sociais e o ato permanente de negligenciar os direitos territoriais nas ações de enfrentamento à pandemia.

Nos territórios quilombolas, o tempo de pandemia revela, de forma recalcitrante, a influência de agentes econômicos e políticos, que mediante dispositivos da biopolítica decidem sobre os territórios de povos tradicionais. Nos Estados de Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina as situações críticas das intervenções exigem descrições dos movimentos de sincronia e diacronia, como depreende-se da leitura de vários artigos. No primeiro mês de crescente consternação com a pandemia de CODIV-19 é publicada no **Diário Oficial da União** a Resolução n° 11 de 26 de março de 2020, assinada por Augusto Heleno Ribeiro Pereira, general-de-exército da Reserva do Exército Brasileiro atualmente Ministro do Gabinete de Segurança Institucional e no cargo de Coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB). A Resolução no seu artigo 6 “Aprova a Matriz de responsabilidade dos órgãos que integram o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro”, o que sumariza os atos para a remoção e o reassentamento que, de acordo com associações de quilombolas de Alcântara, poderá atingir 30 comunidades

14. <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/a-covid-19-e-os-povos-indigenas-desafios-e-medidas-para-controle-do-seu-avanco/45866/>

e mais de 800 famílias, além de acarretar a subtração de mais de 12.000 hectares do território reivindicado em função da expansão do Centro de Lançamento de Alcântara¹⁵.

Organizações dos Movimentos Indígenas¹⁶ e Quilombolas dirigiram-se a representações políticas na Câmara dos Deputados com objetivo de que fosse considerada a extrema necessidade de uma política emergencial. Isto resultou no Projeto de Lei Nº 1.142 de 2020¹⁷ apresentado a essa Câmara no dia 27 de março de 2020. Somente três meses depois é divulgada a Redação Final do Projeto de Lei e fica aguardando a aprovação do Executivo. O longo período de debates, seguindo o ritual “normal|” levanta a pergunta: Quantas mortes de indígenas e quilombolas poderiam ter sido evitadas com base em ações diferenciadas e eficientes? A quem serve a inépcia da gestão política da pandemia?

15. A Manifestação da S.B.P.C., em 31 de março de 2020, inseria parágrafo final afirmando: “ A Resolução Nº 11 de 26 de março é tornada pública em um tempo de profunda comiserção mundial pelo avanço da pandemia do Codiv-19 e mostra-se em visceral desrespeito à dignidade dos quilombolas de Alcântara, o que atinge todos os quilombolas do Brasil e os que defendem respeito e valores de solidariedade humana. Diante do exposto a SBPC discorda das proposições contidas na referida Resolução e solicita a sua desconsideração por se constituir em ato contra a vida das comunidades quilombolas”.

<http://portal.sbpnet.org.br/noticias/sbpc-se-manifesta-contr-resolucao-que-autoriza-remocao-de-quilombolas-de-alcantara/> Acesso em 11 de junho de 2020.

16. A cobrança dessas ações por parte do governo foi imediata aos primeiros indicadores estatísticos sobre contaminação e mortes. A Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) publicou nota (20/3) em que reivindica a adoção de um Plano de Ação Emergencial, que abranja tanto o fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) quanto medidas para coibir a invasão dos territórios por grileiros, garimpeiros e madeireiros. A Apib também articulou com governadores estaduais uma carta com estratégias para a proteção aos povos indígenas de todo o Brasil (7/4). Outra iniciativa foi a construção de um Projeto de Lei (PL 1.305/2020), apresentado pelas deputadas Taliria Petrone (PSOL-RJ), Joenia Wapichana (REDE-RR) e outros parlamentares da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, que dispõe sobre o Plano Emergencial para Enfrentamento ao Coronavírus nos territórios indígenas, assegurando a garantia de direitos sociais e territoriais.

<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/vulnerabilidades-que-aproximam> Acesso em 15/06/2020.

A CONAQ referendou a elaboração desse plano. Notadamente, a grave ofensiva dos desmatamentos concretizou-se com mais de 70.000 hectares de florestas derrubadas, o que representa aumento de 29,9% comparado com o ano anterior, conforme os dados do INPE, em termos de intrusamentos e devastação de territórios quilombolas e indígenas.

17. NOVA EMENTA: Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Ver a tramitação no site:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218>. Acesso em 17/06/2020.

Os territórios de diferentes comunidades (de fundos e fechos de pasto, de assentados, de *raizales* e de atingidos por mineração) tornam-se objeto de reflexão. A rigor as indagações abordadas nos artigos desta coletânea procedem de uma reflexão sobre uma situação epidêmica e de “determinação local”, como escreve Alain Badiou¹⁸ (2020, pp. 72 e 78). Entende-se que o “combate à pandemia” reveste-se de situações sociais no presente-passado, referidas a realidades específicas incrustadas de racismos e de subordinação do Outro. Uma situação colonial, enfim. Tais noções operativas contribuem para que se possa compreender os atingidos e remetem empiricamente a atividades de mineração, dendeicultura e de plantações homogêneas, bem como a obras de infraestrutura (portos graneleiros, minerodutos, gasodutos, duplicação de rodovias e ferrovias, UHEs Tucuruí e Belo Monte). O território destas comunidades atingidas resulta diferente do território quilombola e do território indígena pelo fato de seus agentes não terem podido lançar mão do direito duramente conquistado ao isolamento social. Assim tais comunidades ficaram cruamente expostas à morte e radicalmente abandonadas. Por parte das sedes municipais ocorreram, inclusive, em alguns casos, atos discricionários de evitar a entrada dos pescadores na cidade para vender peixes, dos agricultores familiares para oferecerem a farinha e demais produtos agrícolas nas feiras. Em torno das comunidades descritas a fome, a falta de água, a impossibilidade de adquirir medicamentos faz com que a lembrança da morte seja permanente tanto pelo COVID 19, quanto por carências básicas. Haverá necessidade de retomar criticamente o denominado “Auxílio Emergencial” como uma medida com falhas na implementação.

A unidade que se busca estabelecer entre território e pandemia é aberta e múltipla com a pretensão de discernir como modos de vida dos povos tradicionais são afetados pelos efeitos econômicos, como no caso de interrupção das atividades e de turismo, da pesca, da própria agricultura

18. BADIOU, Alain. Sobre la situación epidémica. In. Agamben, Giorgio. Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio. Marzo, 2020. P. 67-78.

e extrativismo vinculados a mercados, ainda mais porque a incerteza dos próximos meses e anos é elevada. Todavia, trata-se de incertezas de várias ordens. Paul Preciado, filósofo, aborda as técnicas governamentais biopolíticas e as redes de poder que entraram em vigência, sobre as formas de poder especializado, afirma que este se estenderá na totalidade do território até penetrar no corpo individual (Preciado¹⁹, 2020, p. 164). Abalizado em Foucault escreve:

una epidemia radicaliza y desplaza las técnicas biopolíticas que se aplican al territorio nacional hasta al nivel de la anatomía política, inscribiéndolas en el cuerpo individual. Al mismo tiempo, una epidemia permite extender a toda la población las medidas de “inmunización” política que habían sido aplicadas hasta ahora de manera violenta frente aquellos que habían sido considerados como “extranjeros” tanto dentro como en los límites del territorio nacional. (Preciado, 2020, p. 164).

Assistimos a lutas organizadas para defender os territórios, evitar a morte; esses enfrentamentos neste tempo de pandemia são a maior certeza da resistência. Nas palavras de Preciado as iniciativas de uso do tempo de isolamento podem permitir “estudar tradições de luta e resistência minoritárias, que nos tem ajudado a sobreviver até aqui” (Preciado,2020:185).

De igual modo a ofensiva do governo federal contra as universidades e instituições de pesquisa tem sido persistente desde 2016 e adquiriu impulso demolidor no atual governo, notadamente através do Ministério da Educação, que pretende chamar a si a escolha de reitores e que se conforma com a drástica redução dos recursos públicos para o sistema de ensino por parte do executivo. Esses ataques frontais colocam em perigo o conhecimento científico, que no tempo de pandemia seria um aliado para indicar alternativas, examinar protocolos, debater dados epidemiológicos e elaborar orientações na perspectiva que se codificou de “emergência sanitária e humanitária” ante

19. PRECIADO, Paul. B. Aprendiendo del virus. In. AGAMBEN, Giorgio. **Sopa de Wuhan**. S. I. Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), Marzo, 2020 (p. 163-185)

o evento biológico do COVID-19, com forte espectro de (des)informação. Concepções de saúde, respeito à vida e justiça não separam as ciências sociais e as ciências da vida; aliadas elas formulam questões aos tratamentos, não reduzíveis a opiniões sobre medicamentos, técnicas, práticas e terapias. As soluções estudadas no campo da pesquisa científica tem se constituído numa “a reafirmação ou legitimação ampla junto à sociedade, da autoridade da ciência e das universidades”. O território da ciência evidencia assim, os confrontos de ordens e poderes econômicos, bem como as medidas autoritárias de militarização do Ministério da Saúde, em detrimento dos que detém os critérios de conhecimento médico, e as disputas políticas concernentes às visões oficiosas da pandemia, “negacionistas” e conservadoras. A própria coletânea **Território e Pandemia**, aqui apresentada, marca uma visão de ciência que, na contramão do “negacionismo”, realiza uma defesa radical do uso do conhecimento científico no combate ao Coronavírus.

Os obituários compõem a segunda parte da coletânea intitulada o “território da morte”. Nesta segunda parte tem-se, como já foi dito, 40 (quarenta) colaboradores envolvidos, direta ou indiretamente, na elaboração dos obituários, acrescidos das associações indígenas que produziram listas com os nomes dos mortos fatais pelo Coronavírus. Os obituários e as listas concernem a 100 (cem) vítimas fatais da COVID-19. Há dois estrangeiros, que foram vítimas do COVID-19 e simbolizam a escala global da pandemia, aos quais correspondem: um obituário sobre liderança indígena colombiana, que foi protagonista de uma película premiada em vários países, e outro, sobre uma cineasta nigeriana, que se destacou internacionalmente na luta contra a dominação colonialista e o racismo. Ambos conhecidos dos movimentos indígenas e quilombolas.

Na terceira parte apresentamos uma iconografia das formas de resistência de povos indígenas, quilombolas e ciganos. Mais privilegiamos os cartazes com seus desenhos e breves mensagens do que a elaboração de textos explicativos. Consideramos uma redundância. No caso de indígenas e

quilombolas estas formas são expressas pela vigilância e controle do acesso às suas terras, implementadas pelas próprias comunidades, de maneira autônoma e precedendo a qualquer ação governamental. Em se tratando dos ciganos há uma ênfase nos chamados “ranchos”. As placas, cartazes e avisos afixados junto às barreiras físicas e postos de vigilância de acesso às terras indígenas e quilombolas, registram formas politico-organizativas que adotaram o “isolamento social” como mecanismo de autodefesa de seus territórios diante da disseminação desordenada do Coronavírus e dos intrusamentos sucessivos dela decorrentes. Consideramos tais materiais visuais como documentos através dos quais estes povos e comunidades tradicionais estabelecem uma interlocução constante, durante a pandemia, com a sociedade e com o Estado.

De maneira resumida pode-se considerar as três partes desta coletânea como etapas distintas dos trabalhos de pesquisa. Elas independem umas das outras e podem ser lidas em separado e na ordem desejada pelos leitores. Não há qualquer pretensão de sequência ou de uma continuidade linear senão para efeitos exposição e sumário.

Pelo que já foi observado as três partes podem ser assim brevemente descritas: i) a primeira corresponde ao processo de produção dos artigos referentes aos respectivos “territórios” e contém, após esta “Apresentação Geral” e o quadro de dispositivos legais editados durante a pandemia que produziram efeitos em povos e comunidades tradicionais, uma análise do veto presidencial ao “Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas e medidas de apoio a diversas comunidades”. ii) A segunda compreende os critérios de seleção de “notas de pesar”, “avisos fúnebres” e quejandos. Consiste num registro necrológico, redigido a partir de narrativas dos próprios membros do povo, grupo ou comunidade afetados. Por estar fundado no trabalho da morte, que orienta as narrativas daqueles que mantêm vínculos com o agente social vitimado pelo COVID-19, consiste no reverso da biografia. A elaboração dos obituários baseia-se, pois,

nestas narrativas que, face ao distanciamento social imposto pela pandemia, passam a fazer parte da sequência cerimonial de sepultamento. iii) A terceira abrange as atividades de compilação de “cartazes” (*folders*) e “quadros de aviso”, contendo as orientações de indígenas e quilombolas, quanto ao acesso às suas terras, em combinação com os escritos nos cartazes, como os dos ciganos, que dizem respeito à pauta de suas necessidades prementes de equipamentos médicos de proteção à saúde (máscaras, luvas, álcool gel), de materiais de limpeza, de alimentos e de apoio financeiro para poderem saldar compromissos elementares, uma vez que se encontram gravemente afetados por danos econômicos relativos ao “isolamento social” ou ao confinamento em que se encontram.

Estamos diante, portanto, de três diferentes planos do trabalho intelectual ou de gêneros textuais distintos, que balizaram a divisão do trabalho com conceitos polissêmicos de território, na consecução desta coletânea. Nesta perspectiva o exercício de interpenetração das partes e de suas imagináveis articulações deixamo-lo em aberto, completamente sujeito às condições de possibilidade de uma leitura crítica e da atenção criteriosa dos leitores.

Rosa Acevedo
Eriki Aleixo
Alfredo Wagner
(org.)

Quadro 1 – Dispositivos editados durante a pandemia, que produziram efeitos em Povos e Comunidades Tradicionais

ATO	DATA	OBJETO	CONTEÚDO	ENCAMINHAMENTO	TERRITÓRIOS E POVOS AMEAÇADOS	MANIFESTAÇÕES A FAVOR	MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS
Lei nº 13.982	02/04/2018	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Institui o auxílio emergencial por um período de três meses, no valor de R\$ 600,00	A iniciativa partiu do Poder Legislativo, por meio do PL nº 1.066/2020. Posteriormente outros projetos foram aprovados para ampliar o escopo dos grupos sociais beneficiários do auxílio emergencial	De um modo geral, os povos e comunidades tradicionais foram afetados em virtude de dificuldades de recebimento dos recursos do Auxílio Emergencial, que obrigaram as pessoas a se aglomerarem em extensas filas nas cidades, e assim, facilitar sobremaneira o contágio de grande número de pessoas.	-	-

MP 910	10/12/2019	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos de administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.	Designada por seus críticos de “MP da Grilagem”, o dispositivo se enquadra na estratégia de flexibilização da legislação fundiária e ambiental posta em prática pelo atual governo. Possibilitava a regularização de aposseamentos irregulares, dispensando a declaração de confiança e a necessidade de vistoria prévia para imóveis rurais com área até 15 módulos fiscais.	Após sucessivas tentativas de colocá-la em votação na Câmara dos Deputados, todas consanguadas pela pressão da sociedade civil e da ampla repercussão negativa a nível internacional, a MP perdeu validade e consequentemente seus efeitos jurídicos caíram por terra.	Povos e comunidades tradicionais situados em glebas federais arrecadadas e matrículas em nome da União, objeto de disputa com grileiros, mineradoras e empresas do agronegócio	Frete Parlamentar da Agropecuária, Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Secretaria de Assuntos Fundiários	Ampla frente formada por movimentos sociais, ONG's, artistas, parlamentares de oposição e agências internacionais preocupadas com a ampliação dos desmatamentos e devastações.
PL nº 191	06/02/2020	Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.	Libera atividades minerárias (pesquisa e lavra), exploração de hidrocarbonetos e construção de hidrelétricas em terras indígenas, cujo usufruto será autorizado mediante pagamento de indenização aos povos afetados. Subverte os fundamentos da Convenção 169, da OIT. Prevê o suporte de forças policiais para assegurar as atividades extrativas, as quais serão autorizadas independentemente da concordância de cada povo.	PL foi construído pelo governo federal e enviado ao Congresso Nacional. E assinado eletronicamente pelos Ministros Bento Albuquerque, de Minas e Energia, e Sérgio Moro, Ministro da Justiça e Segurança Pública	Povos indígenas sob mira de estratégias empresariais da mineração e da produção de energia, notadamente na Amazônia	Bancada da Mineração, Frente Parlamentar da Agropecuária, base de apoio ao governo; grandes grupos empresariais	Nota pública de repúdio contra o projeto do Governo Bolsonaro de regulamentar a mineração, empreendimentos energéticos e o agronegócio nas terras indígenas, subscrita pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APB; Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPIF); Bancada de oposição ao governo no Congresso

Lei nº 13.979	06/02/2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Reconhece a emergência de saúde pública e estabelece mecanismos biopolíticos visando o enfrentamento da pandemia. Institui as classificações “isolamento” e “quarentena”; elenca as medidas sociais e epidemiológicas a serem adotadas, nas várias esferas de competência	Conversão em lei do PL nº 23/2020, proposto pelo Governo federal e aprovado sucessivamente pelo Congresso Nacional			Base de apoio ao governo no Congresso Nacional	Partidos de oposição
Instrução Normativa Ibama nº 19	12/03/2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).						

MPV nº 926	20/03/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.	Estabelece a faculdade de adoção de medidas sanitárias restritivas, com o propósito de combater a SARS-Cov-2, resguardando-se o funcionamento dos serviços públicos e das atividades classificadas como “essenciais”; confere ao Presidente da República o poder soberano de definir a respeito das “atividades essenciais” e a circulação interestadual e intermunicipal; dispõe sobre os regimes de compras emergenciais durante a pandemia	Editada pelo Poder Executivo e enviada ao Congresso Nacional. Encontra-se em análise na Câmara dos Deputados desde 08/04/2020		Entidades em- presariats, base de apoio ao governo no Congresso Nacional	Fórum de Governadores; Partido Democrático Trabalhista (PDT) ingressou com ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a qual foi acatada parcialmente, conferindo aos governadores e prefeitos o mesmo poder soberano antes monopolizado pelo Presidente
Decreto nº 10.282	20/03/2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais	Estabelece o regime de classificação dos serviços públicos e das atividades essenciais	Decreto editado pelo Poder Executivo. Encontra-se em vigor			
Portaria Ibama nº 826	21/03/2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COV-VID-19)	Determinou a suspensão dos prazos processuais por prazo indeterminado, a contar de 16 de março de 2020, nos processos físicos e eletrônicos em trâmite no âmbito do Ibama	O ato permanece vigente por tempo indeterminado	Povos e comunidades tradicionais em colisão com megatendimentos econômicos	Grupos empresariais e parlamentares ligados à mineração e ao agronegócio	Não há registro

Instrução Normativa Ibama nº 12	25/03/2020	Prorroga o prazo regular para a entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP de 2020 (ano-base 2019).	Prorrogação de prazos para os beneficiários de licenciamento ambiental apresentarem relatório anual de atividades potencialmente poluidoras, alegadamente por causa da pandemia	A Resolução partiu do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB).	No seu artigo 6º, aprova “a Matriz de responsabilidade dos órgãos que integram o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro” e summarizes os atos para a remoção e o reassentamento em Alcântara que, de acordo com associações locais de quilombolas, poderão atingir 30 comunidades e mais de 800 famílias e levar à subtração de mais de 12.000 hectares do território reivindicado em função da expansão do Centro de Lançamento de Alcântara.	Grupos empresariais e parlamentares ligados à mineração e ao agronegócio	Não há registro
Resolução Nº 11	26/03/2020	Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), na Sétima Reunião Plenária ocorrida em 4 de março de 2020.	Art. 4º: Aprovar as diretrizes destinadas a orientar a elaboração do Plano de Consulta às comunidades quilombolas do município de Alcântara, Estado do Maranhão, com vistas a atender ao estabelecido na Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, e autorizar a feitura do mencionado Plano pelo Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro constituído na forma do art. 2º da Resolução nº 8/CDPEB/2019, de 7 de agosto de 2019, conforme proposta constante no anexo do relatório parcial desse sublegado.	A Resolução partiu do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB).	No seu artigo 6º, aprova “a Matriz de responsabilidade dos órgãos que integram o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro” e summarizes os atos para a remoção e o reassentamento em Alcântara que, de acordo com associações locais de quilombolas, poderão atingir 30 comunidades e mais de 800 famílias e levar à subtração de mais de 12.000 hectares do território reivindicado em função da expansão do Centro de Lançamento de Alcântara.	Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB). Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura Municipal de Alcântara.	MABE SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALCÂNTARA CONAQ ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS SBPC manifestou-se contra a remoção forçada das comunidades quilombolas do município de Alcântara e tem reiterado esse posicionamento em diversos fóruns, eventos e moções, sempre a partir de debates e reflexões acuradas, em particular na Moção aprovada na Assembleia Geral de sua 69ª Reunião Anual, em 2017

Portaria MAPA nº 116	26/03/2020	Dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19	Art. 5º Aprovar o Plano de Comunicação com as comunidades quilombolas localizadas na área de interesse do Estado para a consolidação do Centro Espacial de Alcântara, elaborado no âmbito do Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro constituído na forma do art. 2º da Resolução nº 8/CDPEB/2019, de 7 de agosto de 2019.	A portaria permanece em vigor desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 27/03/2020. Segundo levantamento diário feito pela Agência Pública, desde o começo do mandato o governo Bolsonaro já liberou 607 novos produtos agrotóxicos, muitos deles banidos em outros países. Até o dia 13/05 já haviam sido liberados 150 novos agrotóxicos durante a pandemia (Brasil de Fato, 2020)	Povos e comunidades tradicionais situados nas proximidades de monocultivos em larga escala	Fronte Parlamentar da Agropecuária, Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Associação Brasileira do Agronegócio	Movimentos sociais que integram a Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida
----------------------	------------	---	---	--	--	--	--

PL nº 1.142/2020	27/03/2020	Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública	Cria um Plano Emergencial de Enfrentamento à covid-19 nos territórios indígenas e quilombolas	PL apresentada pela Dep. Rosa Neide (PT-MI) e outros 24 deputados federais. Foi aprovado em 16/06/2020 no Senado Federal e seguirá para sanção presidencial	Não há ameaça, mas políticas de socorro aos povos afetados pela pandemia	Entidades representativas de povos e comunidades tradicionais (Apib, Conaq, Cotab, etc.); parlamentares de oposição	Frente Parlamentar da Agropecuária e membros da base de apoio do governo
------------------	------------	---	---	--	--	---	--

Portaria MME, nº 135/GM	28/03/2020	Autoriza a continuidade das operações extrativas de empresas mineradoras	Considera essencial a disponibilização dos insumos minerais necessários à cadeia produtiva das atividades essenciais arroladas nos incisos do § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, e realizada, dentre outros, pelos seguintes serviços e atividades: I - pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas; II - beneficiamento e processamento de bens minerais; III - transformação mineral; IV - comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral; e V - transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva	Ato articulado pelos grandes players da mineração no país, visando não interromper as atividades extrativas durante a pandemia	Povos e comunidades tradicionais em colisão com megaprojetos minerários	Grupos empresariais da mineração	Várias denúncias de povos indígenas e quilombolas prejudicados com a medida, considerada por estes como impulsionadora da transmissão da covid-19 nos territórios tradicionais
-------------------------	------------	--	--	--	---	----------------------------------	--

Despacho MMA nº 4.410/GM	06/04/2020	Torna vinculante no âmbito do MMA o Parecer n. 00115/2019/DECOR/CGU/AGLU, que orienta autorizar atividades econômicas no bioma Mata Atlântica	Libera atividades produtivas em áreas consideradas “consolidadas” no bioma Mata Atlântica, orientado por parecer da AGLU, cujo interesse é a Confederação Nacional da Agricultura - CNA	Editado no escopo da fala do ministro na reunião ministerial de 28/04/2020: “provetar o período da pandemia para fazer passar a boiada”. Diante da ampla repercussão negativa, o ato administrativo foi cancelado	Povos e comunidades tradicionais da Mata Atlântica	Confederação Nacional da Agricultura - CNA	MPF, OAB, ONGs ambientalistas, povos indígenas e quilombolas da Mata Atlântica
Portaria SEMAS/PA nº 432	14/04/2020	Dispõe sobre prorrogação de prazos e procedimentos administrativos, referentes a licenciamento ambiental, durante a vigência do Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.	Possibilitou a prorrogação excepcional até a data de 1º de julho de 2020 dos seguintes prazos administrativos vencidos durante a vigência do Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020: I - de validade das licenças ambientais e demais autorizações emitidas pela Secretana de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; II – de resposta à notificação; e III - de cumprimento de condicionantes, incluindo a apresentação do Relatório de Informação Ambiental Anual, referente ao exercício 2019/2020, acompañado do respectivo comprovante de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE.	Ato editado em atendimento a pressões exercidas por grupos empresariais com interlocução direta junto ao Governo do Pará	Povos e comunidades tradicionais em colisão com mecanismos econômicos	Grupos empresariais e parlamentares ligados à mineração, à exploração de madeira e ao agronegócio	Não há registro

Decreto Estadual nº 609	16/04/2020	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do coronavírus COVID-19.	No art. 23 fica recomendado o início e o término de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, autorizados a funcionar, conforme horários estabelecidos no Anexo Único do decreto. Em consonância com o Decreto Federal nº 10.329/2020, corroborou a classificação das atividades minerárias e siderúrgicas como “atividades essenciais”. No item 59 do anexo 1, liberou também a produção, distribuição, comercialização e entrega de alimentos produzidos pelo agronegócio	O decreto foi editado pelo Governo do Pará	Todos os povos e comunidades tradicionais do Pará, cercados por megapreempções minerárias e agropecuárias foram afetados por essa decisão		Não foi identificada nenhuma oposição pública a essa medida
Instrução Normativa Funai nº 9	16/04/2020	Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.	Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites dos imóveis privados, vedando a FUNAI de negar posse aos imóveis rurais privados sobrepostos a territórios indígenas não homologados por decreto.	A medida foi articulada pela Frente Parlamentar da Agropecuária e da Confederação Nacional da Agricultura, e operacionalizada dentro do governo por Nabhan Garcia, Secretário de Assuntos Fundiários e ferrenho opositor de políticas destinadas a garantir os direitos territoriais de indígenas e quilombolas	Povos indígenas com processos de demarcação e delimitação em curso. 9 milhões de hectares e 235 terras indígenas foram excluídas da base do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef). Até haviam sido emitidas para fazendas localizadas dentro de terras indígenas	Frente Parlamentar da Agropecuária, Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Funai, Secretaria de Assuntos Fundiários	Alerta APIB #11 (01/05/2020): Durante a pandemia, Funai emite norma que incentiva invasão de terras indígenas. Instrução Normativa nº 9 legaliza a grilagem em áreas indígenas e incentiva o aumento da violência e crimes ambientais

Decreto nº 10.329	28/04/2020	Atualiza a lista de serviços públicos e atividades essenciais	Inclui as atividades minerárias (incisos L e XLIX), como “essenciais” XLIX - atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro; L - atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais;	Decreto editado pelo Poder Executivo. Entra-se em vigor	Todos os povos e comunidades tradicionais do país, cercados por megaprecedimentos minerários foram afetados por essa decisão	Empresas de mineração e do agronegócio; entidades empresariais	
Decreto nº 10.342	07/05/2020	Atualiza a lista de serviços públicos e atividades essenciais	Inclui atividades de produção, transporte e distribuição de gás natural, construção civil e industriais (incisos LIV e LX) como essenciais	Decreto editado pelo Poder Executivo. Entra-se em vigor			

PL 2.633	14/05/2020	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências	O PL foi apresentado pelo Relator da MP 910/2019, após o referido dispositivo perder a validade por não ter sido votada tempestivamente no Congresso Nacional. Trata-se de uma reedição da MP, com o acréscimo de outros pontos, igualmente criticada pelo MPP; pelos movimentos sociais e por ambientalistas.	Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Em 15/05/2020 foi instituída Comissão Especial para analisá-lo. Em 20/05/2020 foi apresentado o Requerimento de Urgência nº 1200/2020, pelo Deputado Marcelo Ramos (PL/AM) e outros, que “Requer, nos termos do art. 155, seja incluído automaticamente na Ordem do Dia o Projeto de Lei 2633 de 2020[...].”	Povos e comunidades tradicionais situados em glebas federais arrecadadas e matriculadas em nome da União, objeto de disputa com grileiros, mineradoras e empresas do agronegócio	Frente Parlamentar da Agropecuária, Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Secretária de Assuntos Fundiários	Ampla coalizão formada por movimentos sociais, ONG's, artistas, parlamentares de oposição e vozes internacionais
----------	------------	--	--	---	--	---	--

Links dos Dispositivos editados durante a pandemia

Nº ato	Data	Conteúdo	Link de acesso
MP 910 (Expirou o prazo validade e tornou-se PL2633)	10/12/2019	Designada por seus críticos de “MP da Grilagem”, o referido dispositivo se enquadra na estratégia de flexibilização da legislação fundiária e ambiental posta em prática pelo atual governo federal. Possibilitava a regularização de apossamentos irregulares, dispensando a declaração de confinantes e a necessidade de vistoria prévia para imóveis rurais com área até 15 módulos fiscais	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm
PL nº 191	06/02/2020	Libera atividades minerárias (pesquisa e lavra), exploração de hidrocarbonetos e construção de hidrelétricas em terras indígenas, cujo usufruto será autorizado mediante pagamento de indenização aos povos afetados. Subverte os fundamentos da Convenção 169, da OIT. Prevê o suporte de forças policiais para assegurar as atividades extrativas, as quais serão autorizadas independentemente da concordância de cada povo	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1855498&filename=PL+191/2020
Lei nº 13.979	06/02/2020	Reconhece a emergência de saúde pública e estabelece mecanismos biopolíticos visando o enfrentamento da pandemia. Institui as classificações “isolamento” e “quarentena”; elenca as medidas sociais e epidemiológicas a serem adotadas, nas várias esferas de competência	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm
MPV nº 926	20/03/2020	Estabelece a faculdade de adoção de medidas sanitárias restritivas, com o propósito de combater a SARS-Cov-2, resguardando-se o funcionamento dos serviços públicos e das atividades classificadas como “essenciais”; confere ao Presidente da República o poder soberano de definir a respeito das “atividades essenciais” e a circulação interestadual e intermunicipal; dispõe sobre os regimes de compras emergenciais durante a pandemia	https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141144
Decreto nº 10.282	20/03/2020	Estabelece o regime de classificação dos serviços públicos e das atividades essenciais	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10282.htm

Portaria Iba- ma nº 826	21/03/2020	Determinou a suspensão dos prazos processuais por prazo indeterminado, a contar de 16 de março de 2020, nos processos físicos e eletrônicos em trâmite no âmbito do Ibama	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-826-de-21-de-marco-de-2020-249491009
Instrução Normativa Ibama nº 12	25/03/2020	Prorrogação de prazos para os beneficiários de licenciamento ambiental apresentarem relatório anual de atividades potencialmente poluidoras, alegadamente por causa da pandemia	http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/IN/IN12-20-MMA-IBMARNR.htm
Portaria nº 116	26/03/2020	Estabelece um rol de produtos, serviços e atividades considerados essenciais à cadeia produtiva de alimentos, bebidas e insumos agropecuários, dentre outros. Na lista consta a autorização para a produção e comercialização de agrotóxicos eufemizados como “defensivos agrícolas”.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-116-de-26-de-marco-de-2020-250059467
PL nº 1.142/2020	27/03/2020	Cria um Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas e quilombolas	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218
Portaria MME nº 135/GM	28/03/2020	Considera essencial a disponibilização dos insumos minerais necessários à cadeia produtiva das atividades essenciais arroladas nos incisos do § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, e realizada, dentre outros, pelos seguintes serviços e atividades: I - pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas; II - beneficiamento e processamento de bens minerais; III - transformação mineral; IV - comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral; e V - transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva	http://www.mme.gov.br/documents/79325/0/Portaria_135_SGM.pdf/792dcd4d-43f7-c624-63da-9822ae8b01ec
Lei nº 13.982	02/04/2020	Institui o auxílio emergencial por um período de três meses, no valor de R\$ 600,00	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm
Despacho MMA nº 4.410/GM	06/04/2020	Libera atividades produtivas em áreas consideradas “consolidadas” no bioma Mata Atlântica, orientado por parecer da AGU, cujo interessado é a Confederação Nacional da Agricultura - CNA	http://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-n-4.410/2020-251289803

Portaria SEMAS/PA/nº 432	14/04/2020	<p>Possibilitou a prorrogação excepcional até a data de 1º de julho de 2020 dos seguintes prazos administrativos vencidos durante a vigência do Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020:</p> <p>I - de validade das licenças ambientais e demais autorizações emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS;</p> <p>II – de resposta à notificação; e</p> <p>III - de cumprimento de condicionantes, incluindo a apresentação do Relatório de Informação Ambiental Anual, referente ao exercício 2019/2020, acompanhado do respectivo comprovante de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE.</p>	https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/3567.pdf
Decreto Estadual nº 609	16/04/2020	<p>No art. 23 fica recomendado o início e o término de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, autorizados a funcionar, conforme horários estabelecidos no Anexo Único do decreto.</p> <p>Em consonância com o Decreto Federal nº 10.329/2020, corroborou a classificação das atividades minerárias e siderúrgicas como “atividades essenciais”. No item 59 do anexo 1, liberou também a produção, distribuição, comercialização e entrega de alimentos produzidos pelo agronegócio</p>	https://drive.google.com/file/d/1Kn8WjWL8NGJqHR-xbWiEoGqMtsWaDBIC/view
Instrução Normativa Funai nº 9	16/04/2020	Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites dos imóveis privados, vedando a FUNAI de negar posse aos imóveis rurais privados sobrepostos a territórios indígenas não homologados por decreto	http://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-9-de-16-de-abril-de-2020-253343033
Decreto nº 10.342	07/05/2020	Inclui atividades de produção, transporte e distribuição de gás natural, construção civil e industriais (incisos LIV e LV) como essenciais	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10342.htm
PL nº 2.633	14/05/2020	O PL foi apresentado pelo Relator da MP 910/2019, após o referido dispositivo perder a validade por não ter sido votada tempestivamente no Congresso Nacional. Trata-se de uma reedição da MP, com o acréscimo de outros pontos, igualmente criticada pelo MPF, pelos movimentos sociais e por ambientalistas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589

Elaboração: Elielson Pereira da Silva e Selma Solange Monteiro. 2020.

A pandemia, ao ocasionar o estímulo à posição cientificamente fundamentada do isolamento social, faz com que os diferentes grupos que compõem as bases dos movimentos sociais se auto-contenham em seus territórios mínimos próprios, na esfera doméstica. Aí se mostra o valor da manutenção das fontes tradicionais do trabalho em torno da casa, como no caso da agricultura familiar ou do artesanato ou ainda do extrativismo em campo aberto. A isso se soma a recente perícia dos movimentos de povos tradicionais com recursos mínimos de acesso à telefonia móvel e à internet, aumentando sua influência social com a comunicação à distância. Condições mínimas de defesa com relação ao uso de uma necropolítica da pandemia por parte de forças extremadas das classes dominantes, disfarçadas por detrás da inércia no combate à doença, pretexto para limpar o terreno em benefício do ganancioso avanço sobre os territórios dos povos tradicionais, sobre a agricultura familiar, a floresta e a natureza.

José Sérgio Leite Lopes - PPGAS-MN/UFRJ

PARTE I

Tempos apocalípticos anunciam a sucessão de pandemias como um novo normal. Mas que não alcançará todos os grupos sociais e territórios com a mesma intensidade. Este livro traz um poderoso testemunho de que tal já se pode vislumbrar em eventos presentes. E da imperiosa necessidade de assumirmos que ao invés de nós separar, isso deva ser assumido como uma oportunidade para que um sentido de solidariedade profundamente vivido permita forjar, ainda que tardiamente e em condições agora particularmente desafiadoras, a constituição de uma nação justa e respeitável em sua diversidade.

Otávio Velho/PPGAS-MN/UFRJ

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

A PANDEMIA DA COVID-19 EM QUILOMBOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Oswaldo Martins de Oliveira³⁶⁹

Sandro José da Silva³⁷⁰

Introdução

O presente artigo tem por objetivo descrever e analisar dados etnográficos sobre as situações de saúde e doenças, bem como os efeitos da pandemia da Covid-19 na vida de famílias em comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo. Os dados relativos às situações de saúde-doenças foram obtidos *in loco* pelo projeto “Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memória a partir do Espírito Santo”³⁷¹ em 05 (cinco) comunidades quilombolas no decorrer do ano de 2019, enquanto os dados sobre os efeitos da pandemia foram obtidos, via diálogos por telefone e redes sociais, com lideranças e agentes de saúde de 22 dessas comunidades, no decorrer do mês de abril de 2020 e nos primeiros 10 dias do mês de maio, e atingiu o universo de mais de 2000 (duas mil) famílias.³⁷²

369. Professor de Antropologia no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador associado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFES e coordenador do projeto de pesquisa Africanidades Transatlânticas.

370. Professor de Antropologia no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador associado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFES e pesquisador do projeto Africanidades Transatlânticas.

371. O projeto vem sendo desenvolvido desde 01/10/2018 junto às comunidades quilombolas e agrupamentos culturais afro-brasileiros no Espírito Santo. A pesquisa está sendo realizada por uma parceria celebrada pelo Termo de Cooperação 002/2018 entre a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A pesquisa é regida pela Resolução nº 210/2018 e pelo Termo de Outorga 314/2018, e conta com financiamento da FAPES e SECULT.

372. A coleta dos dados contou com a participação e colaboração de estudantes quilombolas e não quilombolas, alguns dos quais, por viverem em suas comunidades, atuaram, ao mesmo tempo, como colaboradores e fontes de pesquisa. Esses colaboradores, listados em ordem alfabética, são: Antonieta Nascimento

A primeira parte da pesquisa teve por objetivo realizar estudos em comunidades quilombolas para identificar o acesso à saúde, à educação e ao trabalho. Visando atingir tal objetivo, em 2019 realizamos trabalho de campo em cinco comunidades, onde buscamos respostas para questões relacionadas a esses temas, ouvindo, anotando e gravando em áudios as lideranças sobre os acessos de suas comunidades aos serviços de saúde, educação escolar e trabalho.

Na segunda parte da pesquisa, os diálogos foram orientados a partir de uma ficha/roteiro de questões denominado “saúde, rendimento e alimentação nos quilombos em tempo da Covid-19” e buscou encontrar respostas para uma questão básica: efeitos da pandemia nos quilombos do estado do Espírito Santo. A questão foi subdividida em outras, como: sintomas locais relacionados ao coronavírus; se homens e mulheres que trabalham fora do território, continuam trabalhando ou se foram dispensados ou demitidos em consequência do isolamento social; se as pessoas que vendem os produtos do seu trabalho estão conseguindo vender, quais e onde; se a situação das famílias ocorre em segurança alimentar ou se em estado de alguma necessidade; se as famílias se inscreveram no programa de auxílio emergencial do Governo Federal; se as famílias procuraram a prefeitura do seu município para solicitar algum tipo de apoio. A segunda parte deste texto é uma descrição e análise elaboradas a partir dos dados obtidos em resposta a essas questões.

dos Santos, Linharinho, estudante do curso Educação do Campo (UFES - São Mateus); Bárbara Trindade, Angelim 1, estudante do curso Educação do Campo (UFES - São Mateus); Cristina Pereira dos Santos, Linharinho, estudante de Pedagogia (UFES - São Mateus); Daiane dos Santos, Córrego do Alexandre, estudante de Direito (Faculdade Vale do Cricaré - São Mateus); Flávia dos Santos, Angelim 2, graduada em Administração e estudante no curso Educação do Campo (UFES - São Mateus); Gabriela de Souza Ramos, estudante de Ciências Sociais (UFES); Genilda Cassiano, Linharinho, mestranda em Educação (UFES - São Mateus); Luciana Cruz Carneiro, mestranda em Artes (UFES); Maycon Bernardo de Souza, estudante de Ciências Sociais (UFES); Olindina Serafim Nascimento, doutoranda em Educação (UFF); Paula Aristeu Alves, Retiro, mestranda em Ciências Sociais (UFES); Raízes Santana de Paula, estudante de Artes (UFES); Regina Célia Lima Monfredine, formada em Ciências Sociais (UFES); Rosa Maria de Oliveira, formada em Ciências Sociais (UFES); Rosana de Miranda Henrique, formada em Ciências Sociais (UFES); Rosângela da Conceição, São Domingos, estudante do curso Educação do Campo (UFES - São Mateus); Sílvia Lucindo, São Cristóvão, estudante do curso Educação do Campo (UFES - São Mateus); Tatiana Vieira da Conceição, estudante de Ciências Sociais (UFES); Thais Rocha de Souza, estudante de Ciências Sociais (UFES).

Para finalizar esta introdução, apresentamos o quadro número 1 e um mapa contendo as comunidades quilombolas do Espírito Santo com processos de regularização fundiária abertos no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo a Comissão Pró-Índio (SP), até 2017 havia 20 terras de quilombos (que no Espírito Santo se denominam comunidades quilombolas) com processos de regularização em curso na Superintendência Regional do Incra no Espírito Santo. Na tabela a seguir, organizada partindo dos municípios do norte aos do sul, apresentamos quais são essas comunidades.³⁷³

Quadro 01: comunidades com processos de regularização fundiária abertos no INCRA SR20/ES. Fonte: Organização dos autores.

Comunidade	Município
Angelim 1, Angelim 2, Agelim 3 e Angelim Disa. Quatro comunidades que formam o Território Quilombola do Angelim.	Conceição da Barra
Córrego do Macuco	
São Domingos	
Coxi	
Linhariño	
Porto Grande	
Córrego do Alexandre	
Roda D'Água	
Morro da Onça	
São Jorge e Sítio Vala Grande	
Córrego do Chiado	
Serraria e São Cristóvão (duas comunidades, um território)	
Degredo	Linhares
São Pedro	Ibiraçu
Retiro	Santa Leopoldina
Pedra Branca	Vargem Alta
Monte Alegre	Cachoeiro do Itapemirim

373. Para consultar o andamento de cada processo ver http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/?terra_nome=&situacao=0&uf%5B%5D=54&ano_de=&ano_ate=&orgao_exp=0

Saúde e doença nos quilombos do Espírito Santo

Os problemas de saúde e doença enfrentados pelas famílias das comunidades estudadas são variados e descrevemos os mais frequentes, como: a) hipertensão arterial e diabetes, comuns a todas as comunidades; b) AVC (Acidente Vascular Cerebral), comum a maior parte das comunidades; c) problemas relacionados à visão, como glaucoma, catarata e cegueira, frequente na maior parte das comunidades; d) reumatismo, queixa compartilhada entre as pessoas mais velhas na maior parte das comunidades; e) doenças cardíacas, como hipercardia (“coração grande” e inchado) e infarto; f) verminoses; g) dermatoses; h) etilismo (alcoolismo); i) cirrose hepática; j) hipotireoidismo; k) anemia falciforme; l) pancreatite; m) problemas relacionados à coluna, sobretudo na comunidade Córrego do Alexandre (município de Conceição da Barra), devido, segundo os comunitários, a estatura elevada de algumas pessoas.

A Anemia Falciforme (AF), conforme verificamos em campo, ocasionou a morte de uma criança e uma adolescente na mesma comunidade e já foi relatada sua ocorrência em várias outras comunidades quilombolas no estado. Como tem sido relatado pelo Ministério da Saúde, a AF apresenta recorrência em populações negras, afetando os descendentes pela transmissão genética. Nos últimos anos o interesse na doença se tornou uma bandeira de lutas do Movimento Negro para que seja construído protocolos especiais de atendimento e diagnóstico e ainda não há estudo que a classifique como comorbidade da Covid-19.³⁷⁴

374. Segundo o Ministério da Saúde, a “anemia falciforme é uma doença hereditária caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue (...) Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia.” A doença provoca fortes dores e incapacidade laboral (Fonte: <http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/437-anemia-falciforme>. Acessado em maio de 2020). Para uma discussão sobre o estigma racial em torno da doença ver (Juliana Manzoni Cavalcanti & Marcos Chor Maio, 2011). Sobre as implicações sociais da doença ver (Paiva, Ramalho e Cassorla, 1993). Sobre a inclusão da AF nas políticas públicas ver (Brasil, 2010). Sobre o cenário mais amplo da ausência de seguridade social da população preta ver (Paixão e Theodoro, 2020).

Posto esse cenário mais geral, cabe explicar quais são os recursos e serviços de saúde que são acessadas para os cuidados e tratamentos de tais problemas. Os serviços ofertados às famílias quilombolas são provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) que mantêm, nas poucas Unidades de Saúde da Família (USF), em comunidades quilombolas do Espírito Santos ou em vilas próximas a elas, programas de cuidado para hipertensão, gripes e problemas de baixa complexidade. Assim, o deslocamento dos quilombos até as USF depende de carro próprio ou ônibus, sempre muito escassos e custosos para a economia doméstica quilombola.

Outros problemas de saúde e doença possíveis de tratamento na rede de Atenção Básica do SUS são levados às cidades sedes dos municípios e cidades adjacentes. Os problemas que exigem serviços e cuidados especializados de médias e altas complexidades, seguidos de tratamentos e acompanhamentos de especialistas, são encaminhados para centros de atendimentos ou hospitais fora dos municípios, sobretudo nas cidades que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória. Algumas enfermidades são atendidas em serviços de saúde privado, por meio de planos corporativos fornecidos pelas empresas as quais os familiares exercem atividades laborais ou são dependentes de quem as exercem.

No levantamento de dados neste período de isolamento social, diversas lideranças e agentes de saúde observaram que muitos idosos, e elas mesmas, estão preocupadas por não poderem sair de casa sem os devidos cuidados em relação à pandemia. A preocupação se acentuou devido ao fato de a maioria das pessoas que vivem nas comunidades se enquadrarem nos chamados “grupos risco”, pois, conforme vimos acima, são atingidas por doenças pré-existentes tais como a hipertensão, o diabetes e os problemas cardíacos. Além disso, como a maior parte das pessoas mais jovens sai para trabalhar fora do território, as que permanecem são pessoas com idade mais avançada, mães com crianças e adolescentes (que estão em casa devido a suspensão das atividades das creches e escolas) e pessoas que trabalham no próprio território.

Efeitos da Covid-19 em quilombos do Espírito Santo

Os efeitos da pandemia da Covid-19 são bastante amplos nos quilombos pois afetam as relações sociais e tem denotado a incapacidade do Estado no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas na área da saúde em seu aspecto global. Nota-se que o tema é complexo, com muitas determinações e que necessitam de maior reflexão sobre os desdobramentos futuros, dado seu caráter de “desastre”. Por exemplo, a rede de atenção básica vinha desenvolvendo o projeto Mais Médicos, que, por meio da contratação de médicos cubanos, logrou chegar até regiões de pouco interesse para a classe médica formada no Brasil. Em matéria de jornal de 2015, Edison Fassarella, o então secretário de saúde do município de Cachoeiro de Itapemirim desabafou:

Os secretários anteriores iam nas portas das faculdades de Medicina pedindo pelo amor de Deus para eles virem trabalhar nas unidades, porque nós tínhamos dificuldade. Nossa cidade também tem uma renda per capita baixa, nós temos a dificuldade com os municípios vizinhos, que são litorâneos e tem os royalties do petróleo, e eles pagam o dobro ou muito mais que a gente (A Gazeta, 2015).³⁷⁵

Como se sabe, o referido programa sofreu do atual governo muitas críticas, dado seu caráter de cooperação com Cuba, embora tenha sido muito bem recebido pelos quilombolas no Espírito Santo. Ele sofreu o risco de ser extinto, mas recebeu modificações para contratar apenas médicos brasileiros. Sem o sucesso do desenho de assistência anterior, o governo manteve a contratação de médicos cubanos, mas não foram disponibilizadas informações sobre a realidade atual do “Mais Médicos” nos municípios com quilombos.

³⁷⁵<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/09/mais-medicos-leva-tranquilidade-ao-interior-do-es-relatam-moradores.html> (acesso em maio de 2020).

Neste sentido, podemos assinalar que a pandemia afeta e aprofunda os aspectos de saúde específicos como a debilidade física, as internações e a morte, mas, também a saúde mental e violência de gênero, dado o aspecto estigmatizante que a doença adquiriu no meio rural, como relatam os quilombolas mais velhos.

Do ponto de vista de uma saúde mais geral, as questões relativas à saúde afetam diretamente a já precária inserção econômica, os direitos educacionais e territoriais dos quilombolas. Isso reflete na alteração de aspectos importantes que organizam o cotidiano quilombola, o que nos coloca um problema das afetações sociais que vão além da contaminação e adoecimento com o coronavírus. Como se referiu uma liderança do quilombo de Monte Alegre.

Em Monte Alegre, os que têm trabalhos formais continuam trabalhando. Temos muitos diaristas que foram dispensados. As pessoas estão tendo dificuldade pra vender os produtos. Já temos algumas famílias passando necessidade. (Ventura, 19/04/2020).

Das comunidades estudadas, até os primeiros 10 dias do mês de maio, apenas uma apresentava dois casos suspeitos de infecção pela Covid-19 e os suspeitos estavam em isolamento domiciliar. Na data da revisão final deste texto, os casos suspeitos não se confirmaram, mas na mesma comunidade, um senhor de 71 anos veio a óbito em 14/05/2020 e a causa foi a Covid-19. Os efeitos da doença sobre a vida das famílias em tais comunidades vêm ocorrendo mais em outros aspectos, como: estagnação na venda dos produtos da agricultura familiar quilombola; dispensa de trabalhadores/as que prestavam serviços informais como diaristas; perda de empregos formais para os/as que trabalhavam fora dos territórios. Esses efeitos têm levado ao que as lideranças chamam de “aperto”, isto é, arrocho no orçamento familiar

e, em 50% das comunidades, as famílias passam por restrição e insegurança alimentar ocasionando fome.

Outro efeito colateral da pandemia tem a ver com a segurança jurídica nos quilombos. Trata-se da ausência da prestação jurisdicional nos casos de regularização fundiária e outros eventos que têm impactado negativamente os quilombos. A suspensão dos trabalhos do poder judiciário aprofundou a morosidade dos trâmites judiciais especialmente porque não foi delineado um plano de ação de assistência remota para os quilombolas. As defensorias já precarizadas pelo atual governo, os Ministérios Públicos Estadual e Federal não mostraram um plano para acompanhar as ações judiciais, nem tão pouco receber as denúncias dos comunitários, se limitando a repassar recomendações da Organização Mundial da Saúde em seus canais virtuais, de acesso reduzido nos quilombos.³⁷⁶

Um exemplo que temos acompanhado é o asfaltamento da rodovia que liga a sede do município de Conceição da Barra, no norte capixaba, ao balneário turístico de Itaúnas. Como não há estudo de impacto ambiental, a obra afetou o patrimônio cultural de dois territórios quilombolas (Linhão e Angelim 1). Os quilombolas relataram que as obras continuam, mesmo diante das recomendações de isolamento social, e que não houve nenhum plano de ação por parte do empreendedor em relação à presença de trabalhadores externos às comunidades circulando nos territórios e tendo contato com os quilombolas.

376 Uma iniciativa foi tomada pela procuradoria no estado do Amazonas em relação aos povos indígenas e publicada pelo MPF apenas dia 27 de abril de 2020 e traz instruções dos sintomas, do isolamento e sobre acesso a benefícios como Bolsa Família e o auxílio emergencial de R\$600,00. Em relação aos quilombolas, há a RECOMENDAÇÃO Nº 02/2020/6a CCR/MPF para suspender o processo de remoção dos quilombolas de Alcântara (MA) “durante o período que vigorar o estado de calamidade nacional decorrente da pandemia global da Covid-19”(<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Recomendacao2.6CCR.Alcantara.pdf.pdf>. Acessado em maio de 2020).

Atividades produtivas locais, comercialização e trabalho fora dos territórios

O objetivo desta subseção é demonstrar como as atividades produtivas locais, as comercializações translocais dos produtos e o trabalho fora dos territórios quilombolas estão interligadas aos meios de subsistência das unidades domésticas e que a redução brusca nas atividades de comercialização dos produtos, em função do isolamento social, tem impactado de forma inesperada a subsistência das famílias.

O suposto isolamento dos quilombos no período colonial foi um tema descartado pela antropologia e pela abordagem contemporânea da história a partir da constatação que os mesmos desenvolviam suas interações com o sistema econômico hegemônico (Almeida, 2008).

Diante da pandemia, no entanto, percebemos a reedição da condição de isolamento, agora por parte da administração pública, funcionando como reflexo do racismo. A pandemia requer o isolamento social, mas não a segregação a partir da ausência e omissão de políticas públicas que garantam direitos como os de moradia e segurança alimentar.

O relato de uma das lideranças da região norte dá a dimensão da relação econômica entre os quilombolas. Na memória social dos quilombolas é possível identificar a importância da mandioca e seus derivados como uma moeda no mercado com pouco dinheiro em espécie circulante e ao mesmo tempo como uma das qualidades produtivas dos quilombos.

A maior parte era trocada na feira em São Mateus ou em Conceição da Barra. Ele levava trinta pacotes de beiju, se não conseguisse vender, você ia lá no mercado ou em uma casa de comércio e combinava com o cara para ele lhe dar um quilo de peixe ou um quilo de carne. (Domingos Firminiano, fevereiro de 2015. Informação pessoal).

A maioria das famílias quilombolas do Espírito Santo não possui renda fixa ou emprego formal. No Sapê do Norte, as vendas dos produtos derivados da mandioca e dos dendezeiros, bem como de lenha e de pescados para moradores dos meios urbanos faz parte das memórias dos quilombolas sobre os meios de rendimento e sobrevivência das famílias. Nos últimos 20 anos, associou-se a esses meios de rendimento, as aposentadorias e o Bolsa Família. Um levantamento feito por nós em 2015, constatou que em 12 dessas comunidades, o benefício da Cesta Alimentação, nome que os quilombolas ainda usavam no lugar de Bolsa-Família, era pago para 517 famílias, consolidando-se como mais um meio de subsistência.³⁷⁷

Consideramos que o cenário da pandemia projetado para o horizonte presente e futuro deve vir acompanhado de investimentos na segurança das populações mais vulneráveis, entre as quais os quilombolas que há séculos enfrentam um sistema colonial de vastas proporções, apresentamos alguns dados discutidos com os quilombolas.

Devido a quarentena e a suspensão da feira, todo mundo está ficando em casa. As crianças não vão pra escola e algumas famílias já estão passando por necessidades. (Osmara Guilherme, Quilombo Porto Grande, 15/04/2020).

Os produtos estão sendo pro consumo das famílias. Uma parte é entregue no PAA (Programa de Aquisição Alimentar). Não está vendendo na feira. (Daiane dos Santos, Quilombo Córrego do Alexandre, 12/04/2020).

377. Os quilombolas preferem usar Cesta de Alimentos, que o nome oficial Bolsa-Alimentação. A Bolsa-Alimentação foi criada pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em 2004, pela Lei 10.836, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou o Programa Bolsa-Família que foi transmitido ao governo de Dilma Rousseff. O Bolsa-Família reuniu programas do governo de FHC como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastro Único do Governo Federal. Em um levantamento feito em 2007, constatou-se que a “Renda insuficiente da comunidade” era responsável por 91,2% de adesão ao Programa enquanto “Produção insuficiente” respondia por 46,0% e o “Não acesso à terra” por 23,0% (Paixão *et al.*, 2010).

Quem fazia feira está passando dificuldade. Não estão conseguindo vender e também o atravessador não está comprando. Algumas famílias na comunidade estão em situação preocupante. Estão passando por necessidade. (Luziana A. Pereira, Agente de Saúde do Quilombo Nova Vista, 16/04/2020).

Quase todos continuam trabalhando, menos três mulheres que trabalhavam como faxineiras em bairros da Grande Vitória. Perderam os seus rendimentos. Uma tinha carteira assinada e foi demitida (Marina Pereira. Quilombo de Retiro, 07/04/2020).

Observamos que as famílias quilombolas continuam os trabalhos em seus territórios e ali têm produzido parte de sua alimentação, mas neste período de isolamento social, nem todas têm conseguido comercializar o excedente de sua produção. As lideranças quilombolas falam dos produtos da agricultura familiar em seus territórios e dos tipos de comercialização que as associações comunitárias têm empreendido com agentes externos. No entanto, com isolamento social provocado pela pandemia, surgiram situações de obstrução das relações comerciais e de trabalho translocais, como as que segue:

1^a) No caso das famílias que produzem carvão para comercialização, afirmam que neste momento da crise, não têm conseguido vender o produto.

2^a) As famílias que produzem frutas, tubérculos, hortaliças, legumes, farinha, beiju, mel e artesanatos, bem como aquelas que vivem da pesca, comercializam os produtos nas feiras livres que ocorrem nas cidades de São Mateus e Conceição da Barra e no distrito de Braço do Rio. Devido às aglomerações ocorridas nessas feiras, inicialmente foram suspensas, e as famílias quilombolas assim como seus clientes deixaram de frequentá-las para evitar o risco do contágio. Posteriormente as feiras foram autorizadas a voltar a funcionar, mas ainda não funcionam como antes, visto que vendedores e clientes se recusam a ir, pois temem a infecção. Assim, as comunidades

que dependem, em parte, da comercialização dos produtos da agricultura familiar, e mais ainda as que dependem da comercialização do pescado (peixes e crustáceos), estão em dificuldade por não conseguirem vender os produtos de seu trabalho. Deste modo, a crise provocada pela pandemia atinge as atividades agrícolas, a extração, a pesca e a comercialização de seus produtos e, conseqüentemente, o orçamento e a segurança alimentar das famílias quilombos.

3ª) As famílias vendem os alimentos produzidos também ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e à CDA (Compra Direta de Alimentos). Os alimentos vendidos ao PAA são entregues ao CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) e este entrega às famílias necessitadas. Os alimentos vendidos ao PNAE são repassados às prefeituras que, por sua vez, destinam tais alimentos à merenda escolar. No município de São Mateus, os agricultores quilombolas estão inseridos no projeto denominado CDA (Compra Direta de Alimentos), onde a Prefeitura compra os produtos dos quilombolas e de outros agricultores, principalmente verduras e frutas, que são repassados à população carente do município. Segundo lideranças quilombolas do município de Conceição da Barra, os agricultores (quilombolas ou não) vinham recebendo o pagamento dos produtos a cada dois meses, mas alguns meses antes do isolamento social os quilombolas que entregavam os produtos ao PNAE não estavam recebendo pelos produtos entregues e isso agravou a crise das famílias que contavam com o recurso para as despesas domésticas. Uma outra liderança alegou que as famílias não estão recebendo, porque é necessário que as associações realizem a prestação de contas e com o isolamento social alguns setores onde entregam as prestações estão fechados. Outro problema administrativo de Conceição da Barra que vem atingindo a compra dos produtos das famílias são as mudanças que ocorreram com a cassação do mandato do prefeito do município em setembro de 2019, a suspensão da cassação e o seu retorno em dezembro

do mesmo ano e novamente a confirmação da cassação em 12 de março de 2020. Com isso, a gestão do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) Quilombola de Conceição da Barra, que administra a comercialização, está instável. Devido a esse e a outros fatos políticos que envolvem esses programas governamentais que se constituíram em uma renda previsível às famílias quilombolas, apresentam agora, um futuro incerto. Por isso, muitas dessas famílias, sobretudo no município de Conceição da Barra, estão em maior dificuldade para suprir as despesas com alimentação.

4^a) Conforme nosso levantamento, os projetos locais dos quilombolas de outros municípios fora do Sapê do Norte também foram afetados. A venda de produtos ao poder público municipal para a merenda escolar vinha ocorrendo com as comunidades de Degredo, em Linhares, e de São Pedro, em Ibraçu (até o momento única titulada no estado). A comunidade de Degredo conseguiu manter as vendas para a prefeitura (que passa para a merenda escolar) de biscoitos fabricados localmente, produtos da agricultura, pescado e mel. No entanto, a comunidade São Pedro que tinha a venda da produção de biscoitos de sua fábrica para a merenda escolar garantida pela compra da Prefeitura de Ibraçu, com a suspensão das atividades escolares, as compras também foram suspensas e a fábrica está parada. Na mesma comunidade, no final de abril de 2020, os homens, para viabilizar meios de subsistência de suas famílias, passaram ao trabalho sazonal da colheita do café para proprietários vizinhos. O mesmo movimento do trabalho sazonal para a colheita do café para propriedades nas adjacências está ocorrendo neste mês de maio, auge da pandemia, com quilombolas de Retiro (Santa Leopoldina), de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim), de Córrego do Sossego (Guaçuí), mas em ambos os casos, apenas os homens estão trabalhando fora dos territórios, as mulheres estão cuidando das crianças e de pessoas em situação de risco.

5^a) No quilombo de Retiro, apesar da demissão e dispensa de três mulheres que eram trabalhadoras domésticas no meio urbano, as demais mulheres e homens continuam trabalhando em atividades formais e informais.

Embora não vendam a produção da padaria local para a merenda escolar, o presidente da Associação dos Herdeiros de Benvindo (principal investidor na montagem da padaria) e mais três mulheres (chefes de família) que vivem da venda de produtos da padaria, continuam vendendo os produtos nas residências das famílias da comunidade e na vila vizinha da Barra de Mangaraí. O mesmo não ocorre com os produtos artesanais e gêneros alimentícios fabricados em São Pedro (Ibiraçu) e no Córrego do Sossego (Guaçuí) para a merenda escolar e aos turistas, duas clientelas que neste momento do isolamento social não vão à procura dos produtos ofertados a elas.

(In)segurança alimentar e auxílios emergenciais

As inscrições nos benefícios estão sendo feitas on-line e por telefone pela prefeitura e, algumas famílias estão fazendo o cadastro on-line da prefeitura para receber cesta de alimentos. (Luziana Avancini Pereira, Agente de Saúde do Quilombo Nova Vista, 16/04/20).

Devido a não está trabalhando fora e a fábrica de biscoito não está vendendo, tem uma base de 05 famílias necessitando de ajuda. Estão fazendo o cadastro pelo celular pra receber o auxílio do governo e uma pessoa já recebeu a renda mínima. (Valdirene Vicente, Agente de Saúde do Quilombo São Pedro, 11/04/2020).

A alimentação está precária e existem famílias passando necessidade. (...) Se inscreveram pra receber o auxílio do governo, mas tem algumas pessoas que ainda não conseguiram sacar seu auxílio e têm procurado ajuda da prefeitura. (Leonardo S. Fabiano, presidente da Associação Comunitária dos Quilombolas de Graúna, 08/05/2020).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos quilombos já é um tema de preocupação que vem sendo avaliada por agências do Estado a algum tempo. Um relatório da comissão especial de monitoramento de violações do direito humano à alimentação adequada de 2014, escolheu o Sapê do Norte como um dos casos emblemáticos de violação dos direitos de segurança alimentar. O relatório, que foi produzido com dados de visitas a campo de 2008, 2011 e 2013, indicou a imediata titulação dos territórios quilombolas e a criação de equipe interinstitucional “para avaliar juntamente com representantes destas comunidades, a possibilidade de implementação de ações estruturantes voltadas para SAN com vistas a promover o etnodesenvolvimento e autosustentabilidade das famílias quilombolas” (Brasil, 2014). O relatório é conclusivo em relação à várias outras violações com relação à saúde e recomenda aos governos o tratamento da água, o monitoramento da contaminação ambiental por agrotóxico, implementação de “ações de saúde” tais como as visitas médicas, o que indica consonância com as violações dos direitos dos quilombolas já apontados em nível nacional conforme a pesquisa do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (Paixão *et al.*, 2010)

No plano cotidiano, as lideranças quilombolas alegam que diversas famílias que haviam se organizado com as crianças nas creches e escolas vêm passando por situações difíceis neste momento de pandemia, pois com as creches e escolas fechadas e as crianças e adolescentes em casa, o consumo alimentar aumentou e pressionou os orçamentos das famílias. Em diversos casos, alegam que devido ao aumento nos serviços domésticos relacionados aos cuidados e a alimentação das crianças, os cônjuges não estão conseguindo fazer seus trabalhos extras que era um complemento à renda familiar.

No que diz respeito ao auxílio emergencial do Governo Federal, até os primeiros 10 dias de maio de 2020, embora diversas pessoas tenham se inscrito usando os aparelhos de celular para acessar tal auxílio, muitas ainda não conseguiram acessar devido às dificuldades em adquirir e manusear

as novas tecnologias. Muitas famílias, no entanto, ainda não receberam as parcelas devidas.

Outras famílias, por serem agricultoras, não haviam acessado por acharem que agricultores/as não teriam direito a tal auxílio. Como a fome não espera pelos destravamentos provocados pelas burocracias dos governos, as famílias têm reforçado os laços de solidariedade entre si e recorrido aos poderes públicos locais, mas nem todas as prefeituras têm atendido às urgências alimentares das comunidades, como verificamos nas reclamações de duas lideranças da comunidade quilombola de Pedra Branca no município de Vargem Alta. A maioria dos quilombolas trabalhava na indústria de extração de pedras para a fabricação de peças de granitos e mármore e devido aos conflitos de setores do atual governo brasileiro com a China, associados à crise da pandemia, as empresas do ramo das rochas reduziram a exportação e muitos quilombolas foram demitidos.

Antes da crise atual, conforme se verifica em Paschoa (2019), a prefeitura de Vargem Alta havia criado um condomínio com recursos do programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida” e removeu para o território do quilombo Pedra Branca cerca de 30 famílias das periferias da cidade. Para manter essas famílias confinadas no condomínio, a prefeitura as inscreveu todas no programa Bolsa-Família, ficando as famílias tradicionais quilombolas fora de tais benefícios. Com a crise advinda da pandemia, as famílias quilombolas que ficaram desempregadas, apesar de procurarem ajuda da prefeitura, não têm conseguido, porque agentes do poder público alegam que as famílias removidas para dentro do território, além de estarem recebendo os recursos do Bolsa-Família, passaram a receber também os auxílios do Governo Federal e as cestas básicas oferecidas pelo poder público local. Assim, a situação das famílias ficou crítica e as lideranças defendem que para essas famílias não passarem fome, necessitam receber cestas básicas dos poderes públicos.

Na primeira dezena do mês de maio de 2020, a Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Espírito Santo, atendendo às demandas de representantes da CONAQ/ES e da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo – Zacimba Gaba, destinou 320 cestas de alimentos às famílias quilombolas da região sul do Espírito Santo. No momento de revisão do presente texto, ocorre um movimento para que o Governo do Espírito Santo, por meio da mesma Secretaria, atenda também as demandas das comunidades do território quilombola do Sapê do Norte.

Nota de finalização

Conforme verificamos neste estudo, até 15 de maio de 2020, das mais de 20 comunidades quilombolas no Espírito Santo sobre as quais obtivemos dados, apenas uma apresentava dois casos suspeitos de infecção pela Covid-19, ocorrendo na mesma um óbito em 14.05.2020. Verificamos que os efeitos da doença sobre as famílias quilombolas vêm ocorrendo em outros aspectos, como: estagnação na venda dos produtos da agricultura familiar quilombola; dispensa de trabalhadores/as que prestavam serviços informais; perda de empregos formais para os/as que trabalhavam fora dos territórios; arrocho no orçamento familiar e, em 50% das comunidades, restrição e insegurança alimentar.

Mesmo que diversos homens e mulheres que trabalhem fora dos territórios quilombolas continuem mantendo seus vínculos empregatícios em setores públicos e em empresas privadas, além daqueles que tiveram suas férias adiantadas, existem aqueles/as que perderam seus empregos ou foram dispensados/as de empregos domésticos com carteira assinada e dos serviços de faxinas. As lideranças de algumas comunidades afirmam que tiveram empregadores que colocaram os trabalhadores quilombolas em isolamento

em casa, mas mantiveram seus empregos. Entre os que estão em isolamento estão as pessoas com doenças crônicas e as mães que não têm com quem deixar os filhos que ficavam em creches. Entretanto, os/as diaristas que não tinham vínculos formais, perderam seus rendimentos.

Verificamos que a redução e estagnação da comercialização de produtos do trabalho e a venda da própria força de trabalho dos integrantes de diversas comunidades quilombolas do Espírito Santo vem afetando ainda mais a segurança alimentar das famílias. Essa desestabilização nos modos de organização da produção, da comercialização e da venda da força de trabalho tem provocado, em muitos casos, necessidades emergenciais na alimentação e desequilíbrio no sistema imunológico das pessoas, tornando-as mais vulneráveis aos riscos de infecções da Covid-19.

Todo o cenário de desproteção dos quilombolas identificados no presente texto parece antecipar os efeitos ainda mais nefastos da Reforma da Previdência por “significar um forte retrocesso no sistema de proteção social” ao reduzir a abrangência da aposentadoria, limitar a prestação de serviços sociais e proporcionar uma “menor capacidade de enfrentamento da desigualdade, ao fragilizar os mecanismos de proteção às populações mais vulneráveis” (Paixão e Theodoro, 2020). A pandemia do Coronavírus significa um alerta para as situações de genocídio que podem se abater sobre os quilombolas, caso a omissão do Estado se mantenha.

REFERÊNCIAS TEXTUAIS

ALMEIDA, A. Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. 2010. p. 1–12.

BRASIL. Relatório da missão da comissão especial de monitoramento das violações do direito humano à alimentação adequada sobre denúncias de violações dos direitos humanos das comunidades quilombolas Sapê do Norte no Estado do Espírito Santo. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Brasília, 2014.

GOMES, F. Bumerangue encapsulado. Revista USP, p. 39–55. [s.d].

CAVALCANTI, Juliana Manzoni & MAIO, Marcos Chor. Entre negros e miscigenados: a anemia e o traço falciforme no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. História, Ciências, Saúde, v. 18, n. 2, p. 377–406, 2011.

PAIVA, R. B. de; RAMALHO, A. S.; CASSORLA, R. M. S. A anemia falciforme como problema de Saúde Pública no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 27, n. 1, p. 54–58, 1993.

PAIXÃO, M. et al. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. p. 1–292, 2010. In: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf

PAIXÃO, M.; THEODORO, M. ...para depois dividir: notas sobre Reforma Previdenciária e assimetrias raciais no Brasil. Revista Em Pauta, v. 18, n. 45, p. 130–147, 2020.

PASCHOA, Janete V. Particularidades que permeiam as socialidades construídas e vivenciadas na comunidade quilombola de Pedra Branca. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – UNFE, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019.

Fontes de dados locais

ALMEIDA, Maria E. P. Quilombo Córrego do Chiado. São Mateus, 16/04/2020.

BARBOSA, Maria H. O. Quilombo Córrego do Sossego. Guaçuí, 20/04/2020.

BLANDINO, Luzinete Serafim; ALVES, Juliana dos Santos. Quilombo São Domingos. Conceição da Barra, 12 e 13/04/2020.

CASSIANO, Benedita; CASSIANO, Genilda; GOMES, Luzia de Jesus. Comunidade quilombola de Linharinho. Conceição da Barra, 16/04/2020.

FABIANO, Leonardo S. Quilombo Graúna. Itapemirim, 08/05/2020.

FERREIRA, Tania M. H.; SANTOS, Efigênciã; SANTOS, Quitéria F. Comunidades quilombolas Cacimbinha e Boa Esperança. Presidente Kênnedy, 11/04/2020.

FIRMINIANO, Domingos. Comunidades quilombolas de Angelim Disa e Córrego do Macuco. Conceição da Barra, 12/04/2020.

GARCIA, Marinalda S.; NERY, Ana M. Comunidade quilombola Pedra Branca. Vargem Alta, 28/04/2020.

GUILHERME, Osmara. Quilombo Porto Grande. Conceição da Barra, 15/04/2020.

NASCIMENTO, Alba Batista.; NASCIMENTO, Lauriete B. Quilombo Dilô Barbosa. São Mateus, 16/04/20.

OLIVEIRA, Regina Batista de. Quilombo São Jorge. São Mateus, 14/04/2020.

PEREIRA, Luziana Avancini. Quilombo Nova Vista. São Mateus, 16/04/2020.

PEREIRA, Marina R.; ANJOS, Wallace C. dos. Quilombo de Retiro. Santa Leopoldina, 07/04/2020.

SANTANA, Rosana. Quilombo Alto Iguape. Guarapari, 5/04/2020.

SANTOS, Domingas V. Florentino. Comunidade Quilombola do Coxi. Conceição da Barra, 08/05/2020.

VENTURA, Arilson. Quilombo Monte Alegre. Cach. de Itapemirim, 19/04/2020.

VICENTE, Valdirene. Quilombo São Pedro. Ibirajú, 11/04/2020.

OS QUILOMBOS DE ALCÂNTARA: A RESOLUÇÃO Nº 11 DO GSI, O DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA E O COVID-19

Danilo da Conceição Serejo Lopes³⁷⁸

Davi Pereira Junior³⁷⁹

“Até que os leões inventem suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”.

(Provérbio africano)

Introdução

Povos e comunidades tradicionais neste país jamais tiveram seus direitos efetivamente satisfeitos. Apesar do texto constitucional de 1988 que consagra a propriedade comum e faz, assim, a opção política por um Estado pluriétnico, estes povos jamais experimentaram o efetivo gozo dos seus direitos territoriais com plenitude. Mesmo nos governos progressistas.

Há várias razões que corroboram para este cenário de total desamparo institucional e negação de direitos que poderíamos refletir no presente texto. Mas destacamos que a principal, no nosso entender, está relacionada ao fato de que, do ponto de vista cultural e político, a sociedade brasileira não rompeu com a lógica colonial. O que significa dizer que a ideologia da escravidão continua em voga na sociedade brasileira determinando as relações sociais tendo o racismo *anti-negro*³⁸⁰ como seu principal mediador. A continuidade

378. Danilo é quilombola de Alcântara, jurista, cientista político e assessor voluntário do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE).

379. Davi é quilombola da comunidade de Itamatatúva em Alcântara, antropólogo e doutorando na Universidade do Texas, em Austin. É assessor voluntário do MABE.

380. A este respeito consultar: MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018; DE JESUS, J. *A Máscara*. Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, 10 maio 2016; FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

dessa lógica está profundamente entranhada no Estado e tem determinado, desde a redemocratização, a permanência, ou melhor, não-permanência destes povos em seus territórios e, respectivamente, o não acesso às políticas públicas.

Neste enredo, a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 3239/2004 pelo partido político Democratas em face do decreto 4887/2003 que regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF/88) alusivo ao direito de propriedade coletiva das comunidades de quilombo e a tese do marco temporal sustentada por setores ruralistas para condicionar o direito à propriedade dos povos indígenas e quilombolas são significativos da lógica racista referida acima, da qual nunca se rompeu.

E diga-se. Nem os governos progressistas, nem os governos da direita foram capazes de se irromperem contra o racismo que, cultural e administrativamente, está arraigado nos órgãos e agências oficiais com competência para regularizar áreas de povos e comunidades tradicionais. Ao contrário, o que se verificou foi uma tibieza desses governos progressistas e, sobretudo, larga dose de leniência. Isto é, na prática, um alinhamento aos setores ruralistas, cujo efeito não poderia ser outro senão o de malbaratar os direitos desses povos e comunidades.

Desde 2014 os direitos destas comunidades deixaram de sofrer ataques contundentes por parte de setores ruralistas aboletados na administração pública e no Congresso Nacional. E não cessaram, é preciso dizer, atoa. As interrupções devem-se ao fato de, já naquela época, setores conservadores e ultraconservadores se articulavam para desenhar o processo que resultou no contestável *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Ou seja, os ataques cessaram a fim de dar lugar à deliberada e sistemática retirada desses direitos da pauta institucional.

Neste ponto, o que de perto nos interessa é debater, em síntese, o conflito em torno da titularização do território quilombola de Alcântara, cujo andamento encontra-se paralisado desde o dia 04 de novembro de 2008

quando da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação no Diário Oficial da União, para que se compreenda contexto da mencionada Resolução nº 11.

De 2008 pra cá, não se avançou um passo sequer na titulação do território, permanecendo, assim, o cenário de insegurança jurídica e incerteza entre as comunidades e famílias quilombolas de Alcântara.

O desdobramento do *impeachment* ocorrido em 2016 trouxe para a presidência da República uma confluência de grupos políticos ultraconservadores que têm em comum, entre outras coisas, o desejo de limitar direitos sociais de povos e comunidades tradicionais, assim como buscam flexibilizar a legislação em vigor através de diversas condutas, a saber, ações conjuntas coordenadas no Congresso, proposições de emendas constitucionais, medidas provisórias, no executivo; e, com a judicialização de questões políticas relacionadas com os seus interesses.

Estas ações coordenadas objetivam dispor ao mercado de *commodities* os territórios e os recursos naturais que estão sob o controle dos povos tradicionais. No pós-*impeachment* a situação política do país se deteriora profundamente, resultando na ascensão ao poder de forças ultraconservadoras representadas pelo atual presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

O projeto político eleito em 2018 consagra a passagem do campo dos ataques para a total retirada dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de pauta na seara da administração pública. Não é mais eficiente só atacá-los, é preciso retirá-los totalmente da arena pública.

Feitas estas breves considerações iniciais, as quais tomamos como imprescindíveis para compreensão da atual e desastrosa conjuntura política agregada a uma crise sanitária e de saúde pública de ordem planetária, a pandemia gerada pelo Covid 19, é que estamos nos propondo debater no presente texto a recente Resolução nº 11 do Gabinete de Segurança

Institucional³⁸¹ da Presidência da República que estabelece a matriz de responsabilidades e competências para a remoção das comunidades quilombolas de Alcântara, com vistas à consolidação do Centro Espacial de Alcântara (CEA).

Cabe dizer, desde logo, não constitui nosso escopo elaborar uma espécie de parecer jurídico do referido dispositivo legal. A proposta central aqui é tecer algumas reflexões quanto aos efeitos e impactos gerados por esta Resolução no território e na vida das pessoas, famílias e comunidades.

A Resolução nº 11 do GSI: alcance, impactos e efeitos.

Pois bem, a Resolução publica *as deliberações do Plenário do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, na Sétima Reunião, ocorrida em 4 de Março de 2020* (BRASIL, 2020, Art. 1º). Destacamos:

Art. 6º Aprovar a Matriz de Responsabilidades dos órgãos que integram o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, com as ações voltadas para as políticas públicas destinadas às comunidades que habitam a área de interesse do Estado na consolidação do Centro Espacial de Alcântara, nos seguintes termos:

I - para o Ministério da Defesa:

- a) providenciar, por meio do Comando da Aeronáutica, **a execução das mudanças das famílias realocadas**, a partir do local onde hoje residem e até o local de suas novas habitações, incluindo o transporte de pessoas e semoventes; e

381. Consulte: Resolução nº 11 de 26 de março de 2020 publicada no Diário Oficial da União em 27.03.2020. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300

- b) **disponibilizar, para as comunidades quilombolas realocadas,** por meio do Comando da Aeronáutica, três corredores de acesso à faixa do **litoral da área de 12.645haa ser usada pelo Centro Espacial de Alcântara,** assegurando medidas de engenharia que impeçam a interdição do leito dos corredores pelas chuvas, bem como o estabelecimento de mecanismos de controle de acesso a esses corredores. (Negrito nosso).

A primeira questão que se sobressai no referido documento é o enunciado apresentado pelo artigo 4º que aprova as diretrizes que nortearão o Plano de Consulta a ser executado junto às comunidades quilombolas em observância a Convenção nº. 169 sobre povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho – OIT (C169). Ora, há um evidente equívoco no entendimento jurídico do documento produzido no âmbito do Comitê de Desenvolvimento do Programa Aeroespacial, no que tange a consulta prévia.

O direito de consulta prévia, livre e informada estabelecido na C169 deve ocorrer todas as vezes que forem previstas medidas *legislativas ou administrativas* (C169, 2002, art. 06) suscetíveis de afetar os povos interessados.

O sentido da C169 é garantir que povos e comunidades tradicionais tenham o direito de decidir o seu futuro e suas prioridades no processo de desenvolvimento (art. 07), o que também lhes coloca em posição ativa nos processos decisórios da consulta. Por isso mesmo, o referido diploma legal estabelece que hajam **procedimentos apropriados** e que seja conduzida de **boa-fé**, isto é, bem informada.

A este respeito, a Subprocuradora-Geral da República, Deborah Duprat³⁸², sustenta que a consulta é *previa exatamente porque é de boa-fé e tendente a chegar a um acordo*. Isto significa que, continua a autora, *antes de iniciado o processo decisório, as partes se colocam em diálogo que permite, por meio de revisão de suas posições iniciais, chegar-se a melhor decisão*. (DUPRAT, 2015, p. 68).

382. DUPRAT, Deborah. A Convenção n. 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada. In: DUPRAT, Deborah. (Org.) Convenção nº 169 da OIT e os Estados Nacionais. Brasília: ESMUP, 2015.

Em suma, a consulta prevista na C169 deve ser tomada como um processo com fases e procedimentos apropriados e conduzidos de boa-fé em que a as partes envolvidas cheguem a um acordo sobre a proposta em tela.

No caso em questão, o debate em torno de uma eventual consulta prévia junto aos quilombos de Alcântara restou prejudicado no processo de celebração do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) assinado entre os governos do Brasil e Estados Unidos da América em março de 2019 e durante a sua tramitação no Congresso Nacional.

Cabe sublinhar que à época da tramitação do AST, no Parlamento Nacional, as comunidades quilombolas, por meio de suas instituições representativas, enviaram uma Carta aos congressistas destacando a obrigatoriedade de realização da consulta antes de sua homologação pelo congresso³⁸³.

Naquela época, diversas diligências também foram realizadas junto à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal resultando em uma nota técnica³⁸⁴ desse *parquet* sustentando a imprescindibilidade da consulta pela Câmara dos Deputados, sendo, contudo, inobservada pelo presidente daquela casa, o Sr. Rodrigo Maia. Vale dizer, o presidente da Câmara é filiado ao DEM, o mesmo partido que atacou no STF o decreto nº4.887/2003, por meio da ADI 323/2004.

Paralelo a isto, as comunidades já vinham desde o mês agosto de 2018 elaborando o seu protocolo de consulta com o objetivo de estabelecer os meios e *procedimentos apropriados* para uma eventual consulta, nos termos da C169, aprovando, assim, o Documento Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado do Território Étnico

383. Cf. Carta de Alcântara ao Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/em-car-ta-ao-congresso-quilombosde-alcantara-denunciam-acordo-de-salvaguardas-de-base-espacial/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

384. Nota Técnica nº 03/2019-CCR da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) do Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-defende-consulta-previa-a-quilombolas-impactados-pela-proposta-de-expansao-do-centro-de-lancamento-de-alcantara>

de Alcântara³⁸⁵ em agosto de 2019 durante o Encontro das Comunidades Quilombolas de Alcântara.

Ou seja, de algum modo, as comunidades se preparam para fazer o bom diálogo com Estado brasileiro e tentar construir um acordo em torno dessa questão. Em outras palavras, não foram às comunidades que deixaram de fazer o que lhe caberia.

Infelizmente, não se verificou postura semelhante por parte do Estado brasileiro. Ao contrário, a narrativa oficial e midiática de autoridades do Governo Federal, do Parlamento e do governo do Maranhão sempre se pautou na negativa da consulta alegando que o AST nada tinha a ver com questões fundiárias e não implicava, segundo estas autoridades, em remoções de comunidades. Nesta toada, seguiu o AST para aprovação em regime de urgência, isto é, eliminando todo e qualquer debate nas comissões das respectivas casas do Congresso Nacional onde obteve fácil aprovação.

O que se percebeu foi o total desprezo de toda mobilização das comunidades para realização da consulta e, agora, se tenta impor as regras do jogo com Resolução nº 11.

No nosso sentir, ao desprezar este esforço preparatório empreendido pelos quilombos para fazer a consulta, o Estado brasileiro incorre em racismo institucional, uma vez que, como já dito, a consulta prévia dá às comunidades o direito de participar ativamente dos espaços decisórios sobre as suas vidas e futuro. Na prática, o desprezo do Governo Federal decorre da recusa em permitir e aceitar que estas comunidades possam assumir o protagonismo do seu próprio destino.

Ao que parece, perante a ótica do Estado, o jogo só funciona sob o critério do autoritarismo tal qual se tenta impor com a Resolução nº

385. Documento Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado do Território Étnico de Alcântara. Disponível: http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web_final.pdf

11, podendo-se afirmar que esta constitui ato unilateral e verticalizado do governo federal que pode ser lido por efeito de qualquer prisma, exceto, como um ato legalmente capaz de instalar consulta prévia, livre e informada como se tenta colocar.

A bem da verdade, a referida Resolução escancara a má-fé do Estado. Desde o anúncio de assinatura do AST, se negou, na arena pública, que o mesmo implicaria em novas remoções de comunidades quando na prática já se atuava no âmbito daquele Comitê para à remoção destas comunidades, conforme atesta o ato administrativo em exame. Assim, não há que se falar em consulta prévia, livre e informada.

O que se verifica, na prática, é uma inversão do valor e do real sentido da consulta normatizada pela Convenção 169. Neste ponto, cabe ressaltar alguns elementos importantes.

É imperativo considerar que a centralidade da C169 e do direito de consulta é a permanência das comunidades em seus territórios. Esta é a regra e deve ser o esteio da construção de um eventual acordo entre Estado e comunidades.

Excepciona-se, no entanto, a retirada e o reassentamento desses povos. Mas, quando forem considerados realmente necessários deverão passar pelo crivo **do livre consentimento** das comunidades (C169, art. 16, 2). E mesmo assim, os povos têm o **direito de retornar** às suas terras assim que cessarem as razões que motivaram sua transferência (art. 16, 3). Ou seja, mesmo quando a exceção é colocada em discussão não assume caráter definitivo e absoluto isto porque, como já dissemos, a permanência destes povos em suas terras e territórios constitui o sentido ontológico da C169.

Para que restem sombras de dúvidas sobre este tema, é preciso firmar posição que a retirada e o reassentamento referidos acima, não possuem solidez e justeza capaz de arrazoar a aplicação destas medidas excepcionadas pela C169, no caso em comento. Mesmo porque a trajetória do programa aeroespacial em Alcântara

é profundamente marcada por fracassos e violações dos direitos humanos da população quilombola local³⁸⁶. Traz no seu bojo a mácula de realizar deslocamentos compulsórios durante a ditadura militar; funcionar há quase 04 décadas sem licença ambiental; é a principal razão da negativa do título de propriedade coletiva das comunidades; acumula um histórico de fracassos nos seus acordos bilaterais, tendo na parceria com a Ucrânia seu maior significado de falência dessa lógica de aluguel da base espacial; suas três tentativas de fazer decolar o promissor projeto VLS foram inexitasas, a última em 2013 terminou na lamentável tragédia que vitimou 21 técnicos e cientistas do programa aeroespacial; e, a histórica ausência de transparência e debates públicos, francos e cientificamente fundamentados com a sociedade brasileira e alcantareense quanto aos reais impactos econômicos e sociais promovidos na região decorrentes das atividades espaciais.

Assim, por onde se leia a trajetória do programa aeroespacial, sobram razões que desautorizam arrolar a excepcionalidade em tela.

Desta maneira, o que se extrai, então, é que a Resolução nº 11 é uma tentativa mal-ajambrada de inverter a lógica e o sentido da C169 e, respectivamente, o direito de consulta prévia, uma vez que já impõe às comunidades o destino fatal da remoção. Constitui-se ainda em ato doloso que busca, ao cabo, desidratar o sentido da consulta prévia e reduzi-la a meros procedimentos *pro forma*. Se se deseja implementá-la, nos termos publicados, assume-se novamente o deslocamento compulsório tal qual ocorrido na década de 1980, durante a ditadura militar. Porque, consulta prévia não o é!

A consulta não se reduz a atos de escuta, reuniões, eventos ou similares. Vale dizer: audiência pública (CF/88, art. 225,§1º, IV; Lei nº 9.7841/999; Res. Conama nº 01/1986-87); oitiva constitucional (CF/88, art. 231, § 3º) não se confunde com a consulta prévia agasalhada na C169³⁸⁷.

386. Consultar: SEREJO LOPES, Danilo. Alcântara, uma luta nacional: ainda é possível defender o fracasso. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/12/02/alcantara-uma-luta-nacional-ainda-e-possivel-defender-o-fracasso/>

387. CF. PONTES JUNIOR, Felício. Audiência pública, oitiva constitucional e consulta prévia: limites e aproximações. In: DUPRAT, Deborah. (Org.) Convenção nº 169 da OIT e os Estados Nacionais. Brasília: ESMUR, 2015.

A consulta prévia constitui-se num esforço recíproco das partes para chegar a um acordo. Mas, alcançar esse objetivo não encerra o processo de consulta. Isso mesmo, a consulta não é um processo que se encerra em si mesmo. As decisões tomadas num acordo podem ser rediscutidas em qualquer tempo pela comunidade. Vejamos:

(...) Sempre que necessário, os governos garantirão a realização de estudos, em colaboração com os povos interessados, para avaliar o impacto social, espiritual, cultural e ambiental das atividades de desenvolvimento planejadas sobre eles. **Os resultados desses estudos deverão ser considerados critérios fundamentais para a implementação dessas atividades.** (C169, art. 7, § 3).
Grifos nossos.

O artigo acima consagra a premissa de que a consulta é um processo com fases e procedimentos. Mais que isso. Impõe-se como algo permanente e flexível adequando-se a dinâmica social e cultural de vida dos povos interessados enaltecendo, assim, a importância fundamental de que a consulta deve ser *culturalmente situada* (DUPRAT, 2015).

A nosso ver, o art. 7, § 3º funciona com uma espécie de *cláusula do arrependimento* no acordo firmado entre comunidade e Estado. É, por assim dizer, o critério autorizador de revisão das decisões anteriormente celebradas. A referida cláusula é que dá as condições de operar o sentido ontológico da convenção 169, isto é, proteger o modo de vida dos povos interessados.

Considerando os elementos já debatidos até o momento, pode-se afirmar que a Resolução 11 não se sustenta do ponto de vista jurídico. Está, em verdade, na contramão dos ditames e princípios erigidos pela C169 e cumpre tarefa oposta daquela a que se propõe o referido documento internacional, quer dizer, ao invés de proteger as comunidades, as retira do processo decisório além de verticalizar uma decisão que a legislação impõe sua construção coletiva e ativa participação dos povos interessados.

A lucidez científica e a boa exegese jurídica merecem lugar de destaque no presente certame, de forma que, não se pode tomar como critério a subestimação cognitiva e intelectual para arguir os vícios de legalidade presentes naquela Resolução. A administração pública federal dispõe de excelentes profissionais, nomeadamente, juristas. Assim, não se pode crer que os vícios aqui ressaltados resultem de incompetências ou pouca capacidade intelectual. Mas, é verdade que por onde se ler sobressai o caráter doloso do referido ato administrativo.

Continuemos. O processo jurídico concernente à regularização fundiária de Alcântara tramita em diversas instâncias do Estado há pelo menos duas décadas. É de amplo conhecimento da administração pública federal todas as ações judiciais em trâmite e o imbróglgio jurídico que se arrasta há longos anos.

Assim, mesmo que a Resolução fosse juridicamente sustentável, o que entendemos não ser o caso, as reais condições de ela ser operacionalizada seriam quase zero, se quiséssemos nutrir algum respeito pelos direitos e garantias fundamentais das comunidades. Salvo, o governo atue pelo critério do autoritarismo e da ilegalidade, como prenuncia a batuta administrativa do GSI.

A covid-19 como qualificadora do genocídio perpetrado pelo Estado

A Resolução nº 11, constitui-se num atabalhoado ato de Estado que busca, ao cabo, malferir as pessoas e as comunidades quilombolas de Alcântara. Mais quais seriam as razões de o GSI publicar uma resolução de ameaça direta de expulsão de aproximadamente 800 famílias³⁸⁸ de suas terras durante a pandemia do Coronavírus?

388. Consultar “Nota técnica: considerações preliminares acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e suas implicações às comunidades quilombolas de Alcântara” Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE). Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/nota_tecnica_ast_quilombolas_alcantara_mabe.pdf

Neste momento delicado pelo qual a humanidade está passando, onde se tem quase que um consenso mundial sobre a necessidade do isolamento social como forma mais eficiente de autoproteção e de prevenção contra a disseminação desenfreada da Covid-19, o Brasil publica na imprensa oficial um documento com o teor doloso com vistas a vilipendiar um determinado grupo social. Podendo-se supor, então, que o Estado brasileiro não reconhece nos quilombolas qualquer humanidade possível, tampouco os vê como sujeitos de direitos. Estão, segundo esse raciocínio, expostos a violências de toda sorte, podendo ser notificados sobre sua expulsão, inclusive, durante uma pandemia. Isto é, vulnerabiliza-se duplamente as comunidades ao expô-las ao risco de expulsão de suas terras e ao contágio da covid-19.

Do ponto de vista pragmático, há poucas condições reais de se operacionalizar a vontade governamental, considerando a fragilidade jurídica do documento, o que abre flanco para sua judicialização³⁸⁹ e o momento de crise sanitária mundial da Covid-19. Contudo, a lógica racista presente na Resolução nº 11, nos permite refletir que este seria, segundo esse raciocínio, o melhor momento para colocar em prática o plano estatal de “limpeza” étnica do território negociado previamente com o capital internacional. Afinal, nada mais confortável para o Estado brasileiro do que se aproveitar de uma ocasião em que as atenções da mídia e da sociedade estão voltadas para as medidas preventivas de autoproteção para colocar em curso um projeto genocida, o AST.

Publicar o ato de expulsão das comunidades neste momento de pandemia constitui ação estratégica do governo brasileiro, uma vez que se acreditava inibir a resistência e a mobilização das comunidades para mobilizar apoio e solidariedade mundial em sua defesa e proteção. Ledo engando! Ou se acreditou que de alguma forma, a resolução passaria despercebida

389. Quando estávamos finalizando o presente texto, a 8ª Vara da Justiça Federal do Maranhão proferiu decisão liminar, nos autos do processo nº 106857.2020.4.037.00, suspendendo os efeitos da Resolução nº 11 do GSI até que seja realizada consulta prévia junto às comunidades quilombolas de Alcântara. Contudo, não houve tempo hábil para analisar o teor da referida decisão interlocutória. Trata-se de Ação Popular movida pelo Deputado Federal Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa em face do GSI.

e ao ser notada, seus efeitos jurídicos restariam efetivados e o genocídio da população quilombola de Alcântara realizado. Assim, abrindo caminho aos investidores internacionais sem lhes causar quaisquer constrangimentos ou responsabilidade moral e legal pela desgraça instituída. Nenhuma dessas eventuais táticas conheceram sucesso até o momento e espera-se que não o encontre jamais.

E importante reafirmar o quanto a Resolução teve um impacto violento em nossas vidas, porque causou dor, apreensão e mais incertezas. Se constituiu num ato desumanizador. Enquanto as comunidades estão expostas a violência de toda sorte e adotando medidas próprias de autoproteção com vistas a evitar o contágio da Covid-19 e sua disseminação no território, o Governo Federal alia-se ao Coronavírus para agravar o estado emocional das famílias quilombolas e aprofundar o grau de insegurança que estas experimentam há 40 anos, na história recente.

A despeito das medidas adotadas pelos governos estadual e municipal, ressalta-se a total ausência de políticas preventivas voltadas para resguardar e proteger comunidades rurais, no caso, os quilombos de Alcântara. O município de Alcântara não dispõe de estrutura hospitalar para enfrentar a crise sanitária que ora assola o mundo. Na contramão disso e para tentar evitar uma tragédia em seus territórios, algumas comunidades decidiram extremar e passaram a controlar seus principais acessos, numa tentativa de evitar a sua extinção, ou melhor, seu genocídio por omissão dolosa do Estado. Assim, como medida de autoproteção as comunidades de Mamuna, Samucangaua, Canelatiua, Aru e Mato Grosso, dentre outras, instituíram controle de circulação de pessoas nas comunidades.

Em alguns casos as comunidades construíram *porteiras* como medida de controle; em outras colocaram placas com inscrições próximas às entradas da comunidade anunciando a decisão.

Forjadas na resistência às tentativas de genocídio perpetradas pelo Estado brasileiro, essas comunidades sabem que sobreviver à crise da Covid-19 passa pela implementação de medidas coletivas de autoproteção, uma vez que, os quilombolas têm a consciência que não podem contar com o Estado brasileiro, senão, para lhes exterminar.

Considerações Finais

A partir das reflexões elaboradas brevemente neste texto, repercute-se que o governo federal quis aproveitar-se do momento de fragilidade decorrente da pandemia e aliou-se à Covid-19 para atacar duplamente as comunidades de Alcântara. Ou se morre da doença ou se morre pela expulsão. O importante é que morram. Esta é premissa que moveu a edição e publicação da Resolução nº 11 em plena pandemia. Institui-se como meio: o racismo e o medo como forma de dominação e pressão psicológica. Só a lógica colonial explica tal procedimento.

A publicação da Resolução nº 11 encontra sentido em um Estado onde o racismo é transformado no fiador e mediador das relações entre um Estado composto por ultraconservadores radicalizados e um grupo historicamente marginalizado. Em última análise, podemos concluir que estamos diante de uma ação que simboliza a falência do Estado democrático de direito e o nascimento de um Estado fascista. Qualquer que seja a sua forma e o seu conteúdo, a história nos mostra que os quilombos sempre estiveram na sua mira de fogo.

Em conclusão e a par das discussões travadas aqui, é preciso dizer que o direito de propriedade coletiva das comunidades quilombolas já é matéria vencida e pacificada pelo STF tendo sido sua constitucionalidade declarada por ocasião do julgamento da ADI 3239/2004 em 2018. Portanto, não há o que se voltar.

Igualmente, a no que se refere a Convenção 169 da OIT é preciso trazer a luz que a CF/88, art. 5º, § 2º, acolhe os tratados internacionais sobre direitos humanos com valor normativo da Constituição³⁹⁰. Aliás, matéria pacificada pela Corte constitucional brasileira, o que deixa a Resolução nº 11 “oca”, no seu melhor estado jurídico. Ou seja, sendo ela um mero ato administrativo não pode e nem deve se colocar à frente da Constituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Berno de. (Org.); [et al]. **Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha**. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____, Deborah. **A Convenção n. 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada**. In: DUPRAT, Deborah. (Org.) **Convenção nº 169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMUP, 2015.

DUPRAT, Deborah. (Org.) **Convenção nº 169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMUP, 2015.

GARZÓN, Biviany Rojas. **A Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº. 169 sobre povos indígenas e Tribais e Resolução referente á ação da Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011.

PEREIRA JUNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara: Território e Conflito. O intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space**. Manaus: Editora UFAM, 2009.

PONTES JUNIOR, Felício. **Audiência pública, oitiva constitucional e consulta prévia: limites e aproximações**. In: DUPRAT, Deborah. (Org.) **Convenção nº 169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMUP, 2015.

390. Cf. PIOVESAN, Flávia. A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br>

SEREJO LOPES, Danilo da Conceição. **A Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais: a experiência das comunidades quilombolas de Alcântara.** In: ALMEIDA, Alfredo Berno de.; DOURADO, Sheilla Borges; SEREJO LOPES, Danilo da Conceição; SILVA, Eduardo Faria. *Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha.* Manaus: UEA Edições, 2013.

TOMEI, Manuela; SEWPSTON, Lee. **Povos indígenas e tribais: guia para aplicação da convenção nº. 169 da OIT.** 1ª. ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 1999.

TERRITÓRIO DOS QUILOMBOLAS-INDÍGENAS DO SÍTIO CONCEIÇÃO INVADIDO PELA MURETA CONSTRUÍDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA NO TEMPO DA PANDEMIA³⁹¹

Rosa Elizabeth Acevedo Marin³⁹²

José Roberto Jesus da Silva Cravo³⁹³

Introdução

No Brasil, os governos federal, estadual e municipal estão procedendo a desenvolver e aperfeiçoar ‘*artes de governar*’ que se parasitam com o tempo de pandemia do COVID 19. Nessa modalidade pareceria tendência, a prática de se prevalecer das atenções da imprensa e da sociedade - todas voltadas para as estatísticas de contaminados, óbitos, doentes recuperados, indivíduos testados, tratamentos e vacinas - para, detrás dessa grande e espessa cortina de cuidados, apreensões, medos e tragédias, elaborar as novas agendas; proceder a tomar decisões consoantes com a política neoliberal que mantém incólume o propósito de usurpar as terras indígenas e os territórios de comunidades tradicionais. O governo federal – executivo e legislativo - é exemplar em elaborar e querer sentenciar Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Instruções Normativas e Decretos que facilitem a apropriação e extração dos recursos minerais (ouro) e madeiras, aumentando o desmatamento e a queimada da floresta.

391. Agradeço a revisão cuidadosa deste trabalho feita por Maria da Paz Saavedra, Doutoranda do PPHIS/UFPA e Técnica no NAEA/UFPA.

392. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), França. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Pará vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU /Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA. Colabora no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

393. Graduando do Curso de Etnodesenvolvimento. Faculdade de Etnodiversidade. Universidade Federal do Pará. Campus de Altamira. Presidente da Associação da Comunidade Quilombola do Sítio Conceição - ACOMQUISC.

As situações documentadas sobre conflitos violentos na Amazônia de fevereiro a maio de 2020, confirmam farta e fatalmente esse desiderato. E tal “arte de governar”³⁹⁴, essa certa maneira de produzir atos, tem *efeitos de lugar*, quando se produz a intrusão nos territórios, a invasão à luz do sol, sem freios, isto, quando é muito difícil para os agentes sociais e suas lideranças saírem à rua, dirigirem-se à Prefeitura de seus municípios para obter informações, virem em Belém, para solicitar apoio de organizações e entidades. Muito difícil superar o campo da contaminação do Coronavírus, e outros obstáculos para dirigirem-se **à polícia e realizar um Boletim de Ocorrências. Como alternativa, busca-se o acesso mediante internet e WhatsApp para contatos pessoais, técnicos, procuradores e pesquisadores; dessa maneira, procura-se** superar o entrave e conseguir denunciar a violência verbal, física (assassinatos, emboscadas, ameaças); os abusos daqueles protegidos por instrumentos formulados e aprovados, ou não, no Congresso Nacional. Semelhante, nas Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais delibera-se em um Estado dominado pelo autoritarismo e totalmente mobilizado para a procrastinação de direitos territoriais, étnicos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Diversos estudos acadêmicos têm frisado as violências físicas e simbólicas ao longo das intervenções desenvolvimentistas em Barcarena, produzidas desde inícios dos anos oitenta (Maia e Moura, 1999; Hazeu, 2015; Acevedo Marin e Oliveira, 2015; Maia, R. 2017; Silva, 2020). A primeira investida contra essas unidades sociais ocorreu quando o governo federal apoiado na CODEBAR – Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, instituída em 1984, favoreceu a instalação do Polo Industrial minero-metalúrgico, com indústrias metal-mecânicas, beneficiadoras de alumínio e bauxita, Albrás – Alumínio Brasileiro S/A e Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S/A, respectivamente, no município de Barcarena.

394. Michel Foucault reflete “a arte de governar” como forma de “guiar os homens, de dirigir sua conduta, de forçar suas ações e reações”. (Foucault, 1979, p. 4)

Nos relatos, estão muito presentes a ideia e o evento de morte consoante às expressões sobre os deslocamentos compulsórios, o desemprego, a fome, a mudança do modo de vida, associado com observações sobre a destruição de igarapés, rios por rupturas de depósitos de resíduos das fábricas de alumínio, de caulim, da contaminação atmosférica provocada repetidamente por dúzias de empreendimentos industriais e logísticos que se instalaram em Barcarena. Nessa cidade, aos grandes projetos da Albrás-Alunorte, atual Norsk Hydro, Pará Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim, Alubar, somaram-se dezenas de empresas terceirizadas que agem seguindo o mesmo padrão de irresponsabilidade ambiental e trabalhista.

De forma que os corpos dos “cidadinos”, dos trabalhadores das fábricas, dos moradores de bairros e daqueles autoidentificados como quilombolas indígenas, comunidades tradicionais estão doentes; o que eles observam sobre as árvores e seus frutos, os igarapés, os rios, os furos, as praias, os solos e subsolo também estão sem saúde (Acevedo e Acevedo, 2015; Silva, 2020). O estado doentio da cidade de Barcarena já foi comparado no Brasil com Cubatão, município de região metropolitana da Baixada Santista, São Paulo, que pagou alto preço ambiental pela política de industrialização. Todavia, o governo municipal e o do Estado do Pará está amarrado à retórica da “sustentabilidade” da cidade de Barcarena, fazendo coro com aquela alardeada pelas empresas.

E qual é o motivo para “invadir” as “áreas verdes”? Na verdade, são os fragmentos de florestas secundárias que não foram arrasadas pelo projeto industrial e urbanístico de asfalto e cimento e que correspondem, em parte, às terras tradicionalmente ocupadas e que foram reocupadas, como nos Sítio Conceição, São João, Boa Vista-Cupuaçu ou de São Lourenço, que resistiram e perderam para a CODEBAR? O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2016) insere no sistema de áreas verdes, as terras de comunidades tradicionais, ignora a existência social e política dos autoidentificados quilombolas indígenas, embora esse reconhecimento tenha sido feito desde 2013 pela Fundação Cultural Palmares com o suporte jurídico do Ministério Público Federal.

Neste artigo descreve-se, registra-se documental e fotograficamente a forma solapada como é construída a “Mureta” no território reivindicado pelos quilombolas indígenas do Sítio Conceição, idêntico procedimento no quilombo São Lourenço na cidade de Barcarena em pleno vigor do isolamento social no país, no estado do Pará, e no intervalo em que as autoridades de Barcarena elaboraram o seu Plano de Contingenciamento³⁹⁵ (2020).

Sobre pandemia e território, formulam-se as questões: como pode a pandemia de CODIV-19, entre fevereiro e maio de 2020, somar e multiplicar no substrato da biopolítica neoliberal em Barcarena? Como atos do governo municipal atuam em desfavor dos quilombolas indígenas do Sítio Conceição³⁹⁶ e São Lourenço³⁹⁷? Quais são as táticas adotadas pelos gestores municipais que, no silenciamento da pandemia, produzem a Mureta (cercamento físico), atentam violentamente contra as famílias, ao mesmo tempo, que ignoram os atos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério Público Federal (MPF)?

Prefeitura municipal de Barcarena e o propósito de “construção da mureta com alambramento para proteção de área pública do município de Barcarena”

No dia 21 de fevereiro de 2020, o senhor José Roberto Jesus da Silva Cravo dirigiu-se à autoridade policial de Barcarena para registrar o Boletim de Ocorrência N° 0086/2020. 100462-2. Neste, relatou que no dia 21/02/2020

395. A Prefeitura Municipal de Barcarena elaborou o Plano de Contingenciamento COVID-19. Plano de Contingência Municipal para Infecção Humana, Coronavírus – COVID-19 (26 páginas) que entrou em vigência no dia 24 de março de 2020. Nesse documento foram examinadas no item 6.1 as “medidas de forma imediata para “evitar aglomeração nos locais de trabalho” (p. 21). Neste Plano é indicado “suspender atividades em espaços e áreas de uso comum” (p. 23). A Câmara Municipal divulgou no dia 30 de março de 2020 a Portaria CMB de N° 003 que “Dispõe sobre o retorno às atividades da Câmara Municipal de Barcarena e dá outras providências”.

396. Na década de oitenta foram desapropriadas as famílias do sítio Conceição com o efeito de dispersão para Barcarena, Itupanema, Belém e ainda o grupo que foi deslocado para o bairro do Laranjal. Os participantes apresentaram diversos documentos de caráter individual (certidões) e um conjunto de documentos de caráter legal assim como materiais sobre a mobilização social que eles produziram para denunciar a violência dos despejos praticados pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU e os novos atos de mobilização para o retorno ao sítio.

397. São Lourenço informou a construção de uma Mureta, no mesmo período, mas não tivemos registros fotográficos e documentais.

“por volta das 08:00h, viu que parou um caminhão da Prefeitura Municipal de Barcarena com materiais de construção e cerca de 20 funcionários, que desceram, retiraram a cerca e começaram a construir um muro na área, no intuito de ocupar a terra (turbação), sem a permissão do declarante”.

No Boletim de ocorrência foi mencionado como “Local da Ocorrência: Terreno Baldio” e foi “Identificado do fato: FATO ATÍPICO Conflitos vicinais”. O “Declarante” José Roberto Jesus da Silva Cravo “informa que o INCRA já fez as devidas demarcações” e que como presidente da Associação da Comunidade Quilombola do Sítio Conceição - ACOMQUISC “espera apenas o título definitivo da terra”.

No dia 6 de abril de 2020 fiz a leitura³⁹⁸ da mensagem de WhatsApp com este escrito: *Só que após a demarcação do poligonal dos quilombos, a prefeitura de Barcarena está cercando áreas demarcadas pelo INCRA dos quilombos de Conceição, Burajuba, São Lourenço. Já denunciamos ao MPF.*

Neste momento, **tempo de pandemia do novo Coronavírus – COVID-19**, é feita a construção da Mureta, de acordo com o anunciado na placa, com prazo de “45 dias”. Essa obra não foi feita com prévia consulta às comunidades. Muito embora e respeitosamente, os dirigentes da Associação da Comunidade Quilombola do Sítio Conceição - ACOMQUISC expressem sua confiança nas decisões e determinação das instituições – neste caso, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério Público Federal – MPF e a Prefeitura Municipal, não receberam nenhuma informação. Identicamente, essa decisão não foi notificada pela Prefeito de Barcarena ao INCRA e MPF. Assim, 15 dias depois do anúncio pelo

398. Ressalto que as relações de pesquisa com os quilombolas indígenas de Barcarena das comunidades São Sebastião de Burajuba, São João, Boa Vista-Cupuaçu, São Lourenço e Sítio Conceição iniciaram por solicitação do Procurador Felício Pontes Junior – MPF, que encaminhou ofícios solicitando a realização de estudos antropológicos dessas comunidades, nos anos 2013 e 2014. Depois desse período os contatos têm continuado fluídos e frequentes. A orientação de tese, monografias de especialização, Trabalhos de Conclusão de Cursos, assim como participação em eventos locais, convite aos agentes sociais para eventos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e novos trabalhos de campo marcam intensamente essas relações sociais de pesquisa.

Governo Federal da Lei da Quarentena³⁹⁹, os quilombolas indígenas tiveram uma surpresa paralisante com a construção da Mureta e os trabalhadores levando a frente o cronograma da obra, obedeciam em ritmo “normal”, sem atenção ao vírus que ultrapassava velozmente qualquer capacidade de gestão do que começou identificado como “crise” tripartite no Brasil de “saúde pública”, também apontada como “sanitária”- avolumada e sem controle pela “crise” política, agravadas pela “crise” econômica.

Dessa forma, as pessoas que ouvimos, expressam nos termos de “invasão”, “cercamento” o grau dessa violência que ignorou as situações de contaminação pelo Coronavírus e, mais recentemente, o aumento de notícias sobre falecimentos por essa doença em Barcarena.

A construção da Mureta é realizada quando as pessoas tentam manter o isolamento social para preservar a vida de todos. Portanto, confere-se que as instituições locais - Prefeitura e suas Secretarias e a empresa construtora, contrário a conduzir políticas emergências e de prevenção na cidade de Barcarena no tempo da pandemia de Covid 19, agem com a imposição de uma obra de infraestrutura que não é essencial. Contrariamente, ignora procedimentos legais e burocráticos de reconhecimento de direitos territoriais.

A mensagem recebida no dia 13 de maio de 2020 foi contundente pela tragicidade da morte e de vários doentes, somado ao impacto da “invasão pela Prefeitura Municipal de Barcarena”. Os trabalhadores diuturnamente dedicados à obra, circulam sem nenhuma proteção, como foi recomendado no Estado do Pará, a partir de abril, com o aumento de contaminados e de óbitos.

399. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 ou Lei da Quarentena - Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019. Essa proposta de normas de Quarentena fora enviada pelo Executivo ao Congresso e aprovada na mesma semana. O Decreto Nº 10.282, de 20 de março de 2020, regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

“Bom dia!

Não está fácil, já perdemos pessoas conhecidas e também amigos relacionados a pandemia. Nossa luta em curso em nossos territórios também nos preocupa, os órgãos públicos não estão funcionando normalmente e estamos passando por invasão pela prefeitura Municipal de Barcarena. Após o INCRA fazer as demarcações nos quilombos em dezembro de 2019”.

Nos levantamentos realizados, via internet, buscava-se informações sobre o argumento, inclusive legal, para a construção da Mureta pela Prefeitura de Barcarena e para decretar como “Área Verde” após a intervenção do INCRA reconhecendo direito territorial dos Quilombolas Indígenas do Sítio Conceição. A definição da área como sendo “Patrimônio Público Municipal de Barcarena” indicava a existência de uma base legal. Qual é seu conteúdo? Ainda a espécie de justificativa de “Recuperação de Áreas degradadas, redução de desmatamento e das queimadas”. O gritante por que motivos se estabeleceu a urgência da obra sem consulta às pessoas da comunidade, em momento de grave comoção social pela pandemia de CODIV-19. Inclusive, Barcarena ocupa de acordo com dados da SESPA, a 12ª posição (20.04) em número de contaminados e óbitos nos municípios do Estado do Pará e uma limitada infraestrutura hospitalar e política de emergência, apesar da riqueza produzida por empresas do denominado “complexo industrial”.

Com base nas fotografias abaixo registram-se os dados de identificação. A) Sistema Municipal de Áreas Verdes. Patrimônio Público Municipal de Barcarena. A obra apoia-se na Lei Complementar N° 040/2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71.



Figura 01: Placa com identificação Sistema Municipal de Áreas Verdes. Figura 2. Placa com identificação da obra, com detalhamento de contrato, prazo, valor da obra, empresa e engenheiro responsável. Fotos: José Roberto Jesus da Silva Cravo, abril 2020.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
 Nome da obra: Construção de Mureta com Alambramento para Proteção de Área Pública do Município de Barcarena.
 Contrato N°: **2020445**
 Prazo da obra: 45 dias consecutivos
 Valor da obra: R\$ 320.164,48
 Empresa contratada: Maduraira Empreendimentos - EIRELI -EPP
 Engenheiro Responsável: Moisenilson da Silva Rodrigues. CREA 10763 D/PA
 Origem dos Recursos: Fundo Municipal do Meio Ambiente. 1854 3001.9.3.1.81
 Recuperação das Áreas degradadas, redução de desmatamento e das queimadas.

A série de fotografias abaixo ilustra os pedreiros e ajudantes contratados realizando a elevação da mencionada Mureta.



Figuras 03, 04 e 05: Pedreiros e ajudantes avançam na construção da Mureta. Fotos: José Roberto Jesus da Silva Cravo, abril 2020.



Figura 06: Escavação realizada para elevação da Mureta. **Figura 7.** Levantamento de colunas



Fotos 07: José Roberto Jesus da Silva Cravo, abril 2020.



Figura 08: Segmentos da Mureta levantada, ainda sem o alambramento. **Figura 09:** Várias árvores foram cortadas para alçar a Mureta, entre eles, castanheira. Observa-se o tronco cortado detrás da Mureta. **Figura 10:** Na foto o tronco de uma castanheira que foi cortada.

Fotos: José Roberto Jesus da Silva Cravo, abril 2020.



Figura 11: Muro da Prefeitura, em destaque, adiante segue Sítio Conceição. **Figura 12:** Em destaque início de casas do Sítio Conceição. Algumas delas tem a frente um pequeno comércio. **Figura 13:** Ponte sobre o rio Murucupí e mureta em construção. Fotos: José Roberto Jesus da Silva Cravo, maio, 2020.

A série de fotos, apesar de não estarem datadas, deve ser examinada na sequência temporal. O início da obra, que de acordo com o Boletim de Ocorrência foi registrado no dia 21 de fevereiro de 2020 e a partir desse dia, teve avanços ininterruptos no mês de março, isto, em média da cronologia de tomadas de decisão (Decretos, Portarias, Planos) em nível nacional e estadual que estabeleceram o que são serviços essenciais. Além de não se constituir a construção da Mureta como serviço essencial, contraria normas no relativo às obras de Engenharia. No exame dos atos do Governador do Estado do Pará mediante assinatura e divulgação do Decreto N° 609 de 16 de março de 2020 apoiado na Constituição Estadual (Art. 135, incisos III) *considerando o reconhecimento, por parte da Organização Mundial da Saúde, como pandemia o surto do corona vírus Covid-19; e considerando o disposto na Lei Federal n° 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 no Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do corona vírus COVID-19. Tal dispositivo legal, define:* Art. 21. As obras de engenharia deverão adotar todos os cuidados relativos às regras de distanciamento, respeitada distância mínima de 1 (um) metro, com a obrigatoriedade de fornecimento de máscaras e alternativas de higienização (água/sabão e/ou álcool em gel) aos funcionários e colaboradores.

A “Área Verde”, “Área Pública” como designada nas placas registradas neste item corresponde a uma terra tradicionalmente ocupada, cuja história de formação, de lutas e, recentemente, de reconhecimento pelo INCRA, possui

procedimentos de titulação e demarcação avançados. Os quilombolas indígenas recordam vivamente as formas como perderam as áreas de roça, caça, pesca e de lazer do Sítio Conceição para surgir a Vila dos Cabanos. O breve histórico das territorialidades específicas⁴⁰⁰ e dos processos de usurpação e expropriação aos quais foram submetidas essas unidades sociais, no início pela igreja, que transferiu esses domínios territoriais para a Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará - CDI e Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR, instituições que realizaram celeremente os deslocamentos compulsórios de centenas de famílias que viviam as margens de rios e igarapés – Murucupi, Icarau, Curuperé, Arienga, São Francisco e na antiga Vila do Conde.

A CDI e CODEBAR⁴⁰¹ com objetivo de viabilizarem a instalação dos grandes empreendimentos do denominado complexo mínero-metalúrgico, sistema portuário e plano urbanístico em Barcarena, produziram processos céleres de usurpação de territórios para construção do Distrito Industrial e Vila dos Cabanos retirando as terras tradicionalmente ocupadas das comunidades tradicionais de Curuperé, Acuí, Canaã, Arienga, Peteca/Pramajó, Dom Manoel, Maricá, Santa Rosa e Bairro Industrial e as autoidentificadas comunidades quilombolas indígenas do Sítio São João, Sítio Cupuaçu, Sítio Conceição e São Lourenço.

De acordo com essas agências, os que viviam nos antigos “sítios” foram indenizados e deslocados para lotes **de terras titulados**, no bairro de Laranjal, Colônia Agrícola do Bacuri, na Vila do Conde, Vila Nova, São

400. Almeida (2008, p. 133-134) destaca essa noção para compreender formação dessas unidades sociais. “A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindéiras sob a acepção corrente de ‘terra comum’”.

401. Maia (2017, p. 22) escreve: “A CDI, responsável pelas primeiras desapropriações, indenizou as famílias que moravam na área destinada ao projeto Albrás, da Alunorte, do Porto, da Reserva Ecológica, da Eletro-norte e de uma pequena parte do núcleo urbano. A CODEBAR, empresa pública destinada inicialmente ao Ministério do Interior, concentrava suas atividades na implantação do plano urbanístico de Barcarena, com prioridade para execução e administração de obras e serviços da Vila dos Cabanos, e desapropriou a área destinada a este núcleo urbano. No período de 1979 a 1984, a CDI realizou 404 ações de expropriação em uma área de 40.000 hectares; por seu lado, a CODEBAR efetuou 155 desapropriações em uma área de 60.104 hectares (MOURA; MAIA, 1989).

Francisco e em Bairro Novo na Sede de Barcarena. A realidade é e continua sendo outra, e as famílias deslocadas pela especulação com os terrenos para novos empreendimentos, tornam-se “invasores” mais adiante. Essas comunidades foram e continuam sendo vistas como obstáculos para os projetos expansionistas das empresas, da Prefeitura Municipal de Barcarena e da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, e planos econômicos do governo do Estado do Pará. Os interesses imobiliários manifestam-se muito contrariados com suas presenças. A leitura do Plano Diretor de Barcarena (2013-2017) é prova desse silenciamento e negação da existência dessas comunidades como veremos adiante.

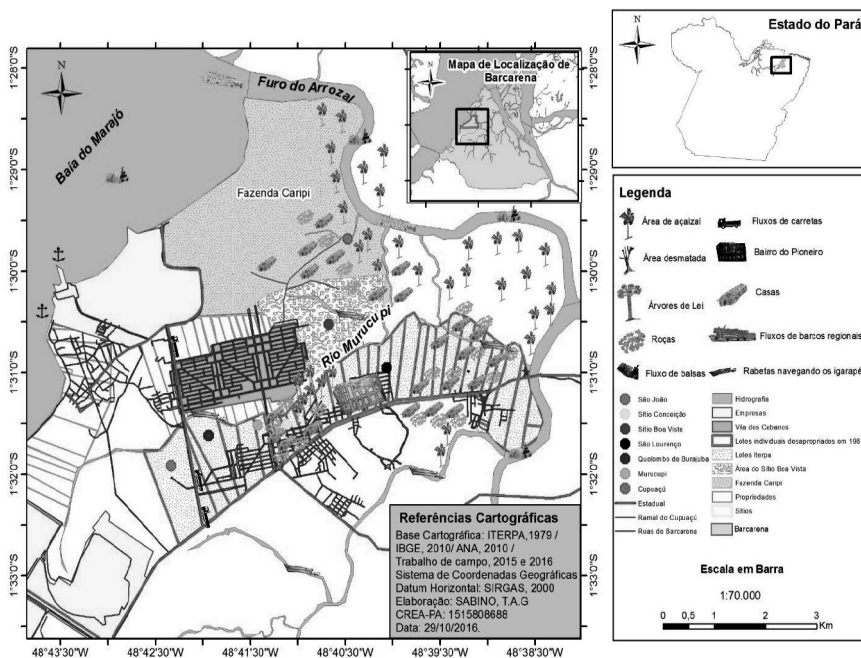


Gráfico 1. Cartografia social de sítios e comunidades desapropriadas pela CODEBAR
 Fonte: Maia, 2017, p. 146.

Territorialidade específica do sítio Conceição e a Vila dos Cabanos

A luta pelas terras do Sítio Conceição inicia com deslocamentos compulsórios dessas famílias, e centenas de outras em Barcarena, desde finais da década de setenta. No que tange às famílias tradicionais que viviam as margens do rio Murucupi, a narrativa dos deslocamentos é menos lineal e muitas delas se dispersaram, indo morar e trabalhar em Belém, Abaetetuba e mais próximo em Vila do Conde. As famílias erraram entre lugares e tentaram resistir entre as estruturas que os impeliavam ao empobrecimento e à miséria.

Os que viviam no Sítio Conceição recordam vivamente as formas como perderam as áreas de roça, caça, pesca e de lazer para surgir a Vila dos Cabanos. Depois de um tempo a família Cravo, morando em uma casa pequena construída em terreno cedido pelo padre Primo recebeu um lote de 9x30 metros no Laranjal para a família que aumentava. Os biscates, lavagem de roupa, empregos temporários e mal remunerados os deixou expostos a fome e doenças.

Doze anos atrás dona Maria Areolina Celestino da Silva (1934-2008), carinhosamente Maria Curió entre familiares e amigos, sentindo a saúde fragilizada veio a Belém e apresentou-se ao Procurador Federal Felício Pontes Júnior para ter apoio; ela solicitou a verificação da situação de uma área de terras a margem do rio Murucupi que sua família ocupou por mais de cem anos e da qual foram expulsos pela CODEBAR. Já doente gravemente, pediu no leito para Vera Lúcia da Silva Cravo, a filha mais velha, para buscar *ossos direitos, que não deixasse as terras, as plantas que seus antepassados e ela quando criança tinham plantado* no Sítio Conceição. Esse juramento diante da mãe na hora da morte é o pacto de luta pela vida para os que ficam e ele não pode ser quebrado, mesmo em tempo de pandemia. O filho caçula, José Roberto Jesus da Silva Cravo, conhece profundamente as ocorrências de 2010 até o presente.

No ordenamento da Vila dos Cabanos o antigo sítio mal correspondia a uma faixa de terra localizada à margem direita da rua Félix Clemente Malcher, na frente do Terminal Rodoviário e a Escola Municipal de Ensino Pitágoras. Contudo, estava sendo aberto o conflito com as disposições de loteamento da CODEBAR⁴⁰², da Prefeitura Municipal e da Secretaria do Patrimônio da União.

As denominadas quadras 023, 027 e 037 são objetos de disputas entre os quilombolas indígenas de Conceição, a Polícia Militar e a SPU, que passou a qualificar essa retomada do território tradicional como “ocupações irregulares” convocando à Associação dos Moradores do Sítio Conceição”, os seus dirigentes para se apresentar no seu escritório situado na rua da Lama. (ACEVEDO MARIN e MAIA, 2015, p. 39)

No ano de 2008 ocorreu a liquidação da CODEBAR e os leilões de glebas e quadras. Os territórios de sua atuação foram transferidos para o Patrimônio da União, sob a administração da SPU. A ação dos moradores de São Lourenço foi desconhecer “a legitimidade da propriedade da União em seu território, e buscaram junto ao Ministério Público Federal o reconhecimento de sua territorialidade específica”. As famílias que construíram o Sítio Conceição decidiram retornar e enfrentar à polícia, em 2009. Elas conseguiram a suspensão dos leilões das quadras 027, 036 e 037 do atual chamado Bairro do Pioneiro, que ocupavam. (MAIA, 2017, pp. 151, 162). Interpretam Acevedo Marin e Maia (2015, p. 40) que:

402. A tese de Maia sintetiza a ação da CODEBAR: A política desenvolvimentista adotada pela CODEBAR foi responsável pela instalação em Barcarena do contexto de injustiça, exclusão e conflitos para com as comunidades tradicionais. Nas entrevistas dos técnicos da CODEBAR sobre o processo de indenização e deslocamento dessas comunidades, eles discursavam que essa ação violenta foi a única saída para aquela “pobre população conhecer o progresso”. Maia, Rosane de Oliveira Martins. Territorialidades Específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017. 323 f.

Os leilões da CODEBAR e atos de doação como ocorreram em 2006 quando a Prefeitura de Barcarena foi favorecida em leilão e, até o último ocorrido em 2008, são mencionados pelos entrevistados como momentos de colocar a prova a resistência. O último leilão da CODEBAR no qual pretendia-se comprar áreas vizinhas da quadra 037 envolvendo a senhora Marta Wane Nascimento de Abreu foi objeto de denúncia contundente pela Associação dos Moradores do Sítio Conceição.

No estudo “Quilombolas Indígenas do Sítio Conceição Reivindicações Identitárias e Territoriais. Barcarena-PA”, é elaborada discriminadamente a cronologia dos atos de resistência e as mobilizações, contínuas e acessando diversas instituições do Estado pela busca de direitos humanos e territoriais, “despoticamente arrancados pela CODEBAR, em pleno regime ditatorial”.

Paradoxalmente, ocorrências semelhantes são denunciadas pelos povos e comunidades tradicionais de Barcarena em uma fase de contar conquistas de direitos, reconhecidos por um Estado cuja peça máxima é a Constituição de 1988 e que se define como pluri-jurídico, pluri-étnico. Contraditoriamente, as novas ações realizadas sistematicamente pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU, em nome dos interesses da União, são marcadas por arbitrariedades da mesma natureza. (ACEVEDO MARIN e MAIA, 2015, p. 42).

Nos documentos disponibilizados pela Associação de Moradores da Comunidade Sítio Conceição – AMSC - Carta Precatória, Mandado de Intimação, Ação Cautelar Inominada, Ação Ordinária, Suspensão de Liminar, Ação de Reintegração de Posse, Leilão da CODEBAR procedeu-se a identificar as ações ora contra, ora a favor das famílias:

- 1991. A família Cravo entrou com uma Ação Ordinária contra a CODEBAR. A peça jurídica foi elaborada pelo advogado José Carlos Dias de Castro com o objetivo de fazer a reclamação sobre as indenizações. Nessa Ação são descritos os cultivos que tinham no sítio. Os sítios Conceição e São Raimundo, citados nessa peça, foram incorporados pela CODEBAR para o plano urbanístico da cidade de Barcarena e construções do bairro Pioneiro constituíram-se objeto de disputas. Esses terrenos foram levados aos leilões já mencionados. Através dele obtém-se informação de que o grupo familiar havia introduzido um Protocolo junto ao Instituto de Terras do Pará – ITERPA datado de 1976 para reconhecimento do domínio.
- 1996. A Associação de Moradores do Sítio Conceição apresentou como Prova de Ocupação o processo judicial 0007426-77.1996 4.01399.00 que teve como objeto a reintegração de posse das quadras: 027, 036, 037, 040, 041, 062, 063, 077, 082 e 130 do Bairro Pioneiro pela CODEBAR.
- 2009. No Termo de Declaração assinado em 2009 por Vera Lucia da Silva Cravo lavrado junto ao Ministério Público Federal ela explicava que haviam sido obrigados a deixar a área pressionados pela CODEBAR em 1978 e detalha as ameaças de terem suas casas destruídas por tratores. Em 2009 temiam e repeliam, com justo motivo, as pressões reiteradas e expulsão a pedido da SPU.

Os moradores do sítio Conceição se mantiveram em estado de alerta em relação aos atos da CODEBAR e esse posicionamento foi mais acentuado, na fase de liquidação e, posteriormente, quando ela abriu leilões das quadras (Leilão N° 004 de 12 de setembro de 2008) na quadra 036 – Lote 15 que de imediato foi objeto de um pedido de suspensão.

Nesse ano 2009, no mês de abril introduziram um pleito judicial, mas antes tinham-se dirigido, representado pela AMSC para órgãos estaduais e municipais apontando a contaminação do rio e do solo pelo vazamento de tanques usados para depósitos de resíduos de bauxita, de responsabilidade da Alunorte.

- 2011. A Associação dos Moradores do Sítio Conceição solicitou novamente intervenção para fins de suspensão e cumprimento de liminar de Integração solicitada pela SPU. No ofício 63 de 15 de fevereiro de 2011, o senhor José Roberto de Jesus da Silva Cravo, presidente da Associação, informava que sua família já existia no que “hoje são as quadras 027, 36 e 37 do Bairro Pioneiro” em Barcarena e contestava a qualificação como “invasores”.

No documento emitido pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, Tribunal de Justiça inserido acima e que responde pelo Processo Nº 2009 004 393-6 de Agravo de Instrumento. Na Comarca de 1º Grau- Barcarena foi emitida a Ação de Reintegração de Posse com pedido de tutela antecipada tendo como Agravante: José Roberto de Jesus da Silva Cravo e Outros e neles eram reconhecidos direitos às famílias do sítio Conceição.

O documento já citado, de 1991, serviu como apoio ao MPF que elaborou no dia 19 de março de 2012 a Ação Cautelar Inominada e que foi dirigida pelo MPF ao Juiz Federal da 1ª. Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará Processo Inquérito Civil Público N. 1.23.000.0002224 2011 67 com objetivo de: impedir a Secretaria do Patrimônio da União no Estado do Pará realizar quaisquer atos envolvendo a área litigiosa quadras 027, 036, 037 do bairro Pioneiro da Vila dos Cabanos em Barcarena - especialmente que seja impedida de determinar proibições a comunidade de moradores do sítio Conceição como realizar obras em habitações já existentes, plantações e até mesmo de limpar as ruas, bem como de realizar ameaças e atos vexatórios contra os moradores.

Explicitava-se que a SPU devia abster-se de prática de qualquer ato envolvendo a área litigiosa em especial que implicasse em prejuízos e constrangimentos aos moradores do sítio Conceição sob pena de multa ao Superintendente Regional da SPU, senhor Lélío Costa da Silva. O discurso da SPU os incriminava por ações criminosas.

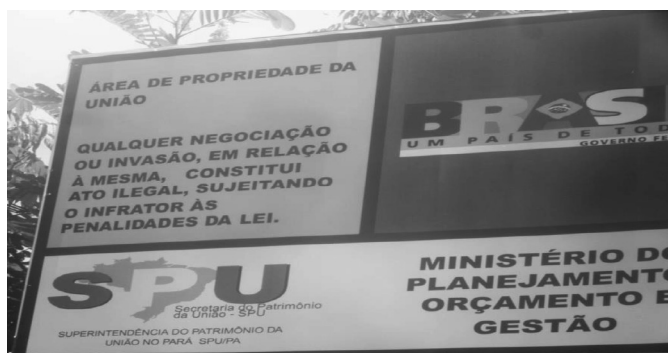


Figura 14. Fixação de placas pela SPU identificando “Área de Propriedade da União”, 2009. **Foto:** José Roberto Jesus da Silva Cravo

Os moradores do sítio Conceição buscaram formas de organização e entre elas a criação, em janeiro de 2010, da Associação dos Moradores do Sítio Conceição, passando a endereçar demandas à Prefeitura Municipal de Barcarena, Governo do Estado, ITERPA, SEMA, IBAMA, Batalhão da Polícia Militar, SPU e as próprias empresas.

No Estatuto foi definido a sua natureza como sendo uma “Associação civil, de direito privado, de caráter socioambiental”. O objetivo de preservar o ambiente é consequente com diversas ações políticas para denunciar a poluição do rio Murucupi. Várias fotografias cedidas pela Associação documentam o avanço da poluição.

Em 2011, ações da Associação tiveram destaque no relativo à procura de direitos. A Associação dos Moradores do Sítio Conceição encaminhou

em 11 novembro desse ano uma representação ao MPF solicitando a suspensão da liminar de reintegração. No dia 09 de dezembro de 2011 o MPF encaminhou o documento a seguir à informando o “Arquivamento dos Autos”.

Em 15 de dezembro de 2011, o presidente da Associação dos Moradores do Sítio Conceição, reiterou o pedido junto ao Ministério Público, na pessoa do Senhor Procurador Felício Pontes Junior solicitando intervenção “para fins de suspensão e cumprimento de liminar reintegratória solicitada pela SPU contra a nossa comunidade”.

Em resumo, as intervenções da Prefeitura Municipal de Barcarena têm sido contrárias aos direitos das comunidades tradicionais. Em 2009, os dirigentes da Associação de Moradores do Sítio Conceição foram judicializados. O juiz sentenciou pela retirada das famílias da área e o isolamento com arame farpado. Desde 2010, a SPU com a extinção da CODEBAR assumiu a regularização das terras que foram repassadas para a União. Um dos seus atos foi colocar placas na área informando a área como “Patrimônio da União”. Este órgão é identificado como aquele que produziu maior perseguição contra as famílias. A reversão dessa decisão foi o retorno para a terra e a busca de apoio do Ministério Público Federal que entrou com Ação Cautelar.

Em 2015, as famílias tradicionais do Sítio Conceição elaboraram o croqui abaixo. Neste, representaram dúzias de casas. Durante a pesquisa realizada naquele ano explicaram que a população chegava a 101 famílias, muitas delas de trabalhadores que construíram suas residências e teceram relações de solidariedade.

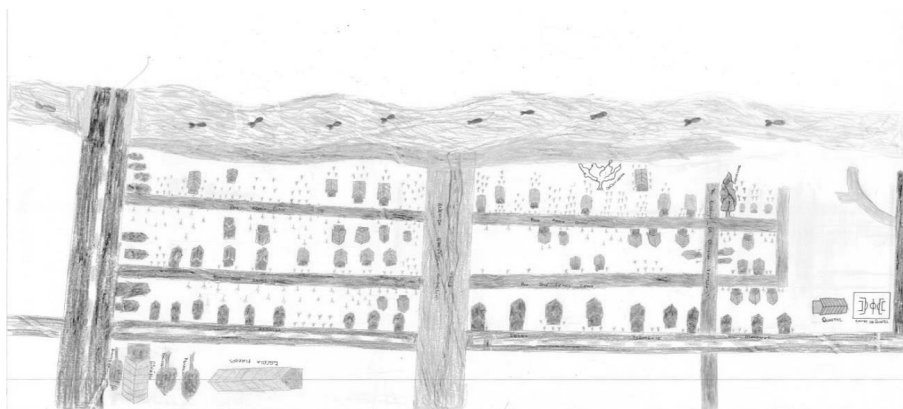


Figura 15: Croqui do Sítio Conceição depois das Empresas. Nesse croqui foi demarcado a área residencial, localizada a margem direita do Rio Murucupi. (ACEVEDO MARIN e MAIA, 2015, p. 87).

O bairro Pioneiro foi o alvo das “invasões” e nesse movimento as terras do sítio Conceição foram tomadas, o que favorecia a visão oficial do local ter-se tornado uma “área mais urbana” o que pesou de forma negativa para as *famílias tradicionais* que buscavam garantir parte das Quadras. A SPU tinha a compreensão de que dessa forma havia condições de manutenção do padrão de crescimento urbano industrial.

No extremo esquerdo do Sítio Conceição encontra-se uma faixa de floresta secundária que pertencia à família Cravo, conforme os entrevistados sabem pelo relato dos mais velhos. Essa faixa é utilizada pelo 14 BPM para treinamentos e, com frequência, tem-se apresentado tensões entre as famílias do sítio Conceição e os dirigentes e efetivos desse corpo. O Quartel do 14º BPM está construído na fronteira do sítio e foi erguido com apoio da empresa Albrás que passa a negar direitos dos povos tradicionais que ali viviam e tem o projeto de continuar existindo.

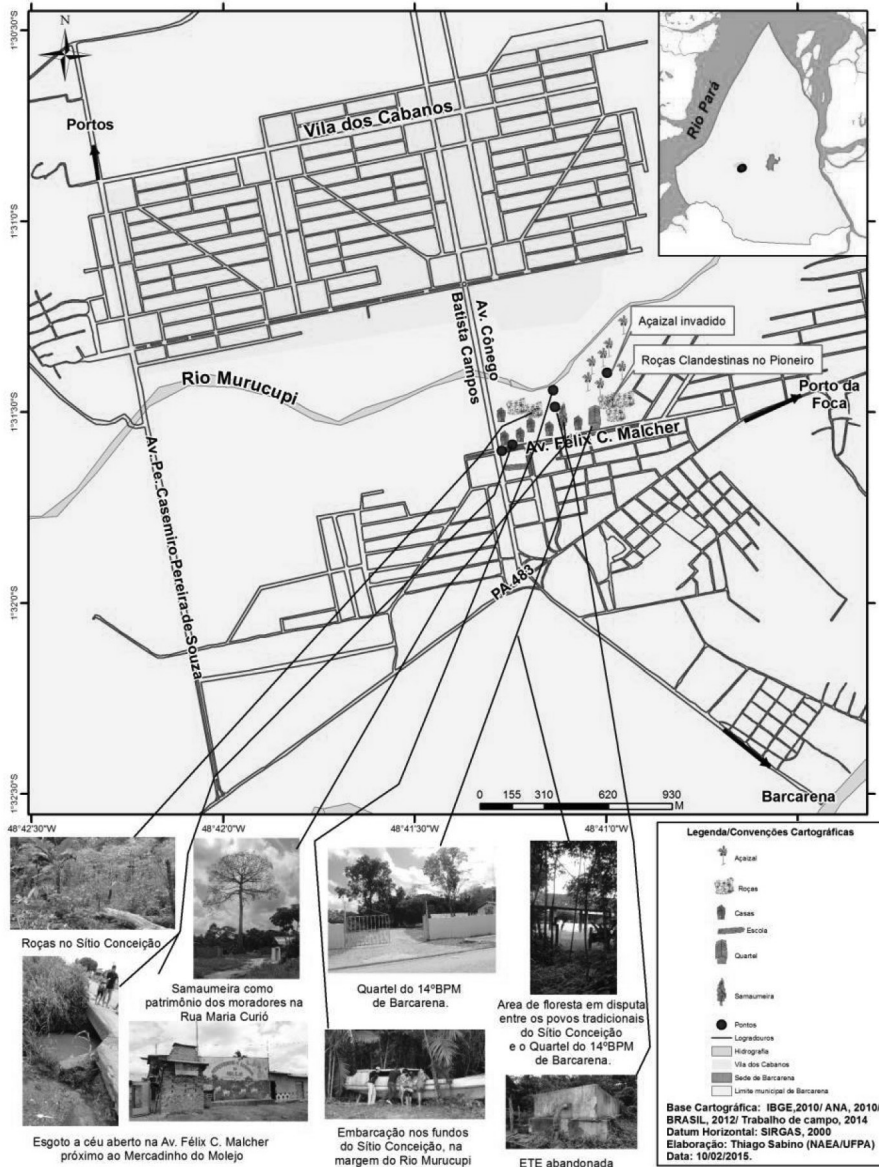
Nas lutas narradas pelos quilombolas indígenas do Sítio Conceição e travadas desde 2008 até o presente, enfatizam o relacionamento com a SPU, que os teria “iludidos como famílias tradicionais”. Os povos tradicionais de Barcarena são uníssonos nas reclamações e queixas contra a SPU ao qual recriminam os ter

classificado de “invasores”, por outro lado, não compreendem os objetivos da SPU, identificando posições políticas por parte da gerência e assim entendem que outros propósitos orientam o órgão para disciplinar a regularização fundiária. A senhora Maria Alexandrina Castro Souza protestava contra o tratamento de invasores dizendo: “Somos considerados invasores e não temos como trazer recursos e corremos o risco de ser expulsos a qualquer hora”. No mesmo sentido João de Jesus e Silva afirmou: “Enfrentamos ameaças constantemente do órgão que nos ameaçam a nossa retirada”.

No mínimo, há sete anos se estende a disputa pelas quadras 026, 027, 036 e 037. Os documentos inseridos neste estudo permitem identificar as tensões na qual vivem os quilombolas indígenas e os esquemas policial, judiciário empregado pela SPU de acordo com o teor Notificação de 19 de janeiro de 2012; da Carta Precatória Nº 966/2012, da Notificação Nº 21/2012 e do Mandado de Intimação de 09 de agosto de 2012.

A luta para recuperar, retornar e ter reconhecimento de direitos prolonga-se, de fato, por mais quase três décadas. A resistência a sair do Sítio Conceição adotou formas e orientações diversas. A permanência por um período em Burajuba, o remanejamento para Laranjal, e posteriormente a ida de alguns membros das famílias para a cidade não foi aceito e um discurso oculto os mobilizou para rever as indenizações em 1996. Cada vez, de forma mais clara, eles tinham a consciência de direitos territoriais como povos tradicionais, ora denominados pelos outros de ribeirinhos, lavradores, agricultores. O processo de auto identificação como quilombola – indígenas resulta de uma consciência de sua identidade e de ter respaldo jurídico nas leis brasileiras e na Convenção 169 da OIT. As reivindicações territoriais apoiam-se em uma política identitária. Eles têm permanecido no espaço que o SPU identifica como quadras (026, 027, 036 e 037) enquanto eles usam a designação Sítio Conceição. Adotando procedimentos técnicos, inclusive apreendidos em curso ofertado pelo SPU eles traçaram o georreferenciamento desse território reivindicado e que nos foi apresentado, com essa configuração, em julho de 2014.

Quilombolas indígenas do Sítio Conceição em Barcarena-PA



Roças no Sítio Conceição



Samaumeira como patrimônio dos moradores na Rua Maria Curijó



Quartel do 14ºBPM de Barcarena.



Área de floresta em disputa entre os povos tradicionais do Sítio Conceição e o Quartel do 14ºBPM de Barcarena.



Esgoto a céu aberto na Av. Félix C. Malcher próximo ao Mercadinho do Molejo



Embarcação nos fundos do Sítio Conceição, na margem do Rio Murucupi



ETE abandonada

A pesquisa realizada em 2014 e a entrega quase imediata do relatório **Quilombolas Indígenas do Sítio Conceição Reivindicações Identitárias e Territoriais. Barcarena-PA** ao Ministério Público Federal acionava o direito ao reconhecimento étnico do grupo que se identificou como quilombola indígena. Esse documento foi direcionado a Fundação Cultural Palmares requerendo a Certidão de Auto-definição que foi emitida em 14 de outubro de 2016 (processo administrativo nº 01420.02156/2015-31). Em 6 de novembro de 2016, o MPF entrou com uma Ação Civil Pública em face de urgência junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A demanda estabelecia:

O INCRA a instaure, desenvolva (com eficiência e celeridade) e conclua o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos da comunidade Sítio Conceição (Barcarena/PA), assegurando a estes a participação em todas as etapas, inclusive para que a autarquia, sob pena de multa, sucessivamente (ultrapassadas as fases cujos requisitos de fato e de direito não se fizerem presentes).

O novo documento do MPF - Recomendação Nº 30 de 2018, é explícito no tocante a ações por parte da prefeitura Municipal de Barcarena, na autoridade do Sr. Antonio Carlos Villaça e do Superintendente Regional do Patrimônio da União, Sr. Flávio Augusto Ferreira da Silva. No documento é referido o Inquérito Civil n.º 1.23.000.001452/2017-13:

RECOMENDA à **SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU)** e ao **MUNICÍPIO DE BARCARENA** que **NÃO EMITAM NENHUM TÍTULO INDIVIDUAL**, no bojo do programa REURB ou qualquer outro projeto de regularização fundiária, em

ÁREAS REIVINDICADAS POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS certificadas pela Fundação Cultural Palmares e que estão em processo de reconhecimento e **titulação coletiva** promovido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, no município de Barcarena/PA, notadamente nas áreas reivindicadas pelas **COMUNIDADES QUILOMBOLAS GIBRIÉ DO SÃO LOURENÇO, SÍTIO SÃO JOÃO, CUPUAÇU, BURAJUBA e SÍTIO CONCEIÇÃO.**

As demoras e esperas tiveram solução de continuidade em 2019, quando o INCRA entra na fase de elaboração do RTID. Em 09 dezembro de 2019, o Ministério Público Federal mediante o ofício N° 82123/2019 notificou a Abertura do Processo Administrativo para Regularização do Território Quilombola ao Sr. Paulo Sergio Matos de Alcântara – Prefeito Municipal de Barcarena relativo ao processo administrativo N° 54100.004372/2016-81 que “trata da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas pela comunidade quilombola Indígena Sítio Conceição”.

Argumentos sobre negligenciamento de direitos com a construção da mureta em tempos de pandemia por parte da prefeitura municipal de Barcarena.

“Boa tarde!

Não tinha muro, começaram a fazer após a demarcação do INCRA em dezembro de 2019. A área cercada abrange área verde que a gente não usava por causa de impedimentos da Prefeitura e agora estão murando a área ao redor de nossas casas”.

A construção da Mureta com alambramento para Proteção de Área Pública do Município de Barcarena identifica ter apoio legal na **Lei Complementar N° 049/2016** e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70 e 71. Das Normas Gerais da Política Ambiental. No artigo 65 é definida Área Verde e Patrimônio Público Municipal.

Art. 65 - É dever de todos e em especial do Poder Público preservar, conservar, recuperar e controlar as áreas verdes e o solo nas áreas de interesse urbano, ambiental, paisagístico, científico, histórico, de lazer e em tudo aquilo que garanta a integridade das pessoas, das suas habitações, dos seus locais de atividade econômica e da sua mobilidade.

Parágrafo único: Compreende-se como áreas verdes todo espaço livre (área verde / lazer) que foi afetado como de uso comum e que apresente algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais – permitindo realizar uma leitura real do que vêm a ser uma área verde pública no espaço urbano.

Essa lei de 2016 ignora, talvez sob o pretexto do urbano, as formas de existência, os sistemas usufruto e uso comum que continuam a existir e reclamam de “Áreas Verdes”, “Terrenos Baldios” e “Patrimônio Público” como territórios etnicamente configurados. Embora, insira as terras indígenas e populações tradicionais”, no artigo N° 67⁴⁰³ as interpreta como enquadradas no Sistema de Áreas Verdes, prestadoras de “serviços ambientais”.

403. Art. 67. O Sistema de Áreas Verdes é constituído pelo conjunto de áreas enquadradas nas diversas categorias protegidas pela legislação ambiental, de terras indígenas e populações tradicionais, de áreas prestadoras de serviços ambientais, das diversas tipologias de parques de logradouros públicos, de espaços vegetados e de espaços não ocupados por edificação coberta, de propriedade pública ou particular.

Todavia, o eixo desta análises está nos atos e decisões do **INCRA**, reiterados ao ter essa instituição procedido à Notificação ao Prefeito Municipal de Barcarena, Sr. Paulo Sergio Matos de Alcântara. A data de recebimento da Notificação é do dia 23 de dezembro de 2019. Nesse ofício assinado pelo Superintendente do INCRA senhor Neil Duarte de Souza (Nº 82123/2019. SR (01) PA-F/SR/PA INCRA) informa-se a Abertura do Processo Administrativo para regularização do Território Quilombola Sítio Conceição. Processo 54100.004372/2016-81. O ofício invoca que o processo administrativo está fundamentado no Artigo 68 do ADCT, artigo 215/216 da Constituição Federal, Decreto 4887/2003 e IN/INCRA Nº 57/2005.

No segundo parágrafo do ofício é feito o esclarecimento da etapa do processo e solicita-se a contribuição da Prefeitura:

Breve serão iniciadas ações de levantamento de dados para a confecção das peças técnicas que comporão o RTID e aproveitamos para solicitar **informações que podem contribuir com os estudos** que irão fundamentar a dimensão das terras reivindicadas pela referida comunidade.

Fizemos consulta ao setor técnico do INCRA sobre manifestação da Prefeitura Municipal de Barcarena e este comunicou que, até a presente data, a autoridade municipal não respondeu o ofício.



Figura 16. Ofício Nº 82123/2019. SR (01) PA. F/4SR (01) PA/INCRA. De 09 de dezembro de 2019.

O INCRA elaborou a Planta (fevereiro, 2020) e o Memorial Descritivo (04/03/2020) que registra a área reivindicada como território quilombola Sítio Conceição e que corresponde a 40.3121 hectares, (ver em anexo) cujos limites são:

N: Avda. Dom Romualdo Coelho (Escola Pitágoras, Cabana Clube)

S: Avda. Félix Clemente Malcher

W: Avda. Conego Batista Campos

E: Área da União Federal

Essa área é dividida pelo rio Murucupi e na reivindicação como Território Quilombola compreende as Partes 1, 2 e 3. Sendo as duas primeiras ocupadas por Floresta Secundária e a terceira corresponde ao

loteamento residencial, margem direita do rio Murucupi, mais uma parte reduzida de vegetação secundária. No estudo *Quilombolas Indígenas do Sítio Conceição Reivindicações Identitárias e Territoriais. Barcarena-PA*, antes mencionado, registraram-se roças e hortas nesse espaço.

A mureta está sendo construída ao longo de um segmento (quarteirão) da Avenida Dom Romualdo Coelho, e desce na direção da Avenida Conego Batista Campos, atravessando a ponte sobre o rio Murucupi, até chegar as residências do Sítio Conceição, de acordo com o croqui elaborado pela Associação da Comunidade Quilombola do Sítio Conceição – ACOMQUISC.

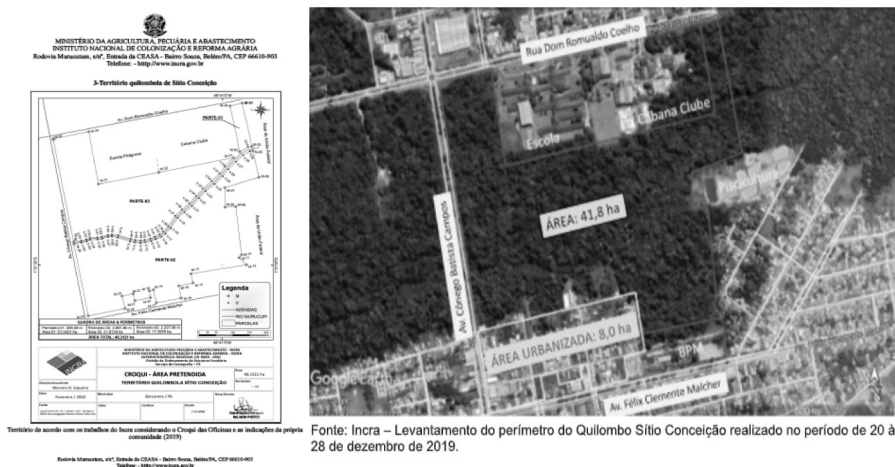


Figura 17. IN CRA. Planta Território Quilombola do Sítio Conceição.

Consta da documentação do IN CRA a vista aérea da área reivindicada pelos quilombolas e sua entidade de representação política, resultado de trabalho técnico, realizado de 20 a 28 de dezembro de 2019.

Com a construção da Mureta e a designação como “Área Verde” a reivindicação territorial é totalmente ignorada. No croqui Quilombo Sítio Conceição elaborado por membros da Associação da Comunidade

Quilombola do Sítio Conceição – ACOMQUISC e o senhor José Roberto Jesus da Silva Cravo, a anotação relativa a retirada de terra corresponderá a mais de 33 hectares, localizada a margem esquerda do rio Murucupí.

Os quilombolas já iniciaram o levantamento da vegetação existente e preservada por eles há muitas décadas.



Figura 18. Croqui Quilombo Sítio Conceição com o traçado da Mureta construída pela Prefeitura Municipal de Barcarena.

Direitos territoriais e étnicos dos quilombolas indígenas do sítio Conceição desrespeitados com a obra

Desde setembro de 2017 os quilombolas do Sítio Conceição estão mobilizados para elaboração do Protocolo de Consulta, em consonância com a Convenção 169 da OIT⁴⁰⁴. Nas reuniões efetivadas, reuniões para elaboração desse documento, os presentes denunciavam os efeitos sociais, econômicos e ambientais das políticas desenvolvimentistas que iniciaram

404. Esse tema constitui a pesquisa em fase final de José Roberto Jesus da Silva Cravo, discente do Curso de Etnodesenvolvimento, da Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira-Universidade Federal do Pará. O T.C.C tem como título Protocolo de Consulta: Descrição do processo de elaboração na Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição. Barcarena – Pará

na década de setenta para instalação das empresas de alumínio e alumina, e atualizavam os novos projetos que colocam em risco sua existência social. De forma, insistente situavam a posição da Prefeitura Municipal de Barcarena que ignora os direitos dos povos tradicionais do município e afinada totalmente com os projetos econômicos e urbanísticos, interpreta que as áreas reivindicadas por esses grupos étnicos constituem “áreas de expansão”

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barcarena aprovado em 12 de maio de 2016, na gestão do Prefeito Aníbal Villaça é criticado por inconsistências que têm sido sintetizadas em reuniões das comunidades tradicionais e eventos organizados pelo Fórum Barcarena Livre. Esse mesmo Plano orienta as ações do Prefeito Paulo Sérgio Matos de Alcântara.

O PPDU de Barcarena tem sido caracterizado como “inconstitucional”. As inconsistências identificadas, além de silenciar a existência e reivindicações de comunidades tradicionais (quilombolas indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, ribeirinhos) e respeito à direitos conquistados, são:

1. Não identificação de áreas específicas para a operação industrial, considerando os projetos a serem implantados;
2. Adequação à legislação ambiental em relação a nascentes e áreas de proteção;
3. Definição dos tipos de atividades industriais que podem ser realizadas nas dependências municipais;
4. Indicação de áreas previstas para novos projetos, entre eles a construção da ferrovia Norte-Sul, do gasoduto;
5. Realização do zoneamento de áreas da União, estaduais e municipais;
6. Propostas de intervenção em caso de novos “desastres ambientais”;
7. Informação acessível e transparente referente a macro e micro zoneamento, assim como disponibilidade/ acessibilidade aos documentos de base (CRAVO, 2020, s/p).

A decisão da Prefeitura Municipal de Barcarena de construção da Mureta constitui um ato arbitrário. Como informa o assinante do Boletim de Ocorrência que abre está Nota Técnica não houve informação sobre essa iniciativa e suas bases legais à Associação da Comunidade Quilombola do

Sítio Conceição – ACOMQUISC, aos quilombolas. Nas esferas institucionais não se estabeleceram quaisquer comunicações com o INCRA e Ministério Público Federal, o que confirmamos com o primeiro órgão. Não houve resposta em relação ao MPF.

O ato de ignorar que as famílias do Sítio Conceição nos meses de março, abril e maio de 2020, têm “respirado” dentro daquilo que as estruturas lhe permitem: sem emprego, sem alimento, sem recurso emergencial, sem dinheiro, com as ameaças de contaminação e óbito pelo novo Coronavírus contando com a precariedade da infraestrutura hospitalar do município de Barcarena, e acima, de tudo isso, paralisadas para agir e perguntar o porquê da construção da Mureta é uma ação de violência desmesurada.

A consulta realizada ao INCRA a propósito da construção da Mureta teve como direcionamento saber se este ato era do conhecimento dos técnicos. A resposta é de ter tido a informação diretamente do presidente da Associação. Acrescentava o e-mail que existe um *“acordo no MPF de que o INCRA iria lá delimitar os territórios e até que os processos fossem concluídos nenhuma ação da prefeitura seria feita nos territórios delimitados.* A correspondência acrescentava que a Planta e o Memorial Descritivo da Área (finalizado em março 2020) foram encaminhados à Associação e ao MPF. Este último foi incumbido de fazer entrega à Prefeitura. Finalizava com a observação: “Mas, ao que parece a prefeitura deliberadamente desrespeitou o acordo e vem fazendo cercamento das famílias, tirando o território delas.

Outro procedimento foi consultado a Brasília e consistiria em conferir o intrusamento que está realizando a Prefeitura com a construção do muro. Contudo, “a liberação de recursos’ somente ocorreria, após o planejamento, que iniciou em meados de março e foi suspenso por causa da pandemia, explicava o setor técnico. Outro agente dessa trama institucional é a Secretaria do Patrimônio da União, que convidada para as reuniões, não assiste, todavia, parece estabelecer acordos com a Prefeitura e defendem interesses

conectados. Essa articulação Prefeitura e SPU tem sido construída para agir contra as comunidades tradicionais de Barcarena. Nos termos de acordo Prefeitura e SPU, a primeira tem autonomia para realizar “regularização fundiária”. Esse momento difícil é habilmente aproveitado pela Prefeitura Municipal de Barcarena para intrusar o território, em ritmo veloz e violento.

A frase dessa mensagem recebida do INCRA encerra a violência física e simbólica que buscamos marcar. A Mureta tem o sentido de interditar qualquer possibilidade de acessar o território, excluir e desqualificar o direito. Simbolicamente é afronta, que começa pelo corte de árvores, por ignorar a existência de uma reivindicação, por realizar na calada do dia e do sol, o que legalmente não tem apoio.

O pior que a pandemia ainda jogou uma água fria nas ações. Essa é a frase dos interlocutores no setor Técnico do INCRA. Trata-se da ação das autoridades locais que parecem viver a pandemia com outros propósitos; neste caso, de usurpar direitos, grilar terras, obter vantagens financeiras e políticas. Sabemos que no Brasil o momento exala os propósitos parecidos com a MP 902, que rebota no PL 2633.

Questão aberta: A Mureta concluída, o que busca enterrar?

A expectativa dos quilombolas indígenas do Sítio Conceição, da Associação da Comunidade Quilombola do Sítio Conceição – ACOMQUISC é que direitos étnicos, territoriais e a dignidade humana não recebam golpes e banhos de água fria, junto com a pandêmica do novo Coronavírus, o COVID-19.

Entende-se que diante da violência física e simbólica as instituições têm instrumentos legais acessíveis, inclusive, por meios de trabalho tele remoto. Será que o MPF não pode ajuizar ações responsabilizando criminalmente a

prefeitura por ela descumprir um acordo feito anteriormente? O que pode concretamente encaminhar a Defensoria Agraria da 1ª Região de Castanhal? O que virá nos próximos meses com outro momento da pandemia, da política, da pandemia.

A “arte de governar” da Prefeitura Municipal de Barcarena ignora os quilombolas e seus direitos. Toma decisões em afronta com acordos e solicitações expressas do MPF e do INCRA. A política de atendimento de saúde e emergencial ignora quilombolas e comunidades tradicionais. A sua presença não está em documentos sobre a matéria. Aliás, é por que o Plano de Contingenciamento não possui nenhuma linha de ação concreta para trabalhadores assalariados, estes não realizam isolamento social e se contaminam exponencialmente no chão das fábricas das grandes empresas e terceirizadas. O mesmo observa-se com trabalhadores portuários⁴⁰⁵. Por seus números e proporcionalidade na cidade, eles lotam a UPA 24 horas, Urgências e Emergências e Hospital Wandick Gutierrez.

Com insistência, através de mensagens e contatos via e-mail e WhatsApp é perguntado como ocorre a divulgação de medidas de prevenção, eles informam sobre o carro som que percorre as ruas convidando ao isolamento social. Todavia, medidas como distribuição de máscaras, álcool-gel, água mineral, alimentos, não os tem favorecido. Eles “escutam sobre as informações de doações das grandes empresas – Hydro Nork, Imerys Rio Capim Caulim”, as mais notabilizadas, mas não contam que suas doações os tenha favorecido. Os doentes se dirigem à UPA da Vila dos Cabanos. Contaminados, dificilmente podem fazer testes, pelos custos no Laboratório privado local. Praticamente jogados à sorte, os quilombolas contam os corpos dos seus familiares e amigos, tomados pela doença.

405. Entrevista realizada com um médico que trabalha na UPA 24 horas, inclusive onde foi contaminado, detalhou as estruturas precárias, a especificidade de uma cidade industrial com mais de 21 mil assalariados e que convergem todos para o SUS, precariamente estruturado.

Dessa maneira, os corpos contaminados, as mentes preocupadas com a inevitável contaminação pelo novo Coronavírus, são tomadas pela surpresa da Mureta e indagam, para que? E, por que da Mureta? Quais os interesses dos gestores municipais, instituições e empresas que convergem para essa “Área Verde”?

O fato de estabelecer uma fronteira-barreira é ameaça concreta de direitos e da própria continuidade da existência, o que em 12 anos de luta como mencionou José Roberto Jesus da Silva Cravo no Boletim de Ocorrência é intolerável, isto após diversos enfrentamentos e despejos. Motivo pelo qual apresenta-se como uma inaceitável invasão, pois se a ordem institucional, as “práticas de governar” estivessem do lado dos seus direitos, esse ato não teria sido pensado e executado. Em tempos de pandemia o risco é enterrar a própria vida, mas não se tolera sepultar os projetos, a história e a dignidade como essa “arte de governar” que está disposta a instaurar, isto vale para o local, cidade, município - chamado Barcarena - o estado do Pará e o Brasil.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Quilombolas Indígenas do Sítio Conceição Reivindicações Identitárias e Territoriais**. Barcarena-PA/. Belém, PNCSA, UFPA, NAEA. 2015. 111p

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e ACEVEDO, Ruben Bentes de Oliveira. Danos sociais e ambientais pela exploração mineral em Barcarena. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e NOVAES, Jurandir dos Santos (Orgs.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015. (139-172).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória N° 951. De 15 de abril de 2020. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv951.htm#art1. Acesso em 28/mai/2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 13.979 de 6 de fevereiro de 2020. Publicado no Diário Oficial da União em 07/02/2020. Edição: 27 | Seção: 1 | Página: 1. Órgão: Atos do Poder Legislativo. Disponível em:

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em 28/mai/2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCARENA. Portaria CMB N° 005 de 17 de abril de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAZEU, Marcel Theodor. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

INCRA. Ofício N° 82123/2019. SR (01) PA. F/4SR (01) PA/INCRA. De 09 de Dezembro de 2019.

MAIA, Maria Lucia Sá e MOURA, Edila A. Ferreira. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. **Subsídios para um estudo da história do município de Barcarena**. Barcarena, PA: Secretaria Municipal de Cultura, 1999. p. 132-154.

MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Territorialidades Específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recomendação N° 30/2018**. Belém. PA. 17 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ofício N° 1167/2020/GABPR 3FMPS. De 17/3/2020. Dirigido ao Prefeito Paulo Sérgio Matos de Alcântara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. **Plano de Contingenciamento do Município de Barcarena para a infecção humana pelo novo Coronavírus COVID - 19**. Disponível em:

<https://barcarena.pa.gov.br/portal/arquivo/PLANO-DE-CONTINGENCIAMENTO.pdf>. Acesso em: 28/mai/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. **Plano Plurianual (PPA) do Município Barcarena para o período de 2014 a 2017**. Barcarena, 2016.

SILVA, Leonardo de Souza. **“Aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!”: a percepção dos ‘filhos de Barcarena’ (PA) sobre os megaprojetos de alumínio e caulim**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

NARRATIVAS DA PANDEMIA: SITUAÇÕES SOCIAIS E TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS NO BAIXO TOCANTINS⁴⁰⁶

Eliana Teles⁴⁰⁷

Juliane Gomes de Souza⁴⁰⁸

Gean de Almeida⁴⁰⁹

Nelson Ramos Bastos⁴¹⁰

Max José Costa e Costa⁴¹¹

Introdução

Neste tempo de peste, que se convencionou chamar de pandemia, o poder do Estado toma nova forma e expressão pelo controle que exerce sobre os corpos. Trata-se de procedimentos que, no tempo presente, atualizam a nova fase da biopolítica, a qual mantém os corpos sob vigilância digital e à mercê dos mecanismos de segurança sanitária assumidos pelo Estado.

Contudo, se a vigilância tecnológica implementada pelos Estados, objetifica a implementação do biopoder, ao implantar e regulamentar o estado de exceção (FOUCAULT, 2008), esse mesmo Estado coloca em prática medidas necropolíticas, que subjugam a vida ao poder da morte (MBEMBE, 2016), e exacerbam a mais nova face do darwinismo social, em que os corpos mais fortes e saudáveis tem mais chances de sobreviver, ao contrário dos velhos, doentes ou os menos produtivos. Trata-se de uma outra dimensão da categoria

406. Agradecemos à Profa. Rosa Elizabeth Acevedo Marín, sua leitura cuidadosa, contribuições e incentivo para a escrita deste trabalho.

407. Professora do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI e da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo-FADECAM/UFPA, Campus Abaetetuba.

408. Graduanda do curso Bacharel em Serviço Social – Universidade Federal do Pará – UFPA..

409. Graduanda do curso Bacharel em Enfermagem – Universidade Federal do Pará - UFPA

410. Mestre em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI/UFPA.

411. Discente do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI/UFPA.

O momento pandêmico que atinge a vida de centenas de pessoas ao redor do globo e acirra a situação de vulnerabilidade social, na Amazônia não deixa de ser menos intensa, e atinge impiedosamente vidas humanas, como os povos e comunidades tradicionais dos rios, campos e florestas, cuja existência, só lembrada em momentos de grandes tragédias, é a expressão viva da relação sociedade e natureza. Comumente à margem das políticas sociais e econômicas, ficaram ainda mais aquém de garantias que pudessem minimizar os efeitos devastadores da pandemia em seus territórios, neste momento em que estados assumem o controle sobre a vida e o corpo das pessoas, objeto do poder político e dos interesses econômicos.

É a percepção de uma situação que orienta a maneira de agir, nos lembra Erving Goffman. Tal assertiva ajuda a compreender as ações dos coletivos investigados, posto que as medidas adotadas pelos gestores, para conter a propagação do vírus em seus municípios, limitaram-se apenas às cidades. E dada as evidências de negligência e ausência de uma política sanitária aplicada ao meio rural, os agentes sociais tomaram posicionamento de criar as próprias regras no sentido de prevenir a disseminação do vírus em seus territórios, que já enfrentam outras situações críticas, como a expropriação de recursos, seja por grandes empreendimentos econômicos de grupos estrangeiros, que aí se instalam, seja por políticas desenvolvimentistas, que no mais das vezes, não contempla suas demandas.

Neste texto propomos dar ensejo à situação social dos quilombolas do território Jambuaçu, município de Moju e dos ribeirinhos e pescadores artesanais do município de Abaetetuba ambos no estado do Pará. Deixados à própria sorte, suas existências e territorialidades específicas, sequer constam nos protocolos elaborados para conter o avanço do vírus e os efeitos deste nos territórios. Sabedores de que essa “exceção” é a regra no que diz respeito a suas demandas, esses agentes sociais passaram a ocupar um espaço que o poder público se reserva, embora sem eficiência, e criaram suas próprias estratégias, para permanecer protegidos e garantir a vida. Face ao abandono

e exclusão de políticas de defesa do território e a forte repercussão na vida das famílias, importa saber como esses coletivos orientaram suas vidas diante pandemia, que os atingiu? Que mudanças ocorreram em suas vidas? Como lidaram com a ameaça ao território?

Trata-se de verificar as territorialidades específicas dos agentes sociais que em face aos mecanismos de uma evidente necropolítica, assumem o controle de suas vidas, para não perecer. Assim, a ameaça da fome e da peste, somam-se a luta permanente para se manterem no território e protegidos.

Práticas de pesquisa em situação de exceção

Este texto aborda uma situação concreta e tem como objetivo relatar situações concretas, desde o ponto de vista desses coletivos, sobre os atos de estado, no tocante aos efeitos da pandemia em seus territórios. O trabalho de campo foi realizado entre os dias 16 de abril e 20 de maio de 2020. Nesse intervalo de tempo e em meio as dificuldades impostas pelo bloqueio social, buscamos etnografar a situação na qual se encontravam grupos com os quais já havíamos estabelecidos uma relação de pesquisa.

A escolha por esse instrumento teórico metodológico, mostrou-se um grande desafio quando se necessitou ir além das entrevistas por telefone, pois nem sempre o sinal estava favorável ou ainda o interlocutor não dispunha de crédito para completar a chamada. Fez-se necessário o contato pessoal e assim, membros da equipe, mais do que entrevistar, em momentos tivemos que prestar socorro como ocorreu com o pesquisador Max Costa nas ilhas de Abaetetuba, posto que também reside no local. Já nas Comunidades do território de Jambuaçu o pesquisador Gean de Almeida, vivenciou situação análoga, pois haviam medidas de distanciamento e isolamento social entre os próprios comunitários, mas a fim de dar visibilidade a situação vivida, houve consentimento da comunidade para que fossem realizadas as entrevistas.

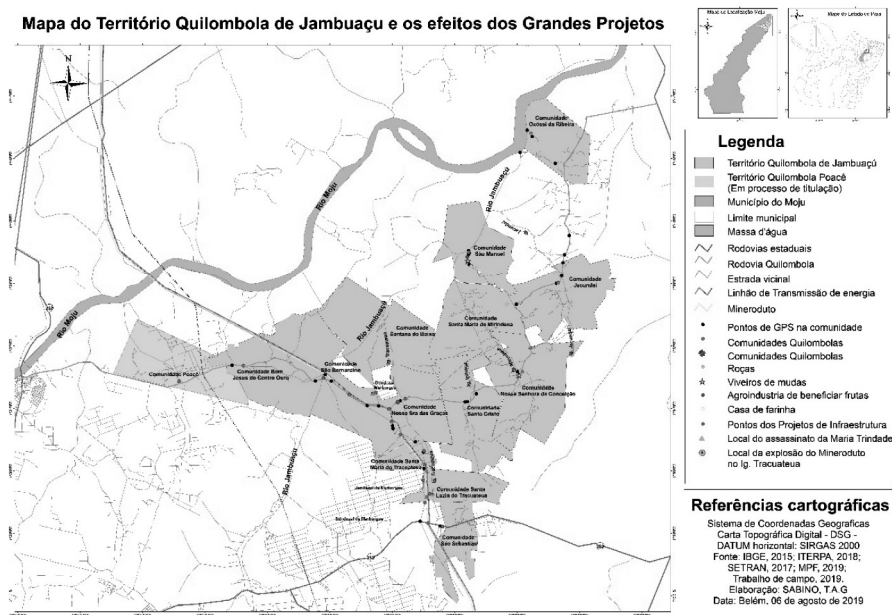
Quando iniciamos a pesquisa no território quilombola de Jambuaçu, já havia moradores apresentando sintomas relacionados ao Covid-19, causando preocupação ao pesquisador e aos pesquisados. Compartilhamos aqui, fragmentos das entrevistas que tiveram como eixo norteador a questão: Como a pandemia afetou sua vida? As entrevistas foram realizadas presencialmente e por meio de aparelho celular, o qual foi de grande utilidade para falar com aqueles agentes sociais que se encontravam em localidades afastadas das zonas geográficas dos pesquisadores.

O segundo momento, que consistiu em transcrever as entrevistas, mostrou outro desafio. Primeiramente as dificuldades de acessar internet por parte do pesquisador residente da comunidade para enviar as gravações realizadas, e para além disso, o mesmo não possuía aparelhos adequados para gravar as entrevistas, dificultando assim, as transcrições. E nesse contexto, os pesquisadores são chamados a se colocar no lugar do “outro” e a superar o medo, que era duplo (eles e nós), demos início a coleta de dados para o trabalho que passamos a apresentar nas próximas linhas.

A situação no território quilombola de Jambuaçu

Com saídas para a PA 155 no município de Acará, o território etnicamente configurado de Jambuaçu, atualmente está organizado em 15 comunidades, banhadas pelos igarapés e o rio que dá nome ao território, o qual é afluente da margem direita do rio Moju. A maioria das comunidades é cortada pela vicinal denominada Rodovia dos quilombolas, uma estrada de terra batida que liga a PA-252 à cidade de Moju, no extremo oposto do território e que no período chuvoso, fica praticamente intransponível, devido ao solo íngreme e argiloso, que predomina em toda sua extensão.

Mapa do Território Quilombola de Jambuaçu e os efeitos dos Grandes Projetos



Mapa 01: Território Quilombola de Jambuaçu e os efeitos dos Grandes Projetos. **Fonte:** Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2019.

Verifica-se a partir dos relatos das 17 pessoas entrevistadas, com idades entre 22 e 65 anos, a situação concreta deflagrada com a propagação da pandemia. As ações que implementaram funcionaram como um escudo político, quando foi elaborado, estrategicamente e de forma antecipada, o “Decreto do Território Quilombola de Jambuaçu” de 23 de março de 2020, de fechamento do território para pessoas externas, em acordo com o decreto de restrição municipal e estadual. Paralelamente organizaram os que iriam ir a cidade para vender e comprar e assim, as forças do território foram colocadas em primeiro plano. Após reunirem-se por comunidades, decidiram fechar o território com a interdição da estrada, por eles denominada Rodovia dos Quilombolas, conforme uma das lideranças narra:

Foi feito um portão, não estamos deixando as pessoas da cidade entrar na comunidade, mesmo tendo famílias aqui, para que possamos nos proteger no máximo possível. Tem muitas pessoas que querem vim pra comunidade, mas não pode. Se pudéssemos eles poderiam vim sem problema, mas

infelizmente, nesse momento, não podemos deixar assim livre, a entrada. Não estão respeitando cem por cento né, mas por meio de reuniões e a atitude de colocar o portão está garantindo esse respeito. M. H. A. da S, 60 anos).

Isto foi necessário, para conter a vinda em massa de pessoas oriundas das cidades, em busca de refúgio. Ato contínuo, eles se organizaram para que apenas um ônibus comunitário pudesse sair e entrar no quilombo, eventualmente para suprir as necessidades mais básicas.



Coordenação das Associações Quilombolas do Território do Jambuáçu-Moju/PA

CNPJ:10.550.876/0001-65

DECRETO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU - BAMBAE, Nº 01/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Território Quilombola de Jambuáçu no município de Moju/PA, a Pandemia do novo corona vírus COVID-19 e dá outras providências.

O Território Quilombola de Jambuáçu considerando a pandemia do COVID-19 (Novo Corona Vírus) que está em expansão mundial e já chegou no Brasil e no estado do Pará, com vítimas já confirmadas pela SESP-PA. Tendo em vista essa realidade, vimos através deste informar a população em geral das medidas que serão tomadas em relação a essa pandemia.

O Governo do Estado do Pará segundo o decreto Nº 000, de 18 de Março de 2020.

E também o Governo Municipal de Moju segundo o decreto executivo Nº 025/2020 de 18 de março de 2020, de acordo com:

Art.1º Até o dia 27-03-2020 as pessoas que moram nas cidades e são do jambuáçu, vão ter o disponível acesso as suas respectivas comunidades. Posteriormente a essa data os acessos ao território de Jambuáçu não será permitido!

I-Fica proibido nas comunidades a realização de aniversários, festejos religiosos, missa, cultos evangélicos, campeonatos, torneios esportivos, festas de aparelhagem, bares e qualquer outro evento que tenha aglomerações de pessoas.

II- As pessoas que não apresentam sintomas do COVID-19 que chegarem das cidades estão proibidas de circularem nas comunidades e devem cumprir a quarentena de no mínimo 10 a 14 dias.

III- As pessoas que vierem das cidades e apresentarem sintomas de gripe, devem cumprir quarentena de no mínimo 15 a 30 dias.

IV-Todas as pessoas que chegarem das cidades devem cumprir o isolamento social por tempo indeterminado.

V- Está proibido o contato dos comunitários com as populações de risco (idosos e pessoas com doenças crônicas).

VI- Só podem ir nas cidades pessoas que não apresentam sintomas de gripes e que não sejam populações de risco, mas ao chegarem nas comunidades devem cumprir rigorosamente as medidas de prevenção e o isolamento social.

VII- Só podem ir nas cidades 1 pessoa por familiar!

VIII- As pessoas que descumprirem as medidas estão sujeitas a responderem judicialmente ao estado, município de Moju e as referidas comunidades.

IX- Os transportes coletivos devem cumprir as medidas de prevenção que rezam os decretos estadual e Municipal, junto ao município de Moju e ao Território de Jambuáçu e tem que fazer a fiscalização juntos aos referidos órgãos e entidades.

X- A Secretaria de Transporte de Moju deverá fiscalizar todos os VEICULOS COLETIVOS ATIVOS e fazer os mesmos cumprirem o Decreto Municipal 025/2020 e todas as medidas de prevenção para os usuários.

XI- A Secretaria de Segurança Pública Municipal e Estadual deverá fiscalizar e punir as pessoas que não cumprirem os referidos decretos citados acima.

Art.2º- Este Decreto entra em vigor no ato de sua publicação.

Território Quilombola de Jambuáçu-Moju/Pá, 23 de Março de 2020.

Figura 01: Cópia do Decreto Territorial elaborado pelos quilombolas de Jambuáçu.

É necessário pontuar que o território é cercado por grandes empreendimentos, parte deles, desde o início dos anos 1980, com a chegada do agronegócio de dendê (*Elaeis guineenses*). Com a extração dos recursos naturais, esses empreendimentos têm alterado intensamente a paisagem e provocado consequências gravíssimas aos quilombolas, sendo o principal deles, a degradação do solo e a poluição da água. Esse fenômeno está atingindo diretamente as roças que historicamente tem sido o principal meio de trabalho de famílias que residem nessas comunidades, principalmente por meio da plantação da mandioca (*Manihot esculenta*), da qual tiram seu sustento econômico e alimentar, fabricando o produto mais comercializado nessa região, a farinha.

A infraestrutura interna

As construções identificadas como postos de saúde, em algumas comunidades do território, não são utilizadas há décadas, dizem os entrevistados. Nas comunidades Oxossi Ribeira, Oxalá de Jacundaí, São Manoel e São Bernadino, existe apenas o prédio, em estado de deterioração, por falta de reparos, equipamentos e principalmente por falta de assistência técnica do poder público. O único que ainda funciona, encontra-se na Casa familiar Rural Pe. Sérgio Tonetto e com muitas limitações, pois faltam matérias básicos como: luvas, capotes, gorros, mascaras e outros, sendo que estes são os principais equipamentos para a proteção e prevenção de profissionais e usuários diante da propagação do coronavírus, e muito embora, alguns casos de saúde não estejam ligados a essa pandemia os mesmos são encaminhados da mesma forma para a cidade, devido a essas circunstâncias. Além disso, cabe destacar que de acordo com entrevistados, há profissionais de saúde que estão trabalhando neste local e não recebem há dois meses seus respectivos salários.

Frete a isso, ressalta-se que antes desta atual crise de saúde pública, já havia descasos nítidos referente a garantia do acesso a políticas públicas de saúde para essa parcela da população. Muito embora, existem leis⁴¹² e políticas⁴¹³ voltadas especificamente para assegurar o acesso da população negra e de remanescentes de quilombos, aos serviços de saúde, compreende-se que as mesmas não saem do papel. Face a essas circunstâncias, ficou evidente que a sombria política nacional, que ora se delineava, teria efeito devastador no território.

A visão das ameaças

A vida em quarentena aumentou ainda mais a situação de insegurança, face a ameaça da fome, por exemplo. De acordo com os relatos, antes da pandemia já havia no território, pessoas em situação de risco, o que se agravou a partir da pandemia, levando famílias a viverem da doação de cestas básicas. Por sua vez, as restrições impostas na sede do município também atingiram o sistema de troca e a aquisição de alimentos e produtos provenientes do quilombo e vice-versa.

Assim, enquanto a pesquisa se desenvolvia, foi possível perceber o surgimento da carência de alimentos. Diz uma interlocutora, quando questionada sobre o que estariam fazendo para se manter na comunidade: “Pescando, quando consegue, vivendo da mandioca, coletas de frutos. Cada família tem sua dinâmica de sobrevivência, uns da mandioca outros da coleta de frutos...”. (R.S.M, 29 anos). E acrescenta:

412. A Lei Nº 12.288 de 20 de julho de 2010, Capítulo I, no artigo 6, estabelece que, “O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.”

413. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS; 2007.

Já que não podemos ficar totalmente isolado, temos que comprar alimentos na cidade e outras coisas. [...] A minha família se sustenta com a aposentadoria do meus pais e esse auxílio agora. Já meus vizinhos também receberam esse auxílio, mas acaba não dando e muitos tem que sair para caçar ou até mesmo pescar.” (R. S. M. 29 anos).

É da agricultura familiar que vem grande parte do sustento. Mas são necessários outros elementos para compor a base proteica, que hoje o território não consegue mais suprir. Relata o entrevistado:

A gente trabalha com a agricultura e também com a caça e pesca, a gente tem aproveitado pra colocar malhadeira na água, catar algumas frutas pelo mato pra comer, apanha açaí, bacaba, castanha e a gente tem também algumas ajudas das famílias que nos ajudam com uma sexta básica e vai levando. O que está faltando mesmo é o alimento, o básico pra termos as proteínas que nosso corpo precisa. (M.A. 40 anos).

Outro entrevistado expõe seu temor ante a ameaça viral e da fome, que se torna mais concreta à medida que os dias passam: “Essa é uma doença que nunca vimos antes, então, eu tenho medo de que acabe o alimento que ainda temos, que afete nossas crianças, por que já está mudando nosso modo de viver.” (M.A. I. 62 anos).

Um jovem expõe a situação concreta: “Temos dificuldades de transporte para ir comprar o alimento, e também pra vender os nossos produtos, estamos tendo que economizar alimento pra não faltar.” (A.F.I)

A situação se tornou mais crítica, por ocasião do pagamento do auxílio emergencial do governo federal. E sobre isto, os entrevistados foram unânimes quando emitiram sua opinião. A crítica diz respeito ao modo como

foi distribuído tal recurso, como se destaca no relato: “observo que aqueles que mais precisam, seu benefício não sai da análise, é algo contrário isso.” (A. de C. N). Outro entrevistado relata: “Acredito que nem todos, acho que só trouxe mais desespero às pessoas que necessitam, já que tem que se cadastrar e nem todos têm celular ou internet, já que tem que fazer na cidade e tem que pagar para fazer um cadastro.” (R. S. M).

Com efeito, a crise provocada pela pandemia, afeta a vida em todos os sentidos e seguimentos. Dia a interlocutora, “Essa crise nos afeta de várias formas: a primeira é que nós não estamos saindo mais de casa, nossos psicológicos estão bastante afetado temos medo de tudo, nossa alimentação está sendo reduzida pois temos que evitar gastos e também a ida na cidade.”

Os jovens também expressaram sua visão da pandemia. “Me sinto vulnerável e com medo”, diz um deles. Mas se há o medo, há também a confiança de poderem resistir a mais essa ameaça a vida no território. Os jovens têm o domínio da técnica, para ajudar os comunitários a lidarem com o mundo desconhecido da Internet e daí terem acesso ao chamado “auxílio emergencial” do governo federal. E se a ameaça a vida é real, a solidariedade os fortalece e unifica os laços comunitários:

Não obstante o temor que a situação provoca, a eminente falta de estrutura, decorrente das expropriações que há anos vem sofrendo, os quilombolas expõem em suas falas, a vulnerabilidade social e ausência de políticas compensatórias que minimizem tais efeitos, como a perda dos produtos agrícolas, comercializados fora do território.

Nós sempre tivemos muito acesso à cidade para vender nossos produtos e agora tem até produtos estragando por não ter mercado livre pra vender, e isso está sendo um problema pra nós. [...] Afetou diretamente nossa rotina, nosso modo de vida. [...] A nossa comunidade é pobre, onde a produção é pouca, e sempre

tem aquelas necessidades do dia-a-dia, mas com essa pandemia essa situação piorou, porque não temos pra quem vender nossos produtos, não estamos tendo recursos suficiente pra se manter. (V. A.I., 51 anos)

O relato da entrevistada, uma das muitas mães de família no território, poderia facilmente ser atribuído a uma carência do meio rural, se tal situação não se tratasse da particularidade, que se verifica em Jambuaçu: a perda de terras e recursos, a favor de grandes empreendimentos.

De acordo com os dados do *Dossiê Antropológico*, elaborado pela pesquisadora Rosa Acevedo Marín (2019)⁴¹⁴, é notório que a instalação da infraestrutura de apoio a mineração retirou parte do território para servir como “faixa de servidão” do mineroduto⁴¹⁵ e da linha de transmissão. Segundo o referido documento, as comunidades na foz do Jambuaçu foram afetadas por essa obra, sem, contudo, serem atendidas reivindicações básicas de serviços. Seis comunidades situadas no Baixo Jambuaçu perderam parte das terras para as obras do mineroduto e linha de transmissão por ter recebido o traçado da faixa de servidão. Elas perderam árvores de castanha e definitivamente não podem utilizar as águas do rio Jambuaçu. A comunidade de São Manoel enfrenta dificuldades nas plantações de mandioca. Na comunidade Conceição do Mirindeua, os quilombolas relatam a acidez do solo, que se tornou impróprio para as plantações. Em São Sebastião de Tracuateua, apontam a poluição do rio, não sendo mais possível tomar banho.

A despeito das ações filantrópicas propagandeadas pela multinacional Norsk Hydro, o final é que falta água potável no território, hoje, muitos igarapés que formam a rede hídrica do Jambuaçu estão secando, dificilmente encontram-se peixes. As castanhas do Pará (*Bertholletia excelsa*), tão recomendadas por

414. Trata-se de documentos coligidos pela autora, através do Projeto Nova Cartografia Social, para referenciar audiência pública proferida pelo MPF/PA, em agosto de 2019.

415. Diz respeito a linha de transmissão de energia e do mineroduto da empresa Vale S/A, atualmente sob controle da Norsk Hydro ASA, que faz o transporte de bauxita da mina de Paragominas/PA até a refinaria da Alunorte, em Barcarena/PA.

profissionais da saúde neste momento, antes eram a marca mais expressiva do território, cujas árvores frondosas, se estendiam por grandes extensões nessa parte do Moju. O desmatamento de centenas de castanheiras para dar passagem aos empreendimentos, como o mineroduto da empresa Vale e aos demais que se seguiram, como o monocultivo de palmeiras de dendê (*Elaeis guineenses*) da Biovale e Marborges, fizeram com que hoje se encontre castanhas do Pará com muito esforço, fazendo lembrar que, a ameaça da falta de alimentos traz em seu bojo uma situação de vulnerabilidade que não deriva somente deste tempo pandêmico, mas remete a décadas, em que esses recursos passaram a ser exauridos.

Com todo o exposto, as famílias residentes no território quilombola de Jambuaçu hoje vivenciam momentos de incertezas e medo. Já não bastasse a perda de parte de seus territórios, lideranças assassinadas⁴¹⁶, agora, meio a essa crise, já se computam nos dados oficiais três óbitos, para o Covid-19, três cidadãos que já somaram na luta pela defesa do território, ante as ameaças. Território esse, que mesmo face a uma calamidade comunitária, não foi incluído em nenhum plano de ação do poder público ou privado, com isso, os quilombolas do Jambuaçu contabilizam mais uma batalha, que se soma àquelas que enfrentam ao longo de anos, contra as pressões dos grandes empreendimentos existentes neste local.

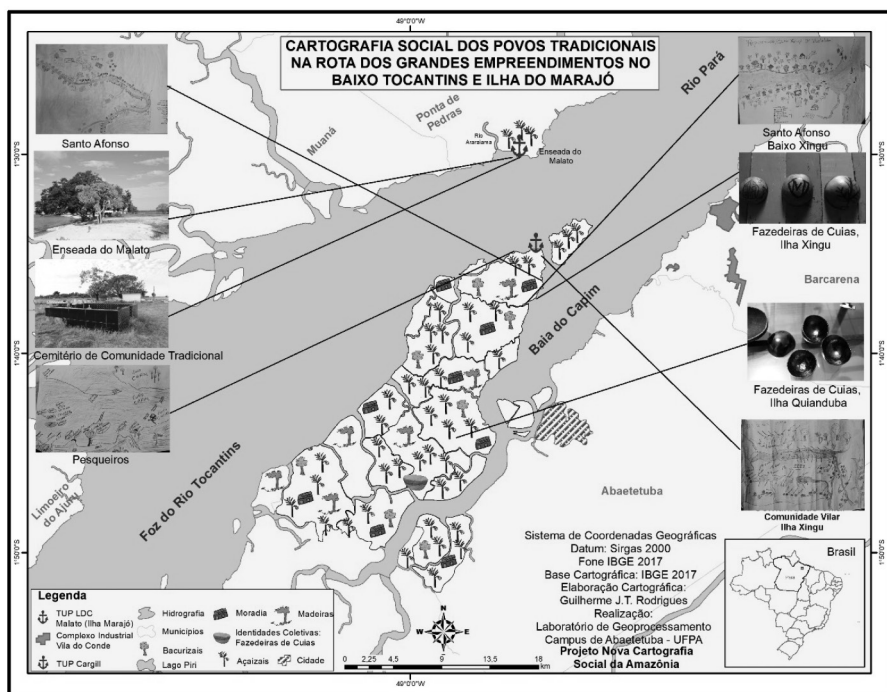
Ribeirinhos e pescadores de Abaetetuba

Banhado pelas águas da foz do rio Tocantins e baía do Marajó no rio Pará, estima-se haver 153.380 habitantes no município de Abaetetuba, sendo que 58.102 estariam na zona rural, segundo o último senso do IBGE (2010). Oficialmente não se pode estimar quantos estão distribuídos por este arquipélago (estima-se 72 ilhas), que conforma a maior extensão territorial

416. Conta-se pelo menos 4 lideranças assassinadas em Jambuaçu, por denunciarem atos de expropriação dos recursos e perdas de suas terras: a primeira delas, foi Virgílio Serrão Sacramento, em 1988, a mais recente, ocorreu em 2017, com o assassinato de Maria Trindade da Silva Costa, 68 anos, que lutava pela titulação de terras quilombolas em Santana do Baixo Jambuaçu.

no município, mas é daí que se tem verificado maior mobilização contra a ação de grandes empreendimentos, como implantação de portos e os frequentes acidentes ambientais nos portos de Vila do Conde, cujos efeitos tem prejudicado a água, a pesca e a vida como um todo desses agentes sociais.

Dada as dificuldades geográficas e de sinal da rede telefônica, em muitas dessas localidades, a pesquisa voltou-se para as lideranças comunitárias, entrevistando 10 pessoas. Ao se analisar as entrevistas verifica-se a complexidade e sutilezas das políticas do biopoder. A sensação de “deixar-se morrer” é notória, e isso não se aplica somente a região das ilhas, uma vez que o próprio município ficou fora das políticas sanitárias implementadas pelo governo do estado no início da quarentena. A intensificação de casos e subnotificação dos óbitos provocou a pressão dos movimentos sociais e lideranças políticas locais, levando o município a ingressar no isolamento social oficial.



Mapa 02: No mapa, destacam-se as ilhas e signos de identidades coletivas mapeadas na pesquisa.

No entanto, desde o mês de março, as comunidades das ilhas viram crescer o número de pessoas que buscavam escapar do vírus e das regras de isolamento social nos centros urbanos. Com isso, a crise se alastrou nas ilhas com forte repercussão na economia das famílias. E tão rápido quanto a propagação do vírus, foi a fome que se instalou, conquanto essas localidades e suas comunidades, produzam anualmente, toneladas de frutos de açaí durante a safra.

As várias entrevistas indicam os efeitos diversos da interrupção das relações com a cidade. Alguns são marcados de forma concreta: não poder comprar o remédio de um familiar hipertenso. Outros expressam o choque face a quebra da “normalidade” do ir e vir frenético nos portos na feira, abastecidas maiormente pelos produtos que vem das ilhas? Peixe, camarão, açaí. Um entrevistado comentava que havia pescado uma quantidade razoável, mas não podia ir vender na cidade.

O auxílio emergencial estabelecido pelo governo não foi acessado pela maioria dos que se encontravam aptos a receber. Um entrevistado na ilha Xingu, asseverava que cerca de 80% dos ribeirinhos de sua localidade não conseguiram. Dentre os fatores de impedimentos, o principal refere-se ao cadastro, pois acesso a internet é um luxo ao qual não dispõem, além disso, há a burocracia do sistema, que permite dois acessos por aplicativo, sendo que muitos, sequer têm o aparelho.

A gente tá se virando como pode na pesca, só que quando a maré dá errada a gente vai se virando com o que tem, porque além das dificuldades, aumentou um pouco as coisas, nessa parte da alimentação, nessa parte de higiene. Mas pra falar a verdade, aqui não tem nenhuma proteção: máscara, luva, álcool em gel, aqui ninguém tem. Então continua normal, só as coisas que aumentaram. Os que tem ajuda do governo, vai, recebe e compra mais avoado e vem e se aqueta e os que não tem, vai passando do jeito que dá. Não tem como, por exemplo, ‘olha vamos ajudar

aquela família que tá mais passando dificuldade’, porque não dá. Como a gente vai ajudar se estamos quase todos do mesmo jeito? [...]o povo ribeirinho, se ele pega alguma coisa pra se manter, jamais ele vai na cidade, a gente não gosta de tá na cidade, vai porque é obrigado e se tivesse maior apoio, não ia mesmo e ficava melhor pra gente.(D. M. F).

De fato, ir à cidade, em tempo de isolamento social, sem a proteção exigida pelos protocolos da vigilância sanitária, é arriscar-se ir ao encontro da morte, pelo menos é assim que entendem, idosos na ilha Xingu:

[...] Porque eles pensam assim né, do presidente chamar o povo pras ruas, olha esse pensamento: eles pensam que o governo tá chamando o povo que é pra matar os velhos, pra ficar muita vaga de aposentadoria. Eles tavam me falando, “olha, o governo federal tá chamando o povo pra rua, que é pra contaminar os velhos, que é pra ficar essa vaga aí e não ter mais despesa com velho”. Isso foi tirado da cabeça deles, eles pensam que é assim. Eu até tentei explicar, mas como vai mudar a opinião de uma pessoa dessa que tá bem madura? Então eles estão com medo, por isso nem querem ir na cidade (D.M.F).

Assim, a sensação de estar em “terra de ninguém”, onde as medidas de isolamento e políticas compensatórias não abarcam o mundo da vida dos ilhéus, fez com que esses agentes sociais elaborassem suas próprias regras de isolamento, ainda que, ao se manterem afastados da cidade, cumpriam as normas de isolamento social que a prefeitura impunha à cidade. Desse modo, eles assumem para si o cuidado do outro, num gesto que demonstra não somente solidariedade, mas um ato de arriscar a vida, para que o outro não pereça, como se entende no relato a seguir:

Eu e meu irmão fizemos linha de frente aqui, pela ausência do poder público...Prestamos assistência a pelo menos duas famílias que estavam com todos os sintomas e com casos extremos...Na coragem, não levamos ninguém pra cidade porque poderia não ter atendimento e não podíamos ficar com ninguém pela rua... foi desesperador. Colocamos máscaras, álcool 70 e fomos nos arriscar. [...] Porque uma família que adoça por aqui, não é só a doença. (M. C. C)

De fato, para um doente deslocar-se até a cidade, requer mais que uma condução. Nas ilhas, eles têm que driblar a correnteza do fluxo da maré e o perigo de terem suas embarcações atacadas por “piratas”. A total ausência de assistência, a constatação da própria impossibilidade de manter normas, sem o mínimo exigido, como máscaras e álcool, sem conseguirem impedir a vinda de pessoas de fora, tornaram-se fatores decisivos para que a contaminação se alastrasse.

Nas ilhas Xingu, Urubuéua e Capim, onde há dois anos se mobilizam com o “Grito das Águas”, para impedir a instalação do porto da empresa Cargill no seu território, agora, com a pandemia, vivenciam outra aprendizagem: cuidar dos seus corpos. Foi o que fizeram, por ocasião do primeiro óbito pós Covid, com a morte do professor da comunidade e a obrigação de preparar o corpo para o sepultamento:

A gente fez os preparos por conta própria, até mesmo o formol foi a gente que improvisou. Reunimos um pequeno número e fomos sepultar ele em Abaetetuba, então é muito difícil a situação [...] mas a gente sem poder ter notificação e sem poder ir buscar, não tem outra alternativa, aqui é isso mesmo. Se acontecer um caso, que Deus defenda, a gente morre mesmo, por causa que não tem como, e é assim nossa situação. [...] A gente conseguiu de uma funerária particular em Abaetetuba e improvisou pra gente mesmo aplicar, não teve outra alternativa.(D. M. F)

COMUNIDADE/ ILHA	No. de Famílias*	Pessoas c/ sintomas do Covid	Método curativo	Óbitos subnotificados
Rio Quianduba	490	indefinido	Receita caseira	02
Rio Furo Grande	350	indefinido	Receita caseira	01
Rio Piquiarana	280	indefinido	Receita caseira	01
Rio Maracapucu	320	indefinido	Receita caseira	01
Rio Xingu (Sto. Afonso)	250	indefinido	Receita caseira	01
Rio Doce	?	indefinido	Receita caseira	01
Genipaúba	90	indefinido	Caseiro+receita médica	01
Maúba	1500	indefinido	Caseiro+receita médica	01
Sirituba	215	indefinido	Caseiro+receita médica	01
Baixo Paruru	100	indefinido	Caseiro+receita médica	01 confirmado
Sapucajuba	400	indefinido	Caseiro+receita médica	01 confir.+ 3 subnotificados

Fonte: Pesquisa de campo, em levantamento realizado até 29 de maio de 2020.

* Levantamento feito com base na Relação de Beneficiários dos Projetos de Assentamentos do INCRA.

Em 2019, o município de Abaetetuba foi premiado pelo Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAs), por fortalecer a saúde pública e melhorar o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS)⁴¹⁷. Porém, em que pese as distâncias entre as comunidades ribeirinhas e quilombolas, a realidade é que não há postos de saúde nas localidades, obrigando os moradores até a cidade. Portanto, a premiação contrasta com a situação concreta, como se nota no relato de um dos entrevistados:

E aí estão os decretos...decreto estadual, decreto municipal, decreto do governo federal, mas até aqui não tem chegado nenhum recurso pra nossa população, essa é a grande verdade. As ajuda que a gente vê pela televisão, nos jornais, até aqui não

417. Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-10/Tres-municipios-sao-premiados-por-fortalecer-saude-publica>. Acesso em 24 de maio de 2020.

chegou absolutamente nada. [...] Então estamos como um barco à deriva, porque se a população vier a pegar esse vírus, em massa, vamos correr pra onde? Porque quando um doente chega no médico nas UPAs é mandado pra casa, agora imagine a gente se deslocar de uma localidade longe, pra ir a Abaetetuba? Às vezes quando chegar lá, como diz o pessoal aqui, vai só morrer mesmo. (A. P. Z).

Em sua opinião o entrevistado garante: “[...] sem ter quem venha trazer coisas de fora pra nós, a gente tá aqui numa camuflagem, quer dizer, camuflado aqui no meio da natureza, sem ter acesso a doença, protegido pela natureza. E a gente viu a grande possibilidade da nossa luta, ainda aumentar através disso aí.” (D.M.F)

Considerações Finais

Neste trabalho que apresentou os relatos de como a pandemia em seus primeiros meses, afetou os agentes sociais nos territórios, utilizamos o conceito de necropolítica para refletir acerca do modo como a questão foi conduzida e concretizada, desde uma posição soberana que decide quem morre e quem vive. Por outro lado, coloca em relevo as ações concretas dos agentes sociais, ao lidarem com a situação de abandono.

Em Moju, as adversidades e os conflitos são reforçados politicamente e se traduzem nas redes de solidariedade, que promoveram a coesão entre as pessoas, as unidades familiares, as comunidades. As situações sociais que leva as pessoas a se agruparem em Associações Quilombolas, em Grupos de Mulheres e que coroa na BAMBÁÊ, representa a mesma expressão coletiva de declararem seu pertencimento a um processo de identidades coletivas redefinidas situacionalmente (ACEVEDO MARÍN, 2019). Diferentemente,

para os comunitários em Abaetetuba, as distâncias geográficas e as demais condições de vulnerabilidade, fragilizam o sentido de comunidade e de projeções futuras.

Do ingresso da vida no cálculo do poder (FOUCAULT, 2008), ao domínio da técnica e as estratégias para evitar o contágio, a cidade torna-se o lócus por excelência, para o exercício da biopolítica. Por outro lado, aqueles que estão fora de sua jurisdição não estão livres desse exercício de controle. Pior que isso, o que se verifica nessa pandemia é que os povoados, comunidades e outras formas de vida espalhadas na imensidão do vale do Tocantins, sequer são computadas como necessárias ou com valor de troca, são as vidas descartáveis, vidas sem valor ou “vidas indignas de ser vividas” (AGAMBE, p. 128).

E o que muito se repetiu no início da pandemia, de que o novo coronavírus não faz acepção de classe social, de cor, no Brasil, e particularmente na Amazônia, fica evidente que a letalidade atinge os corpos menos favorecidos. E estes são os negros, os pobres, os que não podem pagar por uma assistência médica, fatos que alimentam a tese de um darwinismo social em que deixar morrer, pode ser mais produtivo ao sistema, como bem expuseram, os idosos nas ilhas de Abaetetuba.

Cientes do modelo necropolítico, que a governamentalidade passa a executar nessa fase da pandemia, e a situação crítica que ora vivenciam, em 27 de maio de 2020, as 15 comunidades que conformam o território quilombola de Jambuaçu protocolaram documento na Câmara dos vereadores do município de Moju. O conteúdo desse documento encontra-se integralmente anexo a este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARÍN, R. E. Dossiê Antropológico: Território Etnicamente Configurado de Jambuaçu, Moju, Estado do Pará PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, agosto, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MBEMBÉ, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufrj** | n. 32 dezembro, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso: 19 de maio de 2020.

COMUNIDADES QUILOMBOLA DE MOJU
NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO AO COVID19

Moju, Pará, 27 de maio de 2020

COMUNICADO

Ao Mandato do Vereador Gerson Dourão

**Assunto: Quilombolas de Moju em tempos de pandemia do
Coronavirus**

EXCELENTÍSSIMO VEREADOR GERSOS DOURÃO;

Nós, quilombolas de Moju, homens, mulheres, jovens, idosos e crianças, detentores de direitos. Entretanto, notamos e sentimos diuturnamente na pele, às mazelas decorrentes da inexistência ou da má execução das raras políticas voltadas à nossa gente. Somos 26 comunidades quilombolas no município de Moju, enfrentando diversos problemas nesses tempos.

A pandemia do COVID 19, acirrou ainda mais entre nossa gente, situação que já não era boa mesmo antes da epidemia. Quilombolas de todas as idades e sexo, estão doentes em várias comunidades quilombolas ao longo do município. Lideranças estão doentes em muitas comunidades, inclusive muitas dessas, com situação de fragilidade de saúde, decorrente da infecção pelo vírus. Ocorrências que resultam no triste registro de 5 óbitos relacionadas ao vírus, em quatro diferentes comunidades no município.

Vale lembrar, que parte significativa dessas pessoas, sequer tem conseguido acesso a uma simples consulta médica, uma vez que na maioria das comunidades não há oferta de serviços de saúde pública, pois os serviços são centrados na cidade. Também não há kits de higiene e limpeza, campanha educativa, apoio dos serviços de segurança pública, que possam ajudar aos quilombolas no isolamento social, ou qualquer forma de ação, capaz de pelo menos amenizar a realidade em que vivem essas pessoas.

Em algumas comunidades grande maioria das famílias apresentam sintomas, que segundo orientação das autoridades em saúde, se assemelham aos sintomas da covid 19.

Nesse momento sofremos em decorrência dos sintomas da doença e, também em função das incertezas que o adoecimento causa. Por outro lado, enfrentamos ainda problemas relacionados a falta de estratégias de isolamento social de pessoas que possam estar infectados. Orientação que segundo a OMS é fundamental para o controle da expansão da infecção pelo vírus.

POR TODAS AS SITUAÇÕES MENCIONADAS, PEDIMOS O APOIO DESSE MANDATO, NO SENTIDO DE OBTER INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MOJU, POR MEIO DE SEU SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA AS SEGUINTE SITUAÇÕES.

- 1- **APÓS TODO ESSE TEMPO EM QUE A COVID 19 CHEGOU AO MUNICIPIO DE MOJU, INCLUSIVE ACOMETENDO VÁRIOS QUILOMBOLAS, QUE POR VEZES COBRARAM DO SECRETÁRIO, A ADOÇÃO DE MEDIDAS A ESSAS COMUNIDADES. PORQUE NÃO HOUE ATÉ AGORA A PREOCUPAÇÃO POR PARTE DA PREFEITURA/SECRETÁRIA DE SAÚDE DE MOJU, PARA A DEFINIÇÃO DE UM PLANO DE AÇÕES VOLTADO AOS QUILOMBOLAS, CAPAZ DE NO MÍNIMO AMENIZAR OS PROBLEMAS EM QUE VIVEM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MOJU.**
- 2- **O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ORIENTA AOS GESTORES PUBLICOS A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE ISOLAMENTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, POIS SÃO GRUPOS COM ALTO GRAL DE VULNERABILIDADE AO COVID 19. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, A LEI 12.288, O DECRETO 4887, ORIENTA AOS GESTORES PÚBLICOS QUE GARANTAM TRATAMENTO ADEQUADI AO QUILOMBOLAS SEMPRE. APESAR DISSO, NÃO HÁ ATENDIMENTO MÉDICO, TESTAGEM, MEDICAMENTOS, KITS DE PREVENÇÃO À COVID 19, MATERIAIS EDUCATIVOS**

(FAIXAS, BANNER, CARTILHA E OUTROS), ALÉM DA DEFINIÇÃO DE MECANISMOS CAPAZES DE GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESSAS FAMÍLIAS, POR MEIO DE CESTAS BÁSICAS, GARANTIAS DE CONTROLE DE ACESSOS A ESSAS COMUNIDADES, DENTRO OUTRAS NECESSIDADES BÁSICAS ENFRENTADAS. PORQUE?

- 3- UMA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, ENFRENTA AINDA A TRISTE PRESENÇA DE DOIS CASOS DE DOENÇA DE CHAGAS E PRESENÇA DE BARBEIRO, SEU VETOR, SITUAÇÃO QUE POR SI SÓ JÁ SERIA UM GRAVE PROBLEMAS DE SAÚDE, QUE INFELIZMENTE SE SOMAM A OCORRÊNCIA DE CASOS SUSPEITOS DE COVID 19. AS HOUVE CONTATO DIRETO DA COMUNIDADE COM O SECRETÁRIO, MAS ATÉ O MOMENTO A COMUNIDADE NÃO TIVERA RETORNO NO SENTIDO DE PROVER SOLUÇÕES CABÍVEIS.
- 4- QUAIS MADIDAS A SECRETARIA VAI ADOPTAR?
- 5- QUAIS COMUNIDADES SERÃO AS PRIMEIRAS A RECEBER AS AÇÕES?
- 6- NOS REGISTROS OFICIAIS DOS CASOS CONFIRMADOS, QUANTO SÃO QUILOMBOLAS?
- 7- POR FIM, QUANTO A DATA DO INICIO DAS ATIVIDADES?

Assinam este documento;

- 1- Comunidade Quilombola África – Contato 91 – 99211-5822
- 2- Comunidade Quilombola Laranjituba - 91- 99315-8515 - Junior

- 3- Comunidade Quilombola Cacoal – 91 – 99222-0238 - Conceição
- 4- Comunidade Quilombola Espirito Santo 91 – 99222-0238 - Conceição
- 5- Comunidade Quilombola Moju Miri – 91-98230-4358 - Andrea
- 6- Comunidade Quilombola São Sebastião – Jambuaçu – 91-99338-2410 – Giomar
- 7- Comunidade Quilombola São Jorge – 91 – 98087-5404 - Cristina
- 8- Comunidade Quilombola Sitio Bosque – 91 – 99159-5662 - Alzinei
- 9- Comunidade Quilombola Juquiri – 91 – 99178-1338 - Raimundo
- 10- Comunidade Quilombola Santa Maria – Jambuaçu – 91 – 99212-4949 - Nazaré
- 11- Comunidade Quilombola Jacunday – 91 – 99144-00068 - Leonora
- 12- Comunidade Quilombola São Manoel – Jambuaçu
- 13- Coordenação Estadual das Associações Quilombolas do Pará – 91 – 99117-2789 – Aurelio
- 14- Comunidade Quilombola do Castelo, e;
- 15- Bambaê Quilombola – Coordenação das associações Quilombolas de Jambuaçu – Moju – Pará. - Nazaré

AÇÕES E MOBILIZAÇÕES PARA *EVITAR SE EXPOR À MORTE* NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SALVATERRA

Rosa Elizabeth Acevedo Marin⁴¹⁸

José Luís Souza de Souza⁴¹⁹

Introdução

No Brasil, os quatro meses que decorrem da publicação em Diário Oficial da Lei Nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020⁴²⁰, conhecida como Lei da Quarentena e do acúmulo exponencial de informações sobre a COVID-19: notícias, estatísticas, recomendações, debates em lives, somando os decretos e portarias – situaram, de forma mais clara, para os agentes sociais e suas lideranças nos quilombos, aldeias e bairros, a necessidade imperativa de “evitar se expor à morte”. Tal idéia pode estar praticamente fora do campo de interpretações oficiais, sobre “distanciamento social”, “isolamento social”, “isolamento vertical” pois não se trata de leituras individuais, nem de aceitar os posicionamentos oficiais que adentram nas polêmicas reveladoras da necropolítica em tempos de pandemia. A questão é: a pandemia de COVID-19 é um *plus* na “política de morte” adotada pelo Estado brasileiro (Mbembe, 2016, p. 123) para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais,

418. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), França. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Pará vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU /Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA. Colabora no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

419. Egresso do Curso de Etnodesenvolvimento (2013-2017). Faculdade de Etnodiversidade, Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará. Discente do Curso de Especialização em Gestão de Sistemas Agroextrativista para Território de Uso Comum na Amazônia (GESAM). Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). Fundador da Juventude Quilombola Abayomi

420. Lei publicada no Diário Oficial da União em 07/02/2020. Edição: 27 | Seção: 1 | Página: 1. Órgão: Atos do Poder Legislativo. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 30/mai/2020.

trabalhadores assalariados, desempregados, e os denominados classificados grupos de risco? Como esses agentes produzem narrativas, interpretações, desideratos, ações e mobilizações para se preservar e proteger?

As narrativas são múltiplas e diferenciadas. O texto “Território quilombola de Salvaterra: ações e mobilizações para *evitar se expor à morte*” é conduzido no seguimento das ações, mobilizações e debates dos quilombolas no município de Salvaterra que se negam a ficar expostos às doenças, à eventualidade da contaminação e morte por Coronavírus. Esse estar cientes os orientou a formar o Grupo Combate COVID-19 que posiciona seu agir a favor de “nossos quilombolas” e assume realizar ações de preservação, e embora afirme estar atento e observe a cidade de Salvaterra, “mais o foco é os quilombolas”⁴²¹.

Observa-se que os enfrentamentos do COVID-19 assumidos pelos quilombolas de Salvaterra são feitos com conhecimento dos agravantes e a precariedade de políticas e ações de saúde coletiva à eles dirigidas, associado ao desmonte do SUS. Claramente, algumas decisões dizem respeito ao tempo da pandemia embora interferiram no atendimento de necessidades cotidianas. Assim, a decisão da Secretaria Municipal de Saúde ao ordenar o fechamento dos postos de saúde nas comunidades e ao convocar os agentes de saúde (enfermeiras, técnicas de enfermagem, auxiliares) para trabalhar na sede municipal, produz o descuido dos serviços rotineiros, de atendimentos sem necessidade de ir à cidade. Outra ação é relativa à Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe, priorizando os idosos. Estes, afirmaram, teve pequeno alcance nas comunidades quilombolas e duvidam que podia ser diferente a outros anos. Essa observação mostra que a leitura de uma situação precisa ser feita sob vários ângulos, como sinaliza José Luís Souza de Souza:

421. De acordo com o registro da primeira mensagem de WhatsApp, no dia 15 de abril de 2020 deste Grupo constam 36 pessoas, a maioria jovens, que vivem nos 17 quilombos do Território Quilombola de Salvaterra. Estão incluídos Agentes de Saúde, professoras da UEPA e UFPA. Para realizar este trabalho contamos com a colaboração de José Luís Souza de Souza, que se posiciona na linha de frente desta iniciativa. Com seu consentimento e coautoria procedemos a hilar estas páginas.

Os quilombolas estão tendo dificuldades devido aos fechamentos dos postos de saúde nas comunidades, bem como as diversas viagens que eles faziam até a cidade para compra de insumos para suas produções; com relação à higiene nos reunimos Grupo de Juventude Abayomi e MALUNGU para conseguir arrecadar materiais de higiene para suprir as necessidades deles, os alimentos estão consumindo mais produtos dos quilombos devido as restrições e medo de ir até a cidade.

Notoriamente, os quilombolas de Salvaterra são cientes da precariedade da infraestrutura de abastecimento de água potável, que é proveniente de poços a céu aberto e com riscos de contaminação, como enfatizado em pesquisas⁴²² que indicam a gravidade. Quinze anos atrás, formulários aplicados em todas as comunidades quilombolas permitiram sistematizar dados sobre a destinação dos dejetos domésticos; a maioria dos entrevistados informou que queimava ou enterrava o lixo e não existia atendimento de coleta pública.

Todavia, os problemas de maior envergadura cercam os quilombos mais próximos de Salvaterra. A poucos quilômetros da sede, na Estrada de Bacabal, existe um lixão a céu aberto que não para de crescer. Apenas no terceiro mês de pandemia foi objeto de uma Ação Civil Coletiva por parte da Procuradora Pública do município, feito legal com elevado reconhecimento pelo Grupo COVID-19⁴²³. Mas, por cima de tudo, sobressai a paralisação das

422. Ribeiro (2005), Acevedo Marin (2005), Carneiro (2014).

423. No Grupo Combate COVID-19 divulgou-se Ação Civil Coletiva N° 0800097-23.2020.8.14.0091 da Vara Única de Salvaterra tendo como partes o MPJE (Autor), o Município de Salvaterra (Réu); Valentin Lucas de Oliveira – Prefeito de Salvaterra (Réu) Nivaldo do Nascimento Ramos – Secretário de Meio Ambiente do município de Salvaterra (Réu) Raimundo Nonato F. de Brito - ex-Secretário de Meio Ambiente (Réu). A Ação Civil Pública Ambiental e por Responsabilidade Objetiva c/c Medida Liminar foi instaurada dando conta do lixão que existe a céu aberto, sendo seu acesso realizado pela Estrada do Bacabal, distante aproximadamente 1.400 metros da área urbana, que dá acesso às comunidades quilombolas de Bairro Alto, Bacabal, Santa Luzia, Mairunquara, etc. Frisa a peça legal o “grave risco não somente o meio ambiente, mas, principalmente, a saúde daqueles que deveria cuidar”. Nas mensagens consta fotos do lixão da Estrada de Bacabal e na p. 5, são informados vetores de doenças “os mosquitos que transmitem a febre tifoide, filariose, malária, dengue e febre amarela, e os roedores que transmitem a peste bubônica, raiva, leptospirose e certas verminoses. Além disso, alguns autores associam os impactos de lixões com anomalias imunológicas, câncer, danos ao aparelho reprodutivos e defeitos de nascença, doença respiratórias e pulmonares, deficiências hepáticas, problemas neurológicos e renais, sendo os lixões verdadeiros vilões a saúde e bem-estar

titulações dos territórios, processos introduzidos no INCRA, com mais de década, e a intrusão das terras pelas cercas das fazendas. Esse intrusamento tem na malha de estradas para circulação de veículos e motos, parte de sua materialização, especialmente pela ameaça de entrada de corpos doentes, a qual precisa ser controlada ou mesmo interdita.

O Grupo Combate COVID-19 é acompanhado através de suas mais de quatrocentas mensagens, curtas e longas, de áudios, fotografias, Boletins Epidemiológicos, notícias do Estado e nacionais. A partir da entrevista com José Luís Sousa, via telefone e e-mails, os áudios transcritos⁴²⁴ sistematiza-se a empiria do artigo. Destaca-se que na leitura de mensagens de WhatsApp e sua citação, implica para os autores a atenção para pontos que consensualmente o grupo manifesta cuidados e sigilos.

Preservação de *nossos quilombos*, começa por controlar o território

Na primeira década deste século XXI a mobilização das comunidades quilombolas de Salvaterra intensificou-se, indo além dos Encontros de Mulheres Negras Quilombolas, articulados pelo Centro e Defesa do Negro no Pará – CEDENPA, pois havia formas de “resistência cotidiana”, enfrentamentos e conflitos presentes nos discursos verbalizados pelos quilombolas a propósito dos fazendeiros, ávidos em levantar cercas, interditar o acesso às áreas de pesca, açaçais, acrescidos de violência física e humilhações. A mais frequente delas terem que circular, transpor e expor-se a passar por baixo de cercas de arame farpado, algumas eletrificadas. Na

da população. Esta poluição generalizada atinge as atuais gerações bem como as futuras! Sobre multas e penalidades: Assim, se requer a Vossa Excelência o deferimento de tutela de urgência, determinando, no prazo de 10 (dez) dias, o caucionamento de R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais), em dinheiro em conta judicial, ou que os requeridos indiquem bens suficientes no mesmo valor que possam garantir as indenizações por danos materiais e morais a coletividade, aplicando-se multa diária, em valor a ser arbitrado pelo juízo, em caso de descumprimento de medida de urgência ora pleiteada.

424. Agradecemos em especial a colaboração de Maria da Paz Saavedra – Doutoranda PPHIS-UFPA e Técnica do NAEA na transcrição dos vídeos. Guilherme Jorge Teles contribuiu no acesso a alguns documentos.

audiência pública realizada na igreja Nossa Senhora da Conceição, no dia 10 de maio de 2005, em Salvaterra, Dona Teresa Santos do Nascimento, da comunidade de Bacabal denunciou: “A fazendeira foi lá, levou polícia e foi quando a comunidade foi jurada de receber uma cerca elétrica”. O caráter tenso dessas relações sociais tensas mudou muito pouco.

Os processos de territorialização de Mangueiras, Salvá (ou Salvar), Deus Ajude, Caldeirão, Bairro Alto, Pau Furado, Providência, Bacabal, Boa Vista, Siricari, Campina/Vila União, Paixão, iniciam, na segunda metade do século XIX. As situações de conflitos por recursos naturais e as terras apropriadas por fazendeiros e empresas⁴²⁵ narradas por cada uma dessas comunidades parecem ter caráter intermitente.

Contudo, a luta é contínua, revelando “artes de resistência” e formas da “infrapolítica⁴²⁶ ante a dominação oligárquica. As formas de responder às ofensivas dos fazendeiros foram encontradas na organização política e na apreensão de direitos étnicos e territoriais. Nos anos 2004/2005 a tensão e o conflito social encontravam-se no ápice e foi quando se organizaram várias associações de remanescentes de quilombo. Luzia Betânia Alcântara, liderança dos quilombos de Salvaterra, em oficina de Cartografia Social afirmou:

425. O direcionamento de interesses de pecuaristas e de instituições de representação e apoio sobre essas terras tradicionalmente ocupadas registra-se, resumidamente, quando se instituiu a fazenda Modelo e ocorreu a primeira reunião do Sindicato Agropecuário de Soure (1918). Na ocasião os pecuaristas fortemente protegidos e financiados pelo governo estadual visualizaram a “indústria pecuária” e com isto a fixação do preço da “carne verde”. Em 1931, formou-se a Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Ltda. (SOCIPE) com 389 associados, liderada pelos fazendeiros de Soure, que posteriormente deram apoio para que o Prefeito de Soure Rodolfo Engelhard alavancasse o projeto de criar o Posto de Inseminação Artificial. O Ministério da Agricultura passou a exercer o domínio de uma área de 2.128 hectares com o intuito de reservar uma área para pesquisa em zootecnia e agricultura na ilha de Marajó. Esse Ministério transmitiu as benfeitorias da antiga Fazenda Paraíso, em 1980, para o funcionamento da Estação Experimental de Marajó, que impôs progressivamente severas restrições aos seus antigos donos. Permanece sob o domínio institucional da EMBRAPA. O documento encontrado no Registro de Imóveis do Cartório Biá, na cidade de Soure, ignorou a presença das famílias de Mariquara, São Luiz, Valentim. As transações de fazenda Forquilha (conhecida com fazenda do Americano) e São Verissimo terminaram por cercar o povoado de Bairro Alto. O povoado Bacabal correspondeu as terras da Santa Nossa Senhora das Mercês e ficou impensado entre as fazendas São Lourenço e São Macário. (ACEVEDO MARIN, Rosa E. 2005; 2007).

426. James Scott destaca: “Con ese término, quiero designar una gran variedad de formas de resistencia muy discretas que recurren a formas indirectas de expresión. Comprender la sustancia de esta infrapolítica, sus disfraces, su desarrollo y sus relaciones con el discurso público será de gran ayuda en el esclarecimiento de algunos enojosos problemas del análisis político, en especial la cuestión de la incorporación hegemónica” (SCOTT, 2000: 44).

Nós iniciamos uma luta, luta esta que temos que estar unidos, nos juntar e lutar, mas lutar pelo território. Território das Comunidades Quilombolas de Salvaterra. Não podemos pedir, terra por exemplo só para Bacabal. Temos que pedir terras para todos, falar a mesma língua. Temos que nos reunir com frequência para conseguir os nossos objetivos; não é cada um por si e sim cada um por todos, e todos por um que é o território quilombola de Salvaterra. (Luzia Betânia Alcântara. Oficina Nova Cartografia Social da Amazônia. Quilombolas da ilha de Marajó, em 10/12/2005).

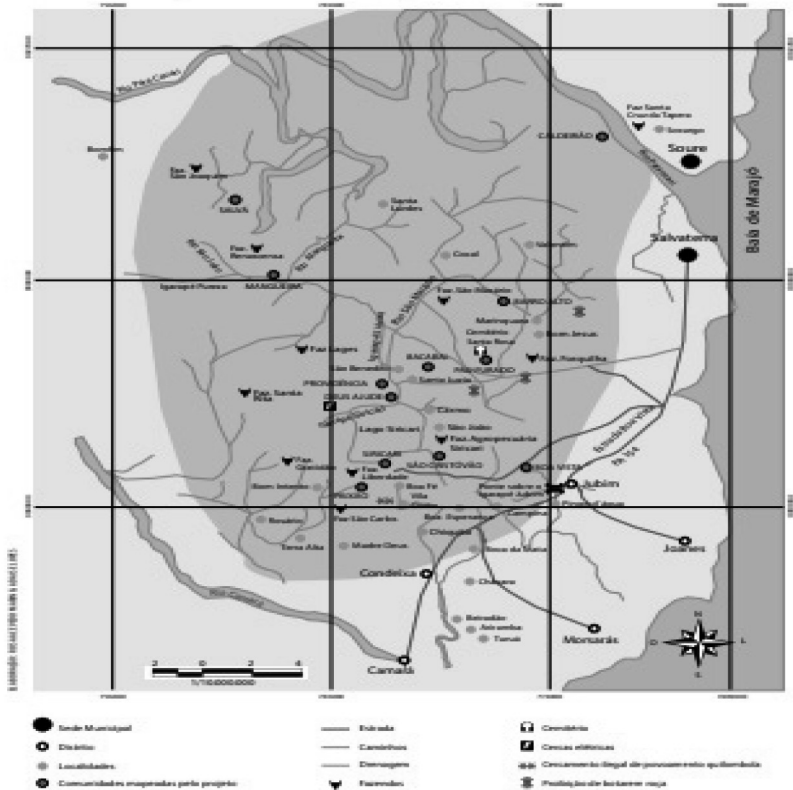
Essa noção de luta por um território quilombola, e não por ilhas de comunidades isoladas, esteve fortemente defendido pelo movimento quilombola de Salvaterra. Durante o ano (2008-2009), realizaram-se, quinzenalmente em cada comunidade reuniões para debater as dimensões históricas, ecológicas e políticas desse território; priorizou-se fortalecer a organização política, as condições de possibilidade de uma estrutura de governo, a articulação para os enfrentamentos com as instituições que freavam esse projeto, notadamente o INCRA que se posicionou por processos individuais para cada comunidade na ideia de que obteria celeridade o processo de titulação⁴²⁷. Nessas reuniões procurava-se *falar a mesma língua*, o que sintetizaria e convergiria para o território etnicamente configurado.

A primeira aproximação cartográfica desse território encontra-se no Fascículo N° 7 Quilombolas da Ilha de Marajó (PNCSA, 2006). A representação do território tem forma oval e dentro dos seus limites estão alguns dos nomes das fazendas que o intrusaram e cotidianamente o trafegam e marcam prepotência social e política. O mapa não corresponde a um território georreferenciado, pois esse primeiro alterou-se com novas comunidades, a maioria certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Nesse mapa de 2006 não constam as terras da comunidade do Rosário que se situa a

427. A memória dessas reuniões – pautas, resumos e fotografias- consta nos arquivos de trabalhos desenvolvidos em pesquisas coordenadas pela Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, anos 2007-2008 e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

margem direita da PA Câmara – Cachoeira do Arari. Nele não se modificam as informações sobre as fazendas e os conflitos que tem protagonizado ao longo dos anos. Entre os povoados de Deus Ajude e Providência está o Cemitério de São João também incrustado dentro de uma fazenda, como confere-se na perícia feito pelo IPHAN, em 2011.

O território quilombola de Marajó



Fonte: PNCSA, 2007.

O que ocorre em abril de 2020 com o território? Sem decreto publicado, sem título, sem demarcação, sem retórica, o território tem uma existência social e política afirmada pelo próprio grupo, pois é essa a condição para a prática de prevenção e proteção; dessa maneira, o território foi unificado

política e simbolicamente com as faixas em cada porteira, portão ou barreira, com os discursos e, especialmente, com a unidade de ação política.

No primeiro momento esse ato de governança dos quilombolas teve impacto e foram necessários diálogos e pressão persistente junto ao Executivo municipal para que compreendesse e apoiasse a decisão de fechamento com barreiras dos ramais. De parte dos fazendeiros, não houve aceitação destas, como revela a tensão vivida no dia 24 de maio de 2020.

Entre as possibilidades de descrição do território exclusivamente a partir de suas entradas (os ramais) a tentativa que segue é feita com base em deslocamentos entre ramais, atalhos e furos para realização de pesquisa ao longo de quase duas décadas:

O território etnicamente configurado de Salvaterra é formado por 16 comunidades que estão reunidas em 12 associações de “remanescentes de Quilombo”. A malha dessas comunidades foi e está cortada pelas cercas das fazendas, a PA 154⁴²⁸ e os ramais que penetraram nas comunidades. As comunidades de Rosário e Caldeirão, situadas nos extremos do território ficaram a margem da PA- 154. Nova União e Campinas foram cortadas ao meio por essa rodovia. O povoado de Paixão que fica ao fundo, do lado direito, está totalmente rodeado de fazendas. O primeiro ramal a partir desta estrada corta as comunidades de Boa Vista, Siricari, Deus Ajude, Providência, e segue em direção a Mangueiras e Salvá, isso após abrir as porteiras de várias fazendas, a última tem o nome de Fazenda Dallas, antes de atravessar o rio Mangueiras. O segundo ramal é conhecido como Ramal da Embrapa, da margem esquerda sai de Salvaterra e percorre 8 Km; penetra em Boa Vista, São Benedito da Ponta, Santa Luzia, Bacabal, Pau Furado e Bairro Alto.

428. A rodovia estadual PA -154 possui 89 km de extensão e liga os municípios Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, na Ilha de Marajó. Pavimentada do porto de Camará até a travessia para Soure, e de lá até o entroncamento com o acesso à praia do Pesqueiro (12 Km).

Os quilombolas nesse governo inaugural sobre o território e, em nome dos corpos que não podem se expor à morte, isto no tempo excepcional da pandemia, decretaram o seu fechamento. Foi a partir da leitura dos ramais, pontos, ligações que definiram os pontos estratégicos como analisaram em mensagem de 16/04:

Temos a entrada de Caldeirão, a entrada do ramal Bacabal, a entrada do ramal Boa Vista. Temos a entrada de Paixão e temos um grande problema que é onde todos passam que é Vila União, que todos passam no centro da comunidade. Rosário e Paixão são entradas que estão na rota do pico que é a PA de Cachoeira do Arari.

Essa leitura do território para produzir o isolamento social coletivo constitui a informação cartográfica do Plano Emergencial para “Trabalho e Proteção”, cuja vantagem está no conhecimento sistemático dos territórios e dos que neles vivem e possuem direitos. Com essas medidas de fechamento estariam impedindo as “entradas e saídas desnecessárias” das pessoas. Uma afirmação indicava a urgência: “Sim. Agora mais do que nunca temos que trabalhar para que as comunidades fiquem protegidas”. Decisões coerentes com esse conhecimento não se encontram na visão dos gestores e técnicos municipais.

Havia necessidade premente de formar essa unidade, de distanciar os não bem-vindos, as visitas, nesse período, situando os fins de semana e feriados. Todavia, não é fácil pensar e executar as ações na e para as comunidades. Desde a elaboração das frases das faixas até começar a produzir máscaras, buscar apoio externo, levantar fundos, dirigir-se as instituições, conversar e convencer os próprios quilombolas do significado e necessidade do isolamento social. É reconhecido que as informações e o posicionamento do Governo Federal tiveram e tem o efeito péssimo de desorientar, semear incredulidades e dividir essas unidades.

As frases: “**Estamos em isolamento social. Não queremos visitas**” e a segunda, mais categórica: “**Respeitem! Comunidades unidas contra o COVID-19**” foram objeto de apresentação dentro dos articulados no Grupo Combate COVID-19. Contrataram o pintor das faixas e afixaram nos pontos escolhidos. A barreira dos quilombos de Pau Furado e Bairro Alto recebeu higienização com água sanitária.

Entrementes, a decisão de fechamento do território teve que obedecer aos trâmites e ter autorização junto ao Executivo municipal, Quartel, DEPOL. Na tensão de encontrar essa legitimidade recorreram à Coordenação Regional Marajó da MALUNGU que elaborou o Decreto Geral para todas as comunidades Quilombolas do Arquipélago de Marajó. “Dispõem sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito as Comunidades Quilombolas da Regional da MALUNGU (REGIONAL DO MARAJÓ), a Pandemia do novo Coronavírus COVID-19 e dá outras providências”.

Esse instrumento finaliza com o Protocolo que define datas e condições de aplicação do Decreto:

Art. 1º. Até o dia 17 de abril de 2020 (data que pode ser prorrogada de acordo com a necessidade), os (as) quilombolas que residem nas cidades e que são das comunidades Quilombolas da Regional do Marajó, terão livre acesso as suas comunidades Quilombolas. Após essa data o acesso aos territórios Quilombolas da Regional do Marajó só será permitido se a/s pessoa/s cumprir as orientações previstas pela Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e o Protocolo da Regional do Marajó nº 001/2020 de 17 de abril 2020, destes territórios.

As comunidades quilombolas de Salvaterra apoiaram-se neste Decreto e face as suas experiências definiram a elaboração de um Protocolo Local, que passará a vigorar no dia 1 de junho de 2020. Esse documento registra as novas situações, em especial a ocorrência do primeiro caso (dia 24 de maio de 2020).

Associações Remanescentes de Quilombolas do Município de Salvaterra, MALUNGU-REGIONAL DO MARAJÓ/PA, considerando a pandemia do COVID-19 (Novo Corona Vírus) que está em expansão mundial e já chegou ao Brasil e no Estado do Pará, bem como no município de Salvaterra e também com registro do primeiro caso de COVID-19 em território quilombola de Salvaterra, com vítimas já confirmadas pela SESPA/PA. Tendo em vista essa realidade, viemos através desde informar a população em geral das medidas preventivas que serão tomadas em relação a essa Pandemia.

Governo dos nossos, coesão interna e pressões contra o fechamento do território

Para atribuir um preço às formas precedentes de organização e estruturas de coesão dos quilombolas de Salvaterra, é necessário compreender as mobilizações durante mais de uma quarentena de dias do isolamento social do território quilombola, isto é, desde a segunda quinzena de abril até praticamente final do mês de maio. José Luís Souza liderança de Deus Ajude e um dos fundadores, em 2013, do movimento Juventude Quilombola Abayomi responde:

Como surgiu a ideia de organizar o Combate Covid 19?

A ideia surgiu após a confirmação dos primeiros casos em nosso município, reunirmos três jovens e tomamos a atitude de convidarmos outros para fazermos os fechamentos onde começamos uma articulação de comunidade em comunidade até que foram aos poucos criando a coragem de fechar, logo surgiu a ideia de um decreto depois veio o entendimento de que tinha que ser um protocolo, até juntos com professores da UEPA (Universidade Federal do Pará) e UFPA resolvemos fazer o fechamento total ficando apenas duas comunidades sem fechar.

Para o Grupo “Combate COVID-19” convergiram ideias e diversas ações dos presidentes de associações, agentes de saúde, professoras e amigos. A presença de contaminados pelo COVID-19 é conferida com os casos identificados na cidade de Salvaterra e em Cachoeira do Arari. As comunidades se incorporaram pelas lideranças que estavam no Grupo de WhatsApp e, ao mesmo tempo, várias mensagens descrevem as reuniões nas comunidades, a marcação de encontros em Salvaterra para informar sobre pandemia, tratamento, possibilidades de prevenção com o fechamento do território. A capacidade de trocar ideias, organizar, expor dissenso e estabelecer decisões consensuais é revelada na série de mensagens. O Calendário de reuniões ilustra a organização e detalha as normas de conduta (Anexo)

Certamente, várias vezes dentro do território minimizaram o perigo e desconsideraram o caráter das ações. A repetição das recomendações não conseguia adesão total. As mensagens informavam o desacatamento de alguns jovens e adultos que minimizavam a informação dos Agentes de Saúde, do Grupo Combate COVID-19. A orientação para evitar aglomerações nos quilombos - jogos de futebol, celebrações e cultos custava a ser atendida. A explicação sobre a transmissão dos assintomáticos necessitava passar-se a todos, ao mesmo tempo, que a gravidade e velocidade de transmissão, assim insistia-se na informação de que “Os mais jovens podem contaminar os mais velhos”; ainda contaminações, estados graves e óbitos entre jovens estavam em aumento no Brasil. As aglomerações tornaram-se objeto de denúncias e de novas solicitações para alterar a conduta.

Nas reuniões e nos debates internos prevaleceu a ideia da autonomia das comunidades e o princípio político da razão e convencimento: *“Acredito que as comunidades podem e tem autonomia para fazerem portões nas entradas de suas comunidades para controle. Igual a outros quilombolas de outros municípios já fizeram”*. Mas adiante, é apresentada a estratégia: *“Eu tô sugerindo porque não posso me envolver diretamente, e que as comunidades de Deus Ajude, Providência, Salvar e Mangueiras possam se reunir e fechar na ponte de Deus Ajude para controle de entrada e saídas dessas comunidades, creio que dessa mesma forma, as demais podem se organizar também”*.

Esses documentos chamam atenção para a percepção política dos quilombolas das cidades. Muitas comunidades quilombolas cercadas e invadidas pelas cidades levam a questionar essas relações complexas, quase inevitáveis, pois esses centros se transformam em lugar de perigos e insegurança, fatos notabilizados cada vez mais, ao mesmo tempo, que representam possibilidades de educação, serviços de saúde e novos contatos. A cidade de Salvaterra localizada a escassos quilômetros, especialmente do Ramal Boa Vista e Bacabal, é frequentada diariamente para realizar comprar de alimentos industrializados, para gestão em órgãos públicos, saúde, visita de familiares e trabalho, em poucos casos.

O circuito de Salvaterra a Belém, realizado por transporte fluvial, como é repetido em uma das mensagens constituiu um problema por ser a capital do Estado do Pará “o epicentro da contaminação”. Os Boletins da Secretaria de Saúde de Salvaterra mencionam os casos identificados e suspeitos de COVID-19 informando idade, sexo e a proveniência – “Sem histórico de ida a Belém”. Essa constatação fez que o pedido para evitar viagens a Salvaterra e Belém fosse recorrente nas comunidades. Segundo as orientações sanitárias, Salvaterra e Belém eram lugares de aglomeração que era preciso impedir.

As mensagens indicam a busca de solução desta rede de contaminação interrompendo as viagens de Belém para Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, utilizando o porto de Camará. Os prefeitos das três cidades opinavam que as viagens não podiam ser interrompidas. Entretanto opinaram por uma barreira sanitária. A fiscalização de embarcações parece não ter dado resultados, pois a cada Boletim Epidemiológico, os novos casos de contaminação estavam entre passageiros provenientes de Belém. Foi sentenciada a restrição de empresas e viagens que fazem esse percurso. Não obstante, o poder público aplicou medidas contra a empresa que realizou viagens clandestinas.

Entender o **governo das condutas** que os próprios quilombolas conduzem escapa as mensagens, em parte. O mais sensível é reduzir as tensões internas provocadas por divergências quanto ao fechamento, a entrada de pessoas que se sentem livres para trafegar: os marreteiros. Foi escrito em mensagem que o acesso dos marreteiros nos quilombos devia ser proibido terminantemente, “muitos deles vão a Belém toda semana”. As atividades essenciais foram definidas, como o caminhão do gás para circular em dia combinado.

Oi queridos. Bom dia!

Informo aos amigos que hoje vai passar um caminhão de gás, ele vai abastecer Mangueiras e Deus Ajude, então como está dentro dos produtos essenciais está autorizado passar. Ok. Bom dia.

Nessa arte de governar necessitaram adotar medidas mais enérgicas. No dia 02 de maio de 2020 “Hoje estamos fechando as porteiças do quilombo de Paixão, agora é valendo mesmo”. Da leitura de mensagens depreende-se que a autonomia e as ações foram estimuladas. Mais, além de reuniões e assembleias locais para o fechamento apoiavam-se na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho⁴²⁹. Uma frase é conclusiva “APENAS COLETIVIDADE NA DECISÃO, FAZ-SE NECESSÁRIO!!! Apesar de reconhecimento do peso da burocracia para validação de decisões tiveram que recorrer ao apoio legal, solicitando da MALUNGU - Coordenação Regional de Marajó, a elaboração de um Decreto e o plano de ação, como citado acima.

O conjunto de mensagens deteve-se no fechamento do território, que demorou 17 dias com o fechamento de Paixão, (02.02). Embora tenham se apresentado tensões entre os que se manifestaram contra essa decisão. Em uma comunidade as pessoas responsáveis pela vigilância foram agredidas verbalmente por vizinhos e terminou com queixa na Polícia Militar. Até o

429. O argumento estava também referido à divulgação do Decreto do Território Quilombola de Jambuaçu – BAMBAE Nº 01 de 23 de março de 2020 que baseado na constatação que o Coronavírus “já chegou no Pará e com vítimas confirmadas pela SESP/PA”, no Decreto Nº 609 de 16 de março de 2020 e o decreto do governo municipal de Moju Nº 025/ de 18/3/2020 no qual foram estabelecidas medidas de prevenção em relação à pandemia.

final de maio acumularam-se queixas de vizinhos. Por medida do MPE foi “mandado desobstruir”.

Dificuldades e obstáculos não tem sido poucos, mas as capacidades ajudaram a superar entraves. As ações de produção de panfletos, confecção de máscaras, entrega de cestas básicas, comunicação com as autoridades, com agentes em Salvaterra (Lotérica) importantes nos serviços. Houve a produção de um panfleto (anexo), embora refletissem que as pessoas não os leem. Contaram ter feito seis faixas.



Figura 01: Portão da comunidade de Bacabal. Na primeira foto estão higienizando com água e cloro.



Figura 02: Máscaras fabricadas em Bairro Alto. **Figura 03:** Barreira da comunidade Boa Vista.



Figura 04: Barreira da comunidade de Boa Vista. **Figura 05:** Barreira na comunidade de Pau Furado.



Figura 06: Barreira na comunidade Boa Vista e grupo de vigilância.



Figura 07: Barreira na comunidade Paixão

Internamente conseguiram convocar as costureiras para confeccionar as máscaras⁴³⁰. A maioria das comunidades contava com mulheres com esse conhecimento. Uma mensagem cita a compra de tecidos, de elásticos, e de outro lado houve doação de 250 máscaras pelo SINTEPP. Também, comentam o propósito de comprar sementes para iniciar o trabalho sustentável. A preocupação com a “produção familiar urgente (famílias sustentáveis). Os comentários suscitados por essa observação revelam avaliação e projetos futuros, em uma situação de pandemia sem data para acabar.

Eu vejo esse momento de pandemia como uma oportunidade para nossas comunidades se tornarem mais independentes da produção externa. Muitas coisas que compramos de fora poderiam ser produzidas aqui, se os quilombos se unirem e cada um produzir um pouco a gente nunca mais vai precisar passar por uma ameaça da falta de alimentos. Esse é um momento para as tradições como o máximo de produção de seu alimento em casa.

No breve debate aponta-se a criação de galinhas alimentadas com milho cultivado nos quilombos. O território associado à autonomia produtiva, autossuficiência alimentar, condição básica de reprodução material e social encontra força no tempo difícil da pandemia como recuperando a história passada de sua própria organização econômica⁴³¹ e as lutas atuais por recursos cercados pelas fazendas (igarapés, açazais, bacurizais).

430. As falas sobre a confecção das máscaras – fato aparentemente simples, distancia-se em conteúdo do Decreto N° 11/2020 de 20 de abril de 2020 da Prefeitura Municipal de Salvaterra, que: “Torna obrigatório o uso de máscaras de proteção facial pela população do município de Salvaterra”. O faz com anterioridade e A Prefeitura estabelece a multa de R\$ 50,00 para pessoa física.... O Grupo Combate COVID 19 prioriza, com anterioridade, a fabricação de “máscaras artesanais” para seu uso e tenta convencer cada quilombola sobre a necessidade de prevenção individual e coletiva.

431. Nos relatórios históricos antropológicos citados as narrativas frequentes eram de trocas entre comunidades, exemplo peixe por farinha e os frequentes deslocamentos para vender ou trocar farinha por carne, queijos com os moradores de fazendas. A diversidade de espécies encontradas e roças e hortas também se destaca nesses estudos, que descrevem a redução dessa capacidade produtiva.

As demandas que surgem com objetivo de preservar os corpos, tem dimensões que escapam ao governo das condutas realizadas pelas instituições e é nesse sentido que as competências do Grupo Combate COVID-19 fez a diferença, pois possui relativo controle e conhecimento das ações e pode propor as ações que estão minuciadas nas mensagens que analisamos. Ressalta-se o direcionamento claro e consensual. Os quilombolas têm necessidade de ir à cidade para receber pagamentos de pensão, de Seguro Defeso, de Bolsas e, por último, aqueles que receberam a Auxílio Emergencial de R\$ 600,00. Uma mensagem toca a alarme das filas na rua da Lotérica. O efeito aglomeração é reconhecidamente perigoso, de tal forma que houve a ameaça de fechamento. Para encarar essa dificuldade, o Grupo Combate COVID-19 estabeleceu contato com a “dona da lotérica” e propôs a distribuição de senha de atendimento, em um total de cem. Nas comunidades foram elaboradas listas das pessoas, em pouco tempo, que receberiam as senhas. A par dessa proposta, o Grupo examinava outra estratégia de atendimento dos caixas e procedimentos que diminuiriam o número excessivo de pessoas nas “filas gigantes”. Essas listas foram recomendadas para a Bolsa Família. Observa-se que a organização eficiente está não apenas no prestador de serviço, mais do usuário e da solidariedade que é solicitada a cada momento.

A Prefeitura Municipal movida pelo princípio de organização dos serviços com redução das aglomerações emitiu o Decreto N° 20/2020 de 26/05/2020, determinando horários de funcionamento do comércio. Durante os dias de semana funcionaria de 08:00h às 13:00h de segunda-feira à sábado. Logo, o Grupo Combate COVID-19 elabora argumentos sobre as dificuldades dessa nova norma, que não se baseava em alternância de públicos: da cidade e das comunidades. As comunidades quilombolas, agricultores, pescadores têm como prática ir à cidade a fazer compras nas primeiras horas da manhã. Com essa proposta de fechamento estaria sendo provocado ao máximo as aglomerações. Haveria a concentração de todos os públicos.

Os dados da epidemia que chegam na Secretaria Municipal de Saúde são irrisórios e reduzidos a números, seriais, estatísticas, quando os processos de percepção da doença e das situações familiares e individuais são mais complexos. A reação de medo, insegurança nas relações com os testados contaminados termina não sendo compreendida pelas instituições que tem limitações para enfrentar as diversas situações, o que os quilombolas têm abertura para equacionar. Duas mensagens aferem essas questões.

Escuta mano, esse pessoal, nesse caso, a vigilância, a Secretaria de Saúde, ela vai fazer esse monitoramento dessas pessoas que estão vindo pra morar? Ou tão vindo pra passar um tempo? É bem complicado né? Porque a secretaria, ela não tem essa demanda de pessoal pra fazer esse monitoramento. É arriscado, nós sabemos que Barcarena foi o primeiro município que teve óbito. Mas, infelizmente o nosso município não tá preparado.

Boa noite.

Se trata de um filho e um pai, o pai de 60 anos, o filho tem 27 anos, a filha do senhor já mora na comunidade e eles vieram pra morar com eles, entendeu? Só que, pra eles entrarem pra morarem, precisariam primeiro do consentimento da comunidade. Só que como a prefeitura não tem um local de acolhimento em que eles fiquem hospedados até que se fizesse o retorno deles, eles não tem pra onde voltar, até porque não tem viagens, em diálogo com a Secretaria, também foi uma coisa que eles acabaram de me explicar, porque se tivesse eles colocariam eles de volta pra cidade de origem, a Secretaria acha mais viável levar eles até a casa, eles vão assinar um termo, um Termo de Responsabilidade, se eu não me engano, onde eles não poderão nem colocar a cara na janela por 15 dias. Após os 15 dias, se não apresentar nenhum sintoma, é que eles estarão liberados. Mas a secretaria já está indo pra lá, a vigilância já está indo pra lá pra fazer o acompanhamento deles.

As comunidades tradicionais encararam, de forma muito inesperada, mudanças de familiares e amigos muito temerosos da contaminação em bairros da cidade e falta de alimentos e tomaram o rumo desses povoados, vistos como refúgios. Na mensagem é abordada essa situação para a qual a Prefeitura não teve meios de controle. Os cadastros, controle e monitoramento por secretarias municipais contribuiria a reduzir efeitos negativos desses fluxos. O Grupo Combate COVID-19 manifesta preocupação com os dados levantados e a falta de detalhamento. Essa preocupação está identificada nos Boletins da MALUNGU que diferencia os dados para os quilombolas, identificando a taxa de letalidade.

Nesse cotidiano confere-se que as ações dos envolvidos no Grupo Combate COVID-19 representa sobrecarga de assuntos burocráticos. A decisão de manter um responsável na cidade fez com que essa pessoa tivesse que responder diversas solicitações e uma agenda carregada com as notificações para responder com prazo de 24h, pedidos, ligações telefônicas. Ainda cuidar da comunicação sobre a pandemia e passar informações e opiniões consistentes, o que foi feito em programas de rádio, como está marcado na agenda do Grupo.

Como foi alterada a rotina diária no quilombo? José Luís Souza responde que as viagens para a cidade que eram frequentes ficaram restritas. No dia-a-dia dos trabalhos para atender as necessidades alguns retomaram a fabricação de carvão, tapagem de igarapé e cuidados com a mandioca. Observa que as crianças continuam com suas brincadeiras. As pessoas circulam pelos quintais. “Porem as famílias passaram a trabalhar mais o coletivo na comunidade bem como a dar mais atenção aos idosos”.

Contrário à divulgação de números e valores repassados pelo Auxílio Emergencial, os quilombolas de Salvaterra parecem ter tido poucos entre os escolhidos. O Grupo Combate COVID-19 informa: “Fizemos um levantamento de famílias quilombolas residentes nesses quilombos e totalizou 1.456 então temos uma base de mais de 5 mil quilombolas para receberam esse auxílio”.

Os dados dos que receberam o Auxílio são colocados no balanço do Grupo Combate COVID-19 e de José Luís Souza que afirmou:

Ainda não recebemos nem uma ajuda do governo do Estado a não ser uma recomendação da Procuradoria Geral do Ministério Público para que os mesmos nos apoiassem de acordo com nossas necessidades. Porém acreditamos que seria viável um pouco mais de atenção.

Linguagem e espiritualidade face aos imponderáveis da pandemia

Mas vamos manter a calma, tudo logo vai passar

As comemorações silenciosas, a ritualidade das orações atravessa as mensagens do Grupo COVID-19, que desejam um Bom Dia! Boa Noite! Felicitam pelo Dia das Mães e dão notícias lamentáveis de falecimentos na comunidade e na cidade. Esses eventos que marcam a afetividade dizem respeito a um “mundo da vida” diferente. Expressam-se reconhecimentos e por meio da fé o otimismo de proteções divinas. No dia da “Gloriosa Santa Rita de Cássia”, Santa das Causas Impossíveis, 22 de maio, a súplica é dita: “Que Santa Rita nos proteja todos”. Anunciavam Orações: “Estamos fazendo oração das Mil Aves Marias para cura do Coronavírus no mundo”.⁴³² E todos os bens da Salvação são compartilhados pelas correntes de oração que enunciam pedidos: “A todos os Santos e as divindades nos protejam”. Essa proteção divina e a ação de autopreservação da comunidade expressa-se cotidianamente ao lado de ações para resolver questões e encontrar alternativas de solução, pois se o atendimento, “*Sempre precário hoje mudou para pior onde os próprios quilombolas passaram a se ajudarem com o pouco que cada um tem e os usos de remédios caseiros feitos nos próprios quilombos*”, escreveu José Luís Souza

432. Na noite do dia 22/05 foi confirmado o primeiro caso de COVID 19 no território quilombola de Salvaterra.

Nessas mensagens compartilham-se conhecimentos de cura, recomendações pois faz parte da fala sobre cuidados dos corpos:

Eu tô tomando o **chá do jambu com limão e alho**, mas é ruim que só. É o jeito tomar né? Até que limão tem bem aqui, mas, ainda tem **capim marinho** pra fazer chá. Ultimamente só é chá que tá entrando aqui, chá e **suco de limão** já que não se encontra nas farmácias vitamina c. Amanhã eu vou sair novamente prá ver se eu encontro porque já andei e não encontrei.

Companheiros e companheiras.

Tem que ser na base da vitamina natural, porque vitamina C de farmácia, não tem amor, tem que ser goiaba, eu tô fazendo goiaba com limão, **suco da goiaba com o limão, suco do limão com acerola**. Enfim, assim que tem que ser, tem que fazer o processo de imunização, é dessa forma que a gente vai nos protegendo. Garantindo a proteção com o que temos e a proteção de Deus.

Eu não sei se me estou recordando, mas eu vi parece alguma vez, uma professora minha falando que a **folha da amora**, ela substitui algumas vitaminas, não sei se alguém pode me confirmar se procede.

Nessa mensagem está sendo exposta a carência das farmácias do município, onde não se encontrou mais uma “caixa de vitamina C”. As mensagens acolhem preocupações e posicionamentos atualizados sobre a situação pandêmica. Dessa forma, vários comentários e opiniões são conectados com a decisão sobre a realização do ENEM, em 2020. Fatos ocorridos nas comunidades tinham referências nas mensagens e vários problemas relativos as instituições canalizavam-se para o Grupo Combate COVID 19, que rapidamente propunha soluções.

FINALIZA, NÃO?

“Vida que segue, luta continua” é uma das breves mensagens de WhatsApp. Todas elas marcam a aceleração do movimento, a agitação, as tensões e os atritos que ocorrem. A propósito, comentou na entrevista José Luís Souza:

Com os fechamentos muitos quilombolas fomos criticados e até ameaçados porem acreditamos que os territórios passaram a ter mais autonomia em suas decisões e não serão atingidos pelo COVID se continuarmos, caso contrário seria uma tragédia muito grande se tivermos um caso de COVID em um quilombo pois o povo tem hábitos de fazer visitas e desacreditar no que muitos médicos falam.

Ocorrência 1. Senhoras quilombolas agredidas verbalmente por quilombolas. Elas defendiam a permanência da barreira. Os quilombolas fizeram denúncia na polícia dos agressores.

Ocorrência 2. No dia 24 de maio de 2020, o fazendeiro Reginaldo Engelhard e sua esposa. O casal foi impedido de passar na barreira da comunidade de Boa Vista, no domingo 24 de maio de 2020. O fazendeiro ameaçou com ir à Justiça. As palavras não foram gentis para se dirigir aos quilombolas. O fazendeiro cumpriu sua ameaça. Chega José Luís Souza em Salvaterra e recebeu da Promotoria um documento. Entre outros pontos, o fazendeiro afirma desconhecer “conflitos entre produtores rurais e comunidades tradicionais, pois vivem em parceria”. O comentário de José Luís Souza sobre o depoimento que prestou na Promotoria:

Eu descrevi no documento de resposta sobre os portões dele, que ficam fechados de seis da tarde e só abre seis da manhã. Eu descrevi também sobre os casos de conflitos quilombolas, como por exemplo, as pessoas de Rosário, de Deus Ajude, que quando vão pescar lá pro lago, pro rio lá de perto da fazenda dele, que ele

já mandou a polícia ir buscar as pessoas presas, já trouxeram redes de pessoas presas, a canoa. Aí eu pergunto no documento: isso podemos chamar de que? Será o que é conflito prá ele.”

A luta continua. Pressão para retirar a barreira em Boa Vista. Denúncias de alguns quilombolas por essa decisão. O Ministério Público do Estado emite um mandado “desobstruir as vias”. Em Siricari o primeiro caso de quilombola contaminado por COVID-19. O Grupo Combate COVID-19 persiste em proteger os quilombolas de Salvaterra para evitar os expor à morte. O campo de forças se estabeleceu progressivamente, e, temos no comentário de José Luis Souza uma pista:

As relações com os poderes públicos no início estavam bem complicadas devido não nos ouvirem, porem após os fechamentos nas comunidades o que diminuiu bastante o trabalho do pessoal da Secretaria de Saúde e da Polícia com relação as pessoas não se aglomerarem e também há outras coisas, logo que ingressamos com pedidos via Ministério Público muitas coisas mudaram; hoje já temos uma polícia que começou aos poucos nos tratar com mais respeito assim como MP e os demais órgãos municipais.

Temporalmente, os quilombolas de Salvaterra neutralizaram e reduziram a capacidade de interferência e de imposição de práticas autoritárias; minimizaram as relações de força e de disciplinamento, enquanto eles estabeleciam disciplinas. Visível que eles não necessitaram ser governados, dirigidos e controlados. Também conseguiram evitar a burocratização dos Decretos. A pandemia de COVID-19 foi o auto isolamento social, comunitário, na prática dos quilombolas. O que ocorrerá com o afrouxamento das medidas de isolamento social, por Decreto?

Nas mensagens do Grupo Combate COVID-19 circulou o convite para terça-feira dia 26 de maio de 2020 quando estava convocado um Twitaco, organizado pela Malungu com três slogans:

“Vida dos Quilombolas importa”;

“Saúde para os Quilombolas”;

“Governo genocida”.


GRUPO DE PREVENÇÃO CONTRA NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SALVATERRA/PARÁ.

- OBJETIVO DO GRUPO**

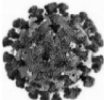
O objetivo geral é a conscientização da população sobre o Coronavírus COVID-19 nas comunidades quilombolas e envolvendo medidas de prevenção. O grupo é formado pela Malungu, Abayomi, lideranças das comunidades e outros envolvidos e tem apoio da Universidade do Estado do Pará, Prefeitura de Salvaterra, Polícia e corpo de bombeiros e demais autoridades envolvidas na prevenção.

O que é o coronavírus ?

Coronavírus segundo o SUS (2020) é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. Segundo a Revista super interessante (2020), 20% dos casos de Covid-19 evoluem para um quadro mais severo, em que o vírus desce para os pulmões.



USO OBRIGATORIO



COVID-19
- ALGUMAS RECOMENDAÇÕES**

LUTA E PREVENÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS

Quais os sintomas do Coronavírus ?


 - FEBRE
 - DOR DE CABEÇA E NO CORPO
 - TOSSIS SECA
 - DIFICULDADE EM RESPIRAR, FALTA DE AR

Como se prevenir ?

 - Lave bem as mãos com água e sabão.
 - Fique em casa. Use máscara se precisar sair.

DO VÍRUS ? Entre em contato: Arildo da Malungu. (91) 99117-2789

Enfermeira Veridiana Nascimento (Sacaca/Utopia) (91) 95126-9727



ALERTA CORONAVÍRUS

PREVENÇÃO

 - Evitar locais fechados e com muita gente.
 - Evitar contato próximo com pessoas doentes.
 - Evitar tocar nos olhos, nariz e boca.
 - Evitar compartilhar objetos pessoais.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.

PREVENÇÃO

 - Evitar locais fechados e com muita gente.
 - Evitar contato próximo com pessoas doentes.
 - Evitar tocar nos olhos, nariz e boca.
 - Evitar compartilhar objetos pessoais.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.


PREVENÇÃO

 - Evitar locais fechados e com muita gente.
 - Evitar contato próximo com pessoas doentes.
 - Evitar tocar nos olhos, nariz e boca.
 - Evitar compartilhar objetos pessoais.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.
 - Evitar viajar para áreas com muitos casos.
- ROTEIRO DE ATIVIDADES**

As comunidades atendidas seguirão a seguinte ordem a partir das 08 horas da manhã:

Caldeirão, Bairro Alto, Pau Furado, Bacabal, Santa Luzia, S B da Ponta, Boa Vista, Siricari, Deus Ajude, Providencia, Paixão, Rosário, Vila União.

Será feito o trabalho de prevenção contra o Covid 19 com áudios em carros som, os líderes das comunidades quilombolas estarão falando sobre a importância de **ficar em casa** de acordo com o protocolo criado pela regional Marajó, assim como de se prevenir e fazer as medidas cabíveis após a chegada dos locais que tenham casos de Covid 19 confirmados.



Referências:

<https://www.malungu.org.br/pt-br/atividade-prevencao-covid-19>

<https://g1.globo.com/brasil/brasil-geral/noticia/2020/03/26/coronavirus-covid-19-10-dicas-para-prevencao.ghtml>

REPÚBLICA QUILOMBOLA DE SALVATERRA SEMUSA SEMED



COVID-19

O **coronavírus** é nosso inimigo **comum** e lutamos para que **fique bem longe daqui. Mesmo sem sintomas, algumas pessoas podem estar contaminadas e passar para outras. Por isso, visitante, não entre na comunidade.**

SACACA UFOPA





Coordenação do Grupo de Combate ao Covid-19 nas comunidades quilombolas de Salvaterra.

Calendário de reuniões quilombolas de apresentação do Protocolo local das comunidades quilombolas de Salvaterra.

Dispõem sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito as Comunidades Quilombolas Locais do Município de Salvaterra na ilha do Marajó, a Pandemia da nova corona vírus COVID-19 e dá outras providências.

A articulação da mesma é de inteira responsabilidade das lideranças quilombolas onde convidara somente um membro de cada família para a referida reunião emergencial. Gostaríamos muito que não tivesse na reunião pessoas idosas para que não sejam colocadas em riscos, solicitamos também que as reuniões sejam realizadas em locais arejados e amplo para mantermos o distanciamento social e só poderão participar das reuniões as pessoas que estiverem com seus EPiS.

No mais obrigado e aguardaremos o retorno das lideranças para eventuais confirmações.

25/05/2020

PROVIDENCIA AS 13H30

DEUS ME AJUDE AS 15H00

27/05/2020

BOA VISTA AS 15H00
MANGUEIRAS AS 18H00

28/05/2020

AÇÃO DE SAÚDE EM MANGUEIRAS

SIRICARI AS 15H00
BACABAL AS 18H00

29/05/2020

BARRO ALTO AS 08H30
PAU FURADO AS 10H00
SANTA LUZIA, AS 13H30
PONTA AS 15H00
CALDEIRÃO AS 18H00

30/05/2020

PAIXÃO AS 08H30
ROSARIO AS 10H00
VILA UNIÃO AS 15H00

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Território quilombola de Salvaterra**: Bacabal, Santa Luzia, Benedito da Ponta, Campo Alegre, Vila Nova e os conflitos com a fazenda São Macário, Salvaterra. Pará. Belém, Pará, UNAMAZ, 2007. 104 páginas.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Terras de herança de Bairro Alto**. Entre a fazenda da Embrapa e a fazenda do Americano. Pará. Belém, Pará, UNAMAZ, 2005. 88 páginas.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Uso e condições de acesso e controle de recursos hídricos em comunidades quilombolas do município de Salvaterra (Ilha de Marajó), Pará. In: **Seminário Internacional Águas da Pan-Amazônia**: institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores políticos e estratégias. Belém, de 2 a 4 de março de 2005. Anais... Belém

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio. Uso comum e conflito. **Cadernos NAEA**, N° 10. Belém: NAEA/UFGA, 1989.

CONCEIÇÃO, Aurino José da. **Uso da água na Comunidade Quilombola de Bairro Alto**: projeto de educação sobre necessidade de sustentabilidade dos recursos hídricos. Faculdade de Etnodiversidade. Campus de Altamira. 2014

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do PPGA/EBA/UFRJ**. N° 32. Dezembro, 2016. P. 123-151.

MALUNGU. **Protocolo da Regional do Marajó N° 01/2020** de 17 de abril de 2020.

RIBEIRO, Karla Tereza Silva. Água e condições de vida na zona rural de Salvaterra, Marajó-Pará. In: Maria do Socorro Simões. (Org.). **Campus Flutuante**: rumo ao Marajó (ISBN: 978-85-88998-17-9). 1ed. Belém: UFPA/NUMA, 2007, p. 111-124.

MPE. Procuradoria Pública Salvaterra. **Ação Civil Coletiva N° 0800097-23.2020.8.14.0091** da Vara Única de Salvaterra. 19 de maio de 2020. Disponível em:

file:///C:/Users/rosita/Documents/PANDEMIA%20E%20

TERRITORIO/ACP%20-%20Lixao%20Salvaterra%20e%20Joanes.pdf
Acesso em 31/05/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA. **Decreto N° 20/2020** de 26/05/2020. Determina horário especial para o funcionamento do comércio em geral em âmbito do município de Salvaterra e da outras Providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA. **Decreto N° 07/2020, de 25 de março de 2020.**

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos FASCÍCULO 7 **Quilombolas da Ilha de Marajó** Belém, janeiro de 2006.s

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia.** México: Era, 2000.

TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CALHA DO RIO TOCANTINS: AS BARREIRAS DE PROTEÇÃO NA PANDEMIA

Jurandir Santos de Novaes⁴³³
Rosa Elizabeth Acevedo Marin⁴³⁴
José Omir Siqueira⁴³⁵
Maria Delma Portilho Brito⁴³⁶
Thiago Alan Guedes Sabino⁴³⁷
Lucas Antônio Macedo⁴³⁸

Introdução

Situa-se o segundo semestre de 2019, durante trabalho de pesquisa no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)⁴³⁹, no quilombo Calados, município de Baião. As preocupações tinham como eixo a nova intervenção anunciada da construção da hidrovía Tocantins-Araguaia e os efeitos sociais e ambientais acumulados com a UHE Tucuruí. Havia nas narrativas dos quilombolas de Calados uma resistência ao estado de lassitude que percebem na saúde das lideranças dos anos 80 e 90 que são vítimas de doenças “crônicas”, “degenerativas”, não sem provocar nos que abordaram esses temas, uma insatisfação pela patologização de suas idades e vidas,

433. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Ciências Econômicas - FACECON e no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão-(UEMA); Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

434. Professora Titular da UFPA/PPGDSTU/NAEA/PPGA e colaboradora no PPGCSPA/UEMA. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no IHEAL, França.

435. Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo das Comunidades de Calados e Caranãzal. Baião – PA.

436. Graduanda do Curso de Etnodesenvolvimento. Faculdade de Etnodiversidade. Campus de Altamira-Universidade Federal do Pará. Liderança do Quilombo São José de Icatu. Baião/Mocajuba. Pará

437. THIAGO ALAN GUEDES SABINO. Geógrafo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, na Faculdade de Geografia.

438. Graduando do Curso de Direito da Faculdade Ideal - FACI

439. Projeto de Pesquisa: Estratégias de Desenvolvimento Mineração e Desigualdade: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado, apoiado pela CLUA no âmbito do PNCSA.

como veremos mais adiante. Problematizam a falta de saúde e sublinham as profundas transformações do rio Tocantins que anunciaram e continuam provocando doenças. Contrariam essas suas leituras dos seus corpos e do meio à medicina e sua visão dicotômica de “normal” e “patológico”? (CANGUILHEM, 2009).

Nos diversos comentários cismaram sobre as questões de saúde. A falta de alimentos por ter escasseado, cada vez mais, o peixe do rio Tocantins é indicado sem enunciar uma situação social de penúria ou fome. Também referiam que as terras estavam tomadas pelo plantio de pimenta de reino, mais recente algumas áreas de dendê. Experiências agrícolas de diversificação que favoreciam autossuficiência e diversidade alimentícia ficaram de fora diante o avanço de cultivos comerciais de valor elevado, embora instável.

A saúde é questão central para essas famílias que possuem estratégias e ações para se cuidar, com graus de autonomia por motivos diversos: falta de uma infraestrutura médica, condições sanitárias, custos de serviços, mas também os distanciamentos dos poucos serviços e dos seus prestadores na cidade, que podem ter menos identidade com esse mundo cultural e produz na medicação alopática a única possibilidade. As curadoras, as parteiras, as benzedeadas, os que cuidam de ossos possuem saberes que mobilizam apoio material e afetivo em situações de doença e dos perigos à vida saudável.

A alimentação e água são indispensáveis para corpos sadios e as narrativas situam o oposto de doenças, entranhadas com o meio, com o ambiente antes não identificadas com tanta frequência⁴⁴⁰. Quais são as palavras para narrar as doenças, a percepção da saúde, que reflete no corpo e rompe a fronteira do indivíduo e da política setorial, e ao mesmo tempo está no centro? E como isso é possível?

440. Canguilhem realiza a crítica do “normal” e o “patológico” na Medicina. Nesta referência elabora uma sentença perspicaz para pensar a relação natural entre saúde e meio: “A saúde é uma margem de tolerância às infidelidades do meio” e a partir do qual explica a necessidade do normal na consciência humana. Ainda, expõe: “O homem só se sente em boa saúde — que é, precisamente, a saúde — quando se sente mais do que normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas, também, normativo, capaz de seguir novas normas de vida” (CANGUILHEM, 2009, p.78-79).

As doenças mencionadas, sejam as experimentadas ou potenciais são reportadas aos efeitos dos projetos de infraestrutura na região, à insegurança, à morte da floresta por desfolhantes químicos e por afogamento. E sobretudo, pela imprevisibilidade do que ocorreria com as suas vidas ao ser implantada a UHE-Tucuruí. Há uma memória de ameaças que se anunciavam ao alterar um modo de vida, a relação com os recursos naturais que, com segurança, tinham controle e uso:

Na época, também, o homem falava: vai ter muito câncer, vai ter esquistossomose, vai ter barriga da água, cirrose. Aí, o câncer, quem diria que essa quantidade de câncer. Só aqui, nós temos três gente. Se nós falar, quem já sofreu de câncer aqui? Eu digo, a minha mulher, o Brito, entendeu? Por quê? Por causa dos grandes problemas, dos grandes impactos, da grande poluição. Pra nós discutir aqui que eles estão matando o mato com agente de laranja e nós sem nem saber o que era e eu não sei nem o que é hoje, um grande veneno. Enterraram grande parte (da floresta) porque não tiraram do lago e hoje já amoleceu e desceu e nós bebemos. A gente fazia campanha pra mulherada não lavar a roupa no rio quando vinha a borra grande na água, mas, infelizmente, nós não tinha água em terra. As nossas esposas, as nossas meninas iam pra lá lavar sentadas na água, naquela poluição imunda. (Sebastião Guimarães de Souza, Mesa de Debate em Calados, Oficina de Cartografia Social)

E a Prelazia de Cameté que é a nossa prelazia, ela dava essas informações pra nós, as consequências que nós ia ter referente a essa bendita barragem e está aqui. Deu diarreia, catapora, que estou com uma neta lá com catapora lá em casa. E, que agora, está na moda o câncer né, bem na moda. E o que a gente vê essa palavra de câncer. Esses dois falaram que eles estão e eu estou com uma irmã que está agora lá em Belém, está de câncer. Cega e de câncer. (Sr. Raimundo Dias Campelo, quilombola de Cardoso)

Esse aqui nos dá mais uma visão de como nós vive hoje. Nós mudamos nosso hábito de viver porque, por causa de muitos impactos que aconteceu aqui. Por exemplo, vocês desenharam o rio lá e vocês desenharam ele azulzinho, não foi? O rio Tocantins hoje, ele é barrento, não é mais azul, Vocês sabem disso? Antes a gente tomava banho nesse rio Tocantins sem sujo, sem medo de pegar nenhuma doença, a água era limpinha, vocês não conheceram. A gente olhava de cima do trapiche, você enxergava lá no fundo do rio. Hoje, se você mergulhar, você não enxerga mais o outro rio. O que aconteceu? O rio secou. Vocês não viram o rio fundo, mas era muito fundo aqui, passava navio. Hoje, só passa rabeta e o rio secou. Apareceram muitas praias, aí, as ilhas, caíram à metade. Vocês não sabem, mas a nossa criação de boi era nas ilhas. A gente criava na ilha o boi, o porco. Tirava a borracha. Um bocado de coisa que a gente fazia, a gente não faz mais. A gente culpa a construção da barragem. Hoje, com o fechamento da barragem que aconteceu. São impactos causados pela barragem. O modo de vida nosso, ribeirinho, mudou, muitos migraram pra roça. A gente chama de roça, de centro, de colônia. (Rubens Leite Medeiros, quilombola de Caranânzal)

No rio, o que eu observo é essa história que todo o tempo a gente vem conversando né, que é barragem, que já se acabou com muitas qualidades de peixe que tinha antigamente (Getúlio Dias da S. Medeiros, quilombola de Calados)

Aqueles que permaneceram, pela força e garra estabeleceram uma relação de luta pela continuidade dos seus modos de vida, mais experimentam outra forma de ser jogados no “liquidificador chamado humanidade” na alusão de Ailton Krenak (2019, p. 9). Ficaram nos seus lugares para assistir impávidos a morte por asfixia dos peixes no rio⁴⁴¹, todos espantados quando muda a elevação da cota do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, do rio perder suas águas e formar-se grandes ilhas, a erosão das margens e os alimentos tornarem-se escassos, somente obtidos com muitas horas de trabalho.

441. Entre as narrativas de pescadores descrevem a morte dos peixes, a destruição dos bancos de desova.

Dessa forma, escrever sobre os significados atribuídos ao tempo da pandemia, não se reduz às normas, aos modelos de prevenção que se inscrevem na tecnologia hegemônica. Os atos de cuidar os corpos é um relato fractal do histórico de perdas, do silêncio imposto face aos danos vivenciados é evocado a cada contato, a cada possibilidade de manifestação e de articular os discursos de vidas em comunidade, que ativam solidariedades e, ao mesmo tempo, vivem as tensões do mundo perturbado sob o efeito de contaminação, óbitos e medos. Buscou-se conhecer: quais os significados da pandemia para os quilombolas de Calados, Cardoso, Vila Dutra, Caranânzal, mas também com os quilombolas de Umarizal, São José de Icatu?

Redes de comunicação entre comunidades e pesquisadores

O trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2019 está sendo utilizado como contraponto ao trabalho de pesquisa feito nos moldes de uma comunicação telefônica, isto é, várias ligações ao vivo, mensagens, áudios e fotografias, como ocorre nesse tempo de pandemia. A relação de pesquisa face à ultrapassagem da velocidade da contaminação por Covid 19 no Pará, especialmente, em pequenas cidades e povoados entra em um turbilhão de notícias. Os sinais da crise de saúde pública, de sedes municipais com casos verificados, como em Barcarena, Abaetetuba e Tucuruí fizeram acelerar o temor que os povoados sempre têm de doenças de rápida propagação. Esse temor relaciona-se à precariedade da infraestrutura sanitária nas sedes e a total ausência nos povoados e comunidades. Nesse exercício de contraponto inserem-se uma fala e uma fotografia.

Na reunião realizada no quilombo Calados, o senhor Raimundo Dias Cardoso, que mora na vila de Cardoso, distância de 2 quilômetros entre ambos, referia essa precariedade:

Nós temos aqui uma situação que vocês já viram essa situação. Uma situação muito difícil que nós temos prefeito que fica no gabinete, mas, pode vocês pegarem essa estrada aqui mesmo nessa estrada veja essa imundície que nós temos dentro, é buraco por cima de buraco e prefeito não dá a menor confiança. E cadê nós aqui de Calados? Cadê nós de Cardoso? Cadê os meus professores? (Raimundo Dias Campelo, quilombola de Cardoso)

Na vila Cardoso, em outubro passado registramos a fotografia da obra inconclusa de um Posto de Saúde. Foi mencionado que a obra foi paralisada há “três anos pelo menos pela Prefeitura de Baião”. O prédio com mais de 20 metros de frente, teria consultórios e enfermarias. Na conversa com os moradores, eles lamentaram o abandono e explicaram que: “eram coisas de prefeitos que não dão conta dos seus atos, começam obras não terminam, não justificam”.



Figura 01: Construção abandonada de Posto de Saúde em Cardoso, Baião. Foto: Thamirys di Paula Cassiano de Matos, 25 de outubro de 2019).

Nas observações de campo de diversas comunidades quilombolas confere-se a ineficácia de administrações municipais, portanto, Baião não é caso único. Mas poucas comunidades receberam um prédio do Posto de Saúde do apresentado na fotografia. Expõe-se aqui o desleixo para as necessidades de infraestrutura hospitalar e atendimento médico dirigido a esses grupos. Fatos dessa ordem cobram uma crítica mais radical aos governos municipal e estadual que agem na mira de interesses político-eleitoreiros, apontados impacientemente pelos agentes sociais. Na emergência da pandemia de Covid 19 foi frisado pelo senhor José Omir Siqueira Rodrigues sua utilidade:

O Centro de Saúde era pra ser do Cardoso, seria agora nesse momento e em todos os momentos, seria uma obra muito bem-vinda, porque as comunidades próximas não iam ter que ir lá na cidade tomar uma vacina, um medicamento, ele já ficaria aqui perto, ia no Cardoso fazer isso. Então, o que tá faltando dentro dessas comunidades? (José Omir Siqueira Rodrigues, entrevista gravada em 11 de abril de 2020)

Os argumentos reforçam a precariedade e o (des)planejamento dos governos locais que negligenciam realizar análises das realidades locais e das possibilidades de orientar ações, recursos humanos e financeiros:

A dificuldade maior que nós temos na nossa comunidade hoje, é esse impacto, a dificuldade é a estrutura, nós não temos estrutura, temos um posto, mas não tem remédio, não tem nada, então, se Deus livre e guarde acontecer um problema desses, claro que vai ser (...) não tem nem palavras, porque é uma coisa que eu gosto de lidar com essas pessoas (na comunidade), conversar com essas pessoas, e não tenho palavra não, porque a saúde pra nós é muito precária (José Omir Siqueira Rodrigues, entrevista gravada em 11 de abril de 2020)

Uma Comissão: diálogos para organizar a proteção

É possível entender como situações de pandemia, com a imprevisibilidade do evento epidemiológico desconhecido pelas Ciências venha a ser enfrentado em condições ditadas por biopolíticas⁴⁴². Entretanto, o que as “populações” pensam, decidem, organizam, a sabendas, que são alvo de políticas contra sua integridade física e social? Exemplifica-se com o debate sobre a utilização do tratamento de pacientes infectados por coronavírus com o medicamento hidrocloroquina que se tornou uma política do executivo federal (Mandatário, Ministério de Saúde) e empresas enquanto essa mesma instância ataca-se ou balanceia em relação ao isolamento social. Por que os quilombolas escolheram o isolamento social, comunitário e territorial? Algumas percepções encontram-se em mensagens, entrevistas, e documentos mais sofisticados como os Decretos.

No dia 15 de abril o Senhor José Omir Siqueira Rodrigues enviou um áudio à pesquisadora indagando que poderia fazer para “proteger” o território e especialmente, as pessoas de maior idade que tem “diabetes”, “câncer”. As inquietações diziam respeito à capacidade do grupo de pôr em prática ações de prevenção com isolamento da comunidade:

Bom dia, aqui, sabe, é seu amigo. Bom dia mesmo! Como a senhora está? Como é que a senhora está passando? Dona, é o seguinte: - eu estou aqui na comunidade e eu queria uma opinião sua, por que fizemos um trabalho aqui na comunidade, eu queria saber da senhora como é que se faz, porque é o seguinte: - esses dias fizemos um trabalho aqui esses dias na nossa comunidade, fechando a nossa comunidade para as pessoas que vinha de fora. Então veio o poder público com um edital dizendo que essas pessoas de dentro da cidade pode trafegar, pode passear dentro do nosso interior, da nossa comunidade quilombola. Então, eu como presidente, organizei uma reunião grande com a comunidade, e decidimos que não, que essas pessoas não podem ficar indo e voltando dentro da comunidade sem

442. Mbembe destaca o conceito de Foucault: “na biopolítica, governar era dirigir as condutas da população de modo geral” (2016, p. 123).

estar fazendo alguma coisa, por que a senhora sabe, quando chega sexta, sábado e domingo aqui dentro da comunidade, as pessoas vêm para passear e para beber, para se divertir, que eu falo, eles dizem que bebida é divertíssimo. Então, isso aí para nós, nós não estamos querendo que esse pessoal entre dentro da nossa comunidade, e o poder público agora com esse edital dizendo que as pessoas podem trafegar dentro da nossa comunidade quilombola. Então, eu estou pedindo essa ajuda para a senhora, para senhor me dá uma resposta, como eu posso fazer pra mim impedir essas coisas aí, ninguém quer passar por cima da lei, jamais isso aí, mas a gente quer fazer, não é que seja uma lei dentro da comunidade, mas uma coisa que seja mais respeitosa pra gente não passar por cima da lei. Por que assim como fizeram o edital, os vereadores podiam chamar principalmente, não estou dizendo que eu seja muito importante, mas podiam vir me chamar pra mim vir participar minha comunidade, como seria a lei que eles iriam implantar como seria o edital. Então, eu queria que a senhora me ajudasse sobre isso.

Esta mensagem trazia uma inquietação na comunidade e o pedido de orientação de parte de alguns membros da equipe. Como responder? Não ser invasivo, não violentar simbolicamente, a despeito do pedido espontâneo do agente social. De posse do Decreto da BAMBAE⁴⁴³, do território quilombola de Jambuaçu por outra pesquisadora da equipe, referente ao município de Moju/Pará, foi disponibilizada para o Sr. José Omir Siqueira o referido decreto na ideia de que seu uso fosse pertinente. De outro lado, de Calados, no quilombo São José de Icatu perguntava-se como estava a situação de saúde e os cuidados. As informações vinham de discentes que moram em povoados, vilas e comunicaram abertamente notícias e fotos. A disponibilidade para essas ações corresponde a articulações que primam por solidariedade.

443. Coordenação das Associações Quilombolas do Território do Jambuaçu - Moju/PA CNPJ:10.550.876/0001-65 - DECRETO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU - BAMBAE, Nº 01/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Seguidos os contatos com o quilombo de Calados se estabeleceram inicialmente condições de possibilidade para realizar uma entrevista aberta com o Sr. José Omir Siqueira Rodrigues, que contou com apoio de sua filha Camila Miranda Siqueira, estudante de direito na UFPA, no tempo e na forma por estes desejados, concluída entre 11 e 15 de maio. Os pontos indagados foram gravados em áudios e vídeos que foram transcritos pela equipe e quando surgiram dúvidas retomaram-se questões, esclarecimentos e consentimentos. Em 15 de abril de 2004, a Prefeitura de Baião (que conta com 47.446 habitantes⁴⁴⁴), não havia manifestado nenhuma posição de forma discutida com a comunidade.

O desconforto expresso com a posição do poder municipal era patente no momento de difusão na imprensa da existência de uma pandemia no mundo e sobre a qual a comunidade toma contato sob uma avalanche de informações que provocaram insegurança diante do imponderável.

As ideias de “Fechamento”, de “construção de barreiras”, de “restrição das viagens para a cidade, de visitas, de festas e jogos” circularam entre os quilombos, e de forma mais imediata em aqueles com maior proximidade com sedes municipais. Os quilombolas de Jambuaçu fecharam dois pontos da chamada “Rodovia Quilombola” e estabeleceram controle nos ramais internos. Os quilombolas de Salvaterra conseguiram fechar as comunidades e fechar o território.

A decisão de construir barreiras permite evitar o trânsito de pessoas externas à comunidade, e criar regras para deslocamentos de pessoas da comunidade, aparece como a medida mais imediata. No quilombo de Calados procedeu-se à construção de uma *barreira* que foi analisada pelos Sr. José Omir, como resultado de uma passagem necessária pela organização de uma Comissão, com procedimentos de comunicação, convites, reuniões, consentimento, assinatura de concordância e tomada de decisão sobre os passos a seguir:

444. IBGE Cidades, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/baiao/panorama>. Acesso em 15/05/2020.

Um impacto muito grande, porque a gente jamais pensava que um dia a gente ia passar por esse momento, então Esse momento pra nós foi um momento muito triste, hoje nós estamos assustados aqui dentro da nossa comunidade e também o que nós trouxemos aqui pra dentro foi fazer essa barreira e prevenir as pessoas, conversar com elas pra eles entenderem e assim mesmo tá sendo difícil, mas a comunidade tá assustada, a maior parte tá assustada (...) A gente começou por uma comissão, essa comissão, uns entraram outros saíram⁴⁴⁵ e ficou essa comissão, então o apoio hoje da comunidade, como sendo presidente do quilombo, eu fui na casa de todo mundo, de todas as pessoas dentro das suas casas e pedi que eles dessem um respaldo pra gente, pra fazer esse trabalho, então, o respaldo que eu tive, peguei a assinatura deles e trouxe pra dentro da comissão, então, a comunidade através dessa assinatura começou a dar um respaldo melhor pra barreira.



Figura 02: Instalação da *Barreira* em Calados, Baião. Foto: Karolaine Miranda Siqueira, quilombola de Calados, estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental na UFPA, Campus Tucuruí, maio de 2020

445. Sr. José Omir Siqueira informa que se retirou por um período por questões internas à comissão e também relacionadas à sua saúde. Há conversas no sentido do seu retorno. No momento colabora, segundo seu relato, como *comunitário* e nas funções de Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo das Comunidades de Calados e Caranãnzal. Baião – PA.

A percepção de que a transmissão do vírus está relacionada ao contato, aos deslocamentos levou ao posicionamento diante da fragilidade da estrutura de saúde; posição apresentada pelo presidente da associação à comunidade:

Antes de mais nada, as pessoas que vêm vindo desses lugares aí e com o coronavírus chegando na cidade, essas pessoas vem vindo, vai chegando no Pará, agora chegou em Baião, então é isso que eu tenho pra falar, esses tão vindo através das pessoas que vem trazendo (...) nós temos que nos preparar pro pior, a preocupação que eu tenho é sobre isso, é a saúde em Baião, que não oferece nada pra gente, nada mesmo, então a preocupação da minha comunidade é essa, chegar até aqui e não ter pra onde ir pra buscar socorro (...)

A situação de *impacto* diante dos fatos noticiados na imprensa mobilizou para formação de uma comissão e instalação da *barreira* como medida de proteção à vida em um momento que suscita reflexão nos termos de Agamben (2020)⁴⁴⁶, que indaga se não estaria havendo uma concepção apocalíptica de fim do mundo, em que a saúde não é real, a saúde humana é a seu ver uma ficção em meio a um pânico que responsabiliza as pessoas pela sua proteção diante de uma sistema de saúde desestruturado, *desmantelado*. O Estado e as teses da globalização (SANTOS, 2000) se inscreveriam entre elementos de reflexão em que a inserção é desigual.

Comunidades quilombolas vizinhas a Calados também têm adotado medidas de proteção, como Vila Dutra e Vila Cardoso. O quilombo São José de Icatu, localizado entre Baião e Mocajuba, construiu *barreira* e relata as dificuldades para convencer e manter:

446. O filósofo Giorgio Agamben reflete sobre a situação italiana, analisa as medidas tomadas na Itália e apresenta a questão; em que medida a pandemia justifica medidas de restrição de liberdade e assim, ao levar a que as pessoas se recolham em casa, não estaria ocorrendo uma transferência de responsabilidade dos governos à população.

As situações por aqui estão bastante tensas. Meu quilombo está fechado para receber pessoas que não moram no território. Estamos com um portão de isolamento e algumas medidas internas e externas bem rígidas, com funcionamento de segunda a sábado das 05:30 às 20:00, com três turnos. Faço parte da comissão de prevenção e combate ao COVID- 19 do quilombo, e ultimamente estamos recebendo ameaças de agressões físicas de pessoas que não querem obedecer aos regulamentos necessários para o momento.

Estamos nas fronteiras dos dois municípios Baião e Mocajuba, essa semana tememos muito que o vírus chegue ao nosso quilombo. Pois apesar de Baião está em *lockdown*, Mocajuba está com aumento de casos diário descontrolados que já passam de 200 em menos de um mês. Sem contar que estamos no apoio de todas as outras comunidades quilombolas da região.

Fomos os primeiros na região a construir o portão de isolamento, então somos referências para todos os outros. E os desafios são inúmeros. Tem semana que não sei o que é dormir, pois as situações são agravantes e recorrente. Semana retrasada estávamos com uma situação lá com as comunidades da ARQIB⁴⁴⁷ (12 comunidades), em Baião. Madeireiros foram impedidos de passar no portão de uma dessas comunidade e ameaçaram a voltar na semana seguinte. Nossa foi um sufoco, mas graças a Deus eles não retornaram. Já tivemos comunidades que tiveram seus portões derrubados (nos municípios de Baião, Mocajuba e Cametá) com carros e moto serras por moradores que acham que tudo isso é bobagem, que estamos loucos. Enfim, não durmo mais e temo pela minha vida e dos demais companheiros. Ainda mais agora, que as viagens a Belém/Mocajuba estão liberadas, o que tem de pessoas que querem vim embora para os interiores dá até medo. Por um futuro sem dores profundo ao nosso povo, continuaremos na resistência. (Relato de Maria Delma Portilho Brito, 27 de maio de 2020)

447. Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto e Baixinha.



Figura 03: Portão de isolamento do quilombo São José de Icatu, construído pela comunidade.
Foto: Maria Delma Portilho Brito, quilombola de São José do Catu, abril 2020

A possibilidade de identificar essa estratégia das comunidades tradicionais e quilombolas encontra-se no mapeamento e as fotografias que documentam essa prática de política de isolamento comunitário de prevenção.

Relato do discente Lucas Trindade, quilombola da Comunidade Umarizal, discente do Curso de Geografia da UNIFESSPA informa que definiu no início de maio, pela construção de duas barreiras para restrição de acesso de pessoas e de cargas pelo ramal e, também, pelo rio no início de maio. As barreiras são monitoradas pelos moradores da comunidade, sob regime de revezamento de turno, das 6 às 18 h. Foram definidas regras, como: a) Pessoas de fora da comunidade, que moram nas localidades no entorno, estão autorizadas a entrar somente para fazer compras nos mercados duas vezes por semana, sendo permitido o acesso de um membro por família; Quem é morador da comunidade, mas se encontra afastado antes de maio, está proibido de retornar; Ficam proibidas as viagens para as sedes municipais de Tucuruí, Baião e Cametá; Comerciantes e donos de estabelecimentos somente poderão buscar as cargas na barreira principal (Trevo do ramal da Transcametá), tendo que higienizá-las ali mesmo, antes de adentrar na comunidade.

Órgãos de saúde do município de Baião já estiveram por duas vezes na comunidade para verificar se havia algum caso suspeito para Coronavírus. E após notícias de aumento dos casos em Cametá e Tucuruí, municípios polos para onde se deslocam boa parte dos moradores da Vila em busca de serviços, as restrições na Vila de Umarizal ficaram mais rigorosas, como por exemplo, a fiscalização noturna. Em caso de desrespeito das normas tácitas estabelecidas, o foi estabelecida uma multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a comunidade.



Figura 04: Barreira no ramal de acesso à Comunidade Umarizal. Baião. Foto: Geysi Trindade quilombola, moradora da comunidade e discente do Curso de Geografia da UNIFESSPA, 29 de maio de 2020

A velocidade que assume a contaminação pelo COVID 19 é fator que mobilizou a atenção das comunidades tradicionais para a estratégia de construir as barreiras. Sem pretendermos detalhar este processo, o mapa a seguir contribui para elucidar o que está ocorrendo na região.

Em relação a variação de casos, alguns obtiveram variação superior à 7.900% no período de 26 de abril à 24 de maio, em razão de terem saído de zero caso confirmado para 79 casos nesse período, é o caso de Mocajuba. Outros municípios obtiveram um aumento percentual acima dos 100%, é o caso de Abaetetuba, Baião, Breu Branco, Cametá, Igarapé-Miri, Itupiranga e

Novo Repartimento. Todos esses registraram poucos casos no dia 26 de abril. Já Barcarena, Limoeiro do Ajuru e Marabá, mantiveram um crescimento inferior a 100%, e somente Goianésia do Pará, obteve variação menor que 10%.

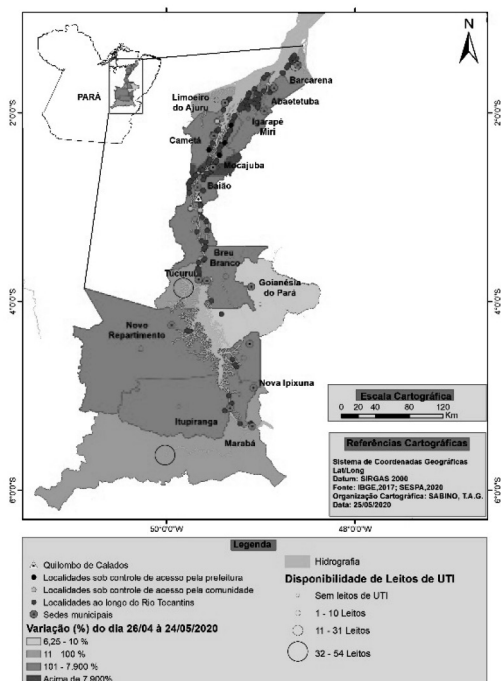


Figura 05: Mapa Variação dos casos da Covid-19 e disponibilidade de leitos de UTI – Calha do Rio Tocantins (até 25 de abril de 2020)

Tomando como referência dos dados o período de 26 de abril à 24 de maio de 2020, alguns municípios obtiveram um grande crescimento, tanto em números absolutos quanto em percentuais. Abaetetuba e Cametá foram os que registraram maior crescimento absoluto. Estes municípios despertam preocupação, em razão de terem inúmeras pessoas vivendo em ilhas e localidades distantes da sede municipal. Logo em seguida, com característica geográfica semelhante, mas ainda não apresentando a quantidade de casos confirmados para a COVID-19, despontam, Igarapé-Miri, Barcarena, Baião e Mocajuba.

No levantamento sistematizado e espacializado, os casos confirmados nos municípios da Calha do Rio Tocantins, verifica-se que muitos municípios já registraram mais de 500 casos da prevalência da COVID-19, são os casos: Abaetetuba (1.491 casos), Cametá (951), Marabá (516) e Barcarena (515). Já os municípios que registram menos de 100 casos, são: Novo Repartimento (14 casos), Nova Ipixuna (23 casos), Goianésia do Pará (25 casos), Breu Branco (26 casos), Itupiranga (52 casos), Jacundá (73 casos) e Baião (79 casos). Em situação com média prevalência de casos na região, destacam-se os municípios: Igarapé-Miri (471 casos), Tucuruí (259 casos), Mocajuba (165 casos) e Limoeiro do Ajuru (147 casos).

Em relação ao número de óbitos registrados como COVID-19, até a data do levantamento, ou seja, 24 de maio de 2020, muitos municípios já contabilizaram, mais de 50 mortes, foram os casos de Marabá (68 casos) e Barcarena (62 casos). Ambos, são os que apresentam os maiores números de óbitos e, por coincidência, são estes que possuem Grandes Projetos instalados nos seus territórios. Já nos demais, haviam falecidos por COVID-19, respectivamente: Abaetetuba (33 casos), Baião (3 casos), Breu Branco (5 casos), Cametá (31 casos), Goianésia do Pará (1 óbito), Igarapé Miri (10 casos), Itupiranga (1 óbito), Jacundá (2 óbitos), Limoeiro do Ajuru (5 óbitos), Mocajuba (5 óbitos), Nova Ipixuna (1 óbito), Novo Repartimento (2 óbitos) e Tucuruí (33 óbitos).

Ainda neste mapa é possível ter ideia da quantidade de localidades dispersas ao longo do rio Tocantins, em que muitas não dispõem de qualquer estrutura da rede de saúde pública para o enfrentamento da virose.

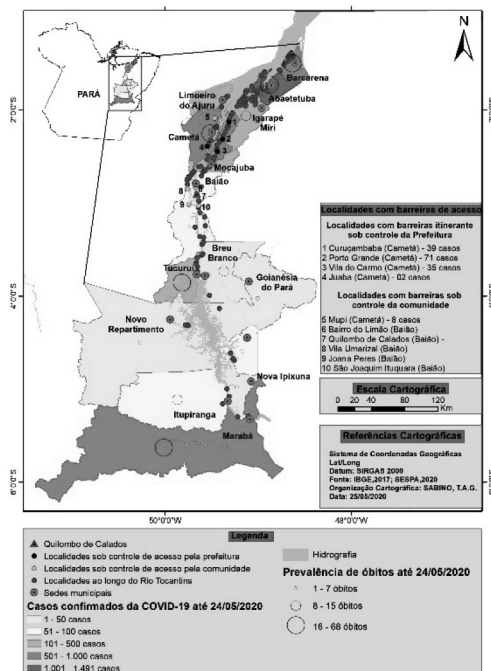


Figura 06: Mapa de casos confirmados de óbitos; prevalência de óbitos

Identificam-se iniciativas conflitantes de prefeituras municipais, que segundo relatos têm adotado procedimentos que se chocam com aquelas definidas pelas comunidades, conforme representação cartográfica apoiada no trabalho de pesquisa junto às comunidades, conforme exposto no início deste trabalho, e em fontes secundárias oficiais. Observa-se uma modalidade *itinerante*. A outras são aquelas definidas internamente às comunidades. O Governo do Pará e algumas prefeituras, decretaram o *lockdown*, que seria um bloqueio total de circulação de pessoas e funcionando de atividades não essenciais. Na região em análise, os municípios que aderiram ao *lockdown*, são: Abaetetuba, Cametá, Baião e Tucuruí. Destas apenas Cametá e Abaetetuba, prorrogaram as restrições até o dia 31 de maio.

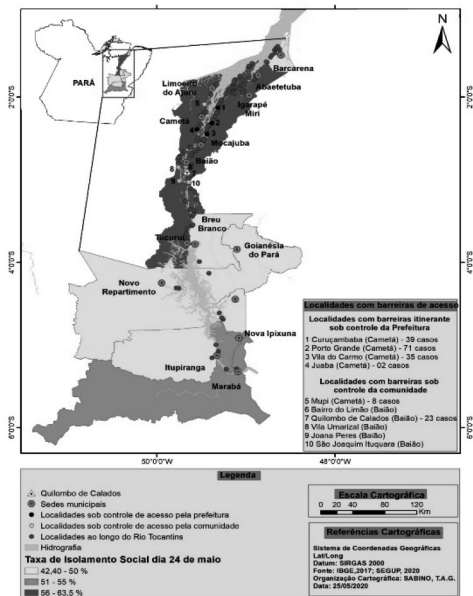


Figura 07: Mapa de barreiras sob controle da prefeitura e barreiras sob controle da comunidade; e taxa de isolamento social (Calha do rio Tocantins)

Decretos municipais: para a comunidade são *leis* externas

A cidade de Baião, sede municipal situa-se muito próxima do quilombo de Calados, possui uma infraestrutura hospitalar pública limitada. Baião integra a denominada 13ª Regional de Saúde, como uma das unidades administrativas da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará. A Regional tem sede na cidade de Cametá⁴⁴⁸, localizada a 105,6 quilômetros de Baião, cerca de duas horas e meia por via rodoviária (PA- 151). Calados, por sua vez, está a 18 quilômetros da cidade de Baião, pela *estrada do centro*, a CCL

448. A 13ª Regional de Saúde engloba os municípios de Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/institucional/centros-regionais-de-saude/>. Acesso em 23 de maio de 2020.

(Calados, Cardoso e Limãozinho); e a 16 quilômetros pela estrada da beira, que margeia o rio. Em setembro de 2019, o diretor geral do hospital relata que conta com a seguinte estrutura:

Hoje, o hospital conta com 57 leitos. É relativamente pequeno para a população que ali mora. Nosso governador, juntamente com nosso secretário de Saúde, fizeram um levantamento, e prospecto aí uma reforma e ampliação que contemple 120 leitos. Nós estamos falando em um aumento de 100% no número de leitos, sendo 30 deles leitos de UTI para adultos e neonatal. Também o governador se comprometeu a dar tratamento em hemodiálise, que na nossa região não tem. A gente vai receber 30 máquinas de hemodiálise”, ressaltou Victor Cassiano, diretor-geral do hospital⁴⁴⁹.

No quadro 01, é possível verificar a oferta de leitos, leitos de UTI e médicos por municípios na região até março de 2020. Dado a realçar, o fato de que Cametá responde em termos administrativo por cinco municípios que compõem a 13ª Regional de Saúde.

Quadro 01 – Disponibilidade de leitos, leitos de UTI e médicos –
Municípios na Calha do rio Tocantins

Municípios	Leitos	Leitos de UTI	Nº de médicos
Abaetetuba	319	18	94
Baião	30	1	13
Barcarena	145	31	161
Breu Branco	44	1	27
Cametá	183	4	44
Goianésia do Pará	24	0	9

449. AGÊNCIA PARÁ, 2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/14957/>, em 12/09/2019. Acesso em 18 de maio de 2020.

Igarapé - Miri	133	0	14
Itupiranga	53	0	12
Limoeiro do Ajuru	20	1	1
Marabá	312	54	246
Mocajuba	27	1	9
Nova Ipixuna	13	0	5
Novo Repartimento	54	2	30
Tucuruí	286	50	74

Fonte: DATASUS (2020)

Apesar dos municípios citados constituir-se de acordo com os governantes e planejadores em “regiões”, “macrorregiões |”, “microrregiões”, “sub-regiões”⁴⁵⁰ essas construções tecnoburocráticas apresentam-se como uma retórica impraticável no tempo da pandemia de Coronavírus. Dessa forma cada município opera como uma entidade fechada e cada prefeito, secretariado concentra-se nos seus Decretos, para publicar nas páginas do site. A posição é totalmente defensiva e excludente. Denota a necessidade de reconhecimento da relação entre pandemia e ciência em que Almeida (2020) destaca o papel da ciência como instrumento que fundamenta políticas de Estado.

O município de Baião publicou seis Decretos⁴⁵¹ e muitos dos seus “Considerandos” e “Artigos” seguem o mesmo padrão de discurso e linguagem jurídica homogênea. No Decreto 037/2020 assinado o dia 24 de março de 2020 está escrito o motivo para fechar as fronteiras municipais:

450 A sub-região do Baixo Tocantins é formada pelos seguintes municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

451 Decreto Nº 34 de 18/3/2020; Decreto Nº 35 de 19/03/2020; Decreto Nº 36 de 24/03/2020; Decreto Nº 37 de 24/03/2020; Decreto Nº 46 de 01/04/2020 e Decreto Nº 56 de 08/04/2020.

CONSIDERANDO que o Município de Baião possa ser destino escolhido por inúmeras famílias que sob, o alarde da Pandemia, evacuam as demais cidades brasileiras; (Prefeitura Municipal de Baião, 2020, p. 01)

A dita ameaça de evacuação de outras cidades brasileiras encerra ideias de supostos perigos, e exagero em relação aos focos próximos como de fato, havia conhecimento em Barcarena. Todavia não cabe imaginar o que passou pela mente do redator do Decreto ou de onde foi extraído esta norma. O que sobressai dessa coleção de Decretos é o nível de generalização das *Medidas de Emergência*, de tal forma que desaparecem as problemáticas a ser enfrentadas com as comunidades quilombolas, os extrativistas das Reservas Extrativistas, os agricultores familiares assentados, moradores das ilhas, os pescadores e os ribeirinhos. Essa falta de aproximação às realidades específicas, produto de não reconhecimento das mesmas, faz dos Decretos e Planos apenas malabarismos de governar os corpos na pandemia. A leitura e o exame dos Decretos do governo Municipal apontam uma linha discursiva de autoridades decidindo praticamente sob suposições e generalizações.

Esse ponto tem outra limitação na incapacidade de criar estruturas abertas com participação dos diferentes grupos e situações, de tal maneira contribuir para elaborar proposições e planos viáveis e coordenados. Nas palavras do entrevistado estão sumariadas suas críticas aos decretos:

Em Baião, a gente tem esse órgão que veio aqui conversar com a gente, é uma comissão de saúde que veio aqui, conversaram com a gente, mas já estávamos com a barreira pronta quando eles vieram, só isso que nós tivemos com eles, foi essa conversa que eles vieram com a gente e deixaram um decreto, esse decreto da cidade é um decreto que não tem muita segurança pra gente que tá na barreira porque as pessoas tem direito de ir e voltar seja da onde for, desde que seja de baião, então, dentro da nossa comunidade tem essas pessoas vulneráveis, os velhos, as crianças,

os jovens, a gente tem medo por essas pessoas que moram dentro da comunidade e essas pessoas que vem de fora trazer essas coisas que nós não queremos que é o vírus, então graças a deus hoje nós tivemos uma reunião e a comunidade tá fechada mesmo, volto a dizer sobre o decreto, o decreto nós não fomos convidados pra participar, pra fazer o nosso decreto, ele veio de dentro da cidade.

Primeiro, o agente da higiene, isso foi falado sim no dia que eles vieram aí, mas depois essa comissão que já estava alertando as pessoas aqui na nossa comunidade sobre higiene, lavar as mãos, máscara, álcool em gel e esse contato físico. A gente conversou bastante com as pessoas, e as pessoas hoje em dia aqui na comunidade já tem bastante conhecimento sobre isso, então, Baião a nossa cidade o que fez foi só isso, só trazer a comissão e baixar um decreto para a gente, só isso que aconteceu.

As Medidas de Emergência sublinham a proteção e prevenção individual necessária para evitar a contaminação individual e a transmissão comunitária. As práticas de prevenção com uso de máscaras, álcool gel de 70^o dependem do fornecimento desses produtos e, via de regra, foram efetivadas nas sedes municipais



Figura 07: Distribuição de máscaras em lugares públicos de Baião (Fonte: Jornal Baião em Foco, 22 de maio de 2020).

A notícia recebida de discentes da UFPA e UNIFESSPA é relativamente positiva em termos de distribuição de máscaras em locais públicos e o fato foi registrado em fotografias. Conforme dito pelo senhor José Omir Siqueira Rodrigues, no quilombo somente receberam o Decreto e algumas orientações, já objeto de programas de televisão e rádio. As vacinações contra Gripe foram confirmadas em Calados. Cardoso e Vila Dutra não foi possível ter confirmação e não houve ação de distribuição de produtos de higiene por parte da Prefeitura Municipal de Baião. A Coordenação Estadual da MALUNGU realizou a distribuição de álcool em gel e cestas básicas.

Dessa forma, no plano imediato de ações que foram demandadas politicamente ao Governo Federal, especificamente o chamado Auxílio Emergencial não atingiu os quilombolas, fato que se registra em diversas conversas. O senhor José Omir Siqueira Rodrigues comentou a falta de informação e dificuldades de acessar mediante internet.

Foi bem, mas faltou mais informação, porque tem muita gente dentro dos quilombos aqui na nossa comunidade que não conseguiu o auxílio, porque não teve um acesso, uma comunicação melhor para poder fazer, então naquele momento que estava tanto querendo fazer, acabou não fazendo as coisas certas e não receberam, aí não tem telefone, internet, não tem nada, então essas pessoas aí perderam o auxílio.

Considerações finais

As contribuições deste texto pontuam-se em termos de uma “situacionalidade da academia”, pois os fatos registrados mal alcançam 45 dias de grande intensidade e apreensão dos agentes sociais; de demandas que não foram e dificilmente serão atendidas de testes, de sistemas de controle e

monitoramento. O que se estabelece hegemonicamente é a visão legalista, com muitos decretos, ao lado da visão tecnocrática com dificuldade de equacionar e ponderar outras possibilidades de encarar a Pandemia, em uma sociedade de desigualdades econômicas e sociais abissais.

A exclusão das comunidades do poder de decisão sobre as formas de lidar com o *impacto* de uma pandemia, nos parece, por um lado, provocar reflexão sobre se o que ocorre no presente não seria a reprodução de um padrão de relação corrente; mas por outro, e não menos óbvio, e como parte deste padrão, o desconhecimento da sua existência política, de suas formas organizativas, presentes nos lugares com as quais se confronta o poder estatal, e de onde emergem a criatividade e práticas comunitárias estranhas a este poder estatal.

Em vistas dos argumentos apresentados, tanto a contenção territorial quanto as restrições totais de funcionamento, voltam o olhar para a proteção dos territórios. Vários autores têm refletido sobre este momento de disseminação da SARS-CoV-2, nas diferentes escalas espaciais, que podem ser aportados em estudos posteriores a partir dos desdobramentos da própria pandemia, da pesquisa acadêmica, da ciência e das estratégias adotadas pelos diferentes agentes face às incertezas e aos imperativos da pandemia. A consideração de tempo lento, das identidades específicas potencializa o reconhecimento de saberes e práticas que se contrapõem ao pensamento hegemônico do ponto de vista dos tempos, e à perversidade da intensidade do fenômeno da negação de formas próprias de organização e de modos de vida.

Nunca o território usado se apresenta com grande importância, espaço geográfico, social, abrigo para a sobrevivência da espécie humana. Faz-se necessário repensar quais rumos à humanidade vem trilhando, por meio do consumismo intenso, que não só é danoso para os recursos naturais do planeta, como também, para a garantia da vida na terra.

Os decretos normatizadores de comportamentos conferem existência na vida na comunidade neste momento de *barreiras*? Ou há um sistema de normas a que o poder do estado não alcança ao formar comissões que unificam indistintamente os lugares e os grupos sociais específicos, sob a representação de diferentes sindicatos, de pais de alunos sem atenção a outras formas de organização, como as associações quilombolas.

Nosso propósito com este trabalho se distanciou da busca por respostas. Ensaiou-se um exercício compartilhado com os movimentos sociais na região, e estudantes, em condições de excepcionalidade, somente possível pelas relações de pesquisa pré-existentes, que imprimem e resultam de confiança. A pandemia que está em todos os lugares impõe pensar que a localização se converte de relações, de ações, de contraposições, solidariedades e um processo de consciência de si e de relações nos lugares, que acolhem de forma distinta os eventos que chegam de fora.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. Pandemia, novas reflexões. Entrevista com Giorgio Agambem. Entrevista publicada originalmente em Quodlibet, 22-04-2020. Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598295-pandemia-novas-reflexoes-entrevista-com-giorgio-agambem>. Acesso em 26 de maio de 2020.

ALMEIDA, A. W. Marcha Virtual pela Ciência. SBPC, 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dICYiiYkk0>

AGÊNCIAPARÁ. Estado quer priorizar investimentos em saúde para Cametá. Por Por William Serique (SECOM), 12/09/2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/14957/>. Acesso em 18 de maio de 2020.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro, Forense Universitária 2009.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista do PPGA/EBA/UFRJ. N° 32. Dezembro, 2016. P. 123-151.

SANTOS. Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: ed. Record, 2000.

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto N° 34 de 18/3/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto N° 35 de 19/03/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto N° 36 de 24/03/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto N° 37 de 24/03/2020;

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto N° 46 de 01/04/2020

Prefeitura Municipal de Baião. Decreto N° 56 de 08/04/2020.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM SANTA CATARINA FRENTE À PANDEMIA DO COVID-19

Raquel Mombelli⁴⁵²

O governo de Santa Catarina abandonou as comunidades quilombolas e não demonstra interesse em fazer um recorte no plano contingencial para incluir essas famílias. (Maria de Lourdes Mina, coordenadora MNU/SC)

As políticas demoram a chegar, tudo demora para chegar, é muito perverso tudo isto. (Vanda Gomes Pinedo, representante do MNU/SC)

A declaração de pandemia do novo Coronavírus foi firmada no dia 20 de março no estado de Santa Catarina, sul do Brasil. A doença infecciosa vem se espalhando pelo mundo em 2020 e, no Brasil, avança *pari passu* a ausência de políticas públicas, incluindo aí as que afetam a temática deste artigo, em especial as políticas da reforma agrária e as de regularização fundiária dos territórios quilombolas, que foram totalmente paralisadas. Em meio à pandemia, portarias, decretos e medidas provisórias ameaçadoras aos quilombolas são publicadas numa evidente demonstração das forças autoritárias e antidemocráticas que avançam no país e desconsideram os direitos resguardados pela Constituição Federal de 1988. Nesta arena, destaca-se a tentativas de publicação da Medida Provisória 910/2019⁴⁵³ (MP910), conhecida também como MP da Grilagem, que visa a regularização de áreas da União não tituladas, segundo apontam movimentos e organizações sociais⁴⁵⁴; o acordo com os EUA para a área de lançamento de satélites em

452. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Colaboradora do departamento de Antropologia Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) (2016-2117).

453. Ver <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/riscos-da-medida-provisoria-da-grilagem-mp-910-e-tema-de-debate-da-serie-direitos-humanos-em-foco/23296>

454. A MP n. 910 da Grilagem foi derrubada em 20 de maio e tornou-se o PL 2633/2020, prevista para ser votada no final de maio de 2020.

Alcântara⁴⁵⁵, no Maranhão; e a duplicação da BR 135 pelo DNIT, cortando ao meio o território da comunidade de Santa Rita⁴⁵⁶, também no Maranhão.

Em Santa Catarina, a exemplo do que ocorre na política nacional, os processos de regularização estão totalmente paralisados. Desde 2008 eles vêm sendo marcados pela morosidade e por uma política de minifundialização dos territórios, com a titulação parcial das áreas quilombolas. Em 17 anos de implementação do Decreto 4887/2003⁴⁵⁷, 17 comunidades quilombolas estão com procedimento de regularização fundiária aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SC)⁴⁵⁸. Destas, um quilombo está titulado com uma área de aproximadamente 30 hectares e o outro tem áreas tituladas descontínuas que somadas totalizam 1.000 hectares e representam somente 8% da totalidade do território reivindicado (Mombelli, 2018). Para além dos resultados pífios desta política ao longo dos anos, estes processos estão acompanhados de um conjunto de limites impingidos à implementação dos direitos territoriais que favorecem os interesses de grupos ligados ao agronegócio e os denominados projetos de desenvolvimento, conforme já analisou demonstrou Almeida (2015).

A pandemia do novo coronavírus chega num momento em que o Estado brasileiro se mostra incapaz de cumprir com reformas inadiáveis como a regularização dos territórios quilombolas. Nos mais de 17 anos de existência de política de regularização dos territórios quilombolas no estado catarinense, a superação das desigualdades étnico- raciais estão longe de serem minimamente alcançadas. Sem acesso a políticas de desenvolvimento, as comunidades lutam para garantir o alimento para as famílias quilombolas diante da surpreendente capacidade destruidora da pandemia. Enquanto

455. Ver <http://novacartografiasocial.com.br/quilombolas-de-alcantara-diante-de-duas-ameacas-letais-bolsonaro-e-coronavirus/>

456. Ver <http://conaq.org.br/noticias/comite-quilombola-de-santa-rita-conaq-e-parceiros-repudiam-duplicacao-da-br-135/>

457. Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.

458. Trata-se INCRA SR10. Para ver dados dos processos acessar:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

isto, o setor de Regularização de Territórios Quilombolas⁴⁵⁹ do INCRA, seguindo as recomendações do governo do estado catarinense, comunica eletronicamente que “permanece fechado para o atendimento presencial e com os servidores realizando suas funções por meio de trabalho remoto (teletrabalho)”.

A sobreposição de um quadro político hostil e a pandemia potencializa o agravamento da situação de vulnerabilidade que já se encontravam as comunidades quilombolas do estado de Santa Catarina. Este artigo registra as ações, mobilizações e formas de organização das comunidades quilombolas e Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC) para enfrentar os efeitos da pandemia nos territórios. Devido às restrições impostas pelas medidas de isolamento social, os dados que seguem resultam de entrevistas realizados com as lideranças⁴⁶⁰ das comunidades quilombolas e representantes do MNU/SC⁴⁶¹ por meio eletrônico. As informações reunidas escacaram o abandono das comunidades pelos poderes públicos, na mesma medida que revelam a potencialidade de mobilização do MNU e das comunidades quilombolas para manterem as redes de apoio e de proteção, apesar do difícil contexto.

Diante da pandemia as comunidades quilombolas enfrentam uma aterrorizante situação: estão com a segurança alimentar ameaçada, excluídas do acesso digital, privadas de informações e sem qualquer orientação oficial sobre os cuidados e a proteção ao coronavírus. Ou seja, o racismo institucional vivenciado secularmente pelas comunidades acentuou-se pela ausência de um plano contingencial de enfrentamento ao COVID para os quilombos catarinenses. Diante disto, ações específicas e urgentes precisam ser tomadas, envolvendo instituições governamentais e não governamentais,

459. Comunicado recebido por email no dia 1 de abril de 2020, em conformidade com as orientações do INCRA nacional e do Decreto n. 535 de março de 2020.

460. Entrevistados: Edson Camargo do Quilombo Invernada dos Negros; Eliseu dos Santos Pereira do Quilombo São Roque; Luciane Pereira do Quilombo de Aldeia; Mercedes Machado do Quilombo Morro do Fortunato.

461. Trata-se de Maria de Lourdes Mina, coordenadora do MNU/SC e Vanda Gomes Pinedo.

como a de elaboração de um plano específico para minimizar, enquanto ainda há tempo de salvar vidas, os desdobramentos catastróficos do avanço da doença junto a estes povos tradicionais.

Mesmo que evidentemente subnotificados os dados disponíveis revelam que em todo Brasil vidas de muitos quilombolas estão sendo perdidas. O monitoramento feito pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) por meio do Boletim Epidemiológico em Quilombos do Brasil Coronavírus - COVID19, registrou 45 óbitos e 176 casos de contaminação até 28 de maio de 2020, a maior parte na região norte do país⁴⁶². Em Santa Catarina, no momento de fechamento deste artigo registra-se o avanço rápido da doença em todos os municípios catarinenses, especialmente em cidades do interior e com atividades ligadas ao agronegócio e frigoríficos, aproximando-se muito das comunidades quilombolas e sinalizando que as medidas urgentes são necessárias para garantir a proteção à vida e à cultura quilombola.

Segurança alimentar ameaçada

A fome já é uma ameaça concreta, diária e avassaladora. Segundo relatos da coordenação do MNU e de lideranças das comunidades, o fornecimento das cestas básicas está interrompido desde fevereiro de 2020, sem qualquer explicação por parte dos órgãos responsáveis. Esta tem sido a maior dificuldade das comunidades até o momento - a luta por comida -, paralelamente a ameaça de desemprego diante da pandemia. Uma campanha de ação humanitária para arrecadação de alimentos foi promovida pelo MNU e organizações parceiras⁴⁶³ para amenizar a situação de famílias quilombolas

462. Ver Boletim Epidemiológico da CONAQ lançado em parceria com o ISA em <http://conaq.org.br/noticias/alerta-publico/>

463. Participaram desta campanha o Projeto de Educação Integrar, GESTUS, Grupo de dança Afro-brasileira Mitos e Educação Quilombola do Morro da Queimada, todos do município de Florianópolis.

com maiores dificuldades financeiras, principalmente para as comunidade quilombola de Toca/Santa Cruz, no município de Paulo Lopes, conforme descreve a coordenadora do MNU/SC, Maria de Lourdes Mina, mais conhecida como Lurdinha:

Então, do ponto de vista da questão o auxílio com as cestas básicas não houve interesse do estado. E nós percebemos que os primeiros 15 dias seria um desastroso se não tivéssemos uma ação de socorro imediato e fizemos uma campanha para arrecadação de cestas que foi muito bem sucedida. Com a campanha podemos dizer que a pobreza deste estado tem cor, tem local e tem territórios.

Diante de dificuldades tão urgentes o MNU e as comunidades quilombolas mobilizam-se para pressionar os poderes públicos para assegurar a distribuição de cestas básicas como um dos mecanismos fundamentais para viabilizar o isolamento domiciliar e social das famílias, uma das medidas mais importantes para conter o avanço do coronavírus nos quilombos.

Edson Camargo, liderança da comunidade Invernada dos Negros, no município Campos Novos, relata indignado a situação vivenciada. Com o território titulado parcialmente⁴⁶⁴, a Invernada dos Negros não tem acesso as políticas da Reforma Agrária necessárias para alavancar minimamente o desenvolvimento da comunidade. Um fator agravante é a forte estiagem que estão enfrentando, que se soma nas preocupações com a garantia da alimentação para as famílias. “Se não chover nas próximas semanas, corremos o risco de perder o que plantamos e a situação vai ficar ainda mais grave”, diz ele.

464. Dos 8 mil hectares identificados como terra quilombola, somente 1200 hectares forma titulados em mais de 14 anos de processo de regularização pelo INCRA/SC (MOMBELLI, 2018).

A morosidade do processo de regularização e a política de minifundiarização dos territórios levou a comunidade de herdeiros a ocuparem áreas ⁴⁶⁵ que deveriam ter sido desintrusadas pelo INCRA desde 2006. Desde setembro de 2018, 150 famílias de herdeiros ocupam uma área sem qualquer infraestrutura, moram debaixo de lonas, não tem acesso à energia ou água potável. Três poços artesianos foram abertos através de um projeto em parceria com a EPAGRI, órgão da secretaria estadual da agricultura. Entretanto, não foram construídos estruturas para a distribuição. A abertura dos poços levou a outro problema: as fontes naturais de água secaram, tornando as condições de permanência na ocupação destas áreas praticamente inviável. Diante deste quadro, Edson denuncia a injustiça provocada pela morosidade da regularização fundiária: “Depois de tanto tempo, você ainda ter que solicitar cestas básicas é algo difícil pra nós. Não era para ser assim, a esta altura do campeonato já era para nós estar produzindo e distribuindo esta produção quilombola para os que precisam, como está fazendo o MST agora. Esta é uma situação vergonhosa: o que a gente pode esperar para os nossos filhos, para a geração que está vindo? É muito difícil o que estamos vivendo”.

Os recursos existem, mas não chegam para as comunidades. Conforme matéria publicada pela Agência Nacional de 13/04/2020⁴⁶⁶, o governo federal liberou R\$ 4,7 bilhões para o combate ao coronavírus nas comunidades tradicionais em todo Brasil. Deste total, R\$ 3,2 bilhões para o auxílio emergencial de R\$ 600 reais para 1,8 milhões de famílias indígenas, quilombolas e ciganos, entre outras inscritas no programa Bolsa Família. Cerca de R\$ 1,5 bilhão foram repassados aos estados e municípios para a custeio de merenda escolar para estas comunidades e R\$ 40 milhões destinados para compra de cestas básicas para 154 mil famílias indígenas

465. Trata-se de áreas de plantação de pinus em domínio da empresa Imaribo e de fazendas, localizadas no município de Campos Novos e Abdon Batista, identificadas como parte do território quilombola pelo RTID em 2006, Ver MOMBELLI (2018) e Nota de Esclarecimento da ocupação do território da Invernada dos negros, em domínio da empresa Imaribo, produzida pela Invernada dos Negros e MNU/SC.

466. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/acoes-para-povos-tradicionais-somam-r-47-bi-diz-damareis>

e 7,3 mil famílias quilombolas. Não há dados sobre o repasse específico a Santa Catarina. Mas a comparação com a cobertura nacional demonstra a insuficiência de recursos: só no estado existem 1.271 famílias⁴⁶⁷ quilombolas.

Sem qualquer resposta efetiva sobre os questionamentos dos quilombolas sobre onde estão as cestas, quantas são e qual a instituição será encarregada da distribuição, as instituições do estado ainda solicitam às lideranças das comunidades informações sobre as comunidades, simplesmente como se desconhecessem esta realidade. Recentemente, diante da solicitação de dados sobre as comunidades pela Secretaria do Governo do Estado⁴⁶⁸, o MNU destacou a necessidade de se estabelecer políticas para as comunidades e a resposta foi a de que a intenção era simplesmente para constar como arquivo. “Até mesmo as prefeituras foram mobilizadas para este fim, para o nosso desespero”, desabafa Lurdinha.

Se as informações sobre a distribuição das cestas são incertas, critérios e empecilhos são apresentados para dificultar o direito ao acesso as cestas básicas. Na solicitação de 100 cestas básicas para as famílias da Comunidade de Caldas de Cubatão, no município de Santo Amaro da Imperatriz, por exemplo, a inexistência de um Conselho de Desenvolvimento da Comunidade foi colocado como um critério de impedimento para a comunidade receber as cestas básica: “Temos uma luta permanente para dizer que as cestas básicas são um direito e que enquanto a titulação não sai, as comunidades tem direito a elas”, relata Lurdinha.

Os esforços para garantir a Segurança Alimentar das comunidades tradicionais do estado estão concentrados também na atuação dentro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (CONSEA/SC⁴⁶⁹). Vanda Gomes Pinedo é representante do MNU no

467. Dados fornecidos pelas Associações Quilombolas e MNU/SC.

468. Trata-se do CEPA (Conselho Estadual das Populações Afro descendentes de Santa Catarina). Ver em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/cepa>

469. Ver sobre o CONSEA em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/consea>

Conselho e também faz parte da mesa diretora⁴⁷⁰. Diante da gravidade da pandemia, um comitê especial foi criado para agilizar o acesso às cestas básicas para as famílias vulneráveis. Este comitê conta com a representação de várias instituições, entre elas a DPU, DPE, MPF e MPE. O INCRA/SC recusou o convite para participar justificando que o órgão trata de regularização fundiária e não de segurança alimentar. Para Vanda, o argumento não procede porque “o órgão dispõe de estrutura, transportes e conhecimento das comunidades, podendo fazer tranquilamente a distribuição direta para as famílias. Por que ele não pode fazer?”. Outras tentativas estão sendo feitas pelo Comitê, como proposta de um Programa de Alimentação Emergencial em parceria com a EPAGRI para a compra pelo governo de alimentos do pequeno agricultor familiar, de modo a manter o fluxo da produção e posterior distribuição destes produtos sem custos para as famílias necessitadas. Também buscou-se o apoio do Programa Mesa Brasil do SESC e da CONAB⁴⁷¹ (Companhia de Nacional de Abastecimento). Entretanto, o acesso ao programa da CONAB exige critérios de armazenamento e distribuição dos alimentos que dependem de sala específica e selo de vigilância sanitária, estruturas incompatíveis com a realidade das comunidades. “Estes critérios são excludentes e absurdos, pois nenhuma comunidade hoje tem condições de apresentar um selo da vigilância sanitária, uma sala nos padrões que eles exigem, então fica impossível, tudo vem para complicar”, desabafa Vanda. Segundo ela, a CONAB tem condições de distribuir os alimentos públicos e privados dos seus estoques, mas não houve ainda manifestação neste sentido.

Vanda integra também o Fórum de Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região⁴⁷², Vanda destaca a situação de vulnerabilidade que se encontram os povos de terreiros, que também tem acento no CONSEA. Com

470. Ver Composição do CONSEA em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/consea>

471. A CONAB é responsável por promover a segurança alimentar e nutricional e executar ações e programas de Abastecimento Social como: Atendimento Emergencial, Ajuda Humanitária Internacional, Doação de Cestas, Distribuição de Cestas e Vendas em Balcão. Ver em <https://www.conab.gov.br/abastecimento-social>

472. <https://www.facebook.com/pages/category/Nonprofit-Organization/Forum-das-Religi%C3%B5es-de-Matriz-Africana-Florianopolis-e-Regi%C3%A3o-1637799286457161/>

as restrições legais impostas pela pandemia, os terreiros das comunidades quilombolas e das cidades estão com as casas de santo fechadas e sem apoio de nenhuma instituição:

os povos de terreiro que estão neste bojo de necessidades e confinamento social, eles precisam de políticas públicas para sua manutenção e de suas casas, temos muitas casas carentes, este acesso para os povos e comunidades também é dificultado. Os sacerdotes estão fazendo ações isoladas. Nada do poder público ajudar. O que supriu um pouco a necessidade das comunidades tradicionais foi a iniciativa privada, não as iniciativas públicas.

Sem nenhuma previsão sobre quando e como as cestas básicas vão chegar, as comunidades enfrentam ainda outras dificuldades para acessar o auxílio emergencial para os povos tradicionais, conforme a seguir.

Barrados pela tecnologia: Exclusão digital e do acesso ao auxílio emergencial

Como parte das medidas de enfrentamento a pandemia do novo coronavírus, o Governo Federal lançou o Auxílio Emergencial⁴⁷³ (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020). Entretanto, muitas famílias quilombolas tem acesso precário à internet e não contam com equipamentos de informática. Assim, muitas pessoas dependem do apoio e de estrutura externa para acessar o auxílio no valor de R\$ 600.00 reais e, de fato, não conseguiram efetivar o seu cadastro porque foram “barrados” pela tecnologia, como analisa Lurdinha:

473. Lei n. 13.982, editada em 2 de abril de 2020 pelo Governo Federal, prevê auxílio pago às famílias em situação de vulnerabilidade social das famílias durante o período de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID 19).

Um grupo de estagiários da Psicologia da UFSC conseguiu fazer o cadastro de algumas famílias. Para outras famílias não porque estavam saindo muitos cadastros a partir de um computador e de um celular e isto fez com que num determinado momento tudo fosse bloqueado. E, diante desta situação, algumas famílias ficaram sem o cadastro.

Na comunidade São Roque, município de Praia Grande, a liderança Eliseu dos Santos Pereira relata que ao solicitar o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para a realização dos cadastros para acessar o auxílio emergencial, além de não poder contar com a disponibilidade dos técnicos em função do isolamento social, recebeu a informação de que “o presidente do sindicato rural estava dizendo que o cadastro emergencial iria prejudicar uma possível aposentadoria”. Esta informação levou muitas pessoas da comunidade a desistirem de fazer o cadastro por medo de impactar a aposentadoria. “Eu mesmo não consegui fazer cadastro, pois o CPF não foi aprovado”, explica Eliseu.

No quilombo Invernada dos Negros o cadastro emergencial foi realizado sem muitos transtornos, porém a queixa foi com relação a impossibilidade da política não alcançar as mães menores de 18 anos. “Nós temos muitas mães adolescentes na comunidade que precisariam deste auxílio, mas que foi inviável, não permite”, relata a liderança Edson Camargo. Além disso, o acesso ao auxílio poderia minimizar a violência doméstica registrada na comunidade. “A gente tá vendo esta questão da violência doméstica acontecer, não que não acontecesse antes, mas agora parece ter acontecido mais, e o auxílio poderia talvez amenizar um pouco esta situação”, avalia ele.

O desafio do isolamento social

Outra política genérica que desconsidera as especificidades das comunidades quilombolas em Santa Catarina é a de isolamento social. No caso de São Roque, que tem forte relação com o turismo por conta de estar localizada onde foram instituídos arbitrariamente dois parques nacionais⁴⁷⁴, as propostas de flexibilização do isolamento social feitas pela Secretaria do Turismo de Praia Grande definidas em reunião com representantes de pousadas e hotéis da região estabeleceram pontos turísticos fora do Parques onde os turistas poderiam circular. Um dos pontos foi o da Pedra Branca, o centro da comunidade quilombola de São Roque. A situação foi denunciada para o MPF que imediatamente tomou as medidas necessárias para que retirassem do roteiro a comunidade, de forma a garantir o isolamento social e a proteção à saúde. Após muita discussão, finalmente em 8 de maio de 2020 a prefeitura de Praia Grande publicou um decreto reconhecendo “As orientações do Instituto Chico Mendes, Movimento Negro Unificado, associação quilombola, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio grande do Sul, em função da pandemia de COVID-19, determina por tempo indeterminado “a paralisação das atividades turísticas, esportivas e religiosas na Comunidade de Pedra Branca em Praia Grande”⁴⁷⁵

Se o isolamento garante a segurança, a situação de vulnerabilidade das famílias se acentua, pois sem renda e sem acessar as políticas emergenciais para manterem a sobrevivência elas enfrentam o desmonte de suas alternativas de renda local, algumas conquistadas com muito esforço, como o projeto de Turismo Comunitário da comunidade de São Roque, hoje paralisado por

474. Trata-se do Parque Aparados da Serra e Serra Geral que incidem sobre o território quilombola de São Roque, conforme demonstrado no laudo publicado em 2006. Esta situação tem desdobramentos agravados com a atual proposta de privatização dos Parques pelo Governo Federal. Sobre o território em questão ver CID e BRUSTOLIN (2006).

475. Decreto n.031 de 08 de maio de 2020. Define outras medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do coronavírus (COVID -19) e dá outras providências no Município de Praia Grande (SC).

conta da pandemia. “Estava bem com o projeto de turismo comunitário, era uma alternativa ótima para a comunidade, fizemos o curso, tinham a oportunidade de ganhar um troco, mas passou tudo, a renda sumiu. Agora é hora para se preocupar com vidas, então seguimos com a expectativa que isto vai passar logo”, expressa a liderança Eliseu dos Santos Pereira.

Na prática, as medidas de isolamento social nas comunidades dependem exclusivamente dos aparatos de segurança criado pelas próprias comunidades. Uma situação comum é que os quilombos têm sido procurados por pessoas “de fora” para o isolamento social ou para restabelecimento de infectados durante a chamada quarentena. Este fato torna o isolamento das comunidades um desafio ainda maior. Segundo relata Lurdinha, na região da Pedra Branca, no quilombo São Roque, além de pessoas que vão acampar no território durante a pandemia, num espírito de férias, em outras comunidades pessoas infectadas pelo vírus resolveram refugiar-se ali, expondo os quilombolas aos riscos de contágio. Para Vanda Pinedo, esta situação levanta uma das mais importantes questões no que diz respeito ao combate a pandemia nos quilombos:

a discussão é sobre como viabilizar o isolamento de um quilombola infectado. Nós estamos numa situação específica, onde ficarão as pessoas acometidas pelo vírus? Nem mesmo em Florianópolis nós temos isto definido. Nós tivemos um caso de infecção pelo coronavírus e ela estava confinada dentro de casa. E a questão de pensar num local onde ela pudesse ser atendido para não contaminar outras pessoas é muito importante. E nos casos das comunidades, é preciso avaliar a estrutura, a alimentação, a saúde. Além disto é preciso considerar ainda o distanciamento das comunidades para o atendimento de saúde, é uma preocupação imensa.

Para Lurdinha, o isolamento social é um dos desafios mais complexos para as comunidades quilombolas:

é preciso se articular muito, porque esta luta vai ser muito dolorosa. Primeiro porque não existem políticas para as comunidades, a questão dos cuidados, mesmo que tenha um remédio, a vacina vai longe, outros vírus vão surgir. A questão da falta de contato, do isolamento é algo muito ruim, pois é o contato que nos dá vida e sem isto, e como fazer isto sem nos violentar tanto. É uma luta que nós vamos ter que fazer.

Educação escolar quilombola interrompida

As políticas de isolamento também tiveram grande impacto sobre uma das atividades essenciais na vida das comunidades: a educação. Em Santa Catarina, as atividades da Educação Escolar Quilombola⁴⁷⁶ foram suspensas por um comunicado na noite de 18 de março de 2020. A notícia pegou os professores e coordenadores de surpresa, pois tinham programado atividades pedagógicas com os alunos para o dia seguinte. Segundo Lurdinha, que é também professora da Educação Escolar Quilombola, “os trabalhos pedagógicos haviam sido iniciados há dois meses, e quando saiu o decreto e a orientação para a GEREDS para avisar as escolas, tudo isto foi feito de forma bem generalizada”. Como alternativa à continuidade do ano letivo, o Conselho Estadual de Educação apresentou a proposta da educação escolar à distância. Diante desta situação, os coordenadores e professores debateram e elaboraram um documento⁴⁷⁷ para responder ao Conselho porque “sabíamos que as comunidades não poderiam fazer a educação a distância, por ser um

476. Sobre a Educação Escolar Quilombola consultar Política de Educação Escolar Quilombola do Estado de Santa Catarina. Secretaria do Estado da Educação Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018.

477. A Educação EJA Quilombola do Estado de Santa Catarina, juntamente com as Lideranças das Comunidades Quilombolas elaboraram o documento PARECER DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, REFERENTE A PROPOSTA AS SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL NO COMBATE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, apresentando um diagnóstico detalhado das atuais condições e realidades estruturais enfrentadas pelas comunidades e os educadores diante do evento de pandemia do COVID 19 e a inviabilidade da implementação do Regime Especial de Atividades Escolares. O Parecer foi elaborado e acatado pelo Conselho de Educação.

remendo da educação e porque não existe nenhuma estrutura do outro lado, do lado das comunidades. Por isso a proposta de ensino a distância não serve para os quilombolas, não somos contra o ensino a distância, só que da forma como ele seria executado, seria extremamente precário”, explica a coordenadora. Entretanto, a posição da Secretaria da Educação foi de insistir na continuidade das aulas através do ensino a distância nas comunidades em que há possibilidade de isto acontecer, como conta Lurdinha:

A SED ia propor que cada uma que pudesse fizesse a educação a distância, mas para nós existe um entendimento que se existe uma luta, ela se dá no coletivo e aonde tem uma comunidade em dificuldade, lá estamos todos nós. É só lembrar da campanha Somos todos São Roque, com a luta da Invernada dos Negros, dos Poli, nós estávamos todos lá, juntos, e, diante desta discussão eles reconsideraram, a proposta do ensino a distância para algumas situações. Agora, somente a formação dos professores que eles ainda permanecem insistindo com uma proposta de formação generalizada.

Com a determinação da suspensão das aulas da Educação Escolar Quilombola, alguns professores tiveram seus salários suspensos do mês de fevereiro a março. Esta situação só foi revertida a partir de denúncia do MNU e das professoras, conforme relata Lurdinha:

Não pagaram uma parte dos professores que foram contratados em fevereiro e chegou no final de março e o pagamento não saiu e nós fizemos uma denúncia. Nós pedimos para o estado pagar a folha suplementar, e eles diziam que não porque os professores estavam em casa. Com a denúncia, o juiz imediatamente julgou procedente a ação e determinou o pagamento destes professores.

Privados do direito ao domínio público das informações sobre o COVID-19

Além de informações truncadas sobre as políticas emergenciais, as comunidades também enfrentam dificuldades com relação ao acesso as informações sobre a pandemia, os modos de evitar o contágio, melhorar a proteção e o cuidado de si e dos outros. Sem acesso aos meios de comunicação digital e com precário acesso a tecnologias, as informações chegam pelos noticiários locais e pela manutenção de uma rede de comunicação entre as comunidades e o MNU. Ao perguntar sobre como as comunidades estão se informando sobre os cuidados de proteção ao combate ao coronavírus, Vanda comenta:

As comunidades sabem da pandemia pelos noticiários, todas as comunidades ouvem as notícias locais, nacionais, mas elas também nos procuram para saber mais informações. Então, o que nós temos feito, são gravações em áudio contendo informações sobre os cuidados e a necessidade do isolamento neste momento para conter o avanço do vírus para dentro das comunidades. Este material circulou pelos contatos.

No quilombo Aldeia, município de Garopaba, a preocupação é grande com relação a falta de acesso a informação sobre a pandemia. “Nós não estamos recebendo nenhuma orientação sobre isto, é tudo por nossa conta, estamos fazendo o que sabemos pela televisão, pelos jornais e é só”, diz a liderança Luciane Pereira. Localizado na entrada do município turístico, as famílias quilombolas sentem-se expostas e pressionada pela pressão do turismo para a abertura do comércio, gerando insegurança e medo. “A maioria trabalha na cidade e tem sentido esta pressão pela reabertura do comércio, forçando as pessoas a saírem do isolamento social, está uma situação muito

difícil, pois 90% das pessoas da comunidade são assalariadas e dependem disto para sobreviver, ao mesmo tempo temos muito medo do vírus entrar na comunidade e ser um estrago”, desabafa Luciana.

A necessidade de levar informações através de materiais digitais ou impressos é urgente, segundo Lurdinha, coordenadora do MNU. Para é preciso criar materiais didáticos, como cartilhas sobre a pandemia e os cuidados com a saúde, respeitando as especificidades de cada comunidade, com muitos desenhos. Isso seria fundamental para garantir a compreensão da situação pelos que não dominam ainda os códigos da escrita. Também é preciso pensar ações direcionadas para a juventude quilombola, especialmente sobre a suspensão das reuniões sociais, encontros e festas. “Para os jovens é muito difícil a aceitar esta situação e de se controlar, isto tem sido um gerador permanente de conflitos com os mais velhos”, afirma Lurdinha.

Nas conversas e comunicações que estabelecem com a comunidades, o MNU tem orientado os quilombolas a acompanhar a situação nacional, tomar os cuidados básicos e ficar em casa. “Nós também enfatizamos que eles identifiquem as redes de apoio internos na comunidade, ver as questões das trocas de alimentos, intensificar e ampliar os laços de solidariedade, ter o cuidado com o outro, se ele está sem alimento, como fazer uma rede interna para suprir as famílias, daquelas que tem mais para doar para outra família que está precisando”, diz Vanda.

No quadro da pandemia, os conflitos sociais, os conflitos territoriais e outros problemas continuam e exigem a reinvenção das formas de mobilização social e política junto as comunidades. Este tem sido um grande desafio para o MNU, que diante da obrigatoriedade do isolamento social vem utilizando as ligações telefônicas e as redes de WhatsApp para este fim. Mas estes ainda são instrumentos estranhos às comunidades que estavam acostumados com encontros físicos, debates acalorados, reuniões e assembleias coletivas como fóruns desta dinâmica de resolução dos problemas. Este contexto é sentido como uma certa “desconfiguração” do movimento neste momento, como define Vanda:

A gente fica tão cansado porque a gente tem trabalhado em casa, e em casa é quase trabalhar sem hora, sem ter final de semana e você ainda tem que ter cuidado com a gente para a gente poder continuar contribuindo. Sem a presença física, é complicado de fazer este trabalho pois o nosso público quilombola não parte deste princípio da modernidade, não basta a gente ligar, falar da reunião. Eles querem a presença física, pois é isto que as comunidades estão acostumadas e é isto que os conforta, que os dá segurança e o que os estimula, é este estar no coletivo. Neste momento que não é permitido, eles também ficam bem perdido, é quase como se nós estivéssemos nos desfigurando (...)

A pandemia também impactado as práticas sociais, culturais e rituais dos quilombolas. Mercedes Machado, do Quilombo Morro do Fortunato, relata sobre o desconforto gerado no velório da quilombola tia Ondina, falecida no dia 22 de abril de 2020. Mesmo sem diagnóstico de COVID-19 ela foi velada com o caixão lacrado, imputando novas práticas rituais na comunidade. “O velório foi na comunidade, com o caixão fechado, e isto foi algo muito difícil. Nós tomamos todas as providências e cuidados, estávamos de máscaras, mas sem poder abrir o caixão e não poder ver o corpo da tia para nos despedir, nem colocar a roupa nela, nada, não deixaram a gente fazer nada, foi algo muito difícil para nós, é uma situação difícil”, relata Mercedes.

Sem orientações e qualquer apoio do Estado, as comunidades estabelecem seus próprios mecanismos de segurança e proteção ao coronavírus a partir de redes de articulação e solidariedade formadas entre as comunidades e parceria com o MN/SC.

Não se tem uma política específica, este governo do estado de Santa Catarina nunca se preocupou enquanto política de governo com o desenvolvimento para as comunidades quilombolas. O que nós temos conseguido são ações isoladas na secretaria, e isto

não é uma política de governo, ter proposta para uma população que é grande e que tem amparo legal. Mas o governo não vem implementando nenhuma ação global para as comunidades. São ações isoladas, na educação, na Epagri, hora na moradia, tanto são isoladas que a gente num período não tem informação sobre as comunidades quilombolas e ficam nos procurando para ter informações assim como eles tem sobre as empresas, mas não tem sobre as comunidades quilombolas, periférica. O que a gente quer é que o governo venha colocar políticas específicas para as comunidades periféricas, ações específicas para estas populações. E é muito difícil construir estas ações. São movimentos sociais que estão fazendo estas ações, não os provedores de políticas sociais, como governo, e se torna extremamente difícil a gente conseguir alcançar ações que ajudem de fato as comunidades neste momento.

Na avaliação de Vanda a falta de atendimento específico para as comunidades é escancarada na pandemia:

se eles não tem dados, eles não tem informação então, eles também não tem políticas, a mesma coisa com a saúde. Nós, [o MNU] vínhamos denunciando a falta de equipamentos, de medidas, que se refletem agora, quando as possibilidades a atendimento de saúde se tornam imensamente menores. Enquanto os outros estão lutando para a para a redução de infetados e no mundo, os povos tradicionais e a população negra luta para termos atendimento as políticas não chegam, a falta prioridade para esta população é perversa, historicamente são marginalizados.

Neste drástico contexto, a luta histórica do MNU pela defesa da vida e da natureza é intensificada em direção a uma mudança radical da sociedade e do mundo, “em que o mundo precisa se refazer”, contra “a ganância insaciável do capitalismo”, como afirmam as palavras de Vanda:

A vida não vale nada, o lucro está acima da vida, a destruição da natureza está acima da vida. Isto é muito grave para nós, povos tradicionais e povos terreiro. Falar de vida é sagrado, falar da natureza é sagrado. A nossa defesa da vida é incondicional. O mundo parou e tem pessoas que querem insistir em dizer que mundo não parou. O tempo parou e a natureza precisa se reestabelecer, porque ela precisa de folego e os gananciosos continuam a destilar a sua ganância para a destruição. É contra isto que estamos lutando, contra uma vivência, contra uma forma de ser e estar no mundo. Krenak diz isto, como o capitalismo está destruindo a própria vida humana sem que ele se perceba, porque ele sempre coloca acima de tudo o dinheiro, a ganância e a destruição. Nós estamos lutando contra tudo isto.

A pandemia intensifica o racismo institucional

A gravidade desta pandemia não rompeu a omissão histórica do governo do estado e dos poderes municipais em reconhecer os direitos dos quilombos e a necessidade de se criar uma política de Estado específica para elas. Pelo contrário, as ações que estão ocorrendo são pontuais e ocorrem a partir de algumas secretarias do estado, prefeituras e do MPF, desencadeadas por denúncias e pressão das próprias comunidades e do MNU.

A pandemia avança e pode provocar efeitos graves no tecido social, agravando as condições de vulnerabilidade das comunidades e escancarando ainda mais o racismo institucional enfrentado historicamente, ora pela omissão do estado, ora pelas dificuldades impostas de acesso as políticas públicas.

Como avalia Vanda, o combate ao COVID -19 veio para intensificar a luta contra o racismo e a discriminação no país, pois segundo avalia “se o contágio é universal o acesso ao serviço de saúde não o é, escancarando ainda mais as desigualdades étnicos raciais no atual contexto:

Quando dizem que o COVID não tem cor, não tem sexo, não tem raça, não é verdade. O COVID não tem, mas o atendimento ao COVID tem. Ele tem sexo, ele tem cor e tem localidade. E, pela fala do novo Ministro da Saúde, o Teich^{ele} tem até divisão geracional. É muito grave o que estamos vivendo porque para nós os idosos são o nosso maior bem, quem nos dá a experiência. Dizer que os idosos não tem valor é dizer que estamos liquidado os nossos arquivos ancestrais, que a vida não vale nada.

Para superar o racismo institucional e os atuais desafios enfrentando pelas comunidades quilombolas em tempos de pandemia é preciso que o INCRA retome imediatamente os processos de regularização fundiária dos territórios. A regularização assegura a preservação dos ecossistemas e biodiversidade dos territórios, importante mecanismo para a construção de barreiras biológicas consideradas fundamentais para o combate à disseminação de vírus. Portanto, a regularização é uma política eficaz de preservação à natureza e à vida. Paralelamente, ações específicas urgentes precisam ser tomadas, para evitar que vidas quilombolas sejam perdidas.

O que fazer, pelo que lutar: Medidas urgentes para o combate ao COVID-19 nos quilombos

A elaboração de um plano contingencial para o combate ao COVID 19 é urgente para a proteção à vida das e nas comunidades quilombolas. A forma como estado está presente é uma das mais violentas neste momento. A paralização dos processos de regularização fundiária pela INCRA podem ter graves efeitos e incitar um genocídio quilombola. Os idosos são considerados grupo de risco para o Covid-19. Para as comunidades, os idosos são considerados os *griots*, os guardiões das memórias dos ancestrais, das histórias, dos saberes e dos fazeres, permitindo a continuidade da tradição quilombola e da cultura afro-brasileira.

Neste contexto pandêmico, a infecção pode ser democrática e universal, mas os cuidados com a proteção e tratamento estão sendo brutalmente desiguais e muito diferentes. Determinados grupos estão muito mais expostos aos riscos do que outros, exigindo que as políticas de enfrentamento estejam articuladas com estas especificidades, como por exemplo, as mulheres negras, que estão nos cuidados domésticos ou dos familiares. Diante da extrema precariedade dos direitos, somado a ausência de sistema de saúde, falta de equipamentos médicos, deixam as comunidades quilombolas mais expostas a riscos de infecção. A partir das experiências relatadas é urgente a construção de um plano emergencial de combate ao COVID-19 que considere:

- 1) Mecanismos de manutenção e de acesso a segurança alimentar, com a compra de alimentos pelo governo de Santa Catarina, e da retomada do Programa de Alimentação Escolar para as comunidade;
- 2) O elevado número de pessoas idosas nas comunidades quilombolas que não estão recebendo orientações sobre o cuidados e proteção ao contágio ao coronavírus;
- 3) As especificidades culturais, identitárias dos quilombos urbanos e rurais, como os diversos vínculos de trabalho devem ser igualmente considerados, os formais e informais, exercidos em no agronegócio, empresas de papel e celulose, frigoríficos e construção civil, além dos que exercem atividades de diaristas, empregadas domésticas, babás, vendedores e agricultores, entre outros.
- 4) A exclusão digital existente nos quilombos, sem acesso a infraestrutura tecnológica e a circulação de informações as orientações de combate a pandemia;
- 5) A inclusão de formação dos professoras e professores da Educação Escolar Quilombola sobre as medidas de combate ao COVID-19;

- 6) A criação de política de comunicação de caráter informativa e educativa sobre o COVID 19, nas rádios e meios de comunicação locais, fundamental para as restrições impostas pelo isolamento social;
- 7) A precariedade do sistema de saúde nas comunidades, que não contam com postos de saúde 24 horas e nem com agentes de saúde. Situação relevante nos casos em que o COVID-19 pode ser confundido com uma gripe comum, podendo levar a morte;
- 8) Os relatos das famílias quilombolas sobre as experiências de busca pelo sistema de saúde são marcados por eventos de discriminação, resultando em práticas de cuidado da saúde e prevenção a doenças dentro da própria comunidade;
- 9) As situações de isolamento individual, quando a maioria das moradias das famílias quilombolas não comportam espaço para esta medida. A identificação de espaços como escolas, salões de festas e igrejas, precisam ser definidas previamente para atender estas situações;
- 10) A elaboração de roteiros de deslocamentos dos possíveis infectados, pelos poderes públicos, diante da distância geográfica de algumas comunidades para acessar os serviços de saúde;
- 11) A formação de equipes de saúde preparadas para atuar nas comunidades quilombolas, como para receber, higienizar e distribuir os alimentos e kits de produtos de higiene, assim como colaborar no monitoramento dos casos, nos moldes que vem sendo realizado pela SESAI para os indígenas;
- 12) A criação de um sistema de monitoramento dos casos e realizar estudos periódicos para avaliar a progressão da pandemia nas comunidades quilombolas;

- 13) E, por fim, a imediata retomada dos processos de regularização e de políticas públicas, como por exemplo, a urgente conclusão dos poços artesanais da Invernada dos Negros.

Estas são medidas essenciais e urgentes que transparecem dos relatos apresentados pelas lideranças quilombolas e do MNU em Santa Catarina. Só o Estado tem poder e capacidade para realizá-las de forma ampla. Só quem governa, legisla e julga tem a responsabilidade legal, moral e histórica sobre as decisões públicas. Sem essas medidas, a vida nos quilombos de Santa Catarina está diante de risco extremo, à beira do genocídio. É possível fazer um plano contingencial específico, a exemplo do que foi feito para os indígenas⁴⁷⁸. O Ministério Público Federal está oficiando a CONAB, FUNAI, SESAI e outros órgão exigindo que as políticas públicas implementadas não parem. O Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina (CEPIN SC) mobilizou as secretarias do Estado para apoiar os Povos Indígenas. Também no Caso dos Indígenas a Secretaria Estadual montou um protocolo com o DSEI/SESAI para não parar de fornecer merenda escolar, mesmo com as aulas paralisadas. Afinal, qual é o problema do estado brasileiro com os quilombolas?

478. Ver documento do MPF Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas, março 2020. Ver em <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Recomendacao6CCRMPFindiosisolados.pdf>

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Brasil de Fato. Alerta: grilagem de terras dispara no país. 5 de maio de 2020 Disponível em: <https://outraspalavras.net/outras-midias/alerta-grilagem-de-terras-dispara-no-ais/?fbclid=IwAR03bw11RuU-FNJU8XjqeEgdSfj4iNmzG77MZMMphZrxSMi92Ix6L5ftRLr8>, acesso em 6 de maio de 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. As comunidades quilombolas entre os novos significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: OLIVEIRA, Osvaldo (org). **Direitos dos quilombos e dever do Estado brasileiro: Análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Brasília - DF: ABA, 2015. p. 29-54.

BARBIERI, Gisele. Riscos da medida provisória da Grilagem (MP910) é tema de debate da série Direitos Humanos em foco. 8 de maio de 2020. **Terra de direito**. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/riscos-da-medida-provisoria-da-grilagem-mp-910-e-tema-de-debate-da-serie-direitos-humanos-em-foco/23296>, acesso em 6 de maio de 2020.

BRASIL, presidência da República. Auxílio Emergencial. **Guia de orientações para grupos e populações tradicionais e específicos (GPTE), abril de 2020**. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadania-lanca-cartilha-de-orientacoes-sobre-auxilio-emergencial-voltada-para-grupos-populacionais-tradicionais-1/auxilio_gpTE_vale.pdf. Acesso em 6 de maio de 2020.

BRASIL, presidência da república. Ministério Público Federal. **Referência: Portaria n.419/RES, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronáirus (COVID-19) no âmbito da FUNAI**. Ministério Público Federal. Procuradoria geral da República. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília, 19 de março de 2020.

CID, Ricardo Fernandes; BUSTOLIN Cíndia; TEIXEIRA, Luana. São Roque. Relatórios Antropológicos. In. LEITE, BOAVENTURA Ilka (org). Quilombos no sul do Brasil: Perícias Antropológicas. **Boletim Informativo do NUER**, vol.3,.n.3, 2006 p. 131-186.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 535, de março de 2020. **Altera o 525 de 2020 para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providencias.** Disponível em http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETO_535.pdf. Acesso em 6 de maio de 2020.

MOMBELLI, Raquel. Territórios Quilombolas no sul do Brasil: flexibilização de direitos e re-existências. **ANAIS 18th IUAES Congresso Mundial de Antropologia.** GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira (org). Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018, p. 5337-5354.

QUILOMBOS, Serviço de Regularização de Territórios. **Orientações sobre atendimento durante a pandemia (COVID -19).** [Mensagem pessoal] mensagem recebida por: Serviço.quilombolas@fins.incra.br. , em: 1 de abr. 2020.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. PARECER DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, REFERENTE A PROPOSTA AS SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL NO COMBATE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. Parecer entregue para Secretaria de Estado da Educação. Governo de Santa Catarina [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <mnusc.luta@gmail.com>, em 8 de abril de 2020.

PASSO, Gésio.. Plano para comunidades tradicionais contra Covid 19 terá 4,7 bilhões. Rádio **Agência Nacional**, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2020-04/plano-para-comunidades-tradicionais-contracovid-19-terar-47-bilhoes> acesso em 6 de maio de 2020.

SEREJO, Dorinete. Quilombolas de Alcântara diante de duas ameaças letais: Bolsonaro e coronavírus. 4 de maio de 2020. **Nova Cartografia Social da Amazônia.** Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/quilombolas-de-alcantara-diante-de-duas-ameacas-letais-bolsonaro-e-coronavirus/>, acesso em 6 de maio de 2020.

ESTADO, CAPITAL E PANDEMIA NO VALE DO RIO TROMBETAS

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno⁴⁷⁹

Marcos Alan Costa Farias⁴⁸⁰

Somando esforços no sentido de descrever a pandemia da Covid-19 no território de povos e comunidades tradicionais, este artigo debruça-se sobre a situação observada, a partir de abril de 2020, em comunidades quilombolas que vivem no rio Trombetas, em Oriximiná (PA). Como acontece no universo mais amplo dos povoados, aldeias e assentamentos de trabalhadores rurais historicamente marginalizados nas políticas públicas de saúde no Brasil (VARGA et al, 2020), esses grupos mostram-se especialmente vulneráveis.

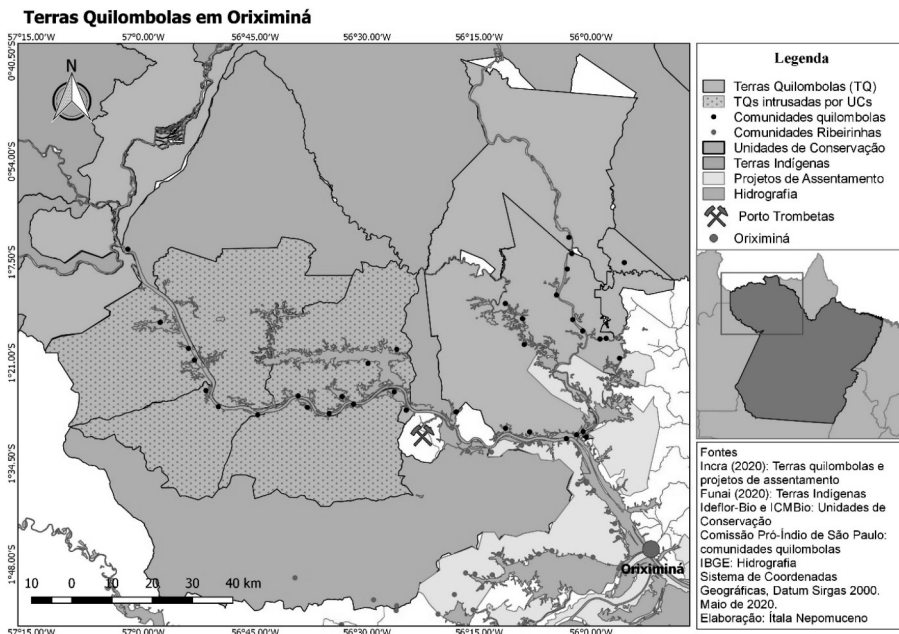
Oriximiná é um dos municípios com a maior população quilombola do país. Segundo dados da “Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas”⁴⁸¹, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 41 localidades, parte das quais em oito territórios oficialmente reconhecidos. Avizinham-se desse grupo étnico dezenas de comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas situadas no rio Nhamundá e a montante nos rios Trombetas, Mapuera, Cachorro e Erepecuru. O município possui, ainda, dois nucleamentos urbanizados: a própria sede municipal e o distrito industrial de Porto Trombetas, *company town* que abriga 6500 moradores, servindo como centro administrativo e

479. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: italatr@gmail.com.

480. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). E-mail: marcosalan10@hotmail.com.

481. “Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas” Disponível em: <>. Acesso em 10 mai. 2020.

residencial da Mineração Rio do Norte (MRN)⁴⁸², subsidiária da Vale S. A. e maior mineradora de bauxita do Brasil (Mapa 01).



Mapa 01: Território Quilombolas em Oriximiná.

Com apoio em entrevistas remotas (em especial, por aplicativos de celular), fontes jornalísticas e outros dados secundários, nosso objetivo é duplo: discutir as medidas verticais de controle impostas pelo Estado na “gestão” da crise pandêmica e evidenciar a dificuldade das comunidades no acesso a direitos a serviços públicos de saúde. Peculiaridades da região serão levadas em conta, como o fato de que, além do Estado, que institui e coloca em prática medidas de governo com efeitos sobre a *população* local, a MRN – mediante seu poder econômico e político e controle territorial - também põe em práticas ações que exercem influência sobre a situação em foco. Na primeira parte do artigo, com vistas a dar subsídios à análise

482. A MRN é uma associação de empresas nacionais e estrangeiras que tem como acionistas a Vale (40% das ações); South32, (14,8%); Rio Tinto (12%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%); Alcoa Alumínio S.A. (8,58%); Alcoa World Alumina (5%); Hydro (5%); e Alcoa Awa Brasil Participações (4,62%).

dos dados empíricos, explanamos brevemente o conceito foucaultiano de “biopolítica”, forma de poder fundada na “gestão” e técnicas de controle sobre populações, tomadas como objeto e base de processos biológicos. Na segunda parte, discutimos a Portaria nº 135/GM de 28 de março de 2020, que institui a mineração como atividade essencial, situando e discutindo seus efeitos na região do Trombetas. Na terceira parte, trazemos alguns dados referentes ao difícil acesso a leitos de UTI e outros serviços biomédicos pelas comunidades, que têm como bandeira de luta permanente um maior acesso à saúde.

Biopolítica e pandemia da Covid-19

O conceito de biopolítica, desenvolvido por Michael Foucault, remete a um dos polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a *vida* no Ocidente a partir do século XVII, marcando diferenças profundas em relação ao tipo de poder soberano exercido até a época clássica, que era fundado no direito de “causar a morte” ou “deixar viver” (FOUCAULT, 1988). Mais precisamente, a existência de uma “biopolítica” emerge por volta da metade do século XVIII e corresponde a uma série de intervenções e controles reguladores incidentes sobre um alvo bastante preciso: a “população”, que, concebida como se fosse um dado, em um momento específico da história, em verdade foi construída como objeto portador de realidade, problemas e fenômenos próprios, formando uma unidade em conexão com o desenvolvimento de uma ciência específica de governo (FOUCAULT, 2019: p. 424; FOUCAULT, 1988: p. 131).

A população, constituída como um conjunto de “vivos”, é, portanto, a unidade sobre a qual age a biopolítica - unidade esta concebida como suporte de processos biológicos, a ser regulada “por um biopoder que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie” (MACHADO,

2019: p. 29). Efeitos de conjunto passaram a revelar na população dinâmica e regularidades próprias (as grandes epidemias, questões como saúde pública, higiene, natalidade, número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, longevidade etc.), que se tornaram, por sua vez, objeto de intervenções e também de saberes como a demografia e a estatística. O fato de a biopolítica agir no nível da vida, entretanto, não significa uma ação equitativa ou ingênua sobre a continuidade biológica humana: há que se considerar que ela representa uma certa racionalização, um cálculo explícito, uma gestão da vida, de suas variáveis biológicas e mecanismos, cujo domínio “cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder” (FOUCAULT, 1988: p. 134). Em outras palavras, ela se realiza dentro de estruturas políticas e econômicas, que tentam regular e controlar populações ajustando-as a propósitos específicos (Idem).

Apesar de surgir articulada a técnicas de poder cujas origens remontam a mais de três séculos, a noção de biopolítica, formulada por Foucault na década de 1970, continua potente para pensarmos a pandemia de escala global em curso nessa segunda década do século XXI. Isso porque ela, a biopolítica, ainda está na base do poder político moderno, exercido por entes como o Estado e mesmo por grandes empreendimentos territorializados (cf. GAVIRIA, 2015), poder este que se realiza instituindo e fazendo valer medidas disciplinares e outros instrumentos que têm servido a um tipo de controle da pandemia do novo coronavírus. Algumas questões emergem nessa situação, abrindo espaço para tomadas de decisão com consequências bastante concretas: quais são as vidas excluídas da medida de isolamento social adotada para impedir a propagação do vírus? em nome de que esses indivíduos são excluídos de tal medida? quais atividades econômicas são consideradas de caráter essencial e não podem ser paralisadas, aumentando a possibilidade de propagação da doença? como se manifestam as desigualdades sociais no acesso a serviços de saúde e saneamento, que o Estado deveria assegurar de maneira universal às

populações? Ademais, como os agentes sociais – no caso, os quilombolas –, percebem e agem face às técnicas às quais certos poderes querem sujeitá-los?

Mineração como atividade essencial: a Portaria nº 135/GM de 28 de março de 2020

Encravada na floresta, em meio a um mosaico de terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas, a MRN registrou os três primeiros casos de Covid-19 do município de Oriximiná⁴⁸³, no dia 22 de abril (MRN, 2020). A notícia pôs em alerta lideranças dos territórios vizinhos e representou a concretização de algo que já era temido: em função de suas especificidades operacionais – como o fluxo intenso de recursos materiais e de pessoas em circuitos locais, nacionais e internacionais; o trânsito de navios com tripulação estrangeira e a mobilização de centenas de trabalhadores em espaços aglomerados (refeitórios, transporte coletivo, aglomeração nas minas) – era provável que a empresa se tornasse uma via de inserção e propagação do vírus na região. Ao final do mês de maio os casos confirmados aumentaram de forma acentuada e, como temido, alcançou as comunidades próximas. Dos 52 casos positivados até o dia 29 de maio e anunciados pela MRN, 20 destes correspondem às comunidades quilombolas, lago batata ou comunidades vizinhas. Há de se considerar, ainda, que há ribeirinhos e quilombolas entre funcionários da empresa e, que, Porto Trombetas, além da “cidade fechada da mineradora”, possui um espaço onde membros das comunidades vizinhas param no caminho até a cidade para comprar combustível para embarcações ou, ainda, para obter mercadorias em pequenos estabelecimentos comerciais.

483. No dia 25/05, a MRN circulou comunicado entre os funcionários informando que Porto Trombetas passou, naquela data, ao estágio de “transmissão comunitária”, contando com 11 casos positivos e 96 casos em investigação para a Covid-19. Em Oriximiná, segundo “Boletim Coronavírus (COVID-19)” da prefeitura, com dados atualizados até 31/05/2020, o município conta, ao todo, com 234 casos confirmados e 15 óbitos. Disponível em: <<https://www.oriximina.pa.gov.br/boletim.php>>. Acesso em 21 mai. 2020.

Apesar dos riscos potenciais, e das recomendações por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), o setor da mineração no Brasil teve assegurada a continuidade de suas atividades, na contramão da política de isolamento social e preventivo que se aplica a outros setores da economia. Afinal, essas atividades foram consideradas “essenciais” pelo governo federal por meio da assinatura da Portaria nº 135/GM, de 28 de março de 2020, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia - após pressão do setor mineral, que não havia sido contemplado em portaria anterior (ÂNGELO; THE INTERCEPT, 2020a). Através desse ato de Estado, trabalhadores das mineradoras, ao lado das populações que vivem nas imediações de centenas de empreendimentos do tipo, em todo o Brasil, tornaram-se expostas ao risco de infecção, como tem acontecido, por exemplo, no Complexo Carajás - maior mina de minério de ferro do mundo, também no Pará - e na área de atuação da Fundação Renova, instituição criada pela Samarco/Vale/BHP Billiton para negociar as indenizações às famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG) (ÂNGELO; OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO, 2020; LOPO, 2020).

A pandemia que atravessamos possui, de fato, um caráter crítico, mas, para quem acompanha de perto conflitos associados à mineração (as próprias populações afetadas, movimentos sociais ou mesmo pesquisadores), assiste-se a uma repetição desse tipo de discurso que qualifica a mineração como “essencial” - discurso que parece ser levado até as últimas consequências, e que não é novo para comunidades que se relacionam com a MRN no Trombetas desde a década de 1970. Ao comentar a situação, Daniel de Souza⁴⁸⁴, liderança histórica e por muitos anos membro da organização das comunidades quilombolas do estado no Pará (Malungu), comenta a situação da região: “Ela [a MRN] continua funcionando [...]. Claro que a mineração se preocupa, mas é um pouquinho, ela é uma multinacional que ela quer saber de lucro, entendeu?” Para Lopo (2020: p. 3), há laços que unem as reflexões sobre a crise envolvendo a pandemia atual

484. Depoimento de Daniel de Souza, da comunidade Jauari, transmitido por meio de mensagem no aplicativo WhatsApp, no dia 18 de maio de 2020.

e conflitos socioambientais provocados pelo setor, uma vez que a pandemia não é um “evento” fora de nosso mundo social – mundo esse no qual, nas muitas vezes em que Estado e/ou empresas mineradoras são levados a tomar decisões em que é necessário escolher entre viabilizar sua operação ou impedir impactos socioambientais sobre territórios, a vida e a saúde desses grupos, um mesmo discurso é repetido a favor dos empreendimentos: “a economia não pode parar”. Que economia? Precisamente, a do modelo extrativista baseado na exportação de *commodities*, que sustenta lucros milionários de empresas multinacionais⁴⁸⁵.

O fato é que as atividades da MRN não pararam, foram apenas reduzidas e adaptadas. Com certa autonomia administrativa sobre Porto Trombetas, a empresa anunciou que, a partir do dia 04/05, colocaria em prática o “retorno controlado de profissionais” que estivessem em outros lugares do país⁴⁸⁶. Medidas disciplinares foram estabelecidas na Vila, como suspensão de atividades, restrições de acesso e mudanças na rotina de modo a “manter as operações mínimas”⁴⁸⁷ do empreendimento. Como resultado, a empresa comunicou, no dia 25/05, que entrou no estágio de “transmissão comunitária”, com 11 casos confirmados e 96 em investigação para a Covid-19.

Biopolítica dos poderes estatal e empresarial

Para compreender a biopolítica exercida durante a pandemia no Trombetas, é necessário considerar que as comunidades daquela região, de certa forma, vêm sendo convertidas duas vezes em *população*: uma pelo Estado e outra

485. A MRN registrou lucro líquido de R\$ 106,3 mi em 2017. Em 2018, o lucro foi 85,08% menor (R\$ 15,8 mi) em função de mudanças no planejamento produtivo da empresa. Informações do “Relatório de Administração de 2018”, disponível em: <http://www.mrn.com.br/paginas/imagens/Informaes_Financeiras/Relatorio-Administracao_2018-STM.pdf>. Acesso em mai. 2020.

486. Segundo nota publicada no site oficial da MRN. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/paginas/pt/comunicacao/noticias/retorno-controlado-de-profissionais.html>>. Acesso em 1 mai. 2020.

487. Segundo o site oficial da MRN. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/paginas/pt/comunicacao/noticias/mrn-adota-medidas-preventivas-contra-o-coronavirus.html>>. Acesso em 1 mai. 2020.

pelo empreendimento minerador da MRN, no quadro de formas de intervenção social abraçadas pelo discurso neoliberal. Como Gaviria (2015: p. 12-14) chama atenção, faz parte das estratégias de territorialização empresarial – em especial desse tipo de empreendimento mineral, dependente de localizações específicas e de operação de longo prazo – o exercício de uma forma de governo biopolítico, em que populações se tornam objeto de intervenção em suas condições de vida, inclusive para compatibilizá-las com objetivos empresariais em “prol da otimização e preservação dos processos econômicos”.

Em paralelo a medidas do governo federal, e aos planos municipais para a gestão da crise pandêmica, a MRN – investida de forte poder político e econômico – instituiu um “Comitê de Crise do Plano de Contingência à Covid-19”. Atuando em uma situação em que os poderes públicos municipais dispõem de poucos recursos, e tendo sido vista pela opinião pública como um possível vetor de propagação do vírus (em função de suas especificidades operacionais, como dito anteriormente), a mineradora investiu R\$ 4 milhões em ações que incluem a compra de 5.220 cestas básicas para distribuir a comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas; a aquisição de testes rápidos para diagnóstico da Covid-19 para uso próprio e distribuição a prefeituras locais e a realização de campanhas de prevenção. Todas essas atividades têm sido sistematicamente publicizadas em seu site oficial e no da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

Boa Vista

Boa Vista, primeiro quilombo titulado no Brasil, em 1995, está entre as comunidades mais vulneráveis à Covid-19. Vizinha imediata da MRN, a comunidade abrange 252 famílias⁴⁸⁸, confinadas em uma área relativamente

488. Segundo informações do presidente da ACROBV, Amarildo dos Santos de Jesus, Boa Vista abrange 252 famílias, aproximadamente 800 pessoas. O número considera famílias instaladas à margem direita do igarapé Água Fria, no “Sítio Conceição”, nas imediações de Porto Trombetas.

pequena se comparada às demais terras quilombolas da região. A proximidade com a empresa preocupa lideranças locais, como expressa Amarildo dos Santos de Jesus⁴⁸⁹, presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV):

A gente esperava que a MRN fechasse completamente a área dela, mas isso não aconteceu. Então tá todo mundo nervoso, com cuidado [...]. O carregamento [de navios] não parou, os navios continuam vindo direto. A casa de hóspedes continua funcionando, o aeroporto tá do mesmo jeito... Então, quem tem que se cuidar, é nós, para que, com a ajuda de Deus, a gente tire de letra isso.

Outra especificidade em relação às comunidades vizinhas, que a deixa ainda mais vulnerável, é a quantidade considerável de quilombolas que prestam serviços à mineradora e retornam diariamente às suas casas. Associados à Cooperboa - cooperativa quilombola que hoje possui aproximadamente 250 cooperados -, esses trabalhadores são submetidos à contratação precária e desempenham funções de baixa remuneração, como jardinagem, serviços domésticos e auxiliar de serviços gerais (CORREA et al, 2015). Eles não tiveram suas atividades interrompidas, como diz Amarildo: “tem setor que tá trabalhando normal. Por exemplo, o setor de zeladoria tá trabalhando normal [...]. A Coorpeboa, ela faz a manutenção nos alojamentos, né?”. Ele também explica que, face às relações jurídicas estabelecidas com a empresa, a cooperativa fica encarregada da aquisição de EPIs, o que, na prática, é uma dificuldade: “a cooperboa tem que comprar seus equipamentos de proteção, né, para proteger os trabalhadores dela. A cooperboa não parou. Tá normal, não parou, diminuiu alguns setores”.

489. Entrevista concedida por Amarildo dos Santos de Jesus, comunidade Boa Vista, via ligação telefônica, no dia 19 de maio de 2020.



Foto 01: Quilombo Boa Vista. Foto: Ítala Nepomuceno. Agosto de 2018.

Segundo Jair Cohen⁴⁹⁰, Diretor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minerais não Ferrosos do Oeste do Pará (STIEMNFOPA) – que representa empregados diretos da MRN, o que não inclui cooperados de Boa Vista – a mineradora fez alguns ajustes em suas operações, como a redução de 3 turnos (de 8 horas) para 2 turnos (de 10 horas), mantendo em exercício aproximadamente 60% seus contratados diretos (ao todo, entre 1450-1500 funcionários)⁴⁹¹ através de acordos coletivos que concederam direitos como férias e afastamentos. No entanto, “o pessoal de lavra, de mineração, esse não tem como parar”, explica. A redução, contudo, não teria impactado significativamente o planejamento produtivo da mineradora, que, por questões administrativas e de mercado, já previa a diminuição da produção esse ano, em que deve exportar aproximadamente 12 milhões de toneladas de bauxita.

490. Entrevista concedida por Jair Cohen, Diretor Presidente do STIEMNFOPA, feita via telefone no dia 19 de maio de 2020.

491. Segundo o STIEMNFOPA, entre terceirizados e funcionários diretos, a MRN mobiliza atualmente entre 7000 a 8000 trabalhadores.

Ao que parece, em que pese o risco aos quais ficam expostos todos os trabalhadores da mineração no contexto da pandemia - sujeitos a diferentes regimes de trabalhos, como terceirizados, cooperados e funcionários diretos com carteira assinada - as condições em que se encontram os associados da Cooperboa, segundo lideranças locais, parecem estar entre as mais precárias e ameaçar a segurança de Boa Vista, relegando os quilombolas a relações de subjugação e desigualdade social que historicamente caracterizam o lugar relegado a esse grupo.

Nós devia tá aquilombado, muito mais do que como era no passado⁴⁹²

Além da grande mineração, outros riscos potenciais de chegada do coronavírus aos quilombos do Trombetas estão associados à exploração de suas terras. A comunidade Pancada, no TQ Erepecuru, chegou a expedir, em 1º de maio, ofício requerendo apoio das autoridades para impedir o ingresso de turistas e garimpeiros em seu território, problema enfrentado pelas famílias do local desde longa data, como medida de proteção frente à pandemia (CPI-SP, 2020). A organização quilombola para o isolamento das comunidades é preocupação ao longo de todo o rio Erepecuru, como informa Daniel de Souza, da comunidade Jauari:

Há uma insegurança para mim, ainda, não para mim, mas para várias pessoas aqui da comunidade, há uma grande insegurança e insegurança ainda da gente [...]. Mas eu vejo que há uma segurança nossa, porque a gente tá distante, mas a segurança às vezes não é só estar distante, mas é não deixar com que outras pessoas venham proliferar aqui pra nós. [...]. Nós estamos também

492. Frase de Daniel de Souza, comunidade Jauari, rio Erepecuru, em entrevista concedida por meio de aplicativo de celular, no dia 19 de maio.

perto da fogueira, do fogo. Por que a distância que a gente tá da cidade é longa, mas em função da vinda de pessoas da cidade, passando pela cidade, encostando, a gente não sabe nem quem é, é muito complicado, né? Nós devia tá *aquilombado*, muito mais do que como era no passado, sem contato com pessoas de outro lugar, né? Mas, infelizmente, a gente já não dá mais pra ser assim, entendeu? E graças a Deus que nós estamos antenados nessa tecnologia e conversando com nossos amigos [...] pra que possa divulgar isso aqui do que tá acontecendo na nossa cidade (Daniel de Souza, da comunidade Jauari).

Até os dias finais do mês de maio quando ainda estávamos finalizando a escrita deste texto, os quilombos do Trombetas, organizados nos planos comunitários e das associações, tinham tido êxito em suas ações de defesa contra a pandemia e não haviam registrado nenhum caso de coronavírus, de modo que não estavam fazendo soma aos 203 casos de contaminação e 51 mortes em quilombos registrados no Brasil pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)⁴⁹³. Contudo, os últimos informativos da MRN, como já citados anteriormente, apontam para casos confirmados em comunidades quilombolas, porém sem dar maiores detalhes. Apesar das dificuldades na manutenção do isolamento, frente a pressões territoriais e necessidades de ir à cidade para ter acesso a serviços bancários e produtos como remédios, boa parte do sucesso até então era atribuído aos territórios, reafirmados como espaços de autonomia e garantidores de segurança alimentar, como expresso nas palavras de Aluísio Silvério⁴⁹⁴, do TQ Alto Trombetas I: “aqui, mesmo, nas nossas comunidades, nas seis comunidades da Mãe Domingas, graças a deus não apareceu esse caso [de coronavírus]. Mas, a gente tá se organizando... Nossa ferramenta

493. Segundo dados disponibilizados pelo “Observatório da Covid-19 nos Quilombos”, realização da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) com o Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://quilombosemovid19.org/>>. Acesso 31 mai. 2020.

494. Depoimento de Aluísio Silvério, TQ Alto Trombetas I, feito por meio de mensagem de áudio no aplicativo de WhatsApp, no dia 19 de maio de 2020.

aqui, é nós ficar em casa [...] A gente tá tomando uma decisão de não ir na cidade ainda, deixar essa poeira abaixar pra gente poder ir na cidade. A gente tá se alimentando aqui do nosso peixinho, da nossa farinha e do nosso beiju de tapioca... E aquilo que tem no quilombo, tomando nosso açúcar”.

Apesar do relativo grau de segurança na maioria das comunidades, elas enfrentam uma grave dificuldade de acesso a serviços médicos de emergência, como evidenciado a seguir.

O difícil acesso a leitos de UTI e outros serviços médicos

Como costuma ocorrer com as populações e comunidades rurais, negras, quilombolas e indígenas em geral, as comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas de Oriximiná são precariamente assistidas em seus direitos a serviços de saúde e saneamento. Para se ter uma ideia da vulnerabilidade dessas comunidades nessa pandemia da Covid-19, o município de Oriximiná possui apenas um respirador e nenhuma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (THE INTERCEPT, 2020). Ainda assim, para chegar até Oriximiná, moradores de comunidades com as situadas no TQ Alto Trombetas II, ou no TQ de Cachoeira Porteira, teriam de viajar de 10 a 12 horas de barco para chegar ao Hospital Municipal, de onde, caso necessário, podem ser transferidos de avião até o leito de UTI mais próximo, no Hospital Regional do Baixo Amazonas, em Santarém. A situação, quando não similar, é ainda pior para povos indígenas que vivem a montante nas Terras Indígenas (TI) Trombetas/Mapuera, Nhamundá/Mapuera e Katxuyana-Tunayana, mesmo que com o atendimento prestado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Além do acesso precário a serviços de saúde na rede pública, as comunidades ribeirinhas e quilombolas sentem-se excluídas dos serviços

oferecidos no Hospital de Porto Trombetas⁴⁹⁵, cujo atendimento é restrito a funcionários da MRN e a quilombolas por ela previamente cadastrados, geralmente de comunidades mais gravemente atingidas pelos impactos de suas atividades. Como mostram Fidelis e Carvalho (2018), a ampliação e o acesso a esse atendimento “privado” vem sendo uma reivindicação central e permanente desses grupos e sistematicamente encaminhada como condicionante no âmbito dos processos de licenciamento ambiental que tem como objetivo expandir as atividades de mineração para dentro dos territórios quilombolas (TQ Alto Trombetas I e II). A restrição no acesso a esses serviços biomédicos, reconhecidos na região como muito superiores em qualidade aos oferecidos na rede pública, escancara ainda mais a desigualdade que atinge esses grupos na distribuição desse tipo de recurso.

A nosso ver, o condicionamento total ou parcial desse acesso a “medidas mitigadoras” - no plano dos licenciamentos conduzidos pelo Estado e suas agências ambientais - pode ser compreendido como uma biopolítica exercida sobre os grupos impactados pela mineração. Saliente-se que tais medidas devem mitigar, em maior ou menor grau, impactos causados justamente por esse tipo de empreendimento sobre territórios e a saúde dos atingidos, provendo um equacionamento político de um conflito que envolve variáveis biológicas. Ademais, o acesso a serviços de saúde, nesses termos e condições, é limitado ao tempo em que a empresa estiver na região, o que não constitui esses grupos como sujeitos, cidadãos, com acesso permanente a esse direito básico e que deveria ser universal e atendido pelo Estado.

495. Casos de emergência são atendidos no Hospital de Porto Trombetas, mas, após os primeiros socorros, os pacientes não “cadastrados” para atendimento são encaminhados ao SUS. A empresa também desenvolve um programa permanente de medicina preventiva e assistencial junto a comunidades da região.

Considerações finais

Assistimos, diante das informações apresentadas e dos relatos dos agentes sociais, o exercício do poder biopolítico pelo Estado e pela MRN, maior mineradora de bauxita do Brasil, sobre as comunidades quilombolas do Trombetas no contexto da pandemia da Covid-19. Esse poder é exercido especialmente por meio das tomadas de decisão sobre formas específicas de controle sanitário e das questões atinentes à alocação de recursos para atendimento à saúde, precariamente acessados por esses grupos. A Portaria nº 135/GM de 28 de março de 2020, ato de Estado que considera mineração atividade “essencial”, e que possibilita a continuidade das atividades da exploração de bauxita naquela região, representa, sem dúvida, uma das maiores ameaças à segurança biológica das comunidades em questão -em especial, à comunidade Boa Vista, primeiro quilombo titulado do Brasil e vizinho imediato da empresa. Como o artigo mostra, a conjuntura observada vai além da questão da saúde, desenvolvendo-se no quadro de uma situação social e econômica enfrentada historicamente pelas comunidades, em que decisões são tomadas sem uma reflexão adequada sobre as consequências que se abaterão sobre elas e seus territórios, em nome da “adequação” de suas condições de vida à viabilidade da economia baseada no extrativismo mineral de larga escala.

Em outras palavras, a situação observada se articula com aspectos políticos e econômicos e, assim, passa a relacionar-se com dimensões da vida social, que, neste momento de pandemia, intrinsecamente, encontram-se conectados a questões biológicas e de saúde pública. Contudo, as comunidades quilombolas tentam desempenhar formas de autonomia, isso quando conseguem sem interferências externas, para garantir sua saúde, segurança alimentar e bem-estar. Essas estratégias de resistência estão pautadas em seus modos de vida e, sobretudo, devem ser respeitadas, garantindo assim a gestão de seus territórios orientada por suas decisões, o que envolve a garantia de acesso a serviços sanitários e de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGELO, M. **Funcionário da Vale morre por Covid-19 no Pará.** Observatório da Mineração. 11 abr. 2020. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/funcionario-da-vale-morre-por-covid-19-no-para/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

____. **Coronavírus: mesmo com empregados contaminados, Vale mantém operação e aglomeração em minas.** THE INTERCEPT, 28 mar. 2020a. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/26/coronavirus-vale-mantem-minas-operacao/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

CORREA, S. da S; RIBEIRO, A. F. A.; SILVA, R. G. da C. A subjugação da força de trabalho quilombola ao capital na Amazônia: análise sobre o quilombo Boa Vista no município de Oriximiná (PA). **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.9, Número Especial. p. 39-55, jan/jun. 2015.

CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Povos e comunidades tradicionais na Amazônia adotam medidas de prevenção ao coronavírus.** 2020. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/povos-e-comunidades-tradicionais-na-amazonia-adotam-medidas-de-prevencao-ao-coronavirus/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

FIDELIS, J. C; CARVALHO, L. G. No futuro será quilombola: etnografia multisituada sobre reconhecimento e consideração em torno da saúde no Alto Trombetas. **31ª Reunião Brasileira de Antropologia.** Brasília, DF: dez. 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I.** A vontade de saber. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

____. **Microfísica do Poder.** Org. Roberto Machado. 9ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra Ltda, 2019.

____. **Nascimento da Biopolítica.** Edição estabelecida por Michel Senellar; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAVIRIA, E. A. M. A 'vontade de governar': confluências nos modos de controle militar e empresarial do território. **Anais... XVI ENAPUR** - Espaço, planejamento e insurgências. Sessões Temáticas - Estado, planejamento e política. Belo Horizonte, 2015. p. 1-16.

LOPO, R. Covid e Mineração - a crise como o contexto e o lucro como necessidade. **Boletim n.28 - Ciências Sociais e coronavírus**. 2020. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2342-boletim-n-28-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do Poder**. Org. Roberto Machado. 9ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra Ltda, 2019.

MRN - MINERAÇÃO RIO DO NORTE. **Nota Oficial MRN**. Porto Trombetas, 2020. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/paginas/pt/comunicacao/noticias/nota-oficial-mrn.html>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

PINTO, L. F. P. **A mineradora brasileira das multinacionais**. Publicado em: Amazônia Real. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/a-mineradora-brasileira-das-multinacionais/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

VARGA, I. v.; CARDOSO, R. L. S.; VIANA, R. L.; COSTA, A. H. F.; SANTOS, M. S. P.; FERREIRA, D. F.; DEURSEN, M. A. P. O.; FERREIRA, L. A. Vulnerabilidade em Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas Frente à Covid-19. **Boletim n.28 - Ciências Sociais e coronavírus**. 2020. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2342-boletim-n-28-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

WENZEL, F. **Coronavírus: casos suspeitos em mineradora acendem alerta sobre comunidades da Amazônia**. THE INTERCEPT, 18 mar. 2020b. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/18/mineradora-casos-coronavirus-comunidades-amazonia/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

**TERRITÓRIO DA SEGURANÇA
PÚBLICA**

COVID-19 E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PANDEMIA NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS

Ernandes Herculano Saraiva³⁶³

Guilherme José Sette Junior³⁶⁴

Maxwell Marques Mesquita³⁶⁵

Introdução

O artigo é voltado para um processo reflexivo no que tange à COVID-19 na segurança pública, sobretudo na Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Com isso, objetiva-se analisar os instrumentos de prevenção adotados pela instituição aos policiais, como também, ponderar os mecanismos de ensino e orientação antes e no decorrer da Pandemia, bem como avaliar os impactos da doença na corporação. O trabalho se torna importante na seara da segurança pública e das ciências sociais uma vez que expor as condições de trabalho do ‘universo’ dos policiais militares, sobretudo em períodos de Pandemia, é descortinar uma realidade até então ignorada. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde os resultados obtidos descrevem a importância de ações

363. Graduado em Direito pela *Laureate International Universities*- UNINORTE; Advogado. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA). Técnico em Segurança Pública pelo IESP/AM - Pesquisador Científico do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV/UEA) – Tefé – Amazonas – Brasil. email: ehs.advogado@gmail.com Fone: (092) 98222-9540

364. Graduado em Segurança Pública (UEA), Especialista em Administração Pública (FIG), em Gestão Pública aplicada à Segurança (UEA), em Ciências Jurídicas (UCS) e em Docência do Ensino Superior (Uni-LaSalle), Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA). Pesquisador Científico do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV/UEA) e do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas e Planejamento Governamental (NUPEP/UEA). Oficial da Polícia Militar do Amazonas; e-mail: bpisette@gmail.com

365. Graduado em Segurança Pública e em Sistemas de Informação; Especialista em Administração Estratégica, Inteligência Policial, Gestão de Projetos, Gestão de Segurança e em Tecnologia da Informação; Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA). Pesquisador Científico do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV/UEA). Oficial da Polícia Militar do Estado do Amazonas. maxwell_mesquita@hotmail.com

paliativas tomadas pelo Comando da PMAM, e os instrumentos adotados por ela para evitar um contágio em massa dos policiais militares em serviço. As conclusões deste estudo detectaram que houve empenho institucional para combater a pandemia, bem como apoio de organizações externas para tal mister, contudo, incapazes, em parte, de impedir contaminações e óbitos entre policiais militares. Outro fato importante analisado, foi que não existem políticas públicas voltadas a ações preventivas e CheckUp à saúde dos policiais militares, sequer plano de saúde. Sendo assim, este trabalho reflete sobre os aspectos mais frequentes no âmbito castrense, no que tange à saúde dos policiais, os meios de prevenção adotados pela instituição e às políticas de combate à Pandemia aos profissionais da ceara castrense.

Compreendido como um diagnóstico sucinto, tendo como foco a instituição Polícia Militar, este trabalho possui a capacidade de fornecer não somente dados e informações quanto às ações implementadas pela PMAM em período de Pandemia, mas conhecimentos fundamentais para a formulação ou/e implementação de políticas públicas voltadas aos policiais desta instituição.

Conhecer as condições de saúde física e de risco dos ‘trabalhadores policiais’ em plena pandemia significa poder avaliar as consequências das condições de trabalho neste período impostas a eles. Avaliar também os problemas de saúde, o estresse e o sofrimento mental em razão do trabalho em pleno caos na saúde pública permitirá mensurar o nível de pressão física, emocional e psicológica que os policiais estão sujeitos.

Refletir sobre as condições e a qualidade da vida dos policiais militares é reconhecer sua condição de ser humano. Analisar os aspectos do *locus* de trabalho e interação policial e o acesso à saúde e à informação é reconhecer sua real condição para o pleno exercício de sua função social. O resultado da pesquisa, em sua essência, busca conjecturar o ‘trabalhador policial militar’ em plena propagação da COVID-19, sua condição de trabalho, saúde e o risco de contágio envolvendo os profissionais.

Outrossim, busca-se derrubar o mito do militar superior ao tempo e às adversidades, como muito é disseminado no seio da instituição. Mostrar que o policial é um ser humano vulnerável a qualquer vírus, que nem sempre o ‘chicote da necessidade fará a ideia galopar’, pois militares também são pais, mães, filhos e filhas, possuem fraquezas, passam por dificuldades e merecem o retorno ao seu lar, mesmo arriscando suas vidas no cumprimento da lei.

O principal objetivo será refletir sobre as ações de prevenções tomadas pela Polícia Militar do Amazonas para com os policiais militares no período da pandemia, bem como associar o contágio do vírus na sociedade e a saúde mental e física dos profissionais neste íterim no serviço policial ostensivo.

E para analisar estes mecanismos preventivos e a saúde dos policiais militares, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e em fontes oficiais da instituição e do estado, bem como de matérias jornalísticas consultadas em a rede eletrônica (internet), realizando o levantamento de todas as ações que foram divulgadas acerca desta atenção institucional voltada ao profissional que está na linha de frente no combate à COVID-19, o número de vítimas, dos infectados e recuperados.

Deste modo, em respeito ao direito fundamental à vida, proposto pela Constituição Federal do Brasil, o trabalho mostra-se como relevante e necessário observando que ele envolve a preservação da vida humana, ou seja, da vida do servidor militar que permanece trabalhando enquanto arrisca sua vida ao ter maiores possibilidades de se contaminar com o vírus.

O surgimento da COVID-19 na PMAM e os policiais vítimas da pandemia

No último dia do ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu o alerta da China sobre casos identificados de infecções virais de origem desconhecida, tal vírus ficou conhecido como SARS-CoV-2 e a

doença denominada de COVID-19. Somente no dia 11 de março a doença foi declarada como uma pandemia de nível mundial com capacidade de contágio muito elevada (LIMA *et al*, 2020).

Segundo o Governo do Estado do Amazonas, o primeiro caso confirmado de coronavírus deu-se no dia 13 (treze) de março e até o dia 30 (trinta) de maio este número aumentou vertiginosamente para o quantitativo de 40.560 (quarenta mil, quinhentas e sessenta) pessoas infectadas, sem contabilizar aquelas que sequer fizeram o exame médico.

Já no que diz respeito ao início das infecções do coronavírus na PMAM, segundo o Portal G1 (2020), as informações datam do dia 03 (três), de abril, onde um Sargento aposentado foi a óbito com a causa confirmada pela COVID-19. Já segundo, o Portal do Holanda (2020), em 13 (treze) de abril, ocorreu a primeira morte de um policial da ativa (profissionais que atuam na corporação), de 43 (quarenta e três), anos de idade. Ele teria apresentado os sintomas da infecção como febre, dor de cabeça e dificuldade de respirar; e tido contato com diversas outras pessoas do quartel, deixando-as expostas ao contágio.

No mesmo dia 13 (treze), um Tenente foi o primeiro a ter seu óbito confirmado pela COVID-19, com isto, muitos militares da tropa começaram a atentar mais para as medidas de precaução no que diz respeito à proliferação do vírus. A própria PMAM (2020) deu a notícia agradecendo pelos seus serviços prestados enquanto em vida.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, até o dia 29 (vinte e nove) de maio, 292 (duzentos e noventa e dois) policiais militares da ativa possuíam a confirmação da infecção pelo COVID-19, destes, 84 (oitenta e quatro) permaneciam em isolamento social, 01 (um) internado e 08 (oito) óbitos constatados.

Não foram localizadas fontes oficiais para confirmar o número de policiais militares da reserva ou reformados infectados ou que foram a óbito.

Mecanismos preventivos adotados pela PMAM aos policiais militares em serviço e o assistencialismo às famílias dos policiais vítimas da COVID-19

Realizando uma pesquisa minuciosa nos dados oficiais da Polícia Militar do Amazonas, verificou-se que a primeira ação empregada pela instituição a fim de conter a proliferação do vírus entre os policiais militares da ativa ocorreu no dia 22 (vinte e dois) de março de 2020 (dois mil e vinte), um domingo, com a higienização e descontaminação de viaturas operacionais com aplicação de ozônio.

Já na noite do dia 23 (vinte e três) de março (segunda-feira) de 2020 (dois mil e vinte), a Polícia Militar iniciou a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivos (EPC) como luvas, máscaras e álcool em gel. A iniciativa teve início na capital, entretanto, a instituição afirmou que a medida se estenderia para o interior, a fim de alcançar todo efetivo da organização. A distribuição dos EPIs e EPCs ocorreu no Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICC-R), localizado no bairro Petrópolis, zona centro-sul de Manaus, capital do Amazonas.



Figura 01: Distribuição de EPIs e EPCs pela PMAM. Fonte: PMAM

Desde o dia 24 de março, a Organização Policial vem enviando equipes especializadas em limpeza para unidades operacionais da capital e interior do Amazonas. Segundo a PMAM, a ação visa à descontaminação de ambientes internos e externos com técnicas de ionização e aplicação de produtos antibactericidas. Segundo a corporação, esta ação também tem como objetivo inibir a possibilidade de propagação da SARS-CoV-2.

No dia 17 de abril, a Polícia Militar lançou um módulo do aplicativo SASI do Governo do Estado. Segundo a instituição, por meio deste aplicativo, os policiais militares teriam acesso a consultas virtuais com médicos da Diretoria de Saúde da PMAM que fariam o primeiro atendimento aos profissionais com sintomas da COVID-19. O acesso ao SASI é realizado por meio de um cadastro que o policial com sintomas deveria preencher no momento do acesso, utilizando um código de acesso que foi disponibilizado para estes. Verificou-se que um vídeo explicativo também foi produzido e veiculado nas mídias sociais oficiais da PMAM com o passo a passo para acesso ao aplicativo.

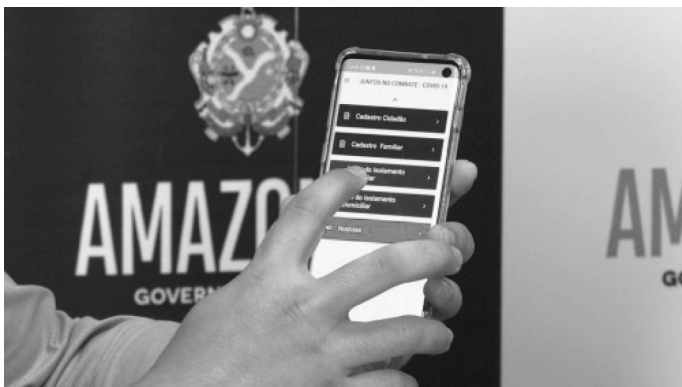


Figura 02: Imagens do SASI em funcionamento. Fonte: PMAM

Já no dia 20 de abril, a Polícia Militar passou a realizar testes rápidos nos policiais militares que apresentassem sintomas característicos da COVID-19. Após triagem realizada através do atendimento virtual feito pelo SASI, aos que apresentarem indicação para a testagem, eram definidas data e hora para a realização do exame, que é realizado no Hospital da Polícia Militar (HPM), no Comando Geral, bairro Petrópolis, os quais continuam sendo realizados pela corporação. Os resultados do teste para COVID-19 são emitidos em, aproximadamente, 30 (trinta) minutos.



Figura 03: Imagens do laboratório de testagem para a COVID-19. Fonte: PMAM

Já no dia 24 de abril, sexta-feira, o Hospital da Polícia Militar recebeu da Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM) uma ambulância para auxiliar no transporte dos policiais militares que precisarem de atendimento nas unidades de saúde. A entrega foi realizada no Centro Integrado de Comando e Controle.



Figura 04: Ambulância recebida pela PMAM. Fonte: PMAM

Em 25 de abril, sábado, a instituição iniciou uma campanha de imunização de síndromes gripais, em sistema *drive thru*, onde uma fila de carros é formada e os policiais recebem a vacina sem saírem de seus veículos, reduzindo a exposição e possibilidade de contágio. Segundo divulgado pela corporação, mais de cinco mil vacinas foram disponibilizadas aos policiais militares. A medida, inicialmente, voltou-se aos policiais das Unidades Operacionais e posteriormente foi estendida ao efetivo administrativo e também policiais militares da reserva e reformados.



Figura 04: Policiais militares recebendo a vacina no sistema *drive thru*. Fonte: PMAM

Seguindo com ações de prevenção à COVID-19, no dia 28 (vinte e oito) de abril, a Polícia Militar lançou uma cartilha virtual com informações sobre o novo coronavírus e a COVID-19, adaptada à rotina dos policiais. Ao consultar a cartilha que está disponibilizada no site da PMAM, verificou-se que esta traz orientações divulgadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (Susam), informando como o vírus é transmitido, como age no organismo e os sintomas que o infectado apresenta. Ela traz ainda para os policiais militares informações acerca das medidas de segurança em relação à COVID-19, ao uso correto da máscara, atitudes preventivas no ambiente de trabalho, seja administrativo ou operacional, além de cuidados em casa e medidas para manter a saúde mental. Destaca-se, ainda neste contexto, que a cartilha tem orientações voltadas à família do militar, corroborando com a saúde tanto do policial quanto para as pessoas que ele mantém contato quando está trabalhando na rua.



Figura 05: Cartilha digital “Dicas aos policiais militares”. Fonte: PMAM

Constatou-se também que um segundo informativo digital foi confeccionado pela Polícia Militar e difundido entre os policiais para orientá-los quanto à realização do exame sorológico que detecta a doença. Segundo

a instituição, observou-se que ainda havia dúvidas a respeito dos testes para o diagnóstico da COVID-19, por este motivo, criou-se um informativo mais detalhado. Além destes documentos informativos, verificou-se que vídeos foram elaborados e compartilhados pela PMAM com o mesmo objetivo.

Já no início do mês de maio (04/05), a PMAM iniciou uma distribuição de medicamentos para o tratamento de policiais que apresentassem diagnóstico positivo para COVID-19 e indicação para o uso destes. O policial militar, da ativa, reserva ou reformado, que precisasse dos remédios, munidos da receita médica, carteira de identidade militar e termo de consentimento devidamente assinado, teria acesso aos medicamentos. A distribuição estaria ocorrendo no Comando Geral da PMAM, localizado no bairro Petrópolis. Segundo a corporação, o maior objetivo da polícia com esta iniciativa é dar à tropa acesso rápido aos medicamentos, visando aumentar o êxito em sua recuperação.



Figura 06: Militar recebendo medicamento. Fonte: PMAM

Por fim, cabe destacar que, segundo a instituição, os policiais vêm recebendo visitas de profissionais da saúde em suas unidades operacionais a fim de constatar a saúde destes.

Papel de organizações civis e da iniciativa privada no combate ao vírus no âmbito da PMAM

Algumas organizações externas à polícia militar tiveram sua contribuição no combate à propagação da COVID-19, uma destas foi a Associação de Cabos e Soldados (ACS), que, começando a prevenção no dia primeiro de abril, realizou a entrega de materiais de higiene e de proteção individual aos militares da zona norte e leste de Manaus, bem como do complexo de presídios localizado na BR-174.

Complementando a prevenção, a ACS, no dia dezesseis de abril, seguiu realizando a entrega de EPIs aos militares das zonas oeste e sul de Manaus. Tal ação também incluiu unidades especializadas como Batalhão de Trânsito, Rondas Ostensivas Cândido Mariano e Força Tática.

Já no dia quatro de maio, a Associação dos Cabos e Soldados fez uma parceria com uma empresa hospitalar e obteve alguns EPIs que foram doados aos militares que trabalham nos presídios da capital amazonense, servidores das 11^a, 20^a e 23^a Companhias Interativas Comunitárias e, por fim, ao Projeto Policial Procyon.



Figura 07: doação de EPIs pela ASC. Fonte: PMAM

Conforme imagem acima, no dia 28 de maio, a Diretoria de Apoio Logístico (DAL) da PMAM recebeu mais 250 (trezentos) protetores faciais, *face shields*. Este material inicialmente foi doado para a instituição através de uma empresa parceira, a qual destinou o produto para a Associação dos Cabos e Soldados e, posteriormente, à Polícia Militar.

Na tarde de 09 (nove) de abril, 800 (oitocentas) máscaras de proteção individual foram doadas à instituição pela empresa Rebool Camisaria e Comunicação Visual. Segundo os proprietários da empresa, a cada cinco máscaras vendidas pela empresa, é realizada a doação de uma máscara aos profissionais de segurança pública. Conforme a corporação, este material recebido seria destinado a policiais militares do interior do estado.

Ainda no dia 13 (treze) de maio, a Bemol Farma realizou a doação de 200 (duzentas) caixas de azitromicina para o tratamento dos policiais militares acometidos com a doença.

Já, no dia 28 de maio, a empresa Masa Molds doou 800 protetores faciais à instituição. Os equipamentos foram entregues na Diretoria de Apoio Logístico da corporação.

Reflexão crítica à saúde preventiva dos Policiais Militares do Amazonas

Foi notório o empenho institucional da Polícia Militar do Amazonas para o enfrentamento da pandemia e prevenção da disseminação da COVID – 19 entre seus profissionais. Ter uma estrutura de saúde, apesar de pequena, mostrou-se importante à corporação no combate à pandemia.

Cabe ressaltar, que a participação de Associação de Classe e empresas privadas contribuiu sobremaneira para subsidiar a corporação com insumos voltados para a prevenção e tratamento frente ao coronavírus.

Contudo, mesmo com os esforços supramencionados, somente entre profissionais da ativa, até 29 (vinte e nove) de maio, 292 (duzentos e noventa e dois) policiais militares da ativa possuíam a confirmação da infecção pelo COVID-19 e 08 (oito) faleceram em decorrência do coronavírus. Isto expõe como estes profissionais são susceptíveis a toda sorte de contaminações quando estão em atividade.

Mesmo aferindo o empenho institucional para combater esta disseminação, é possível concluir que foram ações paliativas, que podem se esvaziar ao encerrar este período, deixando os profissionais de segurança pública expostos a uma baixa qualidade de vida no que tange a sua saúde. Já que não se constatou ações anteriores à pandemia de *CheckUp* à saúde dos policiais militares, bem como não se detectou disponibilização de plano de saúde.

Assim, faz imperativo atentar para a necessidade de políticas públicas voltadas para saúde física e mental dos policiais militares. Não somente em meio a uma pandemia, mas de forma contínua na corporação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACS - ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.acsamazonas.com.br/>> acesso em 28 mai. 2020.

ACRITICA. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/coronavirus/news/tenente-da-policia-militar-jose-nildo-meireles-morre-vitima-da-covid-19-no-am>> Acessado em: 28 mai. 2020.

BOLETIM ODS ATLAS AMAZONAS. Vol 2 Especial n.o 8, maio-2020. ISSN: 2675-0384. Editora da Universidade Federal do Amazonas

G1 - AMAZONAS. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/05/08/sargento-da-pm-morre-de-covid-19-em-manaus-e-esposa-relata-drama-apos-entrar-na-upa-nunca-mais-o-vi.ghtml> Acessado em: 29 mai. 2020.

LIMA, Max; LEÃO, Jeremias; CABRAL, Celso; DIAS, Sílvia; SILVA, Diego da; STEINMETZ, W.Alexander; COSTA, José Mir; BITA, Sandro; DUCZMAL, Luiz H.; ALMEIDA, Alexandre Celestino L. **Relatório Técnico: Resposta ao OFÍCIO N.º0174/2020-GP/FAPEAM.** 2020.

PMAM – Polícia Militar do Amazonas. Disponível em: <<http://www.pm.am.gov.br>> Acessado em: 26 mai. 2020.

PORTAL DO HOLANDA. Disponível em: <<https://www.portaldoholanda.com.br/manaus-amazonas-0/em-manaus-policiais-militares-ficam-em-alerta-apos-sargen>> Acesso em: 27 mai. 2020.

TERRITÓRIOS DA ENFERMAGEM

LENDO “A PESTE” DE ALBERT CAMUS, EM CONTEXTO DO COVID-19

Gilberta Acselrad³⁶⁶

Em meio a pandemia e pandemônio político, retomo leituras que me esperavam por *falta de tempo*, que agora tenho; afinal estou em casa. Como muitos amigos, releio o romance de Albert Camus, *A peste*. Retomo mais uma vez essa leitura na esperança quem sabe de encontrar experiências semelhantes, questões, esperança. No romance, na cidade de Oran, numa primavera de um dos anos 40, no século XX, a vida transcorria de forma banal, até que aparecem ratos morrendo nas escadas de um prédio, depois em outros, depois aos montes nas ruas, afinal se espalhando por toda a cidade. Um dia desaparecem e as pessoas ficam aliviadas achando que *o problema acabou*. Mas aí são as pessoas que começam a adoecer...febre, gânglios linfáticos no pescoço, axilas e virilha, prostração, dor de cabeça, sede, vômitos, delírios. *Quando morre o porteiro Michel, começa o medo e a reflexão*. A epidemia é constatada pelos médicos que narram e dirigem os acontecimentos. São eles que alertam as autoridades quanto à necessidade de decretar estado de epidemia, quanto às medidas de isolamento, e a estrutura necessária para o momento.

Minha sensação é de espanto a cada dia que abro os olhos. E como se sentiam os habitantes de Oran, do romance? Leio que compreendiam que houve no mundo tantas pestes quanto guerras e afinal os flagelos são uma coisa comum, mas temos dificuldade em acreditar neles quando chega a nossa vez. Tinham uma sensação de irrealidade, de um sonho mau que vai passar. O narrador do romance de Camus nos diz que *nem sempre ele passa, são os homens que passam, e os humanistas em primeiro lugar, porque não tomaram as suas precauções*. Com a peste, sentiam o futuro em suspenso, assim como os deslocamentos, as reflexões. O desânimo diante do futuro era geral.

366. Enfermeira aposentada, Mestra em Psicologia da Educação

Na verdade, uma das consequências mais importantes do fechamento das portas foi a súbita separação em que foram colocados seres que para isso não estavam preparados (...) irremediavelmente afastados, impedidos de se encontrarem. Sensação de um exílio, esse vazio que trazíamos constantemente em nós, essa impressão precisa, o desejo irracional de voltar atrás, ou pelo contrário, de acelerar a marcha do tempo (...) nossa separação estava destinada a durar e devíamos nos entender com o tempo. Reduzidos ao passado e a incerteza quanto a viver no futuro. Como os exilados, viviam com uma memória que não servia para nada. Sentiam que havia na desgraça uma parte de abstração e irrealdade. Mas quando a abstração começa a matar-nos, é necessário que nos ocupemos da abstração. Perceberam que já não havia destinos individuais, mas uma história coletiva que era a peste e os sentimentos compartilhados por todos. Medo, revolta, dor da separação, abatimento. Assim, tudo se tornava presente para eles. Ao mesmo tempo, uma sensibilidade aguçada, parece ter sido para alguns uma das grandes revoluções da doença: pela primeira vez todos se tornavam sensíveis às cores do céu e aos odores da terra causados pela mudança das estações, os gritos dos pássaros, o cheiro das flores, a mudança do tempo. Teria sido a peste/covid a única maneira de juntar as pessoas? E quantos de nós, também, não somos hoje atravessados por esses mesmos sentimentos, relatados no romance?

Ao lado do fechamento das fronteiras, medidas internas também foram tomadas, no romance, por sugestão e comando dos profissionais de saúde. Comércio fechado, ruas vazias, as pessoas em casa para evitar contágio. O medo dentro de casa é tão forte quanto fora dela. As formas de transmissão da peste eram mais conhecidas na época do romance. Hoje temos alguma noção, mas ainda nos sentimos meio às cegas com relação ao covid. No romance e hoje, são constantes a negação da doença, o continuar vivendo como se nada fora, em bares e festas, em que pese o medo do contágio, o medo do outro, a propagação da doença de forma exponencial, a ideia de que o contágio não é absoluto, *não se trata de ver as coisas de forma inevitável, mas sim tomar as precauções, mas em quatro dias a febre deu quatro saltos surpreendentes: dezesseis mortos, vinte e quatro, vinte e oito, trinta e dois.* No interior da própria cidade

teve-se a ideia de isolar certos bairros. Na quarentena organizada em Oran, *membros de uma mesma família poderiam ser isolados uns dos outros*. Se um tivesse sido infectado, sem o saber, era preciso não multiplicar as possibilidades da doença (...) e essa *separação deixava as pessoas perturbadas*.

Em Oran, há um personagem que se aproveita do abalo da economia que chega com a epidemia. Está sempre de bom humor e feliz, faz negócios em mercado paralelo, com preços exorbitantes, enriquece com a desgraça da população, sem nenhum escrúpulo, como se fosse um *direito*, como hoje vemos acontecer de certa forma entre nós, com o mercado dos respiradores, dos remédios com preços majorados, alguns com promessas de cura ainda não comprovada, com riscos graves para quem já está fragilizado, sendo comum os que se aproveitam do momento. Foram mantidos os *serviços que eram indispensáveis* considerando o abalo na atividade econômica, *mas a especulação interviu e oferecia a preços fabulosos os gêneros de primeira necessidade que faltavam no mercado habitual*. *As famílias pobres ficavam numa situação muito difícil, enquanto às ricas não faltava praticamente nada*. A peste/*covid* trouxera a *desorganização da vida econômica, e suscitou um número considerável de desempregados, a miséria mostrou-se mais forte que o medo, tanto mais que o trabalho era pago na proporção dos riscos*. *Ao passo que a peste deveria ter reforçado a igualdade entre os nossos concidadãos, ao contrário, tornava mais acentuado no coração dos homens, o sentimento da injustiça*. Nos dias de hoje quantas semelhanças...

Fechadas as fronteiras, em Oran, rapidamente, correio e telefone pararam de funcionar. A população perdeu o contato com os parentes e amigos que estavam fora de seus limites. Ninguém e nenhuma notícia chegava à cidade a partir da epidemia da peste. Nada do que se passava dentro dos seus limites é conhecido em outras cidades e países. Um personagem jornalista chega à cidade para fazer uma matéria sobre o lugar e se desespera quando fecham as fronteiras, tenta se evadir na maior parte do tempo, *não faço parte daqui, tenho uma mulher a minha espera e com ela quero me encontrar*. Sente-se sem função e quer burlar a vigilância na fronteira, tenta várias vezes fugir. A

comunicação entre as pessoas que moravam em prédios com terraços, era possível como hoje vemos em tantos lugares no mundo e aqui: a comunicação pelas janelas que se tornaram nossas *portas* possíveis.

Mas além das janelas, hoje, nossa comunicação é garantida pela tecnologia que nos mantém ligados. Estamos, alguns mais, outros menos, em contato. Nem todos têm acesso pleno, os que moram nas ruas permanecem à margem, já viviam dessa forma. Mas para uma parcela da população, a comunicação não se interrompeu. Para esses, a dor da separação existe, entre pais e filhos, entre avós e netos, entre amigos, entre namorados, mas resta a possibilidade de comunicação pelo vídeo. Quanto aos jornalistas, hoje, não estão sem função, há correspondentes em todas partes do mundo e informam a cada dia onde e quando a pandemia recua, torna a avançar. Algumas redes de comunicação autorizam seus jornalistas e eles se contrapõem, alguns timidamente, outros de forma um pouco mais clara, ao desgoverno que *abraça* o vírus, afirmam a importância do isolamento social, adotado em toda parte como medida de proteção. Acompanham o momento e como antes não faziam, colocam *no ar* a saúde e a importância de que seja pública, a fala dos médicos, dos cientistas, a pesquisa sobre remédios e vacinas *que vai demorar, mas avança*. Dão destaque aos nomes, rostos e a história dos que morreram, mostrando que deixaram família e que, na sua maioria, têm cor negra, são pobres. A tela da televisão e da internet se enchem de jornalistas e professores e pesquisadores negros. De repente descobrem a desigualdade e o racismo há tantos séculos presente nas relações. Fica claro que no dia a dia, e ainda mais face à pandemia, *nunca estivemos no mesmo barco* e como isso faz diferença.

No romance, um médico narra os acontecimentos. Um outro personagem, de profissão não determinada, estrangeiro recém chegado à cidade, escreve a crônica *deste momento difícil, se empenhando em ver as coisas e os seres por um binóculo ao contrário* e que tem como maior desejo *encontrar a paz*. Essa crônica acompanha e reforça a fala do narrador. No Brasil, médicos, enfermeiras e voluntários são os personagens principais como em Oran, porque estão na linha de frente, cuidando da população, pesquisando o

vírus, medicamentos e vacinas. A estrutura dos hospitais, leitos e materiais são precários, não dão conta das necessidades, tanto no romance e como em muitos países e, também, no Brasil. Mas vida e saúde nunca foram uma prioridade de investimento no sistema em que vivemos, não é mesmo?

Faz diferença notar que o protagonismo dos profissionais de saúde, pesquisa sobre remédios e vacinas, no romance, atravessa toda a narrativa sobre a epidemia o que é natural porque detém o saber e o fazer fundamental para controlar a peste. No Brasil, esse protagonismo, de início, é forte e reconhecido. Mas nota-se que seu poder de decisão vai se tornando, na medida em que a pandemia avança, restrito aos hospitais e centros de pesquisa. Com o desgoverno atual, militares tomam o comando da saúde, sem a competência de saúde pública que o momento requer. Profissionais de saúde ainda aparecem nos meios de comunicação alertando sobre o contágio, a necessidade de que todos fiquem em suas casas, a urgência do amparo governamental aos que não têm como se sustentar, mas ficam em segundo plano, quando não são agredidos, alguns ameaçados de morte. O que seria necessário, ou seja, privilegiar uma estrutura de proteção, um sistema de saúde, mesmo sabendo que foi sucateado e por isso mesmo não está à altura da pandemia, mais ainda se fragiliza. A isso se soma de forma macabra, o fato de que em plena curva ascendente do contágio e número de mortos, governos e prefeituras *flexibilizam* a economia, e lojas e shoppings são abertos ao público.

A luta contra o tempo, pelo tempo, é constante no decorrer da epidemia. No romance, a preocupação quanto a se *epidemia está andando muito rápido agora*, tem como resposta *não se trata de ir mais rápido, a curva da estatística subia mais devagar, mas não temos mais os meios de luta contra a peste, não são mais suficientes*. O tempo é sempre uma preocupação, *não consigo suportar a ideia de que isso vai demorar muito, aos trinta anos começa-se a envelhecer e é preciso aproveitar tudo*.

A preocupação com os dados fundamental para orientar o que fazer, constante no romance - *esses cálculos doutor, não tem sentido, sabe tão bem quanto eu. Há cem anos, uma epidemia de peste matou todos os habitantes de uma cidade na*

Pérsia, exceto precisamente o lavador de defuntos que nunca tinha deixado de exercer a profissão! Hoje, entre nós, na pandemia que vivemos, também há instituições que buscam estabelecer dados confiáveis, enquanto o desgoverno quer *ser otimista* e divulga dados de cura, reconta/alterando números de mortos.

Constante em tempos de epidemia, como no romance e nas nossas vidas hoje, a morte é sempre uma ameaça. *Ab, e se fosse um terremoto? Uma boa sacudidela e não se fala mais nisso. Contam-se os mortos, os vivos e pronto. Mas esta porcaria de doença? Até os que não a apanham, parecem trazê-la no coração é a fala de um personagem.* No romance e hoje há semelhanças - *os doentes morriam longe da família e tinham sido proibidos os velórios rituais, a família era avisada, mas não podia deslocar-se por estar de quarentena, tudo feito muito rapidamente pelas autoridades sanitárias, religiosas e guardas. No dia seguinte os parentes eram convidados a assinar o registro.* O impacto terrível da morte de uma criança, no romance, traz à tona a oposição entre o discurso da religião e o da medicina, diante do sofrimento e da morte quando o padre Paneloux diz *talvez devamos amar o que não conseguimos compreender* e é confrontado com a reação do médico Rieux - *não, padre, tenho outra ideia do amor, e vou recusar até à morte amar esta criação em que as crianças são torturadas.*

O aprendizado dos momentos descritos no romance de Camus e que pode nos ajudar nessa travessia é bem traduzida por um personagem estrangeiro Tarrou, que diz ter se tornando um homem quando percebeu que *hoje estão todos no furor do crime* e que *é preciso fazer o necessário para deixar de ser um empestado* e que fora por isso que decidira *recusar tudo o que de perto ou de longe por boas ou más razões, faz morrer, ou justifica que se faça morrer*, sendo preciso *vigiar sem descanso para não respirar na cara do outro e transmitir-lhe a infecção...um homem direito é aquele que não infecta ninguém e assim decidi pôr-me ao lado das vítimas, em todas as ocasiões, para limitar os prejuízos.* Mais ao fim do romance, a fala sobre o quanto pode fazer um médico, segundo o narrador, que diz ser seu trabalho defender os doentes, *como posso, não me habituei a ver morrer, minhas vitórias serão efêmeras, eu sei, mas não é uma razão para deixar de lutar.* A conclusão era sempre o que eles sabiam - *era preciso lutar, desta ou daquela maneira, e não cair de joelhos.*

No romance de Camus, a epidemia é uma metáfora do avanço nazi-fascista, durante a 2ª Grande Guerra Mundial. Hoje, no século XXI e no Brasil, a cada dia vemos nossa frágil democracia se esfarelar diante do avanço de um desgoverno eleito sabe-se lá como, que se caracteriza pelo desmantelamento dos direitos mais ou menos conquistados: a educação e saúde públicas, as medidas de proteção do meio ambiente, os direitos humanos, os direitos dos povos indígenas e a demarcação de suas terras de fato o que sobrou de suas terras tomadas na colonização, os direitos das populações negras, os direitos à diversidade de gênero, o direito à cultura, ciência, pesquisa. Durante a crise sanitária causada pelo *covid* todo esse desmantelamento vem se acirrando. A violência da pandemia se soma a outras violências que caracterizam este país desde sempre, e essa perda de direitos e a desigualdade social extrema ficam mais ainda expostas. São os negros, não brancos, pobres e moradores de periferia, são os povos indígenas atingidos pela maioria do contágio e mortes. Vivemos uma *guerra particular*, não declarada, vivemos também uma *ocupação*?

Hoje, a releitura do romance, me traz a fala do autor que me parece tão verdadeira qual seja, a de que *nos julgamos livres, mas nunca alguém o será enquanto houver flagelos*. Em Oran, a epidemia impensável dura nove meses. Curiosa a duração do tempo de uma gestação, possibilidade (não uma certeza) de pensar um novo modo de viver, de busca de novos espaços. O narrador médico, no dia da “libertação”, assim é chamado o dia em que a epidemia tem fim, quer ir para as montanhas, perto da floresta. Mas a frase acima faz pensar que se a epidemia, sem dúvida é um flagelo, os flagelos não se reduzem a ela. Guerras mundiais, regimes políticos como o fascismo e suas versões mais próximas de nós, também são flagelos, dizem populações e culturas. Também na democracia capitalista, a crise do excesso de produção vivida de forma aguda em 2020, associada ao *covid* e, sob governos que reduzem direitos da população, expõe, com o confinamento, sem dúvida necessário para reduzir o contágio e mortes, o quanto pode ser interpretado como acelerador de desigualdades que transbordam³⁶⁷. No Brasil

367. Lepage, F. Covid-19, l’ami des dominants, Equipe de l’ardeur, Education Populaire Politique, 2020.

atual (2019-2020...), o governo, além de reduzir direitos, a cada dia caminha para um modo atualizado de fascismo: alguns grupos sociais são escolhidos, discriminados e vítimas de violência “os empesteados” pobres e nordestinos (*perdedores*), negros (*se pesa em arrobas*), gays (*degenerados*), mulheres (*fraquejadas*), artistas (*vivem às custas do governo*), vítimas de violência.

Na ficção, depois de nove meses, algumas pessoas se recuperaram, houve redução dos índices de contágio e óbitos, *a doença partira como viera*. E nós hoje? Quanto tempo ainda teremos de conviver com o *covid*? Às vezes penso que é urgente sabermos viver com intensidade esse tempo de agora, por mais doloroso que seja, para que uma reconstrução seja possível, e desde já iniciar essa reconstrução, a cada dia. Assim, quando algum dia, voltar o otimismo, com as ruas iluminadas, vendo de perto os rostos familiares, em que pese todo o sofrimento, não tenha sido em vão esse tempo. A atualidade do romance de Camus impressiona, agora em 2020, quando vivemos a pandemia do *covid*. Alguém me lembra que a história registra que os ameríndios, invadidos pelos conquistadores, também se dispersaram, para sobreviver. Vivemos em confronto a conquistadores ainda hoje? Teremos que ir para as montanhas, a floresta, algum lugar, como alguns personagens de Camus fizeram depois da peste? E onde estão os lugares que não nos coloquem em guerra uns contra os outros? Mais do que de uma doença, Camus nos faz pensar nos flagelos da violência e que a liberdade e sua alegria precisam ser preservadas com atenção, afinal, *esta alegria estava sempre ameaçada... e talvez um dia a peste acordaria seus ratos*.

* * * *

M. tem 6 anos e observa uma lagarta. Espera que ela vire uma borboleta e diz: “Ela está no casulo. Nós também estamos, não é?” Dias depois, numa conversa com seu pai diz: “agora estou preocupado, antes estava horrorizado”. Constrói com suas peças de lego uma “nave de nós todos” e quando lhe perguntam para onde vão todos, ele responde: “para

lugar nenhum”. T., em junho, completa 14 anos e quando pergunto como está se sentindo no confinamento, ele me diz: “Tenho encontrado muitas coisas no meu quarto”. Dentro de casa, brincam, desenham, leem, estudam, falam com amigos. Como será o futuro deles?

M. tem 44 anos. professora universitária, doutora em antropologia da dança, trabalha pela internet, escreve, organiza e participa de projetos de pesquisa, cuida da casa e do filho, faz ioga, se comunica com os amigos e tem planos de viajar no final do ano para o Rio de Janeiro, “nem que seja a pé”. V. tem 42 anos, doutor em economia. É gestor público, vai ao trabalho todos os dias, tem vários colegas que já tiveram o vírus e voltaram a trabalhar. Quando está em casa, cuida da casa e do filho, lê, ouve música, toca piano e canta e dança com o filho e a mulher, procura filmes na internet, *viaja* pela internet. Como será o futuro deles?

Sou enfermeira aposentada, meu companheiro é professor universitário. Estamos entre os mais vulneráveis pela idade. Problemas crônicos de hipertensão, cardíacos, circulatórios, asma, nos espreitam. Temos planos de viver muitos anos ainda.

Foram tantos os sinais de alerta! Produção e consumo desenfreados, desigualdade escandalosa, índices anuais de mortes de violência atingindo níveis insuportáveis, migrações em massa de adultos e crianças fugindo de guerras e morrendo em alto mar, alta densidade demográfica nas cidades, velocidade da vida, poluição generalizada, agrotóxicos, mutações genéticas, várias epidemias (Aids, gripe aviária, vírus do Ebola, vírus SARS-1), tsunamis, inundações, furacões, alterações climáticas, se toram recorrentes. Manifestações e alertas em todo mundo, por uma mudança de formas de vida, mas não houve força suficiente para uma mudança.

Ouçó dizer, hoje, que em outubro de 2019 houve uma reunião entre donos do poder na qual concluíram que uma pandemia poderia ocorrer na virada do ano. Mesmo me considerando entre as pessoas informadas, passei ao largo. Em

janeiro de 2020, leio sobre uma epidemia numa cidade da China. No mês seguinte, ela se espalha pela Europa. Continuo imaginando que não vai chegar aqui. Em 11 de março a OMS decreta pandemia do covid19. É o dia do aniversário de minha filha que mora em outro estado. Tenho um pressentimento ruim que talvez não possa revê-la tão cedo. Vamos de avião, eu e meu companheiro, no dia seguinte, para Recife, contrariando a vontade dele que já compreendeu o que se passa. No domingo dia 15, depois de muita festa com amigos, música, reencontros, abraços, recebo uma mensagem do Rio de Janeiro recebo uma mensagem que me alerta “não volte, fique por aí, aqui vai ser um horror”. Incrível nossa capacidade de negar as evidências. Sinto medo, mas preciso voltar para minha casa, o meu canto, onde me reconheço. Percebo que estou em meio a algo estranho que vai mudar nossas vidas. Voltamos com máscaras, sem tocar em nada e do aeroporto. Chegamos e sinto um estranhamento diferente de quando voltava para depois de uma viagem. Não é a mesma casa? Nos dias seguintes ainda saímos para caminhar no bairro; vou ao mercado onde com uma certa precaução cubro o rosto com um lenço e, em horário bem cedo, quando o mercado está quase vazio. As ruas, me parecem, com menos gente, mas acho que é pelo horário. Estou apreensiva e prevendo que não poderemos mais sair de casa por um tempo. Um médico amigo nos telefona e diz “preparem-se para ficar pelo menos dois meses em casa sem sair, talvez mais”.

No dia 20 de março de 2020 entrei em minha casa para não mais sair por um bom tempo. Já se passaram quase quatro meses. Estamos confinados cada um em nossas casas, nós, filhos e netos, família, amigos, sem saber até quando. O que foi mesmo que aconteceu? Uma 3ª Guerra Mundial? Uma revolução tecnológica? Um golpe do capital? E ao mesmo tempo uma pandemia? Cada dia que acordo, a sensação é de um espanto sem tamanho. Estou num *casulo*? De início não achei muita coisa na minha casa que, de repente, não mais que de repente, se tornou o único espaço onde posso circular.

Minha impressão, na primeira semana, é a de que o sistema capitalista, sem dúvida, com essa pandemia, deu o maior golpe de sua história.

Encarcerou a todos nós, em nossas casas (celas), mais, menos ou nada confortáveis, nos fazendo pagar, nós próprios, os custos e as contas. Não temos carcereiros. Nós mesmos nos vigiamos dia e noite. Temos que lembrar a cada dia que não podemos sair, temos que nos cuidar e manter o ambiente limpo e organizado, ter muito cuidado com tudo o que entra em nossas casas, lavar sempre as mãos, higienizar tudo o que entra, usar álcool gel o tempo todo, máscaras e luvas. Trata-se de nos preservar do contágio, e preservar nossas vidas com o isolamento social; foi essa a opção de outros países no mundo que, dessa forma, reduziram os danos causados pelo covid19. Minha sensação é de que perdemos nossos direitos: não podemos ir às ruas, trabalhar, estudar nas escolas e universidades, encontrar nossos familiares, amigos e colegas, nos tocar, abraçar e beijar, ver o mar, tomar sol, viajar. Não temos o direito de nos machucar; adoecer nem se fala. A economia sempre se voltou para bens de consumo e negligenciou o sistema de saúde que foi, aos poucos, mas com persistência programada, sucateado: assim, não haverá profissionais de saúde, hospitais, leitos, respiradores para cuidar e atender todos. O programa político do Estado nunca foi o de garantir saúde e vida, por isso falta o básico para atender os que adoecem. Antes da pandemia, diariamente sempre ouvimos dizer de pessoas que morriam na porta dos hospitais. Não os que têm plano de saúde, esses são atendidos. Percebo também que perdemos o direito de nos manifestar nas ruas, a partir de agora, apenas e tão só pelas janelas. Todas as noites entre 20h e 20h30, por cinco minutos, batemos panelas, campainhas e apitos e gritamos “fora fascista”, “fora genocida”, “fora milícia”. Ultimamente as manifestações ganham de novo as ruas. Penso que o sistema capitalista seja *amigo do covid19* porque em meio a essa perda, só um direito permanece vigente: o de comprar os produtos que o mercado quer nos vender e por valores que determina e que notamos aumentam de forma surpreendente. De alguma forma, mercados e farmácias seguem funcionando. Quanto à população, alguns exercem esse direito com mais folga, outros com menos, outros nunca o tiveram, afinal nunca estivemos no mesmo barco. A desigualdade fica nua, e não disfarça

sua crueza. O dólar que tinha disparado, volta a baixar, em meio à pandemia. A crise econômica, dizem, será aguda, uma recessão como nunca vista da história. Crises do capital, me parecem, são uma reorganização da produção, concentração maior ainda de riquezas de um lado e, no outro, um número maior ainda dos que serão alijados da *feira* desse grande e violento mercado no qual não escolhemos viver, mas que é onde nascemos. Há notícias de que a violência policial aumentou em relação ao ano passado, quando não havia pandemia: a violência aqui não é ‘economizada’ mesmo nesse momento de crise sanitária grave. E são os mesmos jovens e adultos pobres e negros, morando em periferias que continuam sendo assassinados, aparentemente por *descontrole* de um policial, mas de fato afirmando a proposta política de extermínio de *quem está atrapalhando o trânsito*. Desigualdade social e racismo ficam evidentes.

Na contramão desse velho sistema macabro, multiplicam-se formas de solidariedade: comunidades de periferia de favelas se organizam para orientar os moradores quanto aos cuidados básicos para evitar contágio, surgem várias iniciativas de distribuição de cestas de alimentação, grupos de mulheres produzem máscaras caseiras, há um sistema de doações financeiras a diversos grupos, desde sempre tornados vulneráveis, generaliza-se uma comunicação intensa via internet de orientação e ajuda mútua. Atividades culturais – música, dança, debates, atividades esportivas que, antes eram privilégio de quem podia pagar por elas, se difundem, de forma gratuita.

Estou dentro de casa. Moro e cuido; tento ler sem muita concentração, me comunico diariamente com amigos e família, faço ginástica, tento dar esperança a quem desanima, tentando eu mesma não desanimar, falando com quem está confinado sozinho, ouvindo falas de suas, de tantas perdas. Vivo dentro de casa e vejo o mundo através do vídeo. Acompanho notícias e movimentos de resistência que acontecem aqui e nos outros países. No país onde vivo, no final de maio, voltam manifestações de rua pela democracia e contra o racismo, em várias capitais, ao mesmo tempo em que, lá fora como

aqui, policiais matam pessoas negras por asfixia. Aqui, já são muitos mortos pelo *covid* e tudo indica que serão muitos mais, ainda mais nas próximas semanas já que, em plena curva ascendente de contágio e mortes, boa parte do comércio abriu e a população correu para os shoppings numa espécie de *doença do consumo*, com risco da própria vida. As notícias de contágio e mortes de pessoas conhecidas chegam cada vez mais perto. Vivo em meio a uma pandemia e, como se não fosse o bastante, e a um pandemônio político num país em *desgoverno* e que, a cada dia, me parece menos ser um país. Terá sido um país algum dia?

Entre o aqui de dentro e o lá fora, depois de alguns dias de confinamento, começo a prestar mais atenção e, como T., *encontro coisas* nesse meu *casulo*. Encontro primeiro meu corpo e a memória da escravidão. Agora somos nós, *sinbozinho* e *sinhá* a cuidar de nossa casa. Encontro meu corpo cansado pela lida com as tarefas domésticas, sinto que ele não estava mais afeito ao peso que esse cuidar significa. Preciso ter organização e método, mas acho tudo difícil, tento, a cada dia, recomeçar melhor as atividades. Cada coisa em seu lugar, cada coisa no seu tempo. Penso todos os dias nos meus filhos e netos, e procuro, de alguma forma, ajudá-los e, também, não me tornar um peso para eles. Ouço dizer que 30% dos *sinbôs* e *sinhás* despediram suas empregadas domésticas; 40% mantêm o salário delas para que se protejam durante a pandemia, ficando em casa. O restante não abre mão de suas *ajudantes* e corre o risco do contágio em mão dupla. N., diarista que vinha duas vezes por semana cuidar da nossa casa, se aflige quando propomos manter seu salário e que ela fique em casa e se proteja. Ela me diz *nunca recebi sem trabalhar, não posso aceitar isso, não era esse nosso contrato*. Envio uma carta escrita pelos filhos de empregadas domésticas a seus patrões reivindicando o direito de manutenção do salário de suas mães, e ela lê e aceita “por enquanto”. Nos falamos quase todo dia, para sabermos se, do lado de lá e de cá, estamos todos bem. Lamenta não poder me ajudar. Digo a ela que morar e cuidar sempre foi tarefa dela, na *nossa* e na *casa dela*, e que estou muito cansada

de cuidar da casa. Pergunto se ela tem vizinhos idosos. Ela com delicada e firme me conta que sim, tem uma vizinha de 92 anos que desce a pé do alto da Rocinha até o mercado lá embaixo no asfalto para fazer compras, mora sozinha, se cuida e cuida da casa. Entendo o recado: se uma senhora de 92 não reclama, como posso me queixar? Questão de necessidade, o corpo toma e suporta a forma necessária para manter-se ativo, vivo. Se aqui faz frio, lá onde ela mora faz mais ainda. Minha casa para duas pessoas é maior que a dela, onde moram quatro. O marido de N. sai toda a noite para trabalhar como vigia num prédio em Ipanema. O meu pode ficar em casa protegido. Minha rua é silenciosa, no máximo algumas pessoas passam conversando. A casa de N. fica em meio a tiroteios constantes. Sei pela televisão que onde ela mora teve mais um tiroteio essa madrugada. Ela me conta que foi pesada a noite, mas agora estão bem. N. tem dois filhos como eu, bem mais jovens e que estão protegidos em casa. Meu filho sai todo dia para trabalhar. Percebo que nossos corpos se ressentem muito além do cansaço das tarefas domésticas, mas das *dores* decorrentes dessa nova realidade - a pressão arterial que sobe ou desce demais, dores na cervical e tendinites, labirintites, otites, enxaquecas, insônias recorrentes, falta de ar principalmente à noite e, muitos, muitos pesadelos. É o nosso corpo *falando*. Como será o futuro de todos nós?

Redescubro o lugar *de dentro*, onde moro, desde 1996. É a mesma casa, mas de alguma forma também mudou, preciso prestar atenção nela. Assim como eu perdi direitos, a casa também parece ter outro jeito. Antes da pandemia, nem sempre eu estava em casa. Saía e voltava, mas agora fico. Percebo que esse lugar tem que estar limpo e arrumado. Nada pode se quebrar, porque não tenho como buscar conserto. A casa não pode me ameaçar. Antes distraída, sem nunca saber onde deixava ou guardava alguma coisa, tento, sem muito sucesso, estar atenta e organizada. Eu e a casa temos que andar juntas, nenhum tropeço, nenhum defeito nela que eu não saiba consertar, nenhuma armadilha que ela possa fazer contra mim porque as possibilidades de *me consertar* são limitadas. Com o passar dos dias, me entendo melhor

com ela, acredito que dentro dela possa encontrar o que preciso, procuro depender menos do que vem de fora. Na casa bate um quase nada de sol e tem muita umidade. Busco o primeiro e fujo da segunda, sem muito sucesso nos dois casos. O de dentro se opõe ao lá fora, por medida de proteção, o isolamento social. Sinto falta do *lá fora*, caminhar no bairro, encontrar meus filhos e amigos, mas esse encontro só em sonhos, e neles *encontro* a praia, mar, parques com árvores, ruas onde andei, outras casas onde morei, pessoas que estão vivas e outras não, juntando-as no mesmo lugar, inventando outros lugares onde nunca fui. Tenho plantas em todas as minhas janelas que de alguma forma parece que me protegem. Se antes quase nunca aguava cada uma, agora observo como estão. Tento viver o lugar *de dentro* e o lugar *de fora*.

O lugar de fora é um pandemônio e a cada dia nos perturba. Mais uma vez os mais atingidos pelo vírus, pelo desemprego, são os mais pobres, os negros, os que moram nas periferias e, como sempre acontece em situações de crise, a desigualdade se aprofunda. O desgoverno distribui algum auxílio financeiro, com atraso e de forma incompetente e intermitente aos trabalhadores informais, mas só os que já eram cadastrados em listas oficiais, muitos ficam de fora desse pequeno benefício e que se somam aos que já estavam desempregados. O número de mortos já ultrapassa 43 mil.

O desgoverno e suas atrocidades: nega o vírus que contamina mais e mais pessoas, sai às ruas com seus “apoiadores”, ameaça as instituições do Estado, descaracteriza a situação grave que, em todo o mundo, exigiu isolamento social que desconsidera. Nega as mortes que se multiplicam de forma assustadora, altera os índices de contágio e óbitos, para fazer crer *que são muitos os que se curam*, atrasa subsídios na expectativa que a população pobre no desespero, perca o controle, aconteçam saques, *justificando* mais violência. Atrasa as medidas sanitárias que são urgentes e poderiam salvar vidas. Faz ameaças de golpe de estado, um dia sim e no outro também. Ao mesmo tempo, nesse lugar de fora, milhares de pessoas recomeçam a se manifestar nas ruas em várias capitais do país, contra esse desgoverno

de horror, contra o fascismo, e o racismo, mesmo se arriscando, em plena pandemia. São torcidas organizadas de clubes de futebol, estudantes, movimento negro que se manifestam. O assassinato de Georges Floyd em Minneápolis EUA provoca a revolta em várias cidades do país, também pelo mundo e, no Brasil também ao nos faz lembrar de tantos jovens negros assassinados por aqui, todos os dias – são tantos os nossos Amarildos, Marielles, Ágatas, João Pedro, Miguel Otávio que se somam aos índices anuais de mortes violentas. Racismo e desigualdade são postos em questão, além da luta pelo *fora bolsonaro*, defendendo o pouco de democracia que conseguimos.

O tempo é a segunda *coisa* que descubro. E tem o tempo dentro de casa e o tempo lá fora. Se antes vivia o presente, aposentada, mas trabalhando ainda em atividades ligadas à minha prática profissional, com lembranças de acontecimentos passados, ligada no tempo dos outros e com planos para o futuro, ainda o meu, mas também o de meus filhos, netos, família e amigos, lendo meus livros e *viajando* no tempo das histórias e dos personagens, viajando também de vez em quando para passear, encontrando pessoas e voltando para casa, de repente estacionei no presente. Roda-gigante, roda pião, o mundo cresceu num instante como canta Chico Buarque? De alguma forma sim, o mundo continua grande, mas meu alcance diminuiu, minha vida ficou tolhida, meu mundo agora é minha casa. Percebo que a hora de acordar cedo, cacoete de enfermeira, de início muda, acordo duas horas mais tarde do que de hábito. Nos primeiros dias, penso que parece bom, descanso, mas logo sinto que, assim, o dia fica mais curto. Quando me dou conta, já escureceu. Preciso correr atrás do tempo. Depois de dois meses, retomo ao hábito de antes, mas às vezes acordo mais cedo ainda, numa necessidade de aproveitar cada segundo do meu tempo, a vida não pode ser tolhida. De manhã quando acordo, quando abro os olhos, sempre uma sensação de espanto. Lembro de um filme “Feitiço do tempo”, e do personagem principal que a cada dia quando acordava, se via no mesmo dia anterior. Mas o meu dia que amanhece é, e não é, o mesmo dia. Como no filme, a cada dia que começa,

ainda estou em casa. A cada dia também como o personagem do filme tento ser diferente. De alguma forma o tempo parece que parou. Mas no mundo lá fora é sempre mais um dia com mais pessoas com o vírus, com mais mortos, e no meu país, superamos os índices de óbitos ocorridos em outros países. O tempo de muitos se acaba. Meu tempo também está passando. Amigos me contam que tiveram *covid* e como se trataram, em casa ou algum tempo no hospital. Tomo conhecimento de que outros morreram, próximos de amigos, de minha família. São tempos que se apagam. N. me contava, ainda em março: *parece que já morreram 51 pessoas na Rocinha, mas ninguém sabe ao certo, parece que estão encontrando muita gente que morreu sozinha em casa*. Morrer em casa hoje assusta, mas antigamente era assim, as pessoas ficavam doentes e morriam cercados pelos familiares. Hoje em meio à pandemia, ir para o hospital significa se afastar dos familiares que também sofrem sem poder acompanhar na doença. Não há mais o horário de visitas para quem está no hospital, nem despedidas. O tempo de dentro e o tempo de fora ora se embaralham, ora se excluem por conta do isolamento, vivemos através de vídeos. O tempo parece ter dado uma pausa, para repensarmos nossas formas de vida? Mas há questões humanas antigas que nunca se resolveram, e as manifestações de rua contraditoriamente provocam aglomerações. E o risco do contágio? Mas não tem jeito. O tempo não pode esperar.

POVOS INDÍGENAS: ESPIRITUALIDADE E SAÚDE EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

Geoclebson da Silva Pereira³⁶⁸

Introdução

O desenvolvimento das habilidades científicas e humanísticas da enfermagem representa que a profissão é uma das pioneiras no que diz respeito à investigação intelectual o que se traduz no grande número de enfermeiros teóricos e pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento. E são as teorias de enfermagem que promovem uma maior reflexão teórico-prática da profissão com os mais diversos contextos de cuidado (GUALDA & HOGA, 1992).

É dentro desta perspectiva que surge a teórica e enfermeira Madeleine Leininger (1986), que traz a Teoria Transcultural do Cuidado que nos últimos trinta anos, vem se tendo um esforço no sentido de ampliação e consolidação da área da enfermagem com atuação transcultural.

Enquanto enfermeiros nós temos na nossa atuação o gerenciamento do cuidado, cuidado esse, que parte da atuação biomédica da ciência, mas perpassa por outros caminhos que englobam outras dimensões do cuidado em saúde; física, espiritual, cultural, etc. Diante disso a enfermagem tem a incumbência de tentar fazer a junção entre a medicina biomédica contemporânea e as formas tradicionais de cura.

Para Leininger (1978), a enfermagem transcultural traz uma análise comparativa do cuidado nas diferentes culturas e a influência dos valores e crenças de cada cultura sobre o seu processo de saúde e doença. O objetivo

368. Indígena Kariri Xocó. Acadêmico de Enfermagem Universidade de Pernambuco

central da teoria é de desenvolver um arcabouço de conhecimento científico e humanizado, capaz de possibilitar a prática do cuidado de enfermagem universal e culturalmente específico.

Leininger faz uma observação importante quanto ao objetivo da enfermagem transcultural, onde ela coloca que a enfermagem transcultural vai além da apreciação de culturas diferentes, mas parte da necessidade de tornar o conhecimento e a prática profissional culturalmente embasada, conceituada, planejada e operacionalizada.

A junção da enfermagem com as ciências sociais e humanas, em particular a antropologia, possibilitou à enfermagem uma nova perspectiva de enxergar o cuidado para além do físico, considerando o ser humano na sua integralidade e singularidade. Dentro desta integralidade tem lugar de destaque a religiosidade e espiritualidade do indivíduo que em muito contribui para o equilíbrio biopsicossocial.

Considerar o indivíduo na sua integralidade é tratar com questões muitas vezes não palpáveis as quais são comuns em um exame clínico tradicional, a saúde é influenciada por diversos fatores que em conjunto promovem saúde e no seu desequilíbrio pode ocasionar o adoecimento do indivíduo. Considerar essa integralidade é saber e dar voz as singularidades do ser humano, que muitas vezes na lógica da medicina biomédica é muito subjetiva, mas que são essas subjetividades que fazem o indivíduo singular e sujeito de um cuidado cultural diferenciado.

Os povos indígenas, em particular aqueles que têm seus rituais sagrados como forma de praticar as suas culturas e se afirmar enquanto povos indígenas, têm enfrentado grande desafio. Boa parte desses rituais acontecem de forma coletiva com a participação de toda a comunidade. Nesse momento de isolamento social, as atividades coletivas, sejam de qualquer ordem se encontram proibidas, e é nesse ponto que discutimos essas medidas e as formas que atingem os povos indígenas.

A questão Saúde:

O novo coronavírus, vírus, até então desconhecido, tomou proporções mundiais e pegou de surpresa até mesmo a ciência. Hoje, esse novo vírus tem impactado significativamente na vida das pessoas, deixando-as em isolamento social, sem acesso ao trabalho e renda, leva à morte e a outros aspectos que não são palpáveis, mas que impactam em muito a saúde física e mental das pessoas, sejam elas infectadas ou não pelo vírus.

Mas o que é a COVID-19? É uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório) (BRASIL, 2020).

Sabemos que não há um remédio específico para o tratamento da doença nem tão uma vacina que a previna, é consenso entre as autoridades sanitárias mundiais que no momento a melhor alternativa para o enfrentamento desta pandemia é o isolamento social, tendo em vista que a transmissão do vírus acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de: toque do aperto de mão; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc.

Não estamos aqui questionando as medidas adotadas pelas autoridades sanitárias, mas essas medidas devem ser consideradas em todos os seus aspectos palpáveis e não palpáveis, tendo em vista que tais medidas terão impactos de diferentes ordens nas mais diversas populações, principalmente os povos indígenas que vivem em um contexto diferenciado do restante da população do país.

É sobre os impactos desse momento de pandemia entre os povos indígenas que tentamos lidar com um olhar mais aguçado para as necessidades individuais e coletiva dos povos indígenas. Não pretendendo deslegitimar a ciência que tem sido fundamental no enfrentamento da pandemia, mas tentar colocar e dar voz aos povos indígenas que, nesse momento se vêem se fazendo diversas iniciativas de apoio, mas que foram recebidas de forma vertical. Mesmo considerando a importância dessas ações, é necessário que estas sejam definidas a partir do que os povos indígenas enxergam como necessidade nesse momento.

Segundo os últimos dados divulgados no dia 07/05/2020 pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil, temos os seguintes dados epidemiológicos: 176 indígenas infectados pelo vírus, sendo 109 já com cura clínica; 78 indígenas com suspeita e 14 óbitos. Destes dados temos 5 casos de indígenas infectados pelo vírus em Pernambuco e 1 óbito (BRASIL, 2020).

Esses dados acendem um alerta vermelho dentro das comunidades indígenas, apontam que o vírus já chegou dentro dos territórios e podem gerar impactos catastróficos em caso de uma disseminação em massa do vírus. Na história do Brasil, os povos indígenas já enfrentaram outras pandemias que foram responsáveis pela extinção de alguns povos e novamente se acende esse alerta.

Espiritualidade indígena em tempos de isolamento social:

Olhando para essa questão do isolamento social enquanto medida de saúde, nós, povos indígenas, não estaríamos em adoecimento também ao não praticarmos nossos rituais? Esse é um questionamento recorrente porque é dentro dos nossos rituais que encontramos o nosso refúgio, onde nos encontramos com os nossos seres superiores. Os nossos rituais são a base, o alicerce que nos sustenta fisicamente e espiritualmente.

Nós, povos indígenas, temos a nossa religiosidade como norteadora de todas as nossas relações, sejam dentro do território ou fora dele, é no ritual onde encontramos a nossa força; nesse momento não praticar nossas rezas é nos enfraquecer enquanto índios guerreiros que sempre fomos, é tirar a nossa força maior que advém dos rituais.

Nossos rituais são realizados coletivamente com a participação da comunidade, não andamos cada um por si mesmo, é essa coletividade e organização que nos faz mais fortes diante das dificuldades que enfrentamos dia a dia, são lutas essas que sem os nossos mestres nós não conseguimos vencer. Nosso Ouricuri sagrado, que foi deixado pelos nossos troncos velhos, é a nossa identidade, é a nossa salvação para qualquer dificuldade. Como deixar essa identidade?

Entendemos que as recomendações das autoridades sanitárias são necessárias e importantes, não queremos anulá-las, mas queremos que sejam adaptadas de acordo com a nossa realidade local, com um diálogo horizontal, com a escuta das comunidades, na busca da melhor saída para esse momento. O momento pede diálogo entre as equipes de saúde e a comunidade, a pandemia entre nós povos indígenas passa a impactar não só o físico, mas também o nosso espiritual. É nesse ponto que precisamos dialogar, pois sem a nossa religião, o enfrentamento desse momento se torna ainda mais difícil para nós.

Na sociedade não indígena, o uso da tecnologia tem sido uma ferramenta para o exercício das suas religiões, uma vez que por meio da internet eles conseguem cultuar/rezar se reunindo cada um da sua residência. Mas, no nosso caso, como transmitir pela internet algo invisível e que não é palpável? Nossos rituais não se realizam de pessoa para pessoa ou com uma pessoa que transmite para as demais, mas sim de uma força maior que nos repassa sabedoria e nos guiam na nossa caminhada.

Pensando nessa lógica e sabendo que nossos rituais têm uma configuração diferente dos não indígenas, vemos essa dificuldade em exercer nossa espiritualidade como fomos ensinados. As autoridades de saúde nos recomendam a não fazer os rituais, mas será que os impactos desse vírus são só no plano físico? E o nosso espiritual não é importante? Saúde é só uma questão visível? São esses questionamentos que nos tem causado aflição.

Enquanto profissional de saúde e indígena, me pego a refletir sobre esse momento, entendendo que esse momento vai muito além de um problema de ordem física, nos quais os impactos podem ser mensurados e quantificados. Os impactos de ordem espiritual e mental, estes não são mensuráveis e significativamente desempenham um grande papel no equilíbrio do corpo e alma. A não observação destes aspectos causa um desequilíbrio dessa dualidade corpo/alma e, conseqüentemente, pode levar ao nosso adoecimento.

Essa crise intensificou ainda mais que o Estado brasileiro não está totalmente preparado para apoiar integralmente os povos indígenas. Muitas vezes as ações são pensadas sem a escuta dos povos indígenas e isso fere a autonomia das comunidades que ficam de mãos atadas sem poder fazer o controle dos seus territórios e exercer a sua autonomia.

A pandemia tem afetado as comunidades e isso é fato, o Estado ainda não consegue assistir às comunidades nas suas singularidades e especificidades, muitas são as iniciativas de apoio e ajuda às comunidades indígenas, mas ainda existem ações definidas sem realmente uma consulta a estas comunidades.

Nesse momento, julga-se como importante o isolamento social para a preservação da saúde nas comunidades, e são, mas está deixando-se passar questões que também são importantes, a exemplo a demarcação das terras indígenas, que nesse momento não se fala mais, o território também é não saúde? De acordo com o conceito de saúde apontado da 8ª Conferência Nacional de Saúde, o território também o é.

Mais uma vez a tentativa não é de diminuir o que tem sido feito nessa pandemia, mas sim de incluir outros aspectos que devem ser considerados no momento, aspectos estes que são inerentes aos povos indígenas. Saúde, território e espiritualidade são uma tríade que para nós, povos indígenas, não andam separadamente; há que os considerar para a harmonia dentro dos nossos territórios, isso vai para além de uma questão só da saúde física e biológica.

Enquanto inseridos na academia, também vemos que tem se produzido muito em relação aos povos indígenas, isso é importante no que diz respeito à devolutiva que a academia deve dar à sociedade, mas ainda são poucas as iniciativas nas quais os próprios indígenas estão à frente. Esta é outra questão que merece nota, o lugar de fala dos povos indígenas, escutar é fundamental, mas se os próprios indígenas tivessem lugar garantido nesses espaços de discussão, acreditamos que daria mais sustentação e representatividade.

São várias as inquietações que merecem ser destacadas nesse momento, são nessa ampliação de pensamento que podemos sair com produtos e ações mais coesas e representativas para os povos indígenas. Escutando as comunidades, trazendo-as para perto.

REFERÊNCIAS:

GUALDA, D.M.R.; HOGA, L.A.K. Estudo sobre teoria transcultural de Leininger. *Rev. Esc. Enf. USP*, v. 26, n. 1, p. 75-86, mar. 1992.

LEININGER, M.M. Transcultural Nursing; quo vadis (where goeth the field)? In: Annual Transcultural Nursing Conference, 11., Memphis, 1986. Proceedings. Memphis, Transcultural Nursing Society — 1986. p. 1-15.

LEININGER, M.M. Transcultural nursing: concepts, theories and practice. New York, John Wileys & Sons, 1978. cap. 17, p. 31-51: Transcultural nursing theories and research approach.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Disponível em < http://www.saudeindigena.net.br/coronavirus/mapaEp.php#abrirModal_id23> Acesso em 06/05/2020.

**TERRITÓRIOS DE
COMUNIDADES DE FUNDOS
E FECHOS DE PASTO, DE
PESCADORES, DE ASSENTADOS,
DE *RAIZALES* E DE
COMUNIDADES ATINGIDAS POR
MINERAÇÃO**

O DUPLO *PHARMAKON* DA PANDEMIA NO ASSENTAMENTO NAZARÉ, ACARÁ

Elielson Pereira da Silva⁴⁹⁶

O início de um novo ano coincidiu com o surgimento de um novo vírus, possivelmente de origem zoonótica, advindo do continente asiático, conhecido como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-Cov-2) ou coronavírus, cujos casos inicialmente circunscritos a província chinesa de Wuhan rapidamente foram se espalhando em direção a outros países, facilitados pela fluidez dos transportes e das comunicações, na esteira da perturbação planetária (SANTOS, 2000; KRENAK, 2020). Três meses depois, em face da escalada da propagação a nível global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a covid-19 como pandemia⁴⁹⁷, recomendando aos países-membros a adoção de providências para o seu devido enfrentamento.

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado no dia 26 de fevereiro. Um homem internado no Hospital Albert Einstein testou positivo para a covid-19, após retorno de uma viagem à Itália⁴⁹⁸. Na ocasião o então Ministro da Saúde usava um tom otimista, na tentativa de tranquilizar a população: “É mais um tipo de gripe que a humanidade vai ter que atravessar. Das gripes históricas com letalidade maior, o coronavírus se comporta à menor e tem transmissibilidade similar a determinada gripes que a humanidade já superou”. No entanto, a disseminação da SAR2-Cov-2 expôs as entranhas de uma sociedade profundamente injusta e desigual: subfinanciamento do sistema único de saúde, ausência de testes em massa,

496. Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

497. Ver em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 10.mai. 2020.

498. Disponível em: < <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em: 11. mai. 2020.

poucos leitos de UTI e de profissionais de saúde em regiões periféricas, ausência de respiradores mecânicos e de insumos hospitalares básicos, conjugados com os resquícios de seu passado colonial, escravocrata e autoritário. Embora a primeira morte tenha sido registrada oficialmente em 17 de março, investigações posteriores feitas com base em registros epidemiológicos evidenciaram que na realidade o primeiro óbito ocorreu em 23 de janeiro, no estado de Minas Gerais.

Responsável por um vasto repertório de atrocidades, motivado pelo comportamento grotesco, negacionista e destituído de qualquer empatia, o Presidente da República tratou a pandemia como “uma gripezinha”, “um resfriadinho”, “outras gripes mataram mais”, “histeria inventada pela mídia”, “é igual uma chuva, você vai se molhar, mas não vai morrer afogado”, “está superdimensionado”, “o vírus está indo embora”. Quando confrontado com o agravamento da situação, tratou de se isentar de responsabilidade, proferindo verdadeiros discursos repugnantes como “eu não sou coveiro”; “todo mundo vai morrer um dia”; “E daí? Lamento, quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagres”.

No estado do Pará, no dia 18 de março foi diagnosticado o primeiro caso⁴⁹⁹, de um jovem de 37 anos recém-chegado da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro óbito⁵⁰⁰ foi confirmado no dia 01 de abril. Tratava-se de uma mulher de 87 anos residente no Vila de Alter-do-Chão, em Santarém, no oeste paraense. A despeito das medidas de controle anunciadas pelo governo estadual, como o fechamento de fronteiras terrestres e a não permissão para o pouso de aeronaves no Aeroporto Internacional de Val-de-Cans, a disseminação do vírus ganhou escala e sua transmissão passou a ser comunitária. Pouco tempo depois, a Região Metropolitana de Belém se tornou um dos epicentros da pandemia no país, com gravíssimas repercussões sobre os sistemas funerário e de saúde, à esta altura completamente colapsados.

499. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/18/secretaria-estadual-de-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-para.ghtml>>. Acesso em: 10. mai. 2020.

500. A notícia pode ser encontrada em:< <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/01/governo-do-para-confirma-primeira-morte-por-coronavirus-no-estado.htm>>. Acesso: 10. mai. 2020.

No município de Acará, os primeiros dois casos anunciados oficialmente ocorreram nos dias 21 e 23 de abril, respectivamente, ambos em comunidades rurais. No entanto, o primeiro óbito ocorreu de fato no dia 20 de abril no território quilombola de Itancuã Miri, de acordo com boletim epidemiológico⁵⁰¹ emitido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Tratou-se do senhor Jacivaldo Franco do Nascimento, de 68 anos. O território possui 968,99 hectares, 96 famílias e foi titulado pelo Instituto de Terras do Pará em 2003. De acordo com a organização, a Região Norte concentra 61,5% das mortes diagnosticadas por covid-19 no Brasil. Os estados do Pará e Amapá lideram essa estatística funesta.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares existem 13 (treze) territórios quilombolas certificados em Acará, os quais obtiveram reconhecimento institucional entre 2006 e 2019. Destes, 10 (dez) estão situados integralmente nos limites do município. São eles: Itancoãzinho e Santa Quitéria, Paraíso, Guajará Miri, Alto Acará, Espírito Santo, Carananduba, Itancoã Miri, Itapuama, Trindade III e Monte Alegre. Outros 3 (três) estão situados parcialmente nos municípios de Concórdia do Pará e Moju. Trata-se das comunidades Menino Jesus de Acará, Oxalá de Jacunday e Nossa Senhora da Conceição. Na fronteira com Tailândia, está localizado o território étnico reivindicado pela Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará – ARQVA, com área de 18.203,4 hectares, às margens do Rio Acará. A unidade social de mobilização nasceu a partir da organização de famílias expulsas compulsoriamente por grupos violentos para abrir espaço a monocultivos de dendeneiros em larga escala, impulsionados pela Agropalma S.A desde os anos 1980.

A realidade social experimentada pelos quilombolas do Médio e Alto Rio Acará tem sido marcada por graves conflitos territoriais e ambientais com megaempreendimentos do agronegócio dendê, precisamente da Agropalma

501. Ver em: <http://conaq.org.br/noticias/alerta-publico/>. Acesso em 23. mai. 2020.

S.A e da Biopalma da Amazônia S.A. A partir da bifurcação do leito do rio, à montante da sede municipal, onde se formam os Rios Acará-Mirim e Miritipitanga, até a longínqua fronteira física com o município de Tailândia, a dias de viagem de barco, a bacia hidrográfica e os recursos de uso comum a ela associados encontram-se completamente privatizados, controlados e vigiados pelas empresas.

A concatenação de estratégias empresariais da dendeicultura, coadunadas com políticas governamentais desenvolvimentistas, em face de quilombolas, indígenas e ribeirinhos, opera por meio de uma *necropolítica do dendê* nos territórios etnicamente configurados do Baixo Tocantins, epicentro do referido cultivo a nível estadual e nacional. Nesses lugares, as oportunidades de vida e de morte se manifestam desigualmente de diversas maneiras, afetando simultaneamente as múltiplas dimensões da vida social, do físico ao psíquico, orientadas por uma “lógica de sacrifício que sempre esteve no coração do necroliberalismo⁵⁰²”.

Se por um lado, os violentos processos de expropriação e desterritorialização culminam em cercamentos físicos nos moldes da cidade do colonizado fanoniana, de outro, produzem rachaduras profundas indelevelmente marcadas na memória, na psique de suas vítimas. Os sistemas de referência e as modalidades de existência encontram-se asfixiados, numa agonia continuada. Pescar já não se pode; beber a água do rio, à esta altura, envenenada por efluentes lançados pelas empresas, pode significar dar fim à própria vida.

Atualmente existem duas estratégias empresariais em curso: a primeira, financiada pela Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), e ancorada em estudos produzidos por especialistas de renome na área de conservação, propõe a criação de corredores ecológicos “sustentáveis” em terras

502. BERCITO, D. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em 20. abr. 2020.

contíguas controladas por empresas do dendê, muitas destas, resultantes de apossamento ilegal. Infere-se que o principal objetivo dessa iniciativa é frear o reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas do Alto Acará. A outra frente consiste na reivindicação de “direitos minerários” por empresas do dendê junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, os quais se sobrepõem às mesmas áreas consideradas “reservas legais”, situadas às margens do Rio Acará. Destes, 30 (trinta) são pedidos de autorização de pesquisa reivindicados pela Agropalma S.A, relacionados à substância bauxita, abrangendo um bloco correspondente a 121.031,71□ hectares, incidentes em terras tradicionalmente ocupadas, nas quais estão presentes cemitérios indígenas e quilombolas profanados sub-repticiamente pelos empreendimentos da dendeicultura.

Em consulta ao módulo público do Sistema Eletrônico de Informações da ANM, verificou-se que durante o mês de março deste ano, ou seja, em plena emergência da pandemia, a Agropalma S.A apresentou novos documentos para serem apensados em treze processos em andamento na agência. Referida movimentação, gestada silenciosamente junto à tecnocracia governamental, não encontra eco nos canais convencionais de comunicação, focados neste momento em evidenciar a trágica disseminação da enfermidade, embora em tempos considerados “normais”, não o façam em virtude de interesses comerciais em veicular peças publicitárias pagas pela empresa para exaltar seus triunfalismos.

Em 18 de março a gestão municipal decretou *situação de emergência pública em saúde*, que um mês depois foi convertida em *estado de calamidade pública*, ante às evidências de propagação da pandemia em direção ao interior do estado. O ato foi reconhecido pela Assembleia Legislativa do Pará, por meio do Decreto Legislativo nº 22, de 29 de abril de 2020. Tratam-se medidas excepcionais que possibilitam à prefeitura realizar compras de materiais e insumos sem licitação, de maneira expedita. No dia 24 de abril foi anunciado no perfil oficial da prefeitura a distribuição de cestas básicas para as pessoas

em situação de “vulnerabilidade social”. No último dia daquele mês entrou em vigor o uso obrigatório de máscaras, por tempo indeterminado.

No intervalo de 01 de março a 23 de maio foram editados doze decretos pela Prefeitura Municipal de Acará, relacionados à pandemia de SARS-Cov-2. Os atos adotados se sucedem a partir da iminência da chegada do novo coronavírus e se intensificam na medida de sua propagação pelo território do município. Herdados de uma linha de produção trôpega, constituem-se como meras repetições de instrumentos jurídicos adotados por outros municípios, mimetizados sem levar em conta as particularidades locais. Num município com população predominantemente rural, paradoxalmente, as medidas sanitárias adotadas para o enfrentamento da covi-19 focam prioritariamente nos núcleos urbanos, o que denota uma distribuição desigual das chances de viver e de morrer.

Decorrido um mês após a notificação dos primeiros casos, a disseminação descontrolada do coronavírus resultou num crescimento exponencial de 4.250% no número de registros nesse intervalo. Em 22 de maio existiam 87 positivados, 5 óbitos confirmados, 2 óbitos em investigação, 192 testes rápidos realizados, 255 casos notificados e 46 pacientes recuperados.

Fechamento tardio de igrejas neopentecostais nas comunidades rurais, não-interrupção de atividades agroindustriais do dendê, circulação diária de centenas de caminhões transportando soja para o Porto de Vila do Conde, atraso na adoção de medidas de fechamento do comércio e proximidade com a Região Metropolitana de Belém, epicentro da pandemia no estado, constituem os principais vetores de transmissão do coronavírus nos territórios tradicionais e comunidades rurais de Acará, conforme relatos orais dos agentes sociais.

A despeito das medidas sanitárias e de isolamento social adotadas pela gestão municipal invocarem as diretrizes e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e do Governo do Pará, a

autoridade máxima do município tem usado reiteradamente as redes sociais oficiais para estimular o povo acaraense a fazer “correntes de oração” como “antídoto” para combater o coronavírus, conjugando a retórica da guerra com os fervores do neopentecostalismo.

Só para combater esse (sic) pandemia é oração. Quem ora, ora, quem reza, reza. Eu quero convidar a todo o Brasil, a todo o Pará, a todo o mundo, a todo o Acará, para fazermos uma corrente de oração amanhã de segunda para terça; todo mundo pegando suas bíblias, se ajoelhando, orando, rezando, para que a gente possa juntar combater a pandemia.

[Amanda Martins, Prefeita Municipal, depoimento postado na página da Prefeitura de Acará no Facebook, 26/04/2020].

A emulação da autoridade municipal constitui-se como elemento-chave para interpretar as relações envolvidas no enfrentamento efetivo ao coronavírus. Ao centrar sua energia mobilizadora na recomendação a rituais religiosos como antídoto para “curar” a humanidade enferma, repete as práticas do pastorado tão bem analisadas por Foucault, cujos objetivos consistem em conduzir as condutas dos governados de maneira obediente, consoante uma *economia das almas*. Ademais, associado à distribuição de medicamentos com efeitos comprovadamente nocivos à saúde, como a cloroquina e a hidroxicloroquina prescritas sem nenhum fundamento científico pelo mandatário do país, representa a potencialização dos riscos de mortalidade.

A covid-19 como duplo *pharmakon*

Diferentemente da “normalidade” erigida pelo processo de acumulação capitalista, cujos traços de sua vertente neoliberal são marcados pela incitação ao “viver perigosamente”, mediatizado pela relação entre liberdade e

dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008), a pandemia da SARS-Cov-2 impõe um confinamento involuntário determinado por um conjunto de medidas restritivas, classificadas como “distanciamento social”, “isolamento” e “quarentena”, adotadas conforme o gradiente de contaminação⁵⁰³. A circulação limitada de pessoas afeta principalmente os sistemas de transporte e de comunicação, vetores por excelência de transmissão do vírus. Não obstante, em pouco menos de dois meses, a enfermidade se espalhou mundo afora.

Essa injunção nos processos de sociabilidade é o corolário de técnicas disciplinares de gestão e controle dos corpos, conjugadas com a implantação de dispositivos biopolíticos com o propósito de administrar os efeitos da pandemia sobre as relações sociais e em face dos fluxos econômicos e demográficos de uma população. O pânico em relação à virulência de um inimigo invisível, que se hospeda nas fronteiras corporais e na porosidade das superfícies para propagar sua transmissibilidade (BUTLER, 2020), ensejou o fechamento de fronteiras físicas, a suspensão dos encontros e a emergência de hábitos de subsistência até então obliterados pelo frenesi cotidiano estimulado pela religião animista do capitalismo (MBEMBE, 2017).

A economia política da vida passou a ser gerenciada com base em um regime de classificações objetivado por meio da definição de “serviços essenciais” e “serviços não-essenciais”, sob a discricionariedade de autoridades públicas das três esferas governamentais. Presidente, governadores e prefeitos têm editado uma multiplicidade de normas elencando as atividades passíveis de funcionamento durante a vigência da

503. De acordo com a UFRGS (2020), o *distanciamento social* consiste na redução da interação entre as pessoas de uma determinada localidade para conter o ritmo de expansão do vírus. É aplicado principalmente em locais onde a transmissão é considerada comunitária. Pode ser restritivo (*lockdown*) ou mirar somente nos chamados “grupos de risco”. Por sua vez, o *isolamento* “é uma medida que visa separar as pessoas doentes (sintomáticos respiratórios, casos suspeitos ou confirmados de infecção por coronavírus) das não doentes, para evitar a propagação do vírus”. Este pode ser feito em ambiente domiciliar ou hospitalar. A *quarentena* se refere à “restrição de atividades ou separação de pessoas que foram presumivelmente expostas a uma doença contagiosa, mas que não estão doentes (porque não foram infectadas ou porque estão no período de incubação)”. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/>. Acesso em: 26.mai.2020.

pandemia, as quais estão condicionadas ao saber estatístico relacionado ao número de casos positivados e a pressão exercida por grupos econômicos e religiosos interessados na não-interrupção de seus empreendimentos.

A propagação exponencial da pandemia no Brasil vem sendo potencializada pela gestão temerária da crise sanitária, decorrente de um exercício grotesco de poder, “voluntariamente desqualificado pelo odioso, pelo infame ou pelo ridículo”, liderado por alguém que lembra a descrição foucaultiana sublinhada em *Os anormais*, ou seja, “teatralmente disfarçado, desenhado como um palhaço, como um bufão de feira” (FOUCAULT, 2001, p. 15-6). O sadismo mórbido do atual Presidente do Brasil promove diariamente a incitação ao descumprimento das medidas de isolamento social e com seu brutalismo provoca o sufocamento do “direito universal à respiração”, do direito fundamental à existência, consoante a redistribuição desigual das condições de exposição à morte, atingindo com maior vigor os grupos sociais em situação de precariedade (MBEMBE, 2020). Enfim, banalização da vida e do poder da palavra (KRENAK, 2020).

Para além do vasto repertório de espetáculos grotescos reiteradamente urdidos pelo atual mandatário do país, uma das manifestações mais devastadoras da política do *deixar morrer* foi evocada por Solange Vieira, assessora do Ministro da Economia, Paulo Guedes, numa reunião realizada entre integrantes do governo para discutir medidas de enfrentamento à pandemia no mês de março. De acordo com matéria divulgada pela Agência Reuters, ela teria assim afirmado: ““é bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”. A objetivação desse desejo sustentado pelo racismo é materializada na constatação de que os negros, pardos e analfabetos têm 3,8 chances de morrer por covid-19, em comparação com pessoas brancas⁵⁰⁴. Ademais, estamos sob a égide de um processo de militarização completa do alto comando da política de saúde pública brasileira.

504. A pesquisa do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi divulgada em 27 de maio de 2020 e pode ser encontrada no link: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/27/negros-sem-escolaridade-tem-4-vezes-mais-chances-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-mostra-estudo.ghtml>. Acesso em 27. mai. 2020.

Em tempos pandêmicos, mesmo diante de tantas incertezas e agonias pelo adoecimento de familiares, amigos e rostos desconhecidos, muitos autores têm se dedicado a produzir reflexões sobre os efeitos do novo coronavírus nas relações sociais. Mbembe (2020) alerta que a covid-19 constitui-se como “expressão espetacular do impasse planetário em que a humanidade se encontra”, ameaçada pela “grande asfixia”. Ao mesmo nos indaga se “a Terra, para os humanos, estaria em vias de se transformar em uma roda de despedaçamento, uma grande Necrópole universal”, sustentada pela racialização de práticas de triagem e de eliminação de corpos indesejáveis. Por sua vez, o pensador indígena Ailton Krenak (2020) interpreta como esse momento como se o vírus tivesse se cansado dos humanos e decidido se divorciar como a humanidade o fez em relação à natureza. “Quer nos desligar, tirando-nos o oxigênio [...], mas a Terra está advertindo os humanos, como o faz uma mãe amorosa: silêncio!”.

Analogamente à farmácia de Fanon, a covid-19 tem a possibilidade de se tornar um duplo *pharmakon*, composto por faces distintas: antídoto e veneno, reconstrução de uma nova humanidade ou aprofundamento da brutalização planetária. Enredados pela grande asfixia implacável deveríamos nos perguntar diariamente: qual o poder de cura representado por uma pandemia que paralisou o mundo inteiro? Quais as saídas para tal impasse? Mbembe reivindica a emergência de uma “interrupção voluntária, consciente e plenamente consentida” [...], por meio da “ruptura com a antiga economia política, fruto de uma imaginação radical”. Caso contrário pode não haver um depois. Este recomeço seria o resultado da “reconexão entre sociedade e natureza, de um vínculo inquebrantável com o conjunto do vivente”.

Krenak adverte cirurgicamente: “o mundo está em suspensão: não devemos vender o amanhã. É um anzol nos puxando para a consciência. O futuro é aqui e agora [...] não se deve voltar à normalidade. Caso contrário, a lição não terá sido aprendida”. Ele também concorda com a

imprescindibilidade do rompimento com o modelo de acumulação fundado na modernidade. Aposta em “cultivar a ideia do encontro como forma de adiar o fim do mundo”.

Voltando à Fanon (2008), uma necessária reinvenção do humano certamente remeterá ao estilhaçamento de zonas de não-ser criadas racialmente para segregar, desumanizar e colonizar o outro. Ou como diria Benjamin (2013), é preciso frear o trem desgovernado, a máquina infernal que “conduz a humanidade para a casa do desespero”.

Efeitos sociais da pandemia de SARS-Cov-2 no PA Nazaré

O Projeto de Assentamento Nazaré está situada na porção leste do município de Acará e é banhado pela microbacia hidrográfica do Igarapé Ipitanga, afluente do Rio Miritipitanga. Considerado uma área de ocupação antiga, é formado pelas localidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo, onde residem 118 famílias de pequenos agricultores.

Se até o início dos anos 2000 os fluxos sociais e econômicos eram moldados pela dinâmica fluvial, com a transformação desta “zona” em epicentro dos interesses do agronegócio do dendê no Brasil e a consequente apropriação de terras visando a instalação de empresas palmicultoras, a realidade mudou drasticamente. O complexo emaranhado de estradas internas construídos para viabilizar o escoamento da produção de dendê dos extensos monocultivos do chamado “Polo Acará”, da Biopalma da Amazônia S.A, até a “Fábrica Castanheira”, reconfigurou profundamente o mundo social em questão, repercutindo nos próprios sentidos da existência coletiva (COSTA, 2020; SILVA, 2020).

Parece sintomático que a designação atribuída pelos trabalhadores do dendê ao acesso à comunidade Nazaré do Baixo seja “Ramal do Inferninho”. A alusão ao relevo acidentado do terreno também poderia ser extrapolada para representar os efeitos sociais e ambientais deletérios engendrados pela dendeicultura. Se por um lado a abertura de ramais facilitou a conectividade da empresa e lateralmente das localidades cercadas por cultivos em larga escala, por outro represou as nascentes e cursos d’água encontrados pelo caminho, fazendo morrer a vegetação parcialmente submersa. Acrescentam-se a isso as evidências empíricas de contaminação dos igarapés, motivada pelo derramamento de efluentes do processo agroindustrial e pelo uso intensivo de agrotóxicos nos plantios.

O regime disciplinar imposto pela rede viária empresarial propiciou o acesso a cidade de Quatro Bocas, distante a aproximadamente 40 km do assentamento, permitindo a interligação entre os “polos Acará e Tomé-Açu”, e ao mesmo tempo, a mobilidade de pequenos agricultores e assentados de reforma agrária acaraenses aquele distrito. Subsequentemente, foram criadas duas linhas regulares de ônibus para efetuar o transporte público de moradores das comunidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo ao referido centro urbano. À intensificação dos circuitos sociais e econômicos com Quatro Bocas correspondeu o enfraquecimento dos laços com a cidade de Acará, que permanecem ativos, porém restritos a determinadas tarefas. Por seu turno, a comercialização da produção, o recebimento de recursos de programas sociais e a compra de alimentos, vestuário e eletrodomésticos são feitos no município fronteiriço.

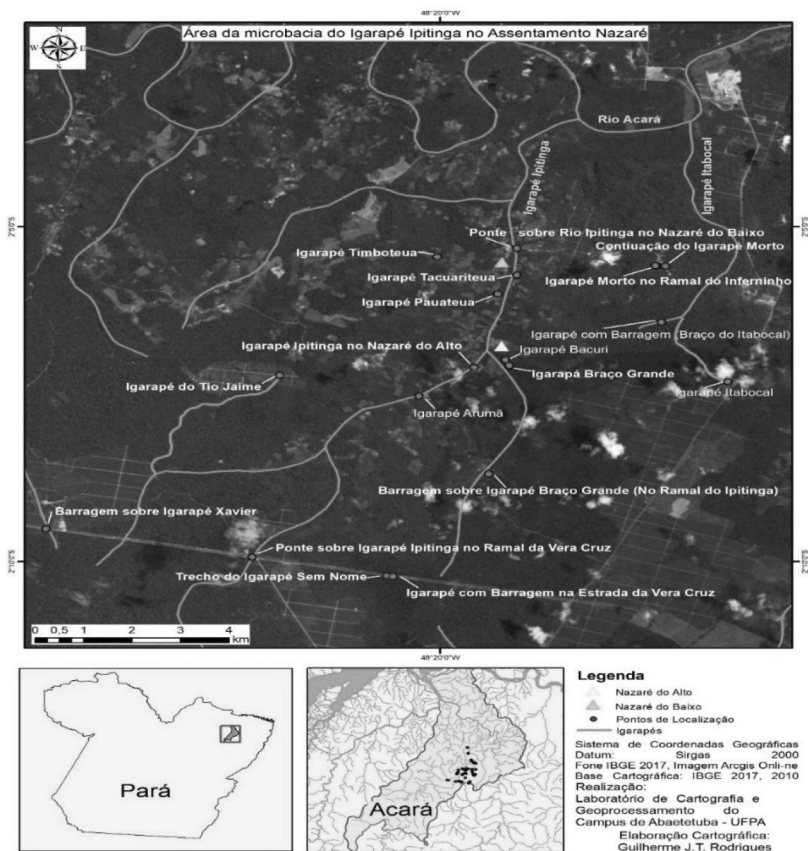


Figura 01: Área da microbacia do Igarapé Ipitinga do Assentamento Nazaré, 2020. Autor: Costa (2020).

Os decretos municipais adotados pelas gestões municipais de Acará e Tomé-Açu miram prioritariamente na adoção de medidas voltadas a proteger a imunidade de moradores dos adensamentos urbanos, em detrimento da população residente em comunidades rurais. Como alertara Foucault (2004, p. 194), sob a lógica do poder disciplinar, as cidades constituem o *locus* por excelência do lugar perfeitamente governado, no qual é possível exercer “controle dos menores dos movimentos dos corpos, todos os acontecimentos são registrados, cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos”.

A vigilância nos centros urbanos é objetivada não apenas através dos mecanismos clássicos de coerção legítima do Estado, mas por intermédio do rastreamento obtido a partir dos sinais de telefonia celular, em que se pode monitorar a taxa diária de isolamento social, em função da movimentação das pessoas. Diferentemente dessa realidade social, o controle interno nas localidades do interior do município é mais fluido e na maioria das vezes depende quase exclusivamente de formas de autoproteção adotadas pelos próprios agricultores. Alegando a dificuldade de instalar barreiras sanitárias nas fronteiras com outros municípios, sob a justificativa da grande extensão territorial (4.344 km²), foram montados apenas dois pontos de controle: na entrada e saída da cidade, de acordo com o Comitê Intersetorial de Enfrentamento à COVID-19. Quanto às comunidades rurais, se optou por promover borrifações de produtos químicos e orientações às famílias acerca das formas de prevenção ao contágio do vírus.

De acordo com Dalva Costa, assentada do PA Nazaré e licenciada em educação no campo, na medida em que o número de casos confirmados foi se propagando exponencialmente e os meios de comunicação intensificaram o alerta sobre os graves riscos associados a pandemia, as atividades sociais foram suspensas: “a igreja da Comunidade Nazaré do Baixo fechou, as reuniões nas comunidades pararam. Nas idas à cidade de Acará tivemos que usar máscaras para evitar uma possível contaminação” (comunicação oral, maio de 2020).

No entanto, como já delineado anteriormente, as comunidades do Ipitinga se deslocam mais frequentemente para a cidade de Quatro Bocas, Tomé-Açu, por conta da relativa proximidade proporcionada pela estrada conhecida como “Transbiovale”. Esse fluxo aumentou consideravelmente por causa da necessidade de resolução de pendências para acessar o auxílio emergencial de R\$ 600,00 (seiscentos reais) junto à Caixa Econômica Federal, e para receber os valores inerentes a tal política de renda básica.

As idas mais constantes têm sido feitas para Quatro Bocas. Temos duas linhas regulares de transporte para lá. Todos os dias os ônibus viajam lotados. Ficamos muito preocupados porque se fala em isolamento social, mas nesses veículos há um risco de contaminação muito grande. Mas, não há outro jeito porque as pessoas precisam fazer essa viagem. Sabemos que a subnotificação em Quatro Bocas é muito grande e o número real de casos não se sabe ao certo porque o número de testes realizados é muito baixo (Dalva Costa, comunicação oral, maio de 2020).

A despeito das regras de isolamento social terem gerado implicações em todos os âmbitos da vida social, as atividades agroindustriais da empresa Biopalma da Amazônia S.A não paralisaram, porque foram classificadas como “serviços essenciais” excepcionalizados nos dispositivos editados pelas três esferas de governo. Com efeito, os trabalhos de campo realizados por assalariados e assalariadas rurais, o transporte da produção de dendê e a extração de óleos na “Fábrica Castanheira” permaneceram em funcionamento. Inclusive, os agentes sociais relatam a preocupação com a disseminação do novo coronavírus entre funcionários da companhia, pois muitos deles são filhos e filhas de assentados do PA Nazaré. Indagado reiteradamente a respeito desses fatos, o Comitê Intersetorial de Enfrentamento à COVID-19 em Acará não respondeu, alegando indisponibilidade de tempo decorrente da alta demanda de casos pendentes de acompanhamento.

Outro ponto destacado por Dalva Costa diz respeito à intensificação violenta da exploração predatória de madeira nas áreas de cobertura florestal (matas e capoeirões) do assentamento e das áreas de reserva legal da empresa. Segundo ela, “os madeireiros continuam extraindo madeira sem parar. O pior de tudo é que agora estão se sentindo mais livre para atuar porque com a pandemia não tem fiscalização alguma”. Tal observação se coaduna com a tendência de agravamento das taxas de desmatamento na

Amazônia, confirmada em estudos divulgados recentemente. A propósito, o desflorestamento acelerado está entre as principais ameaças de surgimentos de novos vírus com letalidade similar ou mais acentuada que o corona.

A despeito dos sistemas de referência balizados no ideário de modernização produzirem estigmatizações sistemáticas em relação aos modos de existência tradicionais e de pequenos agricultores, a pandemia da covid-19 tem produzido um novo fenômeno social: o retorno de parentes às comunidades rurais, como forma de refúgio ao contágio avassalador verificado nas cidades. Para além da necessidade imediata de sobrevivência, os agentes sociais do assentamento Nazaré enxergam aí possibilidades de renovação dos afetos, de valorização dos encontros familiares, muitas vezes interrompidos pela dinâmica até então irrefreável da “normalidade” atordoante.

Assim, o amanhã está em disputa: corremos o risco de um novo período de tensão e brutalidade, como alerta Mbembe (2020), acirrado pelo sufocamento ao “direito universal à respiração”, de aprofundamento da ruptura entre natureza e sociedade. Mas ao mesmo tempo alimenta-se a esperança de erguimento de uma nova humanidade, não mais pautada em racismos, em mundos cindidos em compartimentos, mas na efetiva libertação dos “condenados da Terra”, orientados por uma ética do cuidado de si e dos outros (FANON, 1968).

REFERÊNCIAS

BERCITO, D. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em 20. abr. 2020.

BUTLER, J. Traços humanos nas superfícies do mundo. *Textos* (042). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/042>>. Acesso em: 06. abr. 2020.

COSTA, D. M. F. As veias abertas pelo dendê: efeitos e implicações na bacia do Ipitanga do Assentamento Nazaré, Acará – Pará. 2020. 41 f. *Trabalho de Conclusão de Curso* (graduação). Faculdade Desenvolvimento do Campo – Fadecam. Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba-PA.

FANON, F. *Os condenados da terra*. tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Peles negras, máscaras brancas*. tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). tradução Eduardo Brandão - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir*. nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramalhte. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KRENAK. A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. Do tempo. *Textos* (038). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/038>>. Acesso em: 04. abr. 2020.

MBEMBE, A. *Políticas da Inimizade*. tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. O direito universal à respiração. tradução Ana Luiza Braga. *Textos* (020). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: < <https://n-1edicoes.org/020>>. Acesso em 03. abr. 2020.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência ambiental*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, E. P. Topografias da morte: megaempreendimentos econômicos em territórios etnicamente configurados do Baixo Tocantins, Pará. *Anais. LASA2020 América Ladina: vinculando mundos y saberes, tejiendo esperanzas*. Guadalajara, México, 2020.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

André Luiz Freitas Dias⁵⁰⁵

Maria Fernanda Salcedo Repolês⁵⁰⁶

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do seu Diretor Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou, no dia 11 de março deste ano de 2020, a pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), com rápida disseminação, primeiro no continente asiático, e, depois, por diversos outros países. (OPAS/OMS, 2020)

Passados nove dias da declaração da pandemia pela OMS, em 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde do Governo brasileiro reconheceu a transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território nacional. Desde então o que se observa no país, nos meses subseqüentes, é um (Des)Governo Federal em constante negação da gravidade dos impactos da pandemia e um grave desinteresse e descaso com o fortalecimento das políticas públicas brasileiras necessárias ao enfrentamento da grave situação vivenciada. (GIELOW, 2020)

505. Coordenador do Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG; Professor e Pesquisador do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (Mestrado Profissional), da Faculdade de Medicina da UFMG; Professor colaborador do Grupo GIRCHE, da Universidade de Barcelona, Espanha.

506. Coordenadora do Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG; Coordenadora do Projeto de Pesquisa CNPq Tempo, Espaço e Sentidos de Constituição, Professora e Pesquisadora nos cursos de Direito e Ciências do Estado da UFMG e no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado). Membro do Comitê Diretor do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT-UFMG).

De acordo com estudo realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as primeiras respostas políticas do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 priorizaram a austeridade econômica sobre a proteção social. (CIMINI et. al., 2020)

Conforme a Nota Técnica produzida a partir do referido estudo:

Os primeiros anúncios do Ministério da Economia foram na direção de aumento da liquidez, sem aumento de despesas, por meio de diferimentos, antecipações de pagamentos e remanejamento de recursos de outras fontes orçamentárias. No plano social, a introdução da “renda básica emergencial” e do “benefício emergencial” não foi acompanhada por medidas para redução de custos das famílias, como descontos ou adiamento de pagamentos de serviços essenciais, subsídios para bens essenciais, como alimentação e moradia. O ritmo de implementação das medidas, mesmo muito acanhadas, segue muito lento. Medidas complementares foram adotadas por estados e municípios para proteção da segurança financeira das famílias. (CIMINI et. al., 2020, p. 3)

Além das medidas de governança elaboradas a favor de uma centralização na gestão, o fortalecimento das Forças Armadas e a ausência da participação da sociedade civil, o estudo destaca os principais desafios do Governo Federal no enfrentamento da pandemia. São eles:

- (i) ausência de uma política nacional coordenada para contenção da transmissão do vírus; (ii) desalinhamento entre as medidas para aumento da capacidade de atendimento e as políticas para achatamento da curva; (iii) priorização da austeridade

econômica sobre a mitigação social, com atraso e insuficiência nas respostas para a proteção da segurança financeira das famílias e (iv) dinâmica de governança marcada não somente por conflitos dentro do Executivo e entre governo federal, autoridades estaduais e municipais, mas também pela falta de diálogo com sociedade civil e empresariado na tomada de decisão e monitoramento das ações. (CIMINI, 2020, p. 21-22)

Atuando isoladamente como um dos poucos governantes a negar a gravidade da pandemia no país, o Presidente da República tem conduzido o país para o agravamento de sucessivas crises, tanto sanitárias e sociais quanto políticas e econômicas, decretando o aumento da infecção, do adoecimento, da hospitalização e da morte de milhares de pessoas, principalmente das populações vulnerabilizadas e colocadas em risco pela ausência de efetivas políticas públicas e/ou por contínuas violências cometidas pelo Estado e pelo mercado. Nas palavras de Tavares, Silveira & Paes-Sousa (2020):

No Brasil, a implementação das políticas de proteção social no âmbito da pandemia deu-se em um contexto bastante polarizado politicamente, caracterizado por forte ausência de coordenação institucional por parte do governo federal e uma tensão crescente entre o Presidente e vários governadores e prefeitos favoráveis a medidas de distanciamento mais rigorosas. No âmbito federal, não foram editadas medidas quarentenárias restritivas que vinculassem os demais entes, que acabaram por editar normas locais no manejo da crise. Diferentemente do Brasil, Chile e Argentina adotaram medidas rigorosas por parte dos governos nacionais. (p. 120)

Em artigo recém publicado no qual reflete sobre como as principais pesquisas em ciências sociais sobre desastres podem auxiliar na compreensão dos efeitos da pandemia atualmente vivenciada no mundo, Tierney (2020)

salienta que a capacidade de lidar e responder aos riscos decorrentes da COVID-19 e suas consequências está diretamente relacionada ao reconhecimento das históricas desigualdades sociais de cada país.

Agindo de maneira contrária a todas as recomendações de autoridades e organismos internacionais, como a OMS e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA, 2020), para a adoção de medidas específicas e de atenção especial a populações vulnerabilizadas e em risco social, o Governo brasileiro desconsidera as necessidades e direitos humanos e fundamentais de inúmeras pessoas, famílias e comunidades no país.

Conforme o artigo publicado por Bernardes, Arruzzo e Monteiro (2020) sobre neoliberalismo, vulnerabilidades e modos de existência/resistência decorrentes da ajuda mútua entre as pessoas e as comunidades em tempos de COVID-19:

A chegada da pandemia da COVID-19 revela, mais do que nunca, as feridas expostas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que apresenta como de extrema urgência a garantia básica de direitos mínimos para uma grande parcela da população. Água encanada, sabão e água sanitária para enfrentar o vírus são itens tão banais, no entanto em 2020 muitas pessoas não possuem acesso a esses recursos. Em um país das “cidadanias mutiladas” combater o vírus da maneira mais simples traz à tona o básico negado a grande parte da população por séculos. (p. 193)

A pandemia da COVID-19 também evidencia um violento projeto de apropriação de bens naturais e públicos, uma ação orquestrada de violações de direitos e de domínio sobre modos de existência humanos e inumanos praticados, há tempos, por Governos e empresas em um grande Espetáculo Integrado, conforme nos alerta Debord (2017), em seu célebre livro “A sociedade do espetáculo”, publicado originalmente em 1967.

A sugestão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em reunião ministerial de 22 de abril de 2020, para que a Presidência da República e os seus ministérios aproveitassem que as atenções da imprensa e da sociedade civil estavam voltadas para a pandemia da COVID-19 para “passar a boiada” e as reformas ambientais infralegais de desregulamentação e simplificação, é um claro exemplo da “oportunidade de negócios” concebida e utilizada pelo Governo Federal para a manutenção e o refinamento do Espetáculo Integrado, envolvendo Governos e empresas.⁵⁰⁷ Segundo ressaltam Bernardes, Arruzzo e Monteiro (2020):

As atividades de mineração, junto com o agronegócio, são dois setores da economia que têm tido forte participação nas ameaças ao direito dos indígenas a seus territórios. Além disso, agentes desses setores no governo atual incentivam através de seus discursos tais práticas. Um exemplo, é o projeto de lei 191/2020 assinado pelo presidente da república, que autoriza a utilização das Terras Indígenas para os usos de mineração e aproveitamento dos recursos hídricos para a geração de energia. (p. 197)

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e parte do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, expediu a Resolução 01/2020, intitulada *Pandemia e Direitos Humanos nas Américas*, na qual se lê, nos princípios n. 38 e 39 o seguinte:

507. O vídeo da referida reunião ministerial foi amplamente divulgado por toda imprensa nacional e internacional, sendo a fala de Ricardo Salles uma das muitas manifestações de completo desprezo da equipe do Governo Federal pelas milhares de pessoas que já faleceram, pelo sofrimento de suas famílias e pelos bens públicos e comuns do país. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/boiada-de-salles-incluiu-demissao-de-fiscais-anistia-desmatadores-submissao-do-ibama-militares-na-amazonia-24443867> / Último acesso em 25 de maio de 2020.

Grupos en especial situación de vulnerabilidad

38. Considerar los enfoques diferenciados requeridos al momento de adoptar las medidas necesarias para garantizar los derechos de los grupos en situación de especial vulnerabilidad al momento de adoptar medidas de atención, tratamiento y contención de la pandemia del COVID-19; así como para mitigar los impactos diferenciados que dichas medidas puedan generar.

39. Promover desde las más altas autoridades la eliminación de estigmas y estereotipos negativos que puedan surgir sobre ciertos grupos de personas a partir del contexto de pandemia. (CIDH/OEA, 2020.)

Igualmente na parte considerativa da Resolução há uma menção à observância das vulnerabilidades sociais, em especial no momento da aplicação de quaisquer medidas que visem o enfrentamento da COVID-19, tendo em vista as circunstâncias daqueles que são historicamente vulneráveis, exemplificando algumas populações e o impacto diferenciado sofrido e vivenciado por elas.

Nesse rol exemplificativo não consta expressamente a menção às comunidades atingidas pela mineração. Para os fins a que este texto se propõe defendemos que as pessoas afetadas pela mineração devam ser consideradas como um grupo em especial situação de vulnerabilidade e risco social para os fins da incidência das políticas e planos de contingências emergenciais intersetoriais específicos para contenção e redução de danos da COVID-19, a partir da exposição e debate de alguns casos acompanhados pelo Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).⁵⁰⁸

508. O Polos de Cidadania é um programa transdisciplinar de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, criado em 1995 na Faculdade de Direito da UFMG, voltado à efetivação dos direitos e a construção de conhecimento a partir do diálogo entre diferentes saberes, acadêmicos e/ou não. Para mais informações sobre o Polos-UFMG, acessar o site: www.polosdecidadania.com.br e a página do Facebook: Programa Pólos de Cidadania.

As comunidades atingidas pela mineração

As datas de 05 de novembro de 2015 e 25 de janeiro de 2019 estarão sempre marcadas na história do Estado de Minas Gerais e do país, por conta das dores, do sofrimento e dos traumas gerados em decorrência dos rompimentos de barragens nas localidades de Bento Rodrigues, Mariana, e Córrego do Feijão, Brumadinho, respectivamente. A princípio esses dois eventos podem aparecer como exceções ou situações extraordinárias, sendo construída uma narrativa fantasiosa e perversa da ocorrência de “acidentes” ou “desastres tecnológicos”.

Nosso ponto de partida, no entanto, é que esses crimes humanitários, ambientais e sociais não são exceções. Eles são exemplos do modelo predatório e doloso de mineração adotado pelas empresas Vale, Samarco e BHP Billiton, diretamente responsáveis pelos crimes citados, mas que se aplica a tantas outras que atuam em territórios, e que combinam afrouxamento de legislação e fiscalização estatal, como já mencionado na sugestão do ministro Ricardo Salles, dependência econômica das atividades por elas exercidas, a chamada *minério-dependência*, e fragmentação social, sistematicamente promovidas e agravadas por conflitos hidro-socioambientais nutridos pelo Espetáculo Integrado, seus roteiros, diretores e atores-protagonistas. (DIAS & FURIATI, 2018; ALVARENGA et. al., 2018)

De fato, ficou evidenciado, após esses dois crimes de maior repercussão, que há duas situações vivenciadas pelos territórios que podem configurar os lugares de falas das comunidades atingidas pela mineração. A primeira e mais evidente é a situação das comunidades que foram afetadas pelas duas tragédias de Bento Rodrigues, Mariana, e do Córrego do Feijão, Brumadinho e região, onde ocorreram mortes de pessoas, de animais e dos rios, perdas materiais, destruição completa de cidades, campos e lavouras, locais de trabalho e moradias. Destruição, em definitivo, de modos de existência.

Identificamos ainda uma segunda situação que afeta também duramente as comunidades. Esse grupo tem crescido depois dos crimes acima citados. Diversas barragens de rejeitos do estado de Minas Gerais foram classificadas como “risco nível 3”, o que significa a iminência de rompimento.

Assim, esse alerta é diferido no tempo numa espécie de “promessa macabra” a comunidades inteiras que ficam na expectativa, angústia e medo de verem suas vidas afetadas pelo rompimento. O toque das sirenes, a marca em tinta realizada pelas empresas de mineração nas cidades, demarcando o possível trajeto da lama, destruição e mortes, já são, por si só, violências que geram traumas e que configuram essas comunidades também como atingidas, comprometendo significativamente e provocando alterações profundas e danos aos modos de existência de pessoas, famílias e comunidades inteiras. (DIAS & OLIVEIRA, 2018; REPOLÊS et. al., 2018)

As violências interseccionais sentidas pelas comunidades

No conjunto de diálogos, encontros, entrevistas e visitas técnicas realizadas pelo Programa Polos de Cidadania da UFMG, como parte das suas atividades de extensão e pesquisa social aplicada em contextos variados de conflitos hidro-socioambientais, por meio da Plataforma de projetos e ações nomeada por Áporo, em homenagem a um poema de Carlos Drummond de Andrade de mesmo nome, torna-se central a visibilidade e a amplificação das vozes das pessoas, famílias e comunidades afetadas no espaço e no tempo por tais conflitos, criminosamente invisibilizadas e silenciadas nos Espetáculos Integrados compostos, roteirizados, dirigidos e teatralizados por Governos e empresas.

A essa percepção dos atingidos agregamos a análise de alguns dos efeitos da pandemia da COVID-19 que incidem sobre os territórios. Assim, as comunidades afetadas pela mineração sofrem vulnerabilidades interseccionais, tendo em vista o acúmulo e a sobreposição de violências a que os habitantes e os territórios são submetidos.

Como exemplo, podemos citar a expressão utilizada por um dos moradores da cidade de Barão de Cocais⁵⁰⁹, Minas Gerais, mas que poderia ser proferida por tantas outras pessoas de cidades que vivenciam situações de afetação similares, que diz, em uma das dinâmicas realizadas pelo Programa Polos de Cidadania: “em tempos de COVID-19 e recomendações para ficar em casa e fazer isolamento social, imagina o meu sofrimento por ter a minha residência logo embaixo de uma barragem, que pode se romper a qualquer momento”.

Outro momento marcante é o do depoimento das mulheres moradoras de São Sebastião das Águas Claras, também conhecida como Macacos⁵¹⁰, distrito do município de Nova Lima, uma das localidades que está há mais de um ano também vivendo a violência da espera pelo risco de rompimento de barragens.

Pouco depois de dado a alerta, em fevereiro de 2019, mulheres residentes no distrito promoveram uma “greve das mães”, expressão usadas por elas, para exigir o fechamento de uma escola que estava no rumo da “mancha”, referindo-se ao cálculo realizado pela Vale sobre o possível trajeto que um derramamento de lama provocaria na localidade. Quando as restrições referentes à COVID-19 foram decretadas, em março de 2020, entre as quais o fechamento das escolas, a realidade das crianças do distrito de Macacos já era essa há um ano letivo.⁵¹¹

509. Para mais informações sobre a grave situação vivenciada em Barão de Cocais, sugerimos os acessos ao link:<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/03/22/sirene-toca-e-eleva-risco-de-rompimento-em-barragem-da-vale-em-barao-de-cocais.ghtml> e ao blog da Revista Quadrilátero: <https://revistaquadrilatero.wordpress.com/sobre/>

510. Para mais informações sobre a grave situação vivenciada em Macacos, sugerimos o acesso à matéria: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/16/interna_gerais,1031234/simulacao-de-emergencia-com-barragem-em-macacos-seria-realizada-em-jun.shtml

511. Para mais informações sobre a grave situação vivenciada em Macacos, sugerimos o acesso à matéria: <https://www.brasildefatomb.com.br/2019/03/22/ha-um-mes-em-hotel-atingidos-pela-vale-denunciam-desassistencia>

Assim também os efeitos econômicos do fechamento do comércio, que incluem desemprego em massa e falência de pequenos negócios já são sentidos, na prática, pelos moradores de Macacos desde o acionamento da sirene no dia 16 de fevereiro de 2019.⁵¹²

Por sua proximidade com a cidade de Belo Horizonte, o distrito vivia de atividades de ecoturismo e hotelaria. Segundo os atingidos, essas foram afetadas pelo que eles chamam de “lama invisível”. A expressão decorre do fato de que mesmo sem o rompimento efetivo de uma das sete barragens que cercam o distrito, o risco e o medo acabaram impactando na economia local e afastando os turistas.

Assim, eles vivenciam os efeitos negativos do rompimento da barragem, mesmo que ela não tenha ocorrido concretamente. E agora, essa situação se agrava no contexto de crise econômica gerada pela pandemia da COVID-19. Moradores de outras cidades históricas e turística de Minas Gerais relatam o mesmo.

Em Brumadinho, cidade diretamente afetada pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019, por responsabilidade da Vale, na qual 272 pessoas foram friamente assassinadas e condenadas, um dos relatos que nos causaram mais tristeza e indignação referem-se aos enterros realizados, com tempo médio estabelecido de cinco a quinze minutos para os velórios, sempre com os caixões lacrados.

As famílias que perderam seus familiares no rompimento da barragem rejeitam a ideia de que elas tenham enterrado seus entes queridos e amados. De fato, apesar de todos os esforços envidados, principalmente, pelas equipes dos Corpos de Bombeiros Militares de Minas Gerais e outros estados do país, apenas fragmentos de corpos foram encontrados no cenário de completa devastação, após a realização de exames periciais de identificação no Instituto Médico Legal.⁵¹³

512. Para mais informações sobre os impactos sofridos pela população de Macacos, sugerimos a leitura da matéria: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/20/interna_gerais,1032037/quatro-cidades-afetadas-por-barragens-enfrenta-incerteza-ao-prejuizos.shtml

513. Para mais informações sobre o assunto, acessar o link da matéria: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/brumadinho-familias-se-recusam-a-enterrar-so-fragmentos-de-vitimas-21012020>

A situação da atual pandemia tem imposto restrições similares às vivenciadas pelos atingidos pelo crime da Vale em Brumadinho. Tememos que essas comunidades sejam forçadas a reviver o trauma que ainda está sendo processado, decorrente de evento tão recente.

Este é um triste exemplo da sobreposição de impactos que essas comunidades sofrem com o advento da pandemia. Conforme a avaliação das equipes de saúde mental da Secretaria de Saúde municipal que atuam nos territórios, essas famílias não tiveram condições de completar o ciclo de luto. E não se trata apenas de um luto individual, decorrente da perda de vida de parentes e amigos. Adicionalmente, existe o luto coletivo relacionado à vivência comunitária do crime sofrido e de seus efeitos sobre toda a cidade.⁵¹⁴

Considerações finais (ou iniciais)

Lutamos e nos esforçamos para registrar e denunciar a afronta direta e cotidiana de violações de direitos humanos fundamentais para a obtenção de lucros recordes por parte das Empresas e seus sócios dos Espetáculos Integrados dos conflitos e crimes hidro-socioambientais executados e em curso nos territórios. (DIAS & OLIVEIRA, 2018).

Mesmo com tantos anos de estrada e vivências, causa-nos sempre indignação e também perplexidade ver como situações como os rompimentos de barragens de rejeitos e pandemias mundiais são tratadas por alguns que se intitulam “governantes”, “especialistas”, “economistas”, ou mais genericamente como “mercado”, como oportunidades de negócios.

514. Sobre a grave situação de violação vivenciada em Brumadinho com a impossibilidade das famílias vivenciarem os lutos pelas perdas sofridas, sugerimos a matéria publicada no site da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT): <https://www.anamt.org.br/portal/2019/02/26/o-luto-e-a-saude-mental-da-populacao-de-brumadinho/>

Exemplo disso é a análise da valorização das empresas após as tragédias minerárias. A imprensa divulgou amplamente em janeiro de 2020 que “um ano após o crime em Brumadinho, a Vale havia recuperado o seu valor de mercado” (Bônus, 2020).

Esta manchete reproduzida em outros canais de imprensa tomava como base o relatório do Bradesco BBI, publicado em 13 de janeiro de 2020 e assinado por Thiago Lofiego e Isabella Vasconcellos, que avaliavam que a Vale é uma “subestimada máquina de fazer dinheiro” (apud BOGUS, 2020).

Ao lado dessa citação de avaliação de investimentos podemos colocar a citação da fala do presidente da Vale, por ocasião do rompimento da barragem no Córrego do Feijão, Fábio Schvartsman, em audiência na Câmara dos Deputados: “A Vale é um jóia brasileira e não pode ser condenada por um acidente” (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2019).

Resgatando o já referido e notável livro de Debord (2017), segundo o autor, para rompermos e alterarmos papéis, cenas e cenários desses Espetáculos Integrados promovidos e encenados por Governos e empresas é necessário que estabeleçamos reflexões críticas acerca dos mesmos, ao mesmo tempo em que uma negação dos modos de existências selecionados e esperados para que novas gramáticas e relações possam ser criadas e fortalecidas.

Para tanto, é imprescindível nos sensibilizar e reconhecer que “não estamos no mesmo barco”, e que os efeitos e as responsabilidades sobre territórios e populações vulnerabilizados pelo acúmulo de violências perpetradas no passado e que se expandem para o futuro, aumentar significativamente o nível e a dimensão das responsabilidades sobre elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, M. C. ET. AL. Dependência mineral, violações de direitos e silenciamentos no contexto de conflitos socioambientais em Dom Joaquim, Minas Gerais, Brasil. Em: DIAS, A. L. F. & SOLSONA, G. M. (Orgs.). **Violações de direitos humanos, Poder y Estado**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018, p. 157-184.

BOGUS, Ana Paula. Um ano após Brumadinho, Vale recupera o seu valor de mercado. *Época Negócios*, São Paulo, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2020/01/um-ano-apos-brumadinho-vale-recupera-o-seu-valor-de-mercado.html>

CIDH/OEA. Resolución 01/2020: PANDEMIA Y DERECHOS HUMANOS EN LAS AMÉRICAS. **CIDH/OEA**, 10 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>. Último acesso em: 24 de maio de 2020.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DIAS, A. L. F. & OLIVEIRA, L. F. **Violações de direitos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração**. São Carlos, SP: Editora Scienza, 2018.

DIAS, A. L. F. & OLIVEIRA, L. F. **Violências de Mercado e de Estado no contexto do empreendimento minerário Minas-Rio / Conceição do Mato Dentro - MG, 2015 a 2017**. São Carlos, SP: Editora Scienza, 2018.

ESTADO DE MINAS, Vale é 'jóia brasileira' e não pode ser condenada por um acidente, diz presidente. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/14/interna_gerais,1030585/vale-e-joia-brasileira-e-nao-pode-ser-condenada-por-um-acidente-diz.shtml. Último acesso em: 25 de maio de 2020.

GIELOW, Igor. Bolsonaro chega a 500 dias no cargo fragilizado e no ataque. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-chega-a-500-dias-no-cargo-fragilizado-e-no-ataque.shtml>. Último acesso em 15 de maio de 2020.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-COVID-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812 / Último acesso em: 22 de maio de 2020.

REPOLÊS, M. F. S. ET. AL. La espera como Violência de Estado y la Democracia sin Espera: el caso de Vila Acaba Mundo. Em: DIAS, A. L. F. & SOLSONA, G. M. (Orgs.). **Violaciones de derechos humanos, Poder y Estado**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018, p. 185-213.

TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F. & PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. **Revista NAU Social** - v.11, n.20, p. 111 – 129 Maio / Out 2020.

TIERNEY, Kathleen. J. Pandemic and Disaster: Insights from Seventy Years of Social Science Disaster Research. **Items: Insights from the Social Sciences**. Acessado em 21 de abril de 2020. Disponível em: <https://items.ssr.org/COVID-19-and-the-social-sciences/disaster-studies/pandemic-and-disaster-insights-from-seventy-years-of-social-science-disaster-research>

NA “PRIMEIRA ONDA” DA PANDEMIA DE COVID 19 - EXPROPRIADOS E MORADORES DO LAGO DA UHE TUCURUÍ

Jurandir dos Santos Novaes⁵¹⁵
Rosa Elizabeth Acevedo Marin⁵¹⁶
Esmael Siqueira Rodrigues⁵¹⁷
Thiago Alan Guedes Sabino⁵¹⁸
Lucas Antônio Macedo⁵¹⁹

Introdução

Nada fácil desencadear reflexões sobre a Pandemia do “novo Coronavirus”. O filósofo Alain Badiou (2020), em março deste ano, apresentou brevemente reflexões sobre as noções de “situação pandêmica atual” e “determinação local” a partir de observações do evento na França. Na ideia de adoção dessas noções busca-se realizar um exercício de aproximação com a “situação pandêmica atual” em Tucuruí (abril e maio 2020) e a discorrer sobre a “vida nua” (AGAMBEN, 2002) de expropriados pela obra Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE-Tucuruí e os moradores do Lago. Justamente, são as categorias sociais que se encontram e vivem experiências de desproteção, excluídos de proteção de vida, submetidas à ordem da empresa Centrais Elétricas do Norte S.A (ELETRONORTE). Essa estrutura de poder os coloca a margem de proteção jurídica na linha das

515. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Ciências Econômicas - FACECON e no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão-(UEMA); Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

516. Professora Titular da UFPA/PPGDSTU/NAEA/PPGA e colaboradora no PPGCSPA/UEMA. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no IHEAL, França.

Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo das Comunidades de Calados e Caranãnzal. Baião – PA.

517. Esmael Rodrigues Siqueira, Presidente da Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região – APPATUR

518. Geógrafo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, na Faculdade de Geografia.
Graduando do Curso de Direito da Faculdade Ideal - FACI

519. Projeto de Pesquisa: Estratégias de Desenvolvimento Mineração e Desigualdade: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado, apoiado pela CLUA no âmbito do PNCSA.

relações sociais que o Estado brasileiro legitima em diversas ações e sentenças da normatividade dessa obra e da política energética. A luta dos expropriados foi e continua sendo pelo reconhecimento de direitos, por sair do limbo no qual foram jogados há quatro décadas.

Badiou interpreta que o Estado não impediu a situação atual da pandemia na França, que: “*enfraqueceu, décadas após décadas o sistema nacional de saúde, junto com todos os setores do Estado que atendem ao interesse geral, agiu como se nada parecido com uma pandemia devastadora pudesse afetar nosso país*” Badiou (2020, p. 75). Como conectar essa observação com a realidade brasileira, com a situação dos municípios da Região de Tucuruí, suas cidades, povoados, ilhas do lago e o que foi “enfraquecido” ao longo de quarenta anos de funcionamento desse empreendimento?

No Brasil, o Estado atribui à empresa estatal o benefício de planejar a produção de energia elétrica para ser ofertada aos grandes empreendimentos minero-metalúrgicos; disponibilizou os instrumentos legais e financeiros para essa finalidade, a mais recente, a aprovação da construção das eclusas. Esse Estado estabeleceu a medida compensatória pela utilização dos recursos hídricos quando instituiu a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH⁵²⁰. O valor pago a cada município afetado é proporcional à área alagada e reflete também a quantidade de energia gerada pelas usinas. De acordo com *Canal Energia.com.br*.

Os 14 municípios localizados na região das hidrelétricas de Tucuruí (PA), Coaracy Nunes (AP), Samuel (RO) e Curuá-Una (PA) receberam da ELETRONORTE um total de R\$167,4 milhões, no ano passado, em compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

520. A Compensação Financeira é paga pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e corresponde a 6,75% do valor da energia gerada. Esse valor é pago pelos concessionários de geração de energia, sendo 6% destinados aos Estados, Municípios e Distrito Federal que são atingidos pelas águas represadas ou que abrigam as instalações de usinas hidrelétricas com potência superior a 30MW e, também, a órgãos da administração pública da União. O percentual restante (0,75%) é destinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e constitui pagamento pelo uso da água. A Compensação Financeira é, portanto, um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. (ANEEL, 2005, p. 9).

Os recursos da CFURH são repassados à Agência Nacional de Energia Elétrica e repassados à União, estados, municípios e órgãos de governo. Nessa divisão, os municípios ficam com 65%, os estados com 25% e 10% vão para órgãos federais. A maior fonte pagadora foi a UHE Tucuruí (PA, 8.340 MW), responsável por mais de 29 milhões de MWh de um total de 31 milhões de MWh gerados em 2019 pelas quatro usinas da estatal. Isso representou R\$ 158 milhões do total destinado aos municípios.

A movimentação da CFURH parece corresponder a um elemento da “determinação local” da pandemia, na suposição que recursos financeiros distribuídos pelos municípios permitem ações de saúde pública, infraestrutura de saneamento. A tabela abaixo registra a redução absoluta e percentual desses valores em alguns municípios. A explicação para essa alteração é marcada pela decisão do Executivo e Legislativo no ano 2016.

Quadro: 01:VALORES PROVENIENTES DOS ROYALTIES REPASSADOS PARA MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O MOSAICO LAGO DE TUCURUÍ – PA (2016 a 2020)

Município	Ano					Total
	2020	2019	2018	2017	2016	
Tucuruí	6,596,098.24	15,591,077.69	12,009,573.96	9,966,740.49	13,728,379.01	57,891,867
Novo Repartimento	5,293,839.31	36,149,770.39	27,845,627.46	23,148,053.47	23,109,074.78	115,554,363
Nova Ipixuna	1,325,437.78	3,132,913.22	2,413,236.19	2,006,121.81	2,002,743.72	10,880,452
Goianésia do Pará	5,795,593.67	13,698,939.56	10,552,088.26	8,771,944.67	8,757,173.71	47,575,737
Breu Branco	2,528,953.53	5,977,641.56	4,604,487.89	3,827,708.03	3,821,262.60	20,760,052
Jacundá	3,634,103.99	8,589,865.65	6,616,645.04	5,500,413.07	5,491,151.00	29,832,178
Itupiranga	1,643,665.93	3,885,103.33	2,992,636.99	2,487,777.34	2,483,588.21	13,492,771

Fonte: ANEEL, 2020. Como base em dados de “Valores Provenientes dos “Royalties de Itaipu” + Outras Usinas”. Foram extraídos os municípios que compõem o Mosaico Lago de Tucuruí (junho de 2020).

Nesse intervalo é preciso atentar para a mudança na CFURH advinda de nova legislação:

Em 08 de maio foi sancionada a lei 13.661/18 que altera as parcelas do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) distribuídas a estados e municípios com áreas alagadas pela construção de usinas hidrelétricas. O Projeto de Lei 315, que resultou na nova Lei, teve origem na Câmara dos Deputados e tramitava no Congresso Nacional desde 2009, propondo na alteração na Lei 8.001 de 1990, que define os percentuais da distribuição da CFURH. O PL foi aprovado pelo Senado em abril deste ano, quando foi enviado para sanção presidencial. A nova lei reduz de 45% para 25% o percentual da arrecadação da CFURH a ser destinado a estados que possuem municípios com áreas alagadas e aumenta de 25% para 65% a parcela destinada diretamente a municípios com áreas alagadas. Em 2017, 22 estados e 727 municípios se enquadravam nas condições para receber esses recursos. Não houve alteração nos 10% que são destinados à União.

De acordo com levantamento da ANA, a mudança significa uma redução de cerca de R\$ 450 milhões/ano de arrecadação para os estados, transferindo esses recursos para os municípios com áreas alagadas por reservatórios de usinas hidrelétricas⁵²¹.

Pulice e Moretto (2017) realizaram estudo⁵²² sobre a Compensação Financeira, em que identificam ênfase no caráter institucional da fiscalização quanto à sua aplicação, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, remetido tal função aos Tribunais de Conta ou Ministério Público. Acrescentam a isso, o fato de que a sua destinação não é claramente definida,

521. Consulta em <https://www.ana.gov.br/noticias/nova-lei-altera-rateio-de-distribuicao-da-compensacao-financeira-pela-utilizacao-de-recursos-hidricos>. Acesso em 03/06/2020.

522. O estudo aborda minuciosamente diversos indicadores no intervalo de 2000 a 2010 em 600 municípios alagados por hidrelétricas no Brasil.

em termos de prioridades. O estudo aponta que as informações analisadas no Relatório do Tribunal de Contas da União de 2008, não traz elementos suficientemente claros e detalhados acerca dos procedimentos adotados para fiscalização e nem tão pouco das penalidades. O TCU estaria nestes termos, segundo os autores, se restringindo ao aspecto formal de cumprimento legal quanto às restrições de aplicação em despesas com pessoal, pagamento de dívidas e à probabilidade de capitalização em fundos previdenciários.

Os autores destacam e demonstram que no referente à saúde há uma relação negativa da aplicação da CF, relativa à possível sobrevivência (até 40 e 60 anos). Do mesmo modo, podem ser realçados que: O Índice de Desenvolvimento Municipal é inversamente proporcional à relevância registrada da CF na receita do município; relação positiva da taxa de cobertura de água e a CF, sendo este o único indicador positivo alusivo à saúde nos municípios inundados estudados no Brasil.

Isso, contudo, remete a questões que o trabalho de pesquisa na região apontam para a perspectiva de lugares constituídos a partir dos efeitos da implantação da hidrelétrica, o que se verifica de forma mais localizada quando se trata da “região das ilhas”, onde vivem cerca de 8 mil pessoas que não dispõem de água potável. O mesmo, em relação à água ocorre na Vila Capoteua, uma vila de pescadores, esta, exclusivamente, no município de Tucuruí. Nas ilhas e na Vila Capoteua não existem estruturas específicas de saúde. Esses fatos - a falta de água e a inexistência de infraestrutura de saúde - constituem agravantes nesse tempo de pandemia.

Assim, a CF no tocante aos valores repassados e o sentido de reparação de danos, se tornam prerrogativas das prefeituras, que por sua vez não colocam alternativas e decisões sobre sua aplicação aberta à discussão e deliberação pública dos moradores, em geral, e nem tão pouco dos expropriados desde a instalação dos projetos hidrelétricos. A ELETRONORTE faz uso dos recursos naturais, infraestrutura e subtrai parcelas do território e do recurso

hídrico de forma contínua. O que se observa e tem sido objeto de estudos é a inocuidade de Programas da ELETRONORTE (a exemplo do Programa de Limnologia e Qualidade da Água) e nessa “primeira onda” da pandemia atrasos e expectativas da empresa de energia⁵²³ responsável pela UHE Tucuruí.

Nesse momento em que se instala uma pandemia no mundo já tem sido muito debatido o caráter desigual a que estão submetidos diferentes povos, diferentes lugares. Se o município de Tucuruí tem PIB per capita de R\$ 58.455,08 (IBGE, 2017⁵²⁴) as desigualdades econômicas e sociais são extremas.

Na região de Tucuruí é destacado no Lago da UHE Tucuruí e, especificamente, aqueles que se auto identificam como “morador (ores) das ilhas”⁵²⁵, embora o Estado e a ELETRONORTE não reconheçam essa situação específica. No interior do lago do reservatório⁵²⁶ formaram-se aproximadamente

523. A ELETRONORTE possui várias possibilidades e processos em aberto e que terão implicações nos procedimentos judiciais que envolvem reclamações de atingidos pela obra e de pressão mínima para correção de sua atuação em nível local, inclusive no campo da saúde. Conforme menciona o Canal Energia.com, em setembro de 2019: 1. “A ELETRONORTE quer prorrogar a concessão da usina hidrelétrica de Tucuruí (PA – 8.370 MW). Esse objetivo e interesse foi manifestado pela estatal junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, que deverá encaminhar o pleito ao Ministério de Minas e Energia, de acordo com comunicado divulgado pela Eletrobrás – controladora da ELETRONORTE – na última terça-feira, 4 de setembro. Caberá à pasta divulgar as condições pertinentes ao Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004, que regula a exploração do potencial de energia hidráulica do empreendimento. O prazo de vigência desse atual contrato expira em 30 de agosto de 2024, nos termos da Lei 12.783/2013. <https://canalenergia.com.br/noticias/53110972/ELETRONORTE-tem-interesse-em-prorrogar-contrato-de-concessao-de-tucuruí>. Acesso em 02/06/2020. 2. Abertura de projeto de privatização da ELETRONORTE; 3. Operações para ampliação das linhas de transmissão. Algumas delas são observadas no prisma de efeitos da Covid 19 e avanço do trabalho. O que está em compasso de espera da autorização da FUNAI para trabalhos em Terras Indígenas. 4. O licenciamento ambiental que deverá ser renovado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS. Esses quatro pontos são comentados na parte III deste texto.

524. IBGE, 2017. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/tucuruí.html>. Acesso em 03/06/2020.

525. As situações das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça e Pucuruí-Ararão, localizadas ao noroeste da barragem e de outras Unidades de Conservação que compõem o denominado Mosaico Ambiental de Tucuruí mostram uma série de problemas ambientais e sociais que não tem sido objeto de intervenção pela ELETRONORTE que se exonera de responsabilidades sociais por conta dos repasses que dita a CFURH.

526. “O Lago-Reservatório da UHE Tucuruí em sua cota máxima normal apresenta uma extensão de 2.875,13 Km²”. Quando o nível é mínimo (62 m), a área alagada diminui em cerca de 560 km². Essa massa de água ocupou e cobre terras pertencentes aos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Itupiranga. (FERREIRA, 2010, p. 30).

1600 ilhas⁵²⁷, dezenas delas ocupadas por pescadores e agricultores provenientes dos municípios de Mocajuba, Cametá, Baião, Igarapé Mirim e Limoeiro de Ajuru que reproduziram modos de vida baseado na pesca, cultivo de pequenas roças, criação em pequena escala. As condições de ocupação são diferenciadas, com moradores que tem residência em terra firme dos municípios respectivos e aqueles que possuem residência permanente na ilha. Esse grande lago é dividido em 11 regiões⁵²⁸. Outras ilhas foram ocupadas para lazer e pequenas “fazendas”, sem serem seus donos hostilizados pela empresa. Em 1989, foi fundada uma Delegacia Sindical das Ilhas vinculada ao STR de Tucuruí, o que ocorre em meio aos antagonismos e pressões de instituições federais (IBAMA, ANEEL, ELETRONORTE, SECTAM) e governos locais contra os ocupantes das “novas” ilhas (NOVAES e ACEVEDO MARIN, 2015, p. 184).

Ainda, as formas de vida nessas formações físicas socialmente constituídas na esteira dos efeitos de implantação da hidrelétrica foram dificultadas pelos processos de elevação da cota do Lago, no início de funcionamento estabelecida em 72 metros e, em 2005, com a conclusão da II etapa, a ELETRONORTE obteve autorização da SECTAM para elevação do nível de água do reservatório para a cota 74m. Decorreu disso a erosão das margens de terras das ilhas e as perdas dos moradores de plantações diversas. Entretanto, muitos atingidos pela elevação da cota não receberam indenizações. Na narrativa realizada pelo senhor Antônio Marinho da Costa, em oficina de Cartografia Social realizada no “Auditório do Mesquita”, em 21.06.2019, lê-se:

Eu tenho uma morada no meio do lago numa ilha. Então, o impacto foi muito grande depois da cota 74 e agora está desmoronando tudo a perca está muito grande, está indo as castanheiras, as mangueiras, as jaqueiras, as laranjas, cocos, tudo está

527. Idem.

528. Ferreira (2010) elenca com base em dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT, que a Região das Ilhas de Tucuruí, nos limites desse município, está dividida em 11 sub-regiões distintas e suas denominações atribuídas pelos próprios moradores, a saber: Panorama, São Benedito, Mocaba, Vida Nova, Lago Azul, Cajazeirinha, Pequiá, Água Fria, Cajazeira, Bom Jesus e Guaripé.

desabando. Em torno da ilha está desmoronando tudo, está acabando com tudo mesmo, está derrubando as bacabeiras, castanheiras, tudo. O pasto está abarrancando tudo está destruindo tudo a erosão da água e agora tem outro problema, esse quebramento do canal aí, a água não vai prestar nem pra gente banhar. Como os animal vai beber e nós que mora num lugar isolado? Eu queria saber como vai ficar essa situação? Porque o gado não vai poder beber essa água, o carneiro não vai poder beber, o porco, o bode, tudo. Então, nós estamos numa situação triste com essa água que vai vir daqui uns meses. Aí, eu queria saber que situação vai ficar. O que que vai ser feito desse pessoal, como eu que estou dentro do lago? Eu moro na beira do canal. Onde tem mais erosão é na beira do canal, onde eu tô. Está destruindo a minha ilha toda. As árvores estão indo embora. O sítio está acabando tudo. A erosão está muito grande. Então, meu muito obrigado. (ACEVEDO MARIN E NOVAES, 2020.p. 64,65)

A existência cotidiana das famílias que residem nas ilhas é marcada pela precariedade. Várias pesquisas têm descrito a péssima qualidade da água; a falta de atendimento em saúde, as dificuldades de transporte e ausência de energia elétrica. Ferreira (2010) lista os Programas divulgados pela ELETRONORTE e cita entre eles o Programa de Limnologia e Qualidade da Água⁵²⁹, cujos resultados não são comentados.

O serviço de saúde pública prestado aos moradores pela SUCAM sofreu constantes interrupções, o que contribuiu para o aumento no número de casos de malária em sua área. A descontinuidade na assistência aos moradores das ilhas quanto ao controle de mosquitos transmissores de doenças, favoreceu a ocorrência de

529. O autor assinala a questão da concentração de mercúrio no lago e conclui que: “A concessionária de energia, no âmbito do Programa de Limnologia e Qualidade da Água, poderia reportar periodicamente ao órgão estadual de meio ambiente, a comunidade científica e a população diretamente exposta, os resultados obtidos através de automonitoramento sobre a concentração de mercúrio em peixes e cabelos humanos para comprovações de que estaria havendo declínio e/ou que estas concentrações encontram-se dentro de limites de segurança”. (FERREIRA, 2010, p. 88).

surtos de casos de malária. (FERREIRA, 2010, p. 78).

Entre as doenças de veiculação hídrica cita hepatite, diarreias e afecções da pele, pois a “má qualidade da água que estaria ligada ao aparecimento de uma doença, ainda não suficientemente esclarecida pelos organismos de saúde pública e denominada pelos moradores de Roe-roe, que provoca lesões na pele dos pés e mãos, impossibilitando temporariamente o portador para o exercício de atividades produtivas”. (FERREIRA, 2010, p.80). A partir dos dados do DATASUS (2010) organiza uma tabela informando 1.147 casos de hanseníase entre 2001 e 2009. Mas adiante insere considerações relevantes sobre a água do lago:

Os moradores das ilhas sujeitam-se a incontáveis riscos ao abastecerem-se de água para suprir suas necessidades diárias de higiene e consumo. A maior fonte de abastecimento deriva inapelavelmente da captação direta do curso d'água existente no entorno da moradia. Com a elevação da Cota e em função dos ciclos (enchimento & vazante) temporais da bacia hidráulica, iniciou-se um novo processo de carreamento de matéria orgânica para o curso d'água, decomposição e sedimentação. Neste processo, a água adquiriu características físicas, tonalidades, sabores e odores, comprometendo sua utilização, em muitos casos, até para dessandatação de animais. Na versão dos moradores a água ficou mais quente, suja e lodacenta. A água para consumo humano é captada por moradores geralmente em locais onde o curso d'água tenha maior velocidade e profundidade, muitas vezes, bem distante das moradias, e então, antes do armazenamento final, é realizado um processo rudimentar de coagem ou filtração. É prática comum entre os moradores, em momentos de deslocamento entre as moradias e núcleos urbanos, transportarem recipientes com água da “rua” (Tucuruí) para o centro (moradia nas ilhas). (FERREIRA, 2010, p. 89).

O estudo realizado por Yoshino (2017) sobre a vulnerabilidade hídrica das populações que moram na região do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com base em 595 questionários aplicados nas unidades familiares, que moram tanto nas ilhas quanto em terra firme, abrangeu 47 localidades (ilhas e povoados) situadas nos municípios de Tucuruí, Goianésia, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá e Itupiranga. Neste trabalho de pesquisa exaustivo confirma que a construção da hidrelétrica de Tucuruí provocou vulnerabilidade hídrica para os moradores do lago⁵³⁰. O autor realiza observações sobre a necessidade de grandes projetos de garantir segurança hídrica para as pessoas e apresenta as respostas dos entrevistados:

os moradores relataram a dificuldade em conseguir água de boa qualidade, principalmente para os usos beber, tomar banho e lavar roupa, sendo agravado no período da seca.

Outro relato dos moradores é que durante o período da seca a água do lago fica longe de suas casas, o que dificulta a sua locomoção, uma vez que a canoa é o principal meio de locomoção. Além disso, em certas áreas do lago o acesso fica difícil devido à presença de lama quando o nível do lago diminui.

Durante o período da cheia foi relatado pelos moradores a dificuldade na atividade de pesca, pois o nível da água fica elevado e os peixes acabam se escondendo na vegetação que fica submersa. No estudo desenvolvido no PDRS com a população que vive no lago de Tucuruí, verificou-se que a saúde é o serviço público que gera mais expectativa nos moradores, seguido de água, estrada e educação.

(YOSHINO, 2017, p.131)

Yoshino frisa o descompasso entre a lucratividade do empreendimento da UHE Tucuruí e a falta de condições mínimas de para os moradores nas ilhas e do entorno do lago: saneamento, energia elétrica, educação e saúde⁵³¹

530. O pesquisador confirma a hipóteses de que a hidrelétrica de Tucuruí: “deixou parcialmente vulnerável as populações que vivem na região do lago, em relação à questão hídrica e que as variáveis socioeconômicas, institucionais e ambientais, somente juntas, são consideradas necessárias e suficientes para explicar a vulnerabilidade hídrica. (YOSHINO, 2017, p. 24)

531. Observa-se que a maioria dos estabelecimentos de saúde são compostos por postos de saúde e Centro

estão ausentes. Afirma ter verificado que a construção da hidrelétrica não trouxe benefícios a estas populações, sendo muitas vezes excluídas dos projetos/programas do governo.

Além disso, são constantes as violações dos direitos dos atingidos pela construção da UHE de Tucuruí por parte da ELETRONORTE. As medidas estruturais e não estruturais adotadas pelo poder público para minimizar os efeitos sociais da construção da UHE de Tucuruí, em relação ao acesso e ao uso dos recursos hídricos, não trouxeram benefícios para a vida dos moradores do lago, pois essas medidas não possuem sinergia entre os atores envolvidos. Segundo a ELETRONORTE, ela gasta milhões com projetos/programas para reparar os efeitos sociais causados pela construção da UHE de Tucuruí, porém esses projetos/programas são pontuais, muitos não são executados, e os que são executados não são eficazes. (YOSHINO, 2017, p. 182).

A “determinação local” da pandemia está registrada em tempos e ações anteriores que “enfraquecem” a saúde das pessoas e indisponibilizam condições de preservação. De que água se serviram os moradores do lago da UHE Tucuruí para hidratar e higienizar os corpos arriscados de contaminação pelo COVID 19?

No dia 6 de abril de 2020, manchete do governo do Pará anunciava: Estado reforça a estrutura de saúde na Região do Lago do Tucuruí. Nessa notícia indicava-se que entre as ações estavam as “obras para modernização e ampliação do atendimento

de Saúde/Unidade Básica de Saúde, os quais realizam os procedimentos básicos de saúde. Contudo, verifica-se que os municípios de Goianésia do Pará e Itupiranga não possuem Centro de Saúde e o município de Tucuruí não possui postos de saúde. Dentre esses municípios, Tucuruí se destaca pela maior quantidade e diversidade de estabelecimentos de saúde. O município de Tucuruí possui ainda o Hospital Regional de Alta Complexidade, com especialidades de traumatologia, cardiologia, neurologia, psiquiatria, pediatria, dentre outros. Além disso, recentemente o município implantou o serviço de saúde em barco-hospital para atender a população que vive no lago de Tucuruí (PARÁ, [2009?]). Porém, durante as visitas de campo não foi verificada a atuação do barco-hospital, pois em nenhum momento os moradores citaram sobre esse serviço de saúde. (YOSHINO, 29017, p. 129).

realizado pelo Hospital Regional de Tucuruí⁵³². O governador acrescentou que “os recursos para modernização do Hospital Regional terão como origem a verba de compensação ambiental prevista no Consórcio dos Municípios Alagados pelo Rio Tocantins (COMPART) e afirma que: “Encaminhamos para a ELETRONORTE um ofício informando que vamos utilizar parte dos recursos destinados para compensação do licenciamento ambiental. A medida foi tomada em comum acordo com as prefeituras da região. Com estes investimentos, o hospital será um dos mais modernos no Estado”. A regra de troca e negociação entre o Governador, o COMPART e a empresa. Talvez essa negociação corresponda as estratégias da ELETRONORTE para dissuadir a então posição divergente do COMPART nas questões de renovação do licenciamento ambiental, permitindo que usem os recursos advindos da compensação para fins de “enfrentamento da pandemia”. A operação realizada a priori é a negociação Estado, COMPART e ELETRONORTE. A COMPART distensionaria o conflito e se posicionaria com a SEMAS E ELETRONORTE viabilizando totalmente o licenciamento. E não pode deixar de apontar que se tratando de um ano de eleições municipais a ELETRONORTE pode utilizar outras táticas de financiamentos das campanhas enquanto mecanismo de negociação.

O problemático acesso aos serviços de saúde dos moradores das ilhas é uma expressão dessa desigualdade que traz consequências na incidência da Covid 19. Não nos deteremos em dados detalhados em toda a região, contudo, nota-se no mapa a seguir que entre os municípios do entorno do lago, a maior concentração de prevalência da doença e de óbitos até 24 de maio ocorre em Tucuruí. Quanto à taxa de letalidade para a virose, que se comprova pela proporção do número de casos por óbitos, o percentual é de 11,51 sendo o segundo maior do Estado do Pará. Nesse instante, percebe-se um aumento da curva de prevalência para a doença, tanto no que diz respeito à confirmação de casos quanto de óbitos.

532. Governo do Pará. Secretaria de Saúde Pública. <http://www.saude.pa.gov.br/2020/04/06/estado-reforma-estrutura-de-saude-na-regiao-do-lago-do-tucuru/>

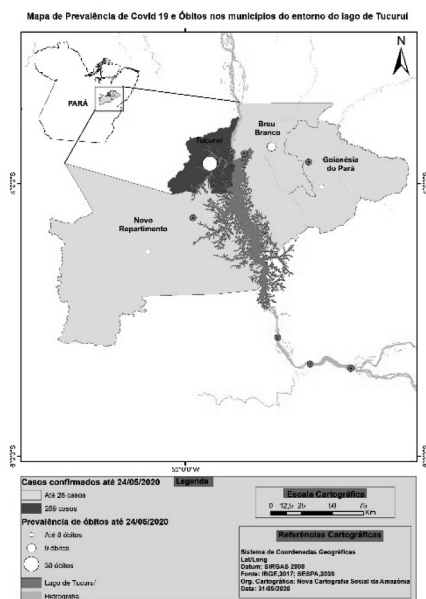


Figura 02: Mapa de Prevalência de Covid 19 e Óbitos nos municípios do entorno do lago de Tucuruí (até 24 de maio de 2020)

No dia 21 de março de 2020 divulgou-se o primeiro caso de paciente suspeito de COVID 19 que ingressou no Hospital Regional. Com essa notícia a prefeitura de Tucuruí reiterou as orientações do Decreto N° 012/2020, de 20 de março de 2020, assinado pelo prefeito Artur Brito, na última sexta-feira (20), em que delibera emergência pública no município, bem como medidas temporárias e emergenciais de enfrentamento e prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19). A revisão desse decreto e mais três⁵³³ relativos à COVID 19 não abordam a região do Lago do reservatório da UHE Tucuruí, no é possível estimar moradores permanentes de cerca de 8 mil pessoas, e cerca de 3 mil apenas nas ilhas que se localizam no município de Tucuruí.

533. Foram consultados: Decreto N° 012/2020 de 20/03/2020; Decreto N° 033/2020 de 02/05/2020 (insere observação sobre fortes evidencias de subnotificação); Decreto N° 039/2020 de 24/05/2020 (medidas de flexibilização) e Decreto N° 041/2020 (que notifica que o município possui 16 leitos, totalizando hoje, a existência de 30 leitos, além de kits de medicamentos).

Também não há abordagem específica do transporte fluvial entre a cidade e o lago. No Comitê Gestor da Crise criado pelo Decreto N° 012/2020 não se registra representação do “povo das ilhas” expressão que utilizam para referir ao “coletivo”.

Corpos ameaçados, solidariedades amplas e alertas de prevenção

De início, apreensões sobre a “situação pandêmica” em Tucuruí fluíram nas mensagens recebidas de uma liderança na região Esmael Rodrigues Siqueira, Presidente da Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região – APPATUR, que foram registradas em áudios, fotografias e documentos enviados pelo aplicativo *WhatsApp* e anotações da equipe em conversas telefônicas. O resultado, de forma mais específica está exposto no item 1.1 a seguir.

Nos textos de mensagens – muito breves - abordou Esmael Siqueira as situações observadas a partir de Tucuruí, recluso à cidade na sede da APPATUR, e que dizem respeito às condições específicas do seu próprio isolamento - como liderança e pescador; e dos expropriados que vivem na região, que no entanto, não se encontram residindo apenas em uma comunidade, uma ilha ou cidade. Estão totalmente espalhados nos bairros de Tucuruí e nos municípios próximos, em povoados, bairros e ilhas. Entretanto, confere sua própria dificuldade operacional de comunicação. Mas, parecem irrelevantes face aos obstáculos de uma maioria que vive fora da cidade.

Nesses lugares a forma virtual de se comunicar se torna praticamente impossível, a exemplo, com os moradores nas ilhas no interior do lago da hidrelétrica. Na quase totalidade (exceção para alguns que compraram uma ilha para lazer e contam com seus poços privados) das ilhas sabe-se da inexistência de água potável. Também não há energia elétrica. Como já dito, inexistente plano específico, proposições e previsões para esse grupo nas normas

elaboradas pela Prefeitura de Tucuruí nos decretos municipais; o mesmo ocorre com as áreas de assentamento. A menção se faz para população em geral, e sem atenção, conforme se lê, aos pescadores, aos extrativistas, aos agricultores e indígenas que vivem na região.

A atenção se volta nessas mensagens ainda, para fatos que têm tido lugar nesse período de pandemia, que são as queimadas na Amazônia. A concentração de queimadas em duas grandes regiões pode ser visualizada no mapa abaixo. É possível identificar duas grandes regiões de concentração de queimadas. A primeira região, nas proximidades das rodovias federais BR-010 e BR-222, correspondendo os municípios de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Rondon do Pará, área de maior produção da Soja no Estado do Pará. A segunda região com intenso foco de queimadas localiza-se no extremo sul, abrangendo os municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Redenção, Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia, outra área de expansão da soja no Pará.

Na região do Lago de Tucuruí, os municípios de Breu Branco e Goianésia do Pará se destacam dentre aqueles que mais registaram focos de queimadas nesses primeiros cinco meses de 2020. Percebe-se a predominância dos focos de queimadas nas proximidades das rodovias na região.

A atenção a categoria dos Expropriados e Expropriadas converge para diversos processos sociais daqueles que tiveram perdas com as obras da UHE Hidrelétrica em cada etapa. Entre os moradores das ilhas descritos com anterioridade, contam-se expropriados. Esse grupo que desenvolveu lutas sociais e jurídicas para ser reconhecido como “expropriado” pela ELETRONORTE e cujas trajetórias estão vinculadas à primeira, segunda etapa da hidrelétrica, à elevação da cota e, mais recente, a construção das eclusas, contam 5.700 expropriados que constam em Ação Civil Pública nº 123.001.000238/2010-55 – Ministério Público Federal – MPF em litígio com a ELETRONORTE. Desses, 2.343 famílias obtiveram

ganho na Ação e isso lhes legitima também do ponto de vista legal em um processo indenizatório que é incompleto e injusto. E onde estão os expropriados?

Os trabalhos de pesquisa que temos realizado na região, e também de outras equipes registram que já há uma segunda geração daqueles que já não vivem mais; os que ainda estão vivos e na luta se encontram espalhados, morando nas cidades criadas após a inundação das suas terras, de suas casas, de uma forma de viver, em assentamentos, em vilas, nas ilhas, e vários tiveram que se deslocar par outros estados. Portanto, como se reportar a estes neste momento de pandemia de forma particular? A dificuldade denota que não são reconhecidos como atingidos por toda a sua vida, que assume uma identidade, mas são invisibilizados diante das políticas estatais e da ELETRONORTE.

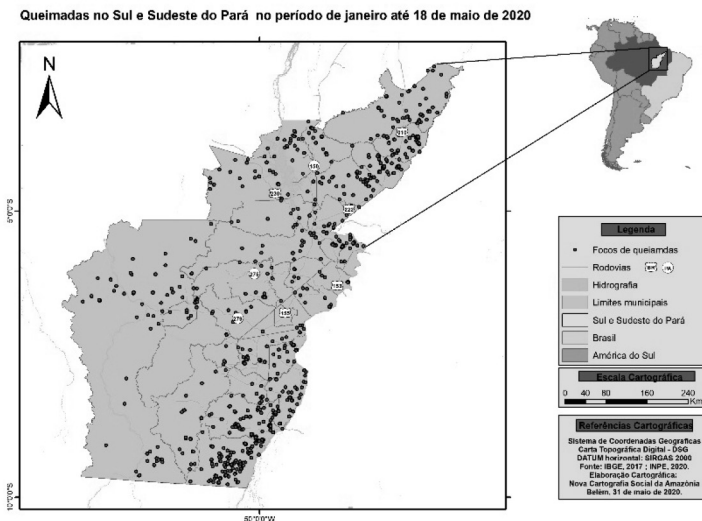


Figura 02: Queimadas no sul de sudeste do Pará (janeiro a 18 de maio de 2020)

É dito que Tucuruí progrediu muito em urbanização e infraestrutura. Todavia os efeitos sociais e ambientais provocados pela obra da UHE Tucuruí não foram aferidos (ACEVEDO MARIN e NOVAES, 2020) enquanto as mudanças econômicas, sociais e ecológicas tornam-se profundas e irreversíveis. Os problemas criados não se resolvem em uma fácil equação positiva que contabiliza o número de estradas, de assentamentos, de povoados.

Neste artigo são tecidas algumas ilações a partir do que se argumenta se constituem “determinações locais”⁵³⁴. A ELETRONORTE construiu mecanismos de poder na Região de Tucuruí e arrola decisões e projetos que contribuem para enfrentar a pandemia no lócus de atuação? O acesso a essas fontes – ELETRONORTE, Prefeitura Municipal de Belém, SESPA é feito por meio da consulta, não exaustiva, de jornais, entrevistas de autoridades da empresa e do governo do Pará, site e blogs é possível descrever alguns desses atos e relacionar conteúdos com categorias específicas.

Os moradores da região do Lago do Reservatório da UHE Tucuruí denunciam sua contaminação. Durante anos não foi disponibilizado o acesso a água potável. A necessidade do líquido para higiene é medida essencial de prevenção da pandemia. Quais as ações com os moradores das ilhas, muitos deles expropriados e expropriadas por obras das várias fases de instalação da obra?

Assim, o eixo empírico do texto consiste na leitura de sessões de entrevistas, mensagens trocadas, portanto, com vários retornos, que foi feita com uma liderança que acompanha de forma intensa as lutas dos expropriados. O noticiário é revisto no tópico 2, o último deste trabalho antes das considerações finais, sobre a pandemia nos meses de abril e maio, no sentido de estabelecer relação com o fato de que a pandemia não paralisa estratégias que distanciam cada vez mais a ELETRONORTE dos expropriados, como a privatização da Eletrobrás. Esse distanciamento se

534. Alain Badiou (2020, p. 72) abrevia o sentido, a “determinação permanece fundamentalmente local, enquanto a epidemia é antes transversal”.

expressa quando as medidas de proteção de forma direta contra a Covid 19 não nos parecem extrapolar a proteção dos seus empregados; a situação de estrutura e articulação de municípios pelos prefeitos; a estratégia de empresas de implantação de linhas de transmissão na região para adesão a indenizações consideradas injustas e unilateralmente definidas; queimadas, enfim, denota-se que, as empresas e o estado mantêm-se ativos em seus planos, a despeito da precária estrutura de saúde na região.

Alerta às situações à sua frente e à proteção de expropriados.

Quando eles me ligam eu oriento: - não saiam de casa, evitem visitas, tomem muito cuidado, agora chegou o momento de vocês descansarem mais, ficar mais em casa, quem sabe depois que passar isso nós não vamos ter uma luta maior, estejamos mais fortes, vocês estejam mais tranquilos, então procurem desestressar um pouco para que isso não traga um outro problema para vocês. A minha preocupação é que são pessoas que estão acostumadas a estar sempre na casa de um ou de outro, visitando, conversando, batendo papo, e com essa situação, naquele horário de costume sempre eles querem buscar aquele passeio, mas não tem mais em função desse impedimento.

A única medida que a gente teve em relação ao Covid 19 enquanto entidade foi pedir na verdade que os desapropriados por serem já uma categoria de pessoas de idade, ou seja, até de terceira idade, ficassem em casa, não deixasse de acreditar no que a OMS dizia, porque a OMS foi pouco divulgada pra cá, era através de jornais, fizemos um trabalho de pedir com que as pessoas entendessem que era verdade e que tomassem muito cuidado, ficassem em casa e a gente ficou muitas das vezes sem ação porque nós esperávamos que fossemos convidados ou solicitados pra criar um comitê de decisões, porque isso não é uma questão política e sim de vida, então entendíamos que as autoridades iriam chamar as entidades.

A organização que não se faz por lives: vamos preservar a saúde porque depois que passar isso tudo nós precisamos dar continuidade nessa luta

Em relação a se organizar, eu acho que não é momento de pensar e levar essa situação pra eles e se organizar pra fazer algum movimento, até porque qualquer coisa que vier a acontecer com uma pessoa dessa a gente tá caindo na mesma mesmice desse louco (...) de incentivar as pessoas a irem pra rua, eu evitei o meio de comunicação, até porque agora tá meio difícil de pegarmos o espaço e uma vez que eu fui quando surgiu isso aí foi pra dizer pra eles “olha, gente, por favor, a gente trabalha com povo de terceira idade, por favor, evitem a vir, a pegar ônibus, a andar na rua, não se sintam obrigados a ir lá no escritório para fazer isso, fiquem mais em casa, vamos preservar a saúde, porque depois que passar isso tudo nós precisamos dar continuidade nessa luta, mas essa situação que tá acontecendo, eu vou conversando com o dono do prédio aqui, dizendo pra ele dar mais um tempo (...) talvez tenha até um pouco mais de visitas em função desse auxílio né, que assim as pessoas vão me procurar, eu estou aqui tentando, até queria que você me ajudasse se fosse possível, você me ver qual é o site que vai tá isso aí pra gente cadastrar essas pessoas pra que eles possam não ter muito problema, que são praticamente pescadores das ilhas, ribeirinhos, extrativistas que vão sofrer com isso, até chegar isso pra eles, até eles saírem da roça pra vir pra cá, e a gente quer evitar que eles estejam se aglomerando no meio de muita gente que não conhece na rua, a situação é essa que estamos passando por aqui.

O vírus e a resistência pela organização

O segundo vírus é a falta de apoio às famílias mais carentes, nós pescadores não podemos receber esse auxílio, estamos vivendo pela solidariedade dos nossos liderados que se condoem da nossa situação e vem até nós e chegam com sorriso no rosto ou então uma lágrima no olho dizendo “tá aqui, eu vim trazer isso pra ti” e se ele vê chorando, nós temos que estar sorrindo, pra dar apoio, uma palavra amiga, mas que por dentro nós estamos nos corroendo de dor, de não saber o que vai acontecer no dia de amanhã. O terceiro vírus, o sul do Pará tá coberto de fumaça, nós estamos inalando fumaça, quando se trata das pessoas, da solidariedade, os pescadores não tem direito a esse auxílio emergencial⁵³⁵, simplesmente porque recebem o seguro defeso que mal o senado ou a câmara não entende o que é o seguro defeso, o seguro defeso é naquele momento que o pescador não pode pescar pela reprodução do pescado, mas agora nós não estamos podendo pescar porque não estamos podendo sair de casa e se não fosse essa solidariedade dos nossos liderados, eles me mostram o contrário, coisas importantes (...) nessa questão do coronavírus é quando eles pensaram que as organizações das comunidades quilombolas, unidade de conservação, moradores aleatórios, começaram a se organizar com objetivo que talvez nem eles percebam a organização que está acontecendo, a aproximação através de

535. O auxílio emergencial, a partir do mês de abril, e previsto para três meses é destinado a: “desempregado ou exerça atividade na condição de: Microempreendedores individuais (MEI); Contribuinte individual da Previdência Social; Trabalhador Informal. Pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R\$ 3.135,00). (...) beneficiários que recebem o Bolsa Família também terão direito ao Auxílio Emergencial de R\$ 600. Mas, só terá direito ao auxílio, a pessoa que recebe o Bolsa Família com o valor menor de R\$ 600 (...) Mulheres que chefiam a família receberão R\$ 1,200”. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/> Acesso em 28 de maio de 2020. Em 21 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui auxílio emergencial no valor de um salário mínimo (R\$ 1.045) mensal a famílias indígenas enquanto perdurar o estado de emergência pelo novo coronavírus. A medida se estende a pescadores, ribeirinhos, quilombolas e povos das florestas. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/camara-aprova-auxilio-emergencial-para-indigenas-quilombolas-e-povos-tradicionais/> Acesso em 28 de maio de 2020. O projeto de lei ainda não foi sancionado pelo presidente da República.

uma necessidade de impedir que as pessoas entrem nas suas comunidades, e aí é uma organização que no fundo eles ainda não perceberam que traz futuramente uma união muito forte, que é justamente a comunidade decidindo por si própria a manter, a preservar, a resguardar o princípio e mostrar que eles são humanos sim, que sentem amor um pelo outro, eles sentem um amor imenso um pelo outro, por exemplo (...) as comunidades mais tradicionais hoje eles estão tão organizados fechando suas fronteiras, seus territórios e não deixando ninguém entrar pra não levar essa doença pra eles, isso é interessante, é uma força, uma demonstração de força porque os poderes públicos constituído através dos nossos votos estão apostando na proliferação dessa doença, em um contágio, parece que há um acordo deles com esse vírus de propagar em todo mundo, parece que a intenção é diminuir a humanidade (...) não tem prefeito, vereadores e nem ninguém, elas estão isoladas mas estão resistindo, por exemplo .. os carros que vão pra Cameté as vezes vai levando aqui eles dizem que não para, pra ir embora mas ele não desce do carro lá de jeito nenhum, acredito que Igarapé preto também esteja acontecendo a mesma coisa, e isso está criando um conflito entre o poder público e a comunidade, só que quando há na comunidade, digamos que 80% é a favor de uma coisa e 20% não, o prefeito e o poder público ainda tem uma semente que ele pode chegar lá e conseguir mais dos 20%, mas não, não é assim, é tão legal que eles estão conseguindo obter os 100% pra não ter brecha, janela, pra esses propagadores levarem para lá essa pandemia, esse vírus, então ele não tem brecha, então quando ele não tem brecha, automaticamente a comunidade se sente amparada pela soberania das suas decisões e isso ta sendo muito interessante, e nos enquanto líder de todas essas demandas, quando ligam pra gente perguntando como é que tá, olha querido, está tudo parado, tudo dessa forma, nós estamos com aluguel atrasado, mas por favor fique em casa, não tente, não vá na conversa de ninguém, fique em casa, por

que até que se consiga uma vacina pra gente se imunizar disso ai a única alternativa é ficar em casa, muitas das vezes nos estamos até dizendo fique em casa enquanto os criminosos estão praticando, acabando com a nossa Amazônia

Muitos são idosos que ainda brigam até hoje pelos seus direitos - A gente tem uma sensação de insegurança

Bom dia amigos, nós estamos vivendo nesse momento uma situação muito delicada em vários aspectos, é algo muito complexo na verdade, nós temos uma pandemia perigosa matando muita gente (...) muitos são idosos que ainda brigam até hoje pelos seus direitos e quando se ver uma oportunidade se aproximando de realizar muitas das vezes as suas conquistas ai de repente vem uma pandemia ou então um governo instável que não se sabe o que quer e o que fala, é insustentável o que ele fala de manhã e de tarde já e outra coisa, e deixa a gente tem uma sensação de insegurança muito grande, a gente vive em uma região no sudeste do Pará, Tucuruí (...) as instituições que seriam capazes de combater os crimes que estão acontecendo na Amazônia, além de um vírus que a gente não vê, não conhece, há um grande outro combate pra nós da região, que é justamente no combate ao crime do latifúndio, crime do garimpo, dos grandes fazendeiros, do agronegócio, que nós não vimos um vírus e estamos inalando outro, a fumaça cobre o sul do Pará de tanta queimada que está acontecendo e nós estamos inalando, pra contribuir mais com a pandemia ainda inalamos fumaça de grandes queimadas que estão acontecendo no município de Tailândia, Goianésia, Jacundá, Tucuruí, breu branco, repartimento, que essa fumaça ela se concentra no sul do Pará e eles aproveitam nesse momento de ficar em casa, de se confinar.



Foto 01: Rua da cidade de Tucuruí sob a fumaça de queimadas de áreas no entrono da cidade, vista da Rua 7 de setembro. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 13 de maio de 2020



Foto 02: Rio Tocantins, lado direito, a jusante da hidrelétrica sob nuvem de fumaça, vista da Rua 7 de setembro – Tucuruí – PA. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 14 de maio de 2020.



Foto 03: Rio Tocantins, lado direito, a jusante da hidrelétrica sob nuvem de fumaça, vista da Rua 7 de setembro – Tucuruí – PA. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 31 de maio de 2020.

Eu olho pro tempo, pro ar, que eu olho pra qualidade do ar, embaixo é onde fica a associação e encima é onde eu moro, eu gosto de acordar de manhã e olhar pra floresta do outro lado do rio e se você ver nessa foto que eu encaminhei pra você, a gente não enxerga mais o outro lado do rio de tanta fumaça, aí meu deus, será que eu vou acordar de manhã e vou ver aquela floresta que sempre eu agradeço por ver, e eu olho de manhã e não vejo mais porque a fumaça não deixa, e eu sei que não é um pesadelo e também não é um sonho sabe, eu fico lá encima as pessoas vem trazer coisas pra mim e eu desço uma corda “amarrem ai que eu vou puxar” aí eu puxo lá pra cima e vou fazer pra me alimentar, e sabe uma coisa assim, eles ficam me olhando sabe, eu olhando pra eles porque queira ou não eu sou uma pessoa muito carinhosa com eles, quando eles chegam aqui eu abraço.

Nesse momento é difícil a gente ver um desapropriado. Desapropriados não estão em um só lugar:

Nesse momento é que é difícil a gente ver um desapropriado pela sua idade, seu histórico de vida, eu acredito que a força que eles tem, a mentalidade, a sabedoria, coisas que com certeza deixaram pra eles uma estrutura de sobrevivência por muito tempo (...) mas, a gente tá em contato sim com nossos expropriados (...) com os pescadores, os pescadores infelizmente estão passando por um momento muito difícil porque nós ficamos de fora dessa questão do auxílio emergencial, que isso viria até pra fortalecer um pouco o alimento das pessoas, assim como os desapropriados todos ficaram de fora porque são aposentados, tem uma relação direta com a previdência social, eles entendem que um salário, um mísero salario pro aposentado comprar remédio, comida, pagar energia.

Auxílio? *Os pescadores estão passando por uma necessidade*

Poucas pessoas receberam, porque o povo que tá com a gente, o que foi atingido pela eclusa são pescadores, quem mora no lago são pescadores, e expropriados são aposentados, que tem relação com a previdência social. Um seguro defeso, isso nós recebemos esse seguro por 4 meses que são de novembro a fevereiro, abre o defeso dia 2 de março todos os anos, então são 4 meses que o pescador não pode pescar pela reprodução da espécie, a partir daí é trabalho, pesca, vender e se sustentar com o produto que vem da pesca que é sua atividade principal. Eles entendem que esses hoje 4 salários mínimos (ao ano) é suficiente pro pescador se manter ano inteiro, e aí quem tá sofrendo muita necessidade, os pescadores tão passando por uma necessidade horrível porque não tem comprador, com isso ele tá passando uma necessidade enorme, então a gente fica lamentando isso aí por não poder ajudar.

A ELETRONORTE se recolheu: *qual era a intenção?*

A ELETRONORTE se recolheu, é por isso que lá no início eu falei da participação da sociedade civil nessa comissão, eles não convidaram justamente por isso, por que qual era a intenção? a intenção da gente era chegar nesse momento e apresentar o cadastro de cada associação que esteja envolvido nessa discussão dos impactos sócio ambientais e apresentar pra ELETRONORTE. Nós queremos que o comitê aprove que a ELETRONORTE nesse momento', enquanto durar a pandemia, apesar tanto daqueles que estão recebendo esse auxílio, como também daqueles que não recebem, que aí entravam os desapropriados, mas infelizmente nós não fizemos parte e com isso ela se recolheu né! A gente que tem direitos a receber que sofreu com esses impactos, ficamos de fora, o comitê é só de autoridades, é essa a situação.

Nem todos se *isolam* na pandemia

A alteração no modo de vida de ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, agricultores, moradores de cidades e ilhas que residem na região de Tucuruí, estão associada à implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE-Tucuruí – pelas Centrais Elétricas do Norte – ELETRONORTE, iniciada em 1974 e inaugurada em 1984. Este período de *isolamento* não se coloca para todos da mesma forma.

Por um lado, o momento atual se acentua por novos elementos que se somam à insegurança e às ameaças à vida que perduram por décadas. Neste tópico destacamos matérias levantadas na imprensa publicadas na internet, e documento e relatos recebidos de lideranças na região, em consideração às evidências dos danos que se acumulam e estratégias que visam à morte social dos expropriados. Estão apresentamos pela aproximação temática e das situações, e não propriamente, cronológicas. A pandemia potencializa e expõe o fato de que os agentes hegemônicos não se recolhem.

Noticiário e movimentos estratégicos no campo da política energética pelo Governo e a ELETRONORTE

Eletrobrás será privatizada ano que vem, diz presidente da companhia. O Globo.

Em 31 de maio de 2020, a Eletrobrás mostra que não está paralisada no tocante à sua privatização, e traz para os expropriados perspectivas de novos interlocutores no pós pandemia. Declaração do presidente da empresa, em 30 de maio de 2020:

“A única forma de o governo amenizar rapidamente os efeitos (da pandemia), principalmente de dívida, é com as privatizações, que vão fortalecer o equilíbrio econômico-financeiro das contas públicas” (Jornal O Globo – Globo Economia, 31 de maio de 2020).

Região do Lago, sudeste do Pará, se unirá para combater o Coronavírus

Ao mesmo tempo, a ELETRONORTE está silenciada em um lugar em que o passivo social, os efeitos decorrentes da implantação da hidrelétrica encontram-se enraizados na vida dos expropriados, que hoje vivem espalhados em ilhas, estradas, cidades na região, mas com existência coletiva evidente nas lutas. Em reunião de Prefeitos, realizada em 01 de abril de 2020, em a ELETRONORTE é mencionada por prefeitos como alternativa à utilização de recursos devidos:

“Um dos objetivos do encontro foi a uniformização na tomada de decisões, de forma conjunta, a fim de combater a proliferação do Covid-19, nos municípios que compõem a Regional do Lago de Tucuruí. São eles: Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia do Pará, Breu Branco, Tucuruí e Novo Repartimento. Também foi inserido na reunião o município de Pacajá. Apenas autoridades de Jacundá não participaram da reunião. Uma das decisões colocou à disposição do sistema de saúde regional parte dos recursos devidos pela ELETRONORTE/Eletróbrás, relativos à compensação ambiental para equipar o Hospital Regional de Tucuruí. Também, no período de até 48 horas, os gestores municipais devem informar a quantidade de servidores da área de saúde que vão reforçar os atendimentos no Hospital Regional de Tucuruí?”. (Rede Pará, em 02 de abril de 2020).

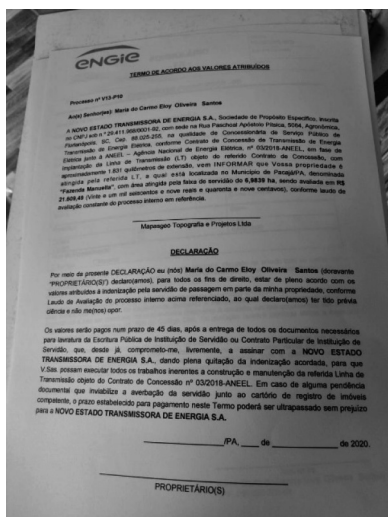
A participação do governador se deu por meio remoto, em vídeo, e também se reportou à ELETRONORTE ao informar que parte dos recursos para a saúde na região do lago teriam origem na Compensação do Licenciamento Ambiental da Empresa ELETRONORTE de Tucuruí, que serão utilizados na reforma e reconstrução do Hospital Regional de Tucuruí - HRT.

Estado reforça estrutura de saúde na Região do Lago do Tucuruí

O uso dos recursos de compensação do licenciamento ambiental reivindicado pelo governo do Estado em nome da pandemia é anunciado em 06 de abril de 2020, pela Agência Pará de Notícias. A Região de Integração do Lago assim denominada resulta da presença da ELETRONORTE na região e os efeitos por esta gerados, e que não cessam com a pandemia. A estrutura de saúde se mostra precária de forma pretérita, antecede a este momento. O governador do Estado do Pará assume que realizar a modernização do Hospital Regional com tais recursos, previstos no Consórcio dos Municípios Alagados pelo Rio Tocantins (COMPART) ao afirmar: “Encaminhamos para a ELETRONORTE um ofício informando que vamos utilizar parte dos recursos destinados para compensação do licenciamento ambiental. A medida foi tomada em comum acordo com as prefeituras da região. Com estes investimentos, o hospital será um dos mais modernos no Estado”.

Termo de Acordo de Atribuição de Valores

Em de maio de 2020, a equipe de pesquisa recebe documento e mensagem de liderança na região e relato de situações em que as famílias de agricultores estão sendo submetidas na relação com a empresa Novo Estado Transmissora de Energia S.A - ENGIE



Termo de Acordo aos Valores Atribuídos e Declaração. Empresa ENGIE, maio de 2020.

Em processo de instalação de linhas de transmissão de energia elétrica na região, em especial, no município de Pacajá, a empresa apresenta aos agricultores um documento para assinatura a termo de indenização pela servidão na passagem na propriedade. Os valores são atribuídos mediante laudo da empresa, e assinatura do Termo de Declaração na data, implica em pagamento apenas mediante apresentação de documentação cartorial pelas famílias, o que não se concretizando, o pagamento será efetuado posteriormente, sem prejuízo da empresa. Uma questão: o tempo decorrido, os valores remetam a práticas recorrentes em processo indenizatórios, como há muito já vem sendo discutido sobre a hidrelétrica de Tucuruí.

Municípios do entorno do Lago de Tucuruí concentram 60 pacientes com Covid-19

Em 06 de maio, os municípios do entorno do lago contavam com 60 casos de Covid. Em matéria de site de notícias do sul e sudeste do Pará reportam que os municípios de Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia

do Pará, Breu Branco, Tucuruí e Novo Repartimento, que se localizam no entorno da hidrelétrica de Tucuruí⁵³⁶ contam com 60 pacientes portadores do novo coronavírus. Apoiam-se em boletins epidemiológicos divulgados neste dia.

Combate à Covid-19 também altera rotina no Grupo Eletrobras

Não se localiza em buscas digitais, e consultas a lideranças na região ações da ELETRONORTE voltada para a região, ou para Tucuruí, onde se localiza hidrelétrica. Em 19 de março de 2020, matéria sobre medidas de proteção tomadas pela Eletrobras se ELETRONORTE se restringem ao ambiente de trabalho. A Eletrobras anuncia em 18 de março ter tomado medidas de para combater o novo Coronavírus, com trabalho remoto, escalas, permanência dos empregados nas cidades em que trabalham, restrição de viagens, enfim ações voltadas para o âmbito interno. A ELETRONORTE, por sua vez, desde o dia 15 de março, dentre outras medidas criou um Comitê de Crise e restringiu o acesso à empresa apenas aos empregados na empresa. (CANALENERGIA, 2020). Não há menção a iniciativas de colaboração ou ações diretas junto a cidades, comunidades, povos que vivem na área de atuação da empresa, e têm no presente, independente do tempo de instalação de projetos hidrelétricos, efeitos que não cessam, e aos quais se acumulam a incidência de casos de Covid 19.

Eletrobrás buscará renovar concessão da hidrelétrica de Tucuruí, diz CEO

A importância econômica da hidrelétrica de Tucuruí para a Eletrobras é acentuada em meio às discussões sobre a renovação da concessão à Eletrobras, que se encerra em 2024, em matéria da Agência REUTERS, de 2 de janeiro de 2020, período que antecede a pandemia. A Eletrobrás manifesta interesse

536. Disponível em: www.zedudu.com.br. Acesso em 30 de maio de 2020.

em manter a operação da segunda maior hidrelétrica totalmente nacional: “A Eletrobrás quer manter a operação da hidrelétrica de Tucuruí, cuja concessão vai expirar a partir de 2024 (...) disse nesta quarta-feira o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr”. A Analistas do banco de investimento Credit Suisse informam que “Tucuruí” é responsável, juntamente com indenizações a receber até 2024, provenientes da renovação antecipada de contratos, por 26% da receita da Eletrobrás. Este processo de renovação está relacionado à privatização da empresa, conforme expõe o seu presidente: “uma possível prorrogação da concessão da usina no rio Tocantins pode ser debatida, até com o Congresso, em meio à tramitação de um projeto de lei do governo que prevê a privatização da Eletrobrás...” o que se faria por um processo de capitalização.

Em meio à Covid-19, queimadas na Amazônia ampliam risco de morte e de colapso hospitalar por doença respiratória.

As queimadas são associadas ao aumento de 30% de internações por causas respiratórias em 2019, com base em estudos em 100 municípios da Amazônia Legal em estados nos quais o Pará se inscreve entre os mais afetados. E chamam atenção para os efeitos na saúde das crianças, e idosos, estes considerados grupos de riscos para a Covid 19, para os compostos tóxicos da fumaça, partículas e fuligem que se dispersam a grandes distâncias dos locais de onde estão se localizam os focos de ocorrendo. Em plena pandemia, ICMBio e IBAMA passam a ter suas funções restringidas ainda mais, entre 11 de maio e 10 de junho, pela ação do governo federal ao decretar uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Médico em Rio Branco, Guilherme Pulici relata na matéria que: “Já teve ano em que a fumaça era tanta em Rio Branco que não dava para enxergar o outro lado da rua” e acrescenta: “Se o cenário de fogo e fumaça se repetir esse ano coincidindo com o novo coronavírus, temo pelos idosos e portadores de doenças crônicas, como cardiopatia e enfisema pulmonar”. Em Tucuruí, como ademais em muitas cidades do sudeste do

Pará, as ruas, o rio, e a mata avistada da cidade têm estado encobertas pela fumaça. O que se estende às ilhas e comunidades ribeirinhas no Tocantins, onde residem expropriados, os indenizados, embora injustiçados, e os não indenizados, não inseridos no rol de atingidos pela ELETRONORTE.

Alupar reavalia LT no litoral paulista e vê linhão de Tucuruí mais distante

A Companhia possui liberação fundiária para maioria de suas seis obras previstas para o ano e discute outras duas com a Aneel, Funai e sob o efeito covid. A Alupar Investimento está avançando com seis obras físicas envolvendo linhas de transmissão e subestações pelo país, tendo recebido já a maioria das liberações fundiárias para tocar os projetos. Segundo apresentação dos resultados financeiros e operacionais nessa terça-feira, 2 de junho, a maioria das estruturas metálicas e equipamentos já foram recebidos pela companhia, que está com 81% dos trabalhos executados nas concessões TPE e ETB, quase a metade na TCC e 2% na TSM. Atividades preliminares foram iniciadas na ESTE e a TCE aguarda ainda a Licença de Instalação do IBAMA.

Fora desse escopo, dois projetos estão sendo discutidos na justiça quanto a viabilidades ambientais e econômicas. A implantação do trecho Norte e Sul da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia (ELTE), formado pelas subestações Domênico Rangoni e Manoel da Nóbrega, e que conta ainda com 40 km de linha de transmissão pelo litoral paulista, está sendo reavaliada após uma mudança nas regras de aproximação da Base Aérea de Santos, que em 2016 comunicou ao Ibama, por meio do Serviço de Proteção aos Voos, a inviabilidade do projeto devido ao tráfego aéreo na região, principalmente de helicópteros.

Durante a apresentação, o gerente de Relação com Investidores, Luiz Coimbra, lembrou que o órgão ambiental paulista cancelou e arquivou o pedido de licença do empreendimento na época pela avaliação ambiental,

e que Aneel sugeriu que fosse feita uma alteração no contrato, eliminando o trecho Norte. “Esse processo ficou parado e nós seguimos trabalhando. O que houve recentemente é que a regra de aproximação mudou em Santos, o que nos possibilitou voltar a estudar a viabilidade do trecho”, afirmou o executivo, informando que o próprio órgão regulador rejeitou posteriormente a proposta só pelo trecho Sul.

Já quanto ao chamado Linhão de Tucuruí, uma associação junto à estatal Eletrobras ELETRONORTE, chamada Transnorte Energia (TNE), Coimbra disse que a empresa está aberta a negociações com os órgãos competentes, desde que atendam aos pressupostos de emissão da LI, que depende de um imbróglcio de quatro anos com a FUNAI, e uma negociação a partir do reequilíbrio das receitas de contrato:

Estou um pouco cético quanto a esse projeto, por conta do efeito Covid nas populações indígenas, mais propensas ao contágio. Estávamos trabalhando ativamente há algum tempo com a FUNAI, mas agora não sei como vai ser a reação nesse momento, pois teríamos que fazer a obra dentro da reserva indígena.

Estratégia e crescimento – Perguntado sobre as intenções e posicionamento da companhia junto ao mercado de fusões e aquisições, Luiz pondera que com a eclosão do coronavírus tudo mudou e exige uma nova análise, em todos os processos e custos de capital. “Certamente vamos olhar as oportunidades. Hoje faz mais sentido, ativos operando do que em construção, por um custo de capital contratado um pouco mais baixo do que é hoje”, pontua.

Quanto à estratégia da comercializadora, notadamente mais conservadora nesse primeiro trimestre, o gerente confirma que foi adotada uma postura diferente para esse ano, levando em consideração o risco hidrológico e o “jogo de enxugar gelo”, ao se deslocar as garantias físicas

por determinado período com o preço maior, mas o GSF menor, estratégia montada em dezembro do ano passado para reduzir um pouco o impacto de exposição ao risco. “Temos que ver qual vai ser o resultado porque foi uma decisão pré-covid, mas não acredito que teremos algum impacto relevante com relação a isso”, finaliza Coimbra.

Editora-chefe da RBMT Dra. Andrea Magalhães aborda os desafios do Covid-19

A pandemia para a ELETRONORTE tem visibilidade pela fala interna voltada para dentro da empresa, como acentuada na perspectiva da medicina do trabalho, em matéria da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, com a médica do trabalho da ELETRONORTE, em Brasília, em 17 de abril de 2020. A entrevistada destaca que a empresa *saiu na frente* com as medidas de isolamento e as criações das condições para trabalho em casa, e realça: “É um prazer trabalhar e ser desafiada na construção de políticas e práticas de segurança e saúde ocupacional para uma realidade tão diversa como a nossa, não só em processos de trabalho, mas também em peculiaridades regionais, já que estamos presentes em tantos estados do Brasil”. Não se entende o sentido atribuído a peculiaridades e em que medida a empresa tem atuado nesse tempo de pandemia nesses lugares tão diversos, em que seus projetos promovem efeitos tão incisivos em termos de degradação e de uso intensivo de recursos naturais conforme relatado por expropriados, em especial, em Tucuruí.

Considerações finais

Neste trabalho, os diferentes planos adotados para introduzir de forma breve e incipiente, uma discussão que se faz em pleno acontecimento, em pleno campo de possibilidades, tem, a nosso ver, um *continuum*, mas esse

não pode ser assumido como contentamento, como afirmação de um modo reiterado de agir de empresas e do Estado. Nota-se um aprofundamento na relação de distanciamento, ainda maior, da perspectiva de um processo democrático de definição de políticas voltadas para garantir direitos. E como fazer isso em pleno momento de pandemia? Não há fórmula, mas as experiências desafiam à inquietude.

O que expomos, por provocação de situações concretas, são medidas de compensação que não alcançam o poder de mitigar não apenas os efeitos de implantação de um projeto, mas de uma forma de fazer política, de exercer uma prática democrática que patenteia os modos de operar os recursos de CF, o silêncio da ELETORNORTE, a estrutura de saúde, dezenas de milhares de famílias de moradores nas ilhas que não dispõem de água potável e de energia elétrica gerada pela água do lago onde vivem, o líquido é impróprio para ser ingerido. | Acrescenta-se que, neste momento, do ponto de vista da participação não há previsão nas normas municipais, como a sucessão de decretos, de que as entidades constituídas por expropriados e moradores das ilhas estejam contemplados.

Tendemos a pensar preliminarmente que a dimensão local é despotencializada enquanto projeto de mudanças, e se desfaz em termos de possibilidade de fortalecimento de relações de poder em que, a dimensão territorial se afirme na perspectiva do lugar, do enfrentamento da desigualdade, e da perspectiva de situações que chegam, como vulnerabilidade hídrica ou neste exato momento ainda, como elevado risco de vida às pessoas.

Os efeitos das queimadas que têm se expandido na Amazônia nos últimos meses após o crescimento do desmatamento se estendem às ilhas e comunidades ribeirinhas no Tocantins, onde residem expropriados, os indenizados, embora injustiçados, e os não indenizados, não inseridos no rol de atingidos pela ELETORNORTE, trazem agravos à saúde e ao ambiente. E traz o sentido ao que sugerimos como nem todos se isolam, ou o faz, mas não sob as mesmas determinações.

Poder-se-ia pensar que a ausência de ações da ELETRONORTE na pandemia para além do uso dos recursos na região de Tucuruí, para além da preocupação com a proteção apenas de seus empregados, da expropriação que se mostra atual nas pautas dos expropriados desde os anos da sua implantação se revela como estratégia de se silenciar e explicitar o esvaziamento deliberado da sua presença na região, a despeito de um processo que a envolve se fazer de forma acelerada e ao mesmo tempo, indiferente, como a privatização, a construção de linhões de transmissão de energia, atos que não cessam.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa et al.. Tempos de destruição na calha do Rio Tocantins: incessantes efeitos sociais e ambientais da UHE Tucuruí / Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino (organizadores). – São Luís: EDUEMA, 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica / Agência Nacional de Energia Elétrica. - Brasília: ANEEL, 2005.

Disponível em: https://www.aneel.gov.br/documentos/656835/16505063/2005_CardenosTematicosANEEL2.pdf/ddf-37139-4bc0-dc32-3ddd-a9d5ad6dfe42. Acesso em 31/05/2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Nova Lei altera rateio de distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/nova-lei-altera-rateio-de-distribuicao-da-compensacao-financeira-pela-utilizacao-de-recursos-hidricos>. Acesso em 25/05/2020.

AGÊNCIA REUTERS. Eletrobras buscará renovar concessão da hidrelétrica de Tucuruí, diz CEO <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/01/29/eletrobras-buscar-renovar-concessao-da-hidreletrica-de-tucurui-diz-ceo.htm?cmpid>. Acesso em 25/01/2020.

ANMT. Editora-chefe da RBMT Dra. Andrea Magalhães aborda os desafios do Covid-19. Link : <https://www.anamt.org.br/portal/2020/04/17/em-entrevista-a-editora-chefe-da-rbmt-dra-andrea-magalhaes-aborda-os-desafios-do-covid-19/>. Acesso em 25/01/2020.

CANALENERGIA. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53129855/combate-a-covid-19-tambem-altera-rotina-no-grupo-eletrobras>. Combate a Covid-19 também altera rotina no Grupo Eletrobras, 19 de março de 2020. Acesso em 28/01/2020.

FERREIRA FILHO, Antônio Augusto. A elevação da cota do reservatório hidráulico da UHE Tucuruí e seus efeitos sobre a população da RDS Alcobaça (PA) Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; NUMA, 2010. 149f.

JORNAL O GLOBO. Eletrobras será privatizada ano que vem, diz presidente da companhia. O Globo, 30 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/eletrobras-sera-privatizada-ano-que-vem-diz-presidente-da-companhia-1-24453597> Acesso em 28/05/2020.

REDE PARÁ. Região do Lago, sudeste do Pará, se unirá para combater o Coronavírus.02 de abril de 2020. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/212131/regiao-do-lago-sudeste-do-para-se-unira-para-combater-o-coronavirus>. Acesso em 25/05/2020

ZEDUDU. Municípios do entorno do Lago de Tucuruí concentram 60 pacientes com covid-19. Disponível em :<https://www.zedudu.com.br/municipios-do-entorno-do-lago-de-tucuru-i-concentram-60-pacientes-com-covid-19/>, em 05 de maio de 2020. Acesso em 28/05/2020

PULICE, Sérgio Mantovani Paiva e MORETTO, Evandro Mateus A Compensação Financeira e Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros alagados por Usinas Hidrelétricas. Ambiente e Sociedade. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo, 2017, vol.20, n.4, pp.103-126. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2017000400103&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27/05/2020.

REPÓRTER BRASIL. Em meio à covid-19, queimadas na Amazônia ampliam risco de morte e de colapso hospitalar por doença respiratória. Por Daniel Camargos | 08/05/20. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/em-meio-a-covid-19-queimadas-na-amazonia-ampliam-risco-de-morte-e-de-colapso-hospitalar-por-doenca-respiratoria/> Acesso em 25/05/2020.

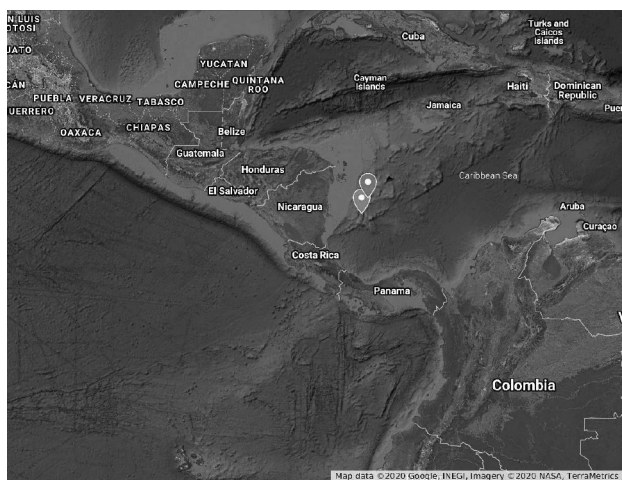
YOSHINO, Gabriel Hiromite. Estudo da vulnerabilidade hídrica das populações que moram na região do lago da usina hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará. Tese (Desenvolvimento Socioambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CRISIS ECONÓMICA Y ALIMENTARIA EN EL MEDIO DEL MAR CARIBE: UNA PRIMERA MIRADA A LOS IMPACTOS DE LA PANDEMIA SOBRE EL PUEBLO RAIZAL DEL ARCHIPIÉLAGO DE SAN ANDRÉS, PROVIDENCIA Y SANTA CATALINA

Ana Isabel Márquez Pérez⁵³⁷

Introducción

San Andrés, Providencia y Santa Catalina son un pequeño archipiélago oceánico, localizado en el Caribe Occidental, bajo la jurisdicción de Colombia (Ver Mapa 1), territorio el pueblo Raizal, grupo étnico de origen afrodescendiente. Con una población de aproximadamente 35000 personas, este pueblo habita ambas islas, en convivencia compleja con una diversidad de grupos sociales de diversos orígenes, que han llegado en el último siglo (Valencia, 2015).



537. Antropóloga, PhD en Ciencias Sociales. Profesora Auxiliar, Universidad Nacional de Colombia, Sede Caribe (San Andrés Isla, Colombia). Contacto: aimarquezpe@unal.edu.co

Como en muchos lugares del mundo, la pandemia llegó al Archipiélago en medio del pánico, la desinformación y la poca preparación para enfrentarla. A partir del primer caso, diagnosticado el 21 de marzo de 2020 (El Isleño, 22 de marzo), las islas cerraron progresivamente sus accesos⁵³⁸, facilitado por su condición insular, buscando prevenir o agravar la llegada del virus a las islas, dado su precario sistema de salud⁵³⁹ y una población que presenta altos índices de comorbilidades⁵⁴⁰. Una vez tomadas estas medidas, el virus se mantuvo controlado hasta el 12 de mayo, cuando fueron reportados 15 nuevos casos del virus, 4 de ellos en Providencia, y el resto en San Andrés, como consecuencia del mal manejo dado a la tripulación de un barco de carga proveniente de Cartagena, uno de cuyos marineros habría muerto por COVID-19 en altamar, tras haber dejado carga en las dos islas. No obstante, pese a que varios de los contagiados se aislaron tardíamente, hasta la fecha sólo se han identificado 2 casos nuevos en San Andrés, y no hay reportes de casos de gravedad⁵⁴¹.

Pero si el virus no ha generado hasta el momento una situación delicada de salud pública, el cerramiento afectó la vida cotidiana y el centro de la actividad económica de las islas: el turismo. Tal como lo señala un estudio económico reciente, San Andrés se encuentra entre los Departamentos más vulnerables al impacto económico del aislamiento, dada su alta dependencia de la prestación de servicios no esenciales (Bonet-Morón et al, 2020). Más aun, en la medida en que las finanzas públicas del Departamento, el segundo gran empleador después del turismo, dependen en gran medida de ingresos que genera esta actividad, por lo que la situación afecta de manera general a la población del Archipiélago.

538. Providencia, que para ese momento no tenía ningún caso, se aisló de San Andrés el 22 de marzo, mientras que esta última isla cerró su aeropuerto durante la siguiente semana, quedando aisladas del continente, con la excepción de la navegación comercial que provee de productos básicos a las islas y los vuelos militares que también prestan servicios urgentes.

539. 9 camas de cuidados intensivos en San Andrés y ninguna en Providencia.

540. Enfermedades cardiovasculares, diabetes y cáncer, así como obesidad (Ortiz, 2014)

541. Noticia del periódico local del 3 de junio indica que las últimas pruebas realizadas en Providencia a personas que estuvieron en contacto con contagiados arrojaron resultados negativos; aún se está a la espera de los últimos exámenes realizados (El Isleño, 3 de Junio de 2020).

Si bien la población raizal de San Andrés ha sido históricamente marginalizada del turismo, su participación se ha incrementado, como consecuencia del crecimiento exponencial de esta actividad en la última década, al tiempo que muchas actividades no estrictamente turísticas, como la pesca, reciben beneficios económicos de este último. Mientras tanto, en la vecina Providencia, con una población mayoritariamente raizal, el turismo comunitario constituye una de las principales actividades de este pueblo⁵⁴².

Este documento busca presentar una primera aproximación a los efectos de la pandemia generada por el COVID-19 sobre el pueblo Raizal. Teniendo en cuenta lo señalado anteriormente, el análisis se centrará sobre los efectos económicos y alimentarios inmediatos, que son los más evidentes, y que tendrán efectos, muchos de ellos imprevisibles, en el corto, mediano y largo plazo; si bien se incluirá un análisis sobre otros aspectos también importantes, aunque menos visibles, como el impacto sobre las dinámicas comunitarias, la salud pública y la pérdida territorial. Para tal fin, el documento se divide en tres partes: un primer apartado, en el cual se presenta un contexto histórico y sociocultural que permita entender las particularidades del territorio y sus habitantes, profundizando en el proceso que llevó a la consolidación de un modelo económico turístico, para entender la situación actual; un segundo en el que se describen los efectos observados hasta el momento como consecuencia de la pandemia; y, finalmente, una sección de conclusiones y comentarios finales.

542. No obstante, es importante señalar la ausencia de datos estadísticos específicos sobre la relación entre el pueblo raizal y el turismo, así como, en general, sobre su situación económica previa a la pandemia. La mayor parte de estos se encuentran o bien agregados con el resto de la población, en el caso de San Andrés, donde la población raizal constituye aproximadamente un tercio; o bien agregados entre San Andrés y Providencia, por lo que se invisibiliza a esta última, donde la población raizal es mayoritaria.

El pueblo Raizal del Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina

Inicialmente colonizadas por el Imperio Británico, las islas fueron pobladas, a partir del siglo XVI, por europeos no hispanos, africanos esclavizados, indígenas provenientes de la costa centroamericana y, posterior a la emancipación en el siglo XIX, migrantes de otras regiones del Caribe Británico, que aportaron a la configuración de una sociedad anglo-afro-caribeña, hoy denominada Raizal (Valencia, 2015). Solo tardíamente en el siglo XIX, Colombia empezó a estrechar sus vínculos con el Archipiélago; el resultado fue un proceso de integración y asimilación cultural⁵⁴³, que ha sido denominado la colombianización, por medio del cual se buscó transformar a las islas al modelo social, económico y político, promovido por las élites criollas del centro del país⁵⁴⁴ (Guevara, 2007).

Esto implicó que, entre otras acciones, a partir de 1950, se impulsara la migración masiva de colombianos continentales a las islas, particularmente a San Andrés, de la mano de un nuevo modelo económico basado en el turismo y el comercio de mercancías importadas sin impuestos. Lo anterior no sólo subordinó a los pobladores locales y sus actividades tradicionales, principalmente la agricultura y la pesca, sino que generó una transformación demográfica y paisajística en esta última isla, de la mano con un proceso acelerado de despojo territorial (Bodnar, 1973; Clemente, 1991; Guevara, 2007; James, 2018).

Así, la década de 1950, marca un cambio importante en la historia de las islas, y entre San Andrés y Providencia y Santa Catalina. Mientras en

543. Al respecto, conviene recordar que al menos hasta 1991, el Estado Colombiano consideró a la diferencia cultural como una amenaza al proyecto nacional, por lo cual realizó esfuerzos desde distintos flancos, y en diversos lugares del país, por eliminarla.

544. Para el caso del Archipiélago, la posibilidad de una secesión, vislumbrada en 1903, durante la separación de Panamá con el apoyo de los Estados Unidos, puso en marcha las políticas de asimilación que, entre otras, buscaron cooptar la autonomía isleña, considerada una amenaza para la “soberanía” colombiana sobre las islas (Crawford, 2012).

la primera, en 1953, se declara el Puerto Libre e inicia la llegada masiva de migrantes hispanos, la segunda, al estar más alejada, logra evitar el aumento y cambio demográfico⁵⁴⁵. Esto es importante pues las dinámicas de las dos islas difieren entre sí, en aspectos sociales, económicos, ambientales y políticos; sin embargo, ambas constituyen territorio raizal, por lo cual se considera relevante para este análisis tener en consideración los dos contextos.

El turismo en San Andrés o la consolidación de un modelo económico no diversificado

A partir de la declaración de la isla de San Andrés como Puerto Libre, esta se fue consolidando como un destino turístico, que produjo grandes cambios socioeconómicos y que excluyó de manera importante al pueblo Raizal de sus beneficios (aunque no de sus impactos). Así, para comienzos del nuevo milenio, San Andrés recibía aproximadamente 365000 turistas y había convertido su economía casi completamente a esta actividad⁵⁴⁶ (James, 2013). Es conveniente resaltar que este modelo turístico transformó gran parte de las formas de vida tradicionales del Pueblo Raizal, fundamentadas en la diversificación de actividades y, en tal sentido, podría considerarse como un intento de minar la autonomía existente en el Archipiélago hasta la mitad del siglo XX. En este sentido, debe resaltarse que el turismo ha jugado un papel clave no solo como actividad económica sino como dispositivo estatal para ejercer soberanía, y fomentar la integración, sobre un territorio históricamente aislado y culturalmente diferente (Salas y Tuci, 2020).

545. Entre la mitad del siglo XX y la actualidad, San Andrés pasó de tener menos 5000 habitantes, a un número indeterminado que ronda actualmente los 80000, incluso con las restricciones impuestas a la residencia en el Archipiélago a partir de la década de 1990, y al interior de la cual el pueblo tradicional Raizal se constituye en aproximadamente un tercio de la población. Mientras tanto, Providencia, pasó de alrededor de 2000 habitantes, a poco más de 5000, manteniendo la predominancia del pueblo Raizal.

546. De acuerdo a James (2013), para 2005, el 64% del PIB del Departamento resultaba de actividades asociadas al turismo, al tiempo que se observa un aumento de necesidades básicas insatisfechas del 34,04% en 1993 al 42,45% en 2005 (James, 2013)

Si bien Providencia y Santa Catalina no se transformaron de forma tan dramática, estas se convirtieron gradualmente en un proveedor de productos marinos para San Andrés, generando una especialización de la pesca, y el abandono de la agricultura. Posteriormente, en la década de 1980, el turismo comenzó a ganar importancia local, con un modelo de turismo comunitario, ecológico y cultural a pequeña escala, promovido por la misma comunidad, que logró consolidarse en la década de 1990, logrando además la declaración del Archipiélago como Reserva de Biosfera de la UNESCO en el año 2000. Así, los providencianos plantearon un modelo alternativo al de San Andrés que, de la mano con la organización de un movimiento local ambiental y étnico, permitió que en los últimos treinta años se consolidara un turismo de baja escala como la actividad económica principal de la comunidad⁵⁴⁷ (Márquez, 2014).

Es importante señalar que, en la última década, la dependencia del turismo se incrementó aún más en ambas islas, relacionado con el fallo de la Corte Internacional de Justicia de La Haya sobre el diferendo limítrofe marítimo entre Colombia y Nicaragua⁵⁴⁸ (Salas y Tuci, 2020). Este fallo significó una pérdida material y simbólica de gran importancia para los raizales, quienes vieron como su maritorio ancestral fue fragmentado (Márquez, 2014). Tras el mismo, y en el marco de las protestas de los habitantes del Archipiélago, tanto raizales como no raizales, el Gobierno Nacional optó por una serie de medidas políticas y económicas que pretendían resarcir a los isleños por su pérdida, así como fortalecer la soberanía estatal sobre el territorio. Una de estas fue el turismo⁵⁴⁹.

547. Hasta el inicio de la pandemia, de esta actividad participaba un gran porcentaje de la población, incluyendo pequeños propietarios y propietarias de hoteles y posadas, restaurantes, supermercados y otros servicios de alimentación; pescadores y pescadoras, que venden sus productos a la comunidad pero también, de manera importante, al turismo local y al de San Andrés; prestadores y prestadoras de servicios asociados al turismo como guías, instructores de buceo, lancheros y taxistas, entre otros; así como todas las personas que derivaban sus ingresos económicos de su vinculación por contrato, o de manera informal, a alguna de las anteriores actividades (cocineras, meseras, recepcionistas, jardineros, personal de limpieza, por mencionar algunos).

548. Este redefinió la frontera entre ambos países y enclavó en mar nicaragüense dos de los bancos arrecifales que conforman el Archipiélago y que constituyen zonas de pesca tradicionales del pueblo Raizal.

549. Salas y Tuci (2020) sugieren que el turismo después del Fallo de la CIJ en 2012 aparece, como en la década de 1950, como una estrategia de progreso e inclusión social, pero, sobre todo, de soberanía.

Esto contribuyó al aumento exponencial en el número de turistas que visitan San Andrés, el cual seguía en aumento para finales de 2019⁵⁵⁰. Si bien Providencia no experimentó un aumento tan extremo, este también fue significativo⁵⁵¹. Este modelo trajo beneficios económicos para ambas islas, al generar mayor oferta de empleo, tanto formal como informal. De manera importante, en San Andrés, sectores raizales empezaron a participar activamente en el turismo⁵⁵², que durante mucho tiempo había sido dominado por algunas cadenas hoteleras y el modelo del todo incluido, la mayor parte propiedad de no raizales. No obstante, es importante señalar el carácter precario de gran parte del empleo generado, caracterizado por salarios bajos en el sector formal, y una alta informalidad, que carece de estabilidad o cobertura de seguridad social⁵⁵³.

Al contrario de San Andrés, en Providencia el turismo se mantuvo en manos del pueblo raizal, que constituye casi el 90% de la población, y las necesidades básicas insatisfechas han disminuido en las últimas décadas (James, 2013). Muchas personas abrieron negocios nuevos para la prestación de servicios turísticos, tanto formales como informales. Igualmente, otras actividades productivas, como la pesca, se vieron favorecidas, pues el turismo demanda estos productos e incrementa los precios. Así, para 2016, existían más de 100 emprendimientos locales relacionados con turismo (Alcaldía de Providencia, 2016), una cifra que ha seguido creciendo en los últimos años.

No obstante, como cualquier modelo económico no diversificado, el turismo en San Andrés, Providencia y Santa Catalina creó una alta dependencia de esta actividad, con pocas alternativas, y con un gran impacto sobre la soberanía alimentaria. En la actualidad, las islas importan la mayor

550. De acuerdo a cifras del Departamento, mientras que para 2011, San Andrés había recibido 529000 turistas anuales, para 2016, esta cifra había subido a 937.346 y a 1'050.763 en 2017

551. De acuerdo a datos de la Alcaldía Municipal, el turismo pasó de alrededor de 18000 turistas en 2012 a más de 33000 en 2019.

552. Para 2014, la participación de raizales en el turismo correspondía al 39,3 % del total, constituyéndose en una minoría (ORMET, 2014)

553. De acuerdo con datos recientes, el 70% de la población sanandresana tiene ingresos menores a 1.5 salarios mínimos (ORMET, 2019), lo cual equivale aproximadamente a 400 US.

parte de los alimentos que consumen, con la excepción de los productos marinos locales, y un mínimo de productos agrícolas que se producen en pequeños cultivos y jardines productores, principalmente de la población raizal (ORMET, 2014; Ministerio de Cultura, 2016; Gutierrez, 2019). Esto genera una dependencia de productos alimenticios importados, la mayor parte de los cuales tienen altos costos y baja calidad; aspectos que además se relacionan con el incremento notable de enfermedades cardiovasculares, diabetes y cáncer (Ortiz, 2014; Gutierrez, 2019). A lo anterior se suma la precariedad en los sistemas de salud y educación, a los cuales nunca se les ha dado prioridad en el Departamento, en parte porque se prioriza la inversión en aspectos relacionados con el turismo.

Impactos de la pandemia sobre el pueblo Raizal

- **Crisis económica y alimentaria:**

Este recuento nos permite hacer un primer análisis de los impactos de la pandemia del COVID-19 en el Archipiélago, con un énfasis en el pueblo Raizal⁵⁵⁴. Este análisis surge del análisis de distintos tipos de información, tanto aquellos recogidos directamente en campo, pues quien escribe habita en el territorio, así como a través de conversaciones con diversos habitantes del Archipiélago, noticias y publicaciones en redes sociales.

Por el momento, y mientras el virus no aparezca en su fase más grave, los impactos principales de la pandemia se relacionan con la crisis económica y alimentaria que resulta, precisamente, de la dependencia de un modelo no diversificado, como el que se describió en el apartado anterior. Cabe señalar que se trata de una tragedia anunciada, pues muchos críticos de este

554. Es importante señalar la dificultad para encontrar información estadística desagregada, y actualizada, sobre el pueblo raizal, lo que dificulta algunos aspectos del análisis. A la fecha, el Departamento Administrativo Nacional de Estadística en Colombia no ha subido la información más reciente que corresponde a grupos étnicos, por lo que la mayor parte de los datos que se encuentran corresponden a 2005. Igualmente, existe una dificultad para encontrar información estadística desagregada entre San Andrés y Providencia.

modelo, entre ellos muchos líderes raizales, que genera beneficios precarios para la población local, así como un elevado costo ambiental y social, han señalado desde hace varias décadas la necesidad de transformarlo, y la gran vulnerabilidad que este implica para las islas

En el aspecto económico, para el caso del pueblo Raizal, debe enfatizarse la situación de los pequeños propietarios y propietarias de emprendimientos asociados al turismo, que no están recibiendo ingresos, pero deben mantener a sus familias, sus propiedades (que si bien pequeñas, generan gastos), pagar sus deudas (que muchos han adquirido para abrir sus negocios) y mantener a sus empleados. Por otra parte, el alto grado de trabajos informales asociados al turismo, entre los miembros de este pueblo, implica que muchas personas en estos momentos se encuentran sin actividad económica, sin ingresos y sin acceso a seguridad social. Adicionalmente, muchas personas con empleos formales han quedado desempleadas, frente a la incapacidad, y en ocasiones la irresponsabilidad de los empleadores de mantener los contratos en la crisis.

En el aspecto alimentario, es previsible un aumento significativo de la inseguridad alimentaria, que ya ha sido reportada desde hace varios años (Ortiz, 2014; Ministerio de Cultura, 2016; Gutierrez, 2019). Con la subida del dólar⁵⁵⁵, y la situación de aislamiento, se observa la inflación de los precios de los alimentos en los supermercados, ya de por sí elevados. Esto significa que, si ya antes la canasta básica familiar del Departamento se caracterizaba por su alto costo y el consumo de alimentos de baja calidad nutricional (Ortiz, 2014), esta situación está empeorando, pues mucha gente carece de ingresos suficientes para alimentarse bien.

Mientras tanto, si bien la producción local no es inexistente, y circula a través de redes tanto de mercado como de reciprocidad, tampoco es suficiente para satisfacer la demanda de la población (Ortiz, 2014; Ministerio de Cultura, 2016). El caso de San Andrés es el más grave, con una población elevada, buena parte de

555. Con la caída del petróleo, del cual depende gran parte de la economía colombiana, el dólar ha fluctuado en los últimos meses, alcanzando un máximo de 4153 pesos en marzo de 2020. Pese a que ha bajado considerablemente a partir de allí, los precios de los alimentos no han bajado.

la cual habita zonas urbanas y carece de acceso a espacios para la producción de alimentos, y/o a las redes por las cuales estos circulan. En relación con la población Raizal, si bien es de resaltar que la mayor parte de la producción se concentra en manos de la misma, particularmente de aquella que habita en las zonas rurales (Ortiz, 2014), y circula al interior de redes propias de la misma comunidad (Ministerio de Cultura, 2016), también es cierto que un porcentaje importante de esta población también habita en la zona urbana, y se ha desconectado progresivamente de estas dinámicas⁵⁵⁶. Frente a esta situación, la circulación de dinero ha bajado, dificultando cada vez más el acceso a productos importados, que constituyen la principal fuente de alimentación, generando situaciones nutricionales cada vez más complejas.

El caso de Providencia que, como hemos dicho, tiene una mayoría Raizal, es quizá menos grave, pero no por ello menos preocupante. De acuerdo a cifras de la Alcaldía Municipal, para 2016, la agricultura empleaba únicamente al 6.6% de la población (sin incluir la pesca), produciendo principalmente para autoconsumo. La pesca, por su parte, ocupa a una parte considerable de la población, que se ha mantenido activa, así como constituye una actividad ocasional que cobra importancia en épocas de crisis. El resultado es una oferta considerable de pescado en Providencia, que sin embargo tiene una demanda reducida. Esto como resultado de la menor circulación de dinero en el ámbito local, la ausencia de turismo, y el hecho que muchas personas están obteniendo el pescado directamente del entorno, o a través de sus redes de reciprocidad.

- **Salud pública y vida comunitaria**

Conviene señalar, como lo han venido haciendo diversos autores y líderes sociales en relación al impacto de la pandemia en poblaciones indígenas y tradicionales, sobre cómo la pandemia tiene impactos diferencias

556. En la actualidad, menos del 53% de la tierra en la isla de San Andrés permanece en manos de raizales (James y Soler, 2018)

sobre las mismas, al tiempo que el manejo que se le ha dado ignora las formas particulares y diversas en que las sociedades tradicionales habitan el mundo (Xemotuum, 2020; López, 2020; ONIC, 2020). Esto incluye situaciones previas de vulnerabilidad material, así como formas de entender la salud y la enfermedad distintas, y una importancia de la vida comunitaria que es difícilmente comprendida desde la visión occidental contemporánea. En este sentido, el COVID-19, así como medidas como el aislamiento preventivo o la difusión de información sobre el virus, no tienen en cuenta estas situaciones, ni han sido pensadas desde la perspectiva de la diferencia cultural, o mucho menos socializadas o implementadas acorde con esto.

En ese sentido, por ejemplo, en el contexto del pueblo Raizal, la cuarentena impuesta a partir del 24 de marzo, que busca reducir la curva del contagio, ha significado una reducción en la actividad social comunitaria, que afecta sin duda las dinámicas propias, aunque dista mucho de lo que la medida esperaría. Esto en gran parte como consecuencia de la importancia de los lazos sociales y comunitarios estrechos al interior de esta sociedad, que se modifican con dificultad, pero cuya modificación podría tener consecuencias también delicadas. No en vano, han sido precisamente estos vínculos comunitarios los que han permitido, al menos para un número importante de personas, sortear la actual crisis económica con un acceso mínimo a alimentos y otros bienes de primera necesidad.

Así, si bien la movilidad se ha reducido, muchas personas han continuado su vida cotidiana, lo cual se convierte en una “amenaza” en el contexto del contagio. Una amenaza que pone en riesgo a la misma comunidad y que, como se ha visto en otros contextos, pueden tener consecuencias terribles. Esto en parte se ve agravado por la ausencia de estrategias de prevención que tengan en cuenta las particularidades culturales y territoriales. Se resalta como, pese a que una parte representativa del pueblo raizal habla inglés criollo (kriol) como primera lengua, y maneja solo parcialmente el español, la mayor parte de las campañas e información difundida se hace en español; incluso en Providencia, donde la mayor parte de la

población es kriol-hablante. Esto resulta en parte de la idea de que la única diferencia que existe entre el pueblo raizal y otros grupos de la población es lingüística, y que, dado que el español es un idioma compartido por todos, no hay necesidad de hacer una sensibilización específica para esta población.

También hay que destacar otras formas como estas medidas afectan la vida comunitaria del pueblo Raizal. Para ello, me parece importante describir lo que ocurre con los funerales, un momento fundamental del proceso vital isleño, que une a las personas para despedir a sus seres queridos. Estos sucesos son tan importantes, en términos comunitarios, que en Providencia aún se mantiene la tradición del “circle” o círculo, que consiste en un vocero que recorre toda la isla un día antes del entierro, avisando a viva voz, el nombre del fallecido y el lugar y hora de la ceremonia. Esto significa que toda la comunidad tiene la oportunidad de saber quién ha muerto y, si lo considera, ir a despedirlo. Paralelamente, a partir del día de la muerte, se celebran las nueve noches, a las cuales acuden cada día distintas personas de la comunidad, quienes acompañan a la familia entre conversas, oraciones, cantos y, con frecuencia, comida, que pueden ir hasta la madrugada.

Desde finales de marzo de 2020, estas prácticas se han visto afectadas. De manera evidente, el “circle” ha dejado de practicarse; mientras que en redes sociales las familias circulan mensajes pidiendo a la comunidad que no asista a los funerales. Esto implica que una experiencia que normalmente se vive en compañía, y con el apoyo de la comunidad, debe reducirse al círculo familiar más cercano, añadiendo pesadumbre a la situación. Adicionalmente, no todas las personas están dispuestas a respetar estas restricciones, y en muchos de los entierros que han tenido lugar en los últimos dos meses, se han reportado aglomeraciones significativas, lo que podría agravar el escenario del contagio.

Por otra parte, el cierre de las islas con el exterior también ha dejado un número significativo de personas, entre ellas muchos raizales, que no han podido regresar a sus hogares. Entre estas se destaca un número

indeterminado de providencianos atrapados en San Andrés⁵⁵⁷, quienes tuvieron que movilizarse antes o durante el cerramiento, por motivos de salud – teniendo en cuenta que en Providencia no hay posibilidad de manejar situaciones de salud graves o que requieran especialistas. Así como un número considerable de estudiantes universitarios que no alcanzaron a regresar a las islas antes del cierre de los aeropuertos. Hasta la fecha, no ha sido posible llegar a una solución para el retorno de estas personas a las islas, teniendo en cuenta los protocolos de seguridad existentes, el miedo a un posible contagio que agrave la situación, y los altos costos implicados en el desplazamiento de estas personas. Esto significa que, además de las dificultades económicas, las personas deben pasar por esta situación fuera de su territorio, sus familias y sus vínculos sociales, haciendo aún más compleja la experiencia.

- **Territorio**

Cabe finalmente señalar dos aspectos relacionados con la crisis económica, que podrían agravar situaciones preexistentes relacionados con el despojo que ya ha enfrentado este pueblo en su propia tierra. La primera se refiere al posible endeudamiento de muchos pequeños propietarios raizales que, ante la crisis, han estado buscando soluciones para sostenerse mediante préstamos bancarios. Esta es de hecho una de las soluciones propuestas por el Gobierno Nacional para enfrentar la crisis, a través del fortalecimiento de líneas de crédito para financiar empresas afectadas por el COVID-19. No obstante, estos se constituyen en un arma de doble filo, que, para el caso del Archipiélago, podría dejar a muchos raizales y sus propiedades en manos de los bancos.

Un segundo punto se relaciona con el posible aumento de la venta de terrenos de raizales, un fenómeno ya existente, pero que amenaza con

557. Mientras este texto se termina de escribir, algunos ha logrado regresar después de semanas de espera

agravarse como consecuencia de la crisis. A pesar de la creciente conciencia sobre la importancia de proteger la tierra y el territorio, y de frenar los procesos de especulación y expropiación territorial que han afectado al Archipiélago al menos desde la mitad del siglo XX, en las últimas décadas, la tierra se ha convertido en un recurso económico para muchas familias raizales. Así, esta es vendida cuando existen necesidades monetarias, como atender temas de salud o enviar un hijo a estudiar. La actual crisis económica podría detonar el aumento de la venta de la tierra, profundizando en el despojo y la pérdida de autonomía que ha experimentado el pueblo raizal en el último siglo.

Consideraciones Finales

En el marco de la gran incertidumbre generada por la actual situación, es difícil generar conclusiones sobre lo que ocurre y ocurrirá en el corto, mediano y largo plazo. Es claro que la situación económica es crítica para las islas, incluyendo al pueblo Raizal, así como a otros sectores de la población, entre los cuales también se encuentran otros grupos étnicos, originarios del interior del país, como es el caso de los afrocolombianos. Frente a esto, los gobiernos departamentales tienen poca capacidad de respuesta, y han lidiado con la crisis con dificultad. De acuerdo a la gobernación departamental, en cabeza de un raizal, el departamento se prepara para reabrir el aeropuerto a finales del mes de junio y, con ello, la vida económica de las islas, ante la situación económica crítica, y una vez sean instaladas 20 Unidades de Cuidados Intensivos nuevas en el Hospital Departamental.

Esto evidencia, la preocupación que existe en el nivel institucional por la crisis económica, si bien no se observa un enfoque diferencial hacia el pueblo Raizal. Es importante considerar que la crisis también afecta las finanzas departamentales, y pone al gobierno local en una encrucijada sobre cómo mantener su funcionamiento y responder a las necesidades crecientes

de una población sin ingresos, independientemente de su pertenencia étnica. No obstante, habría que cuestionarse si la idea de recuperar un modelo de economía turística, como única vía de solución a la crisis, en el marco de una situación global que apunta a la lenta recuperación de la misma, es una respuesta razonable. En este escenario, es poco probable que la economía sanandresana se reactive en los próximos meses, de manera que la crisis económica y alimentaria continuará. Por esto, la ausencia de decisiones de fondo, por ejemplo, en relación a la seguridad alimentaria, resulta preocupante, pues la profundización de la crisis tendrá resultados sociales y económicos de suma gravedad.

Cabe resaltar, no obstante, la capacidad de resiliencia del pueblo raizal frente a la situación actual, que resulta en gran parte de la persistencia de sus vínculos comunitarios y redes de reciprocidad y solidaridad (Márquez, 2014). Estas han permitido, como ya lo hacían antes, la circulación de comida por redes no mercantiles, que siguen garantizando el acceso a unos mínimos alimentarios para muchas personas. Tal como lo señalaba un raizal providenciano durante una conversación informal “Aquí nadie se va a morir de hambre. Siempre habrá un plato de comida para el que no lo tenga”. No obstante, puede que la situación no sea tan benigna en San Andrés donde, como se ha señalado, muchos raizales ya no poseen tierra ni participan activamente de las redes comunitarias propias de este pueblo.

No obstante, y en este mismo sentido, cabe preguntarse si la pandemia y las medidas para contenerla podrían convertirse en un mecanismo más para profundizar en el despojo territorial y la dependencia que se ha configurado entre el pueblo Raizal, y que no puede entenderse como un simple resultado del azar. En efecto, el modelo de turismo puede entenderse como un dispositivo de soberanía, no solo al generar una mayor presencia del estado y la sociedad nacional sobre el territorio raizal, sino también al generar dinámicas de despojo y control territorial, mediante la especulación de la tierra y el socavamiento de la autonomía isleña raizal que se convirtió

progresivamente, a partir de 1950, de una sociedad altamente autosuficiente, en términos materiales y simbólicos, a una altamente dependiente de las políticas y ayudas estatales.

Tal vez sea un buen momento para que el pueblo raizal reflexione a fondo sobre el tipo de modelo económico que se ha configurado en el Archipiélago, el cual ha sido criticado desde hace mucho tiempo por los líderes de este pueblo, pero frente a lo cual se observa un silenciamiento. Es ahora cuando se necesitan acciones que generen alternativas económicas para los cientos de personas en situación de vulnerabilidad, al tiempo que se contribuye al fortalecimiento de la seguridad y soberanía alimentaria, que es un tema importante bajo cualquier escenario, y de cara a coyunturas como la actual. También es momento de actuar para evitar que la crisis genere una situación más dependiente entre los raizales, y una pérdida aún mayor de su ya de por sí débil autonomía territorial. Hay necesidades concretas que hacen un llamado a la reactivación y potenciación de tradiciones y experiencias que se han mantenido en el tiempo, como los jardines o huertas caseros, que aún producen alimento; y al fortalecimiento de las redes de solidaridad local, que siguen mostrando su importancia en medio del caos generado por la pandemia. Pero más aún, se hace urgente también replantear los mecanismos que se proponen para solucionar la crisis: volver a un modelo de turismo idéntico al anterior, con sus profundas desigualdades sociales, culturales y ambientales, que prometen continuar minando la autonomía raizal al tiempo que, a futuro, en un escenario similar, crean las condiciones para que los efectos de una pandemia (u otra situación similar) puedan ser aún peores.

BIBLIOGRAFÍA

Alcaldía de Providencia. 2016. Plan de Desarrollo Municipal 2016 – 2019 “Más por las islas”. Documento sin publicar.

Bonet-Morón, J; Ricciulli-Marín, D; Pérez-Valbuena G.J; Galvis-Aponte, L.A; Haddad, E; Araújo, I; Perobelli, F. 2020. Impacto económico regional del Covid-19 en Colombia: un análisis insumo-producto. Documentos de Trabajo sobre Economía Regional, No. 288. Cartagena: Banco de la República de Colombia.

Crawford, S. 2012. Panama Fever: Colombian Fears of Secession on San Andrés and Providencia Islands, 1903–1913. In: *The Global South*, vol. 6, no 2, p. 15-38.

El Isleño. 22 de marzo de 2020. Primer caso de Covid-19 en el Departamento Archipiélago. Recuperado en <http://www.elisleño.com>

El Isleño. 12 de mayo de 2020. Quince nuevos contagios detectados en el archipiélago. Recuperado en <http://www.elisleño.com>

El Isleño. 3 de junio de 2020. Optimismo en Providencia tras recuperación de contagiados. Recuperado en <http://www.elisleño.com>

Guevara, N. 2007. San Andrés Isla, memorias de la colombianización y reparaciones. En: Claudia Mosquera (Ed.). *Aforeparaciones: memorias de la esclavitud y justicia reparativa para negros, afrocolombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia CES.

Gutiérrez, L. 2019. Diversidad biocultural, agricultura raizal y soberanía alimentaria en San Andrés y Providencia (Colombia). En: *Tabula Rasa*, 32, pp. 195-225.

James, J. 2013. El turismo como estrategia de desarrollo económico: El caso de las islas de San Andrés y Providencia En: *Cuadernos del Caribe*, Vol. 16 No. 1, p. 37-55

James, J, y C.S.I Soler Caicedo. 2018. “San Andrés: cambios en la tierra y transformación en el paisaje.” *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 27 (2): 372-388.

López, Francisco. 14 de abril de 2020. Pandemia y pueblos indígenas. La Jornada. Recuperado en: www.lajornada.com.mx

Márquez-Pérez, A.I. 2014. “Povos dos recifes: Reconfigurações na apropriação social de ecossistemas marinhos e litorâneos em duas comunidades do Caribe”. Tesis Doctoral. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

Ministerio de Cultura. 2016. Between land & sea. Traditional food & cooking from San Andrés, Old Providence, & Santa Catalina Islands. Bogotá: Ministerio de Cultura

ORMET Archipiélago (Observatorio del Mercado de Trabajo). 2014. Estudio de perfiles turísticos en San Andrés Islas. San Andrés Isla

ORMET Archipiélago (Observatorio del Mercado de Trabajo). 2019. El Perfil de la Informalidad en la isla de San Andrés. Universidad Nacional de Colombia: En prensa.

Ortiz, E. 2014. Aportes a la construcción participativa del Sistema de Información de Seguridad Alimentaria y Nutricional, como base de la Política Publica de SAN en la isla de San Andrés, Caribe Colombiano. Tesis de Maestría en Estudios del Caribe. Universidad Nacional de Colombia, Sede Caribe: San Andrés Isla.

Salas, J. y Tuci, C. (2020). Turismo y soberanía nacional: aproximación comparada a los casos del Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina (Colombia) y las Islas Galápagos (Ecuador). En: Ciencia Política, 15(29), 53-71.

Valencia, I.H. 2015 . Conflictos interétnicos en el caribe insular colombiano. En: Revista Controversia, (205), pp. 173-217.

Xemotuam, Ta Iñ. 27 de abril de 2020. Coronavirus y monoculturalidad: las pandemias para los pueblos indígenas. Comunidad de Historia Mapuche. Recuperado en: www.comunidadhistoriamapuche.cl

A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS COMO FERRAMENTA CONTRA O RACISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Franklin Plessmann de Carvalho⁵⁵⁸

Elionice Conceição Sacramento⁵⁵⁹

Quênia Barreto da Silva⁵⁶⁰

Bruno Lopes do Nascimento⁵⁶¹

Edielso Barbosa dos Santos⁵⁶²

Edvando Jesus Vieira⁵⁶³

Jeane Sacramento⁵⁶⁴

Luiza dos Santos Reis⁵⁶⁵

Uíne Lopes de Andrade⁵⁶⁶

Vânia Conceição Sacramento⁵⁶⁷

Este texto busca descrever situações na qual os processos de dominação⁵⁶⁸ e mobilização social estão sendo impactados pelas ações

558. Engenheiro Agrônomo, Doutor em Antropologia pela UFBA, professor adjunto da UFRB

559. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Conceição de Salinas, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), mestre em Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais pela UNB

560. Engenheira Agrônoma

561. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Bananeiras (Ilha de Maré), integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduando em geografia pela UFBA

562. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Baixão do Guaí, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduando em ciências sociais na UFBA

563. Pertencente a comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, integrante da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto, graduando em licenciatura em educação do campo pela UFRB

564. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Conceição de Salinas, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

565. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Cambuta, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

566. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Bananeiras (Ilha de Maré), integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

567. Pertencente a comunidade quilombola/pesqueira Conceição de Salinas, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), graduanda em licenciatura em educação do campo pela UFRB

568. Consideramos, neste texto, os processos de dominação, tanto física como simbólica, dando visibilidade para os processos de violência, também física e simbólica. Importa compreender como as forças sociais disputam o ordenamento social, destacando, criticamente, o papel do Estado como legitimador deste ordenamento. (BOURDIEU, 2014, p34). Também nos interessa perceber como este ordenamento atende a interesses bem específicos, incluindo a acumulação do capital. Também nos interessa perceber como a construção de conhecimentos se insere neste ordenamento marcado por um racismo estrutural.

decorrentes do estado pandemia da COVID-19. Temos como referência situações específicas de povos e comunidades tradicionais com os quais mantemos relação de pesquisa e engajamento.⁵⁶⁹ Mais precisamente, acompanhamos comunidades de Fundos e Fechos de Pasto do centro e oeste da Bahia, e comunidades quilombolas e pesqueiras do recôncavo da Bahia.

Dominação e Resistências

Estamos observado sistematicamente situações nas quais os processos de dominação incidem sobre a usurpação de terras tradicionalmente ocupadas, ameaçando modos de vida⁵⁷⁰ que nelas construíram suas bases de reprodução física e simbólica. São interesses empresariais que vem incidindo na reformulação das normas de regulação da vida social, orientados por uma política de protecionismo, voltada à reestruturação dos mercados, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais, do subsolo e do uso de rios, lagos e mares. A implementação dessas políticas implica na flexibilização de normas jurídicas e pressiona atos do estado com efeitos⁵⁷¹ que implicam,

569. As comunidades quilombolas de referência para este artigo se localizam em Salvador (Bananeiras/Ilha de Maré), Salinas das Margarias (Conceição de Salinas), Santo Amaro (Cambuta) e Maragojipe (território do Guaiá). As de fundo de pasto se localizam em Oliveira dos Brejinhos (Várzea Grande e Várzea D'Anta). Foram utilizados também informações disponíveis na internet, produzidas em sites ou em apresentações ao vivo o que ampliou a possibilidade das análises aqui elaboradas. No momento de elaboração deste texto ocorriam manifestações antirracistas em várias cidades do mundo e antifascistas em cidades Brasileiras.

570. O avanço das forças políticas reacionárias ao longo do mundo se relaciona com a capacidade dos movimentos sociais para engendramos mudanças significativas para consolidação de sistemas antirracistas, mais democráticos e justos. Os movimentos estariam desafiados a refletir os aprendizados destes últimos anos, na qual tiveram certa visibilidade, lograram conquistas legislativas importantes (em âmbito nacional e em instâncias multilaterais). Contavam como aliados forças políticas, teoricamente menos reacionárias, que haviam assumido governos nacionais. As bases dos movimentos estariam num momento de reelaboração de suas formas organizativas, muitas sem poder de mobilização para promover uma transformação social duradoura. Estaríamos vivendo um momento de redefinição das relações sociais que até então foram estabelecidas com as forças políticas que apareciam como aliadas, mas que também buscaram acomodar os interesses da dominação. O desafio seria ao modo em tomar o poder, de uma maneira diferente, fundamentalmente nova, construindo uma sociedade democrática produzida por novas subjetividades. (HARDT, NEGRI, 2017, p. xiii a xxii)

571. Ao analisar “os atos do Estado e seus efeitos” buscamos identificar “os atos políticos com pretensões de

entre outras coisas, reordenamento das forças produtivas (ALMEIDA, 2014, p. 352). De certa forma estamos percebendo uma diminuição de ações relacionadas a uma política de reconhecimento, na qual atos de estado deveriam assegurar direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, com efeitos na própria forma de organização das demandas dos movimentos sociais na busca pela efetivação destes direitos. Em síntese, cada vez mais se intensificam atos do estado sintonizados com os interesses empresariais com o objetivo atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente na exportação de *commodities* minerais e agrícolas.

No caso da Bahia podemos perceber como planos de desenvolvimento formulados na década de 70 pelo governo do estado de Bahia, em sintonia como planos formulados no âmbito federal, implantados durante a ditadura civil/militar (1964 a 1985)⁵⁷², estimularam a grilagem de terras. Esses planos foram acompanhados da construção de estradas, hidrelétricas com barramento de rios, construção de complexos portuários, hotéis e resorts, e mais recentemente a instalação de parques de energia eólica. Alguns atos de Estado também se direcionaram para criminalização de agentes sociais ligados a estes movimentos que impõe resistência às ações que desrespeitavam seus direitos. Ao mesmo tempo o Estado mostrou-se bastante omissivo na apuração de assassinatos e demais violências sofridas por povos e comunidades tradicionais. As violências foram em grande parte ignoradas pelos agentes do Estado. Mesmo quando eram apuradas os processos andaram muito

ter efeitos no mundo social". (BOURDIEU, 2014, p39) Estamos interessados em compreender o que legitima estes atos, em particular, como a construção de conhecimentos atua nesta legitimação.

572. Quatro foram os programas implantados que direcionaram os projetos em cada estado: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO); o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO) e o Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR). O POLONORDESTE foi gestado a partir do "interesse de instituições supranacionais que investiram capital na sua efetivação, sendo relevante para esta ação o financiamento do Banco Mundial, pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA)." (ALCÂNTARA, 2011, p.140-141)

lentamente.⁵⁷³ No caso específico dos fundos e fechos de pasto, até leis municipais são formuladas visando extinguir a criação solta de animais de pequeno porte.⁵⁷⁴

Os atos de Estados colaboraram prioritariamente com a instalação de empresas de setores agrícola, mineral e químico. No setor agrícola na Bahia se destacaram a implantação de empresas ligadas a produção de eucalipto, de frutas e produtos ligados a commodities agrícolas como soja, milho, algodão e carne. Na mineração há o destaque para extração de manganês, ferro, urânio, cromo, silício, em diversas combinações. O setor de energia atua na extração de petróleo e seus derivados, produção de energia elétrica e eólica. Os setores da aquicultura e o turismo⁵⁷⁵ também entram no rol dos interesses que buscam se apossar de recursos naturais localizados nas terras e águas ocupadas por povos e comunidade tradicionais.

O objetivo deste texto consiste em apontar que estes direitos vêm sendo sistematicamente violados o que acarreta uma maior vulnerabilidade neste momento de pandemia.

573. A mobilização social pelo reconhecimento de direitos territoriais, ambientais, trabalhistas, dentre outros, vem pressionando atos de estados em diversas frentes - governamental, legislativa e judiciária. Porém uma política de orientação protecionista, como já citada, vem constringendo a ampliação e continuidade destes atos com impactos aos modos de vida das comunidades tradicionais.

574. Foram implantadas leis municipais, que ficaram conhecidas popularmente como a “lei dos quatro fios” ou a “lei do pé alto”. Essas leis invertiam o costume local. Pelo costume os agricultores precisavam cercar suas áreas de plantio para evitar a entrada de animais. Com estas novas leis eles estavam obrigados a cercar suas áreas com apenas quatro fios de arame. Com quatro fios de arame as cercas só barravam os animais maiores – bois, cavalos, jegues. Desta forma a responsabilidade da entrada dos animais de pequeno porte em uma área de plantio deixa de ser do agricultor e passa para o criador. Com isso pretendia-se coibir a criação solta destes animais.

575. Em Conceição de Salinas o principal conflito se relaciona com a tentativa de grilagem das terras ocupadas pela comunidade. A empresa Bahiana Reis Empreendimentos está construindo casas de veraneio numa área na qual as terras são tradicionalmente usadas para roçados e extrativismos. A empresa conta com total apoio da prefeitura.

Orientações Sanitárias

As informações sobre a situação de pandemia chegaram às comunidades tradicionais através de diversos canais de comunicação, como os jornais propagados na televisão e das postagens que chegaram pelas redes sociais. As informações, muitas delas desconhecidas, foram alertando os grupos para o risco da nova doença chegar até suas localidades.

A pandemia do coronavírus quando estava lá pra fora era assustador mesmo, mas quando você vê mesmo ela aproximar do Brasil, aproximado da região, dos municípios, ela aproxima das comunidades e isso assusta as pessoas, assusta por ser uma doença muito contagiosa de rápido contágio e a gente vê o estrago que ela faz na saúde das pessoas, principalmente aquelas que já tem problemas sérios de saúde como asma, pressão alta e as pessoas passam a ter consciência que se forem contaminados o risco de vida deles são muito grande (Nilza Francisca Vieira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 10/05/2020)

A percepção da gravidade da situação foi rapidamente disseminada. As pessoas das comunidades, já alertadas pela mídia, passaram a ser orientadas por recomendações sanitárias das autoridades públicas. O Estado da Bahia prontamente iniciou medidas para conter o avanço da epidemia e implantou ações, inicialmente, nas grandes cidades como Salvador e Feira de Santana. Dentre estas ações o governo do Estado implantou um controle da circulação de ônibus intermunicipais e colocou barreiras na divisa do estado, visando coibir a entrada de pessoas com sintomas de gripe.⁵⁷⁶ As ações foram

576. Os decretos Nº 19.528 e 19.529 de 16 de março de 2020 inauguram uma série de decretos emitidos pelo governador do estado da Bahia. Vários decretos emitidos podem acessados no link <http://www.secom.ba.gov.br/2020/03/152898/Entenda-as-medidas-de-combate-ao-coronavirus-na-Bahia.html>

rapidamente replicadas por grande parte das prefeituras aumentando o alerta nas comunidades. Uma primeira ponderação é que não foram observadas, ao menos inicialmente, especificidades entre as grandes e pequenas cidades, e nem diferenciadas as ações entre os próprios bairros, distritos, vilas em cada cidade. As recomendações de isolamento foram padronizadas sem levar em conta modos de vida muito distintos, e mesmos as condições sanitárias, como acesso a água de boa qualidade ou esgotamento sanitário.

Ilha de Maré, considerada como um bairro de Salvador, não recebeu nenhuma orientação específica e pode servir como uma das situações que demonstram como as comunidades tradicionais foram invisibilizadas pelas orientações sanitárias.

Ilha de Maré possui cerca de 2.000 famílias, mas é atendida por apenas uma equipe do Programa de Saúde da família (PSF).⁵⁷⁷ Até março de 2020 essa unidade não contava com um médico, havia apenas uma enfermeira, uma dentista e sete agentes de saúde.⁵⁷⁸ Para ter acesso aos atendimentos emergenciais e de maior complexidade, como infarto, problemas respiratórios, crises asmáticas ou problemas derivados de acidentes diversos, as pessoas precisam se deslocar para o continente, em travessias que levam de 20 a 40 minutos. Depois da travessia ainda são submetidas há uma longa espera até a chegada das ambulâncias do Serviço Móvel de Urgência (SAMU). As travessias representam um custo e um risco na qual o sistema de saúde público não se responsabiliza. As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) mais

577. Até 2017 o Ministério da Saúde indicava que uma equipe de PSF deveria atender no máximo 2000 pessoas, o que corresponderia a aproximadamente 500 famílias. Porém no Brasil é difícil este número de atendimento ser atingido sendo que na maioria das localidades ocorre que uma equipe atende de 3000 à 4000 pessoas. Ver a portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/sau-delegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Estas informações foram repassadas pela médica Fernanda Plessmann de Carvalho, ex presidente da Associação Paulista de Medicina da Família.

578. Até 2017 a equipe recomendada pelo Ministério da Saúde era de 1 médico, 1 enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem e 5 agentes comunitários de saúde. Uma Equipe de saúde bucal da família deveria atender duas equipes de PSF. Também era recomendado o para que os municípios criassem um Núcleo de Atendimento a Saúde da Família (NASF), que também teria psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, educador físico, assistente social, e médicos de algumas especialidades, como psiquiatra. Com as políticas de desmonte da saúde pública estas recomendações foram alteradas. Para saber mais sobre as novas recomendações acessar o link <https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento/valoresreferencia/>

próximas e que atendem às comunidades da Ilha são localizadas no subúrbio ferroviário de Salvador ou nos municípios de Candeias e Simões Filho. O Hospital Geral do Estado (HGE), localizado na região central da cidade, é a referência para casos mais graves. Não há um conselho de saúde na Ilha e nem uma organização específica para atender as comunidades quilombolas que possa acompanhar ou mesmo monitorar como que os recursos da saúde são organizados para o atendimento.

O descaso com os equipamentos relacionados ao serviço de saúde pública em Ilha de Maré é ainda mais alarmante devido aos vários casos de contaminação por metais pesados relacionados as empresas químicas que estão instaladas na Ilha e no seu entorno.⁵⁷⁹ Estes casos são sistematicamente denunciados por lideranças do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) que representam as comunidades quilombolas de Ilha de Maré e possuem o acompanhamento da FIOCRUZ. Desde 2002 foram feitas diversas denúncias e representações ao Ministério Público e órgãos de fiscalização ambiental, no âmbito estadual e federal. Pesquisas que atestam os casos e a magnitude da contaminação foram realizadas⁵⁸⁰ e várias audiências públicas foram organizadas buscando uma maior atenção ao nível de contaminação, a garantia de acompanhamento médico adequado, a responsabilização das empresas e a decorrente resolução das situações que acarretam a contaminação das pessoas.

As lideranças das comunidades pesqueiras e quilombolas de Ilha de Maré conscientes da precariedade dos postos de atendimento médico, tem pensado em medidas de prevenção e proteção da população. Também

579. Destaque para as empresas químicas, exploração de Petróleo e siderurgia como a PETROBRAS e sua Refinaria Landulfo Alves, a BRASKEN, a Dow Química, a Rio Doce Manganês (subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce e que se chamava Sibra (Eletrosiderúrgica Brasileira), a Proquigel (Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados que comprou a antiga Fafen-BA) e a Candeias Energia (Termoelétrica). O Posto de Gasolina de Abastecimento de Navios - Ilha de Ferro também exerce atividades com risco de contaminação. Também é relevante a presença do complexo portuário de Aratu, que acolhe empresas como M Dias Brancos e a Ford veículos.

580. Uma destas pesquisas foi realizada pela nutricionista e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Neuza Miranda. A pesquisa, intitulada "A Saúde Ambiental em Ilha de Maré, Salvador", já foi apresentada em audiências públicas, mas por pressão das empresas ainda não foi disponibilizada integralmente.

disponibilizaram à Secretaria de Saúde de Salvador espaços físicos como o Centro de Apoio dos Filhos(as) de Mariscadeiras de Bananeiras, do Centro de Apoio dos Moradores de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa, a sede da Associação dos Trabalhadores Rurais e Artesãos da Comunidade de Praia Grande e a sede da Colônia de Pescadores e Pescadoras de Ilha de Maré- Z4 (que fica localizada em Santana), pra eventuais medidas de cuidados e isolamentos das pessoas infectadas com a COVID-19. O Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) estabeleceu uma parceria com o setor de saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e e está providenciando uma parceria com psicólogos para realizarem atendimentos onlines visando atender pessoas que precisarem de apoio psicológico.⁵⁸¹

A precariedade da disponibilidade de serviços públicos de saúde para atender povos e comunidades tradicionais é narrado em todos as situações que acompanhamos. As informações para evitar a propagação acelerada do contágio neste período de pandemia e reproduzidas mais enfaticamente nos meios de comunicação, levam em consideração, basicamente, os grandes centros urbanos, tomando como referência espaços de grande aglomeração e o estilo de vida de grandes cidades. Neste sentido parece necessário refletir se as medidas de isolamento social, pensadas para uma cidade como Salvador, destinadas ao estilo de vida das classes médias de bairros centrais, como Pituba, Brotas, Rio Vermelho, deveriam ser reproduzidas da mesma forma em outros bairros e municípios com outras características, e especialmente em territórios de comunidades tradicionais?

A precariedade dos serviços de saúde e uma orientação sanitária descontextualizada, acabam por aumentar a insegurança dos agentes sociais que pertencem à comunidades tradicionais. E a insegurança se multiplica ao identificar que durante o isolamento social, que prejudica a organização e mobilização social, as empresas que disputam os recursos naturais

581. Ao finalizar este texto, recebemos a informação através do jornal atarde, de 4/06, que haviam 150 pessoas em isolamento na Ilha de Maré com suspeitas de estarem com a COVID-19 e 40 casos confirmados. <http://atarde.uol.com.br/tempopresente/noticias/2129290-ilha-de-mare-enfrenta-Covid-e-inseguranca>

dos territórios das comunidades permanecem com suas atividades. As orientações desencontradas entre autoridades sanitárias estaduais e federais, e as manifestações públicas do próprio presidente da república renegando a seriedade da doença COVID-19, afeta a tomada de decisão dos agentes sociais de cada comunidade tradicional. As lideranças passam a se preocupar tanto com a violação dos direitos territoriais e com o maior risco de contágio da COVID-19.

Em Ilha de Maré os relatos indicam que todas as empresas estão funcionando. Até atividades de turismo foram realizadas. No sertão, a empresa Andrade Gutierrez, integrante do Consórcio Linhão BAPI, mantinha as atividades relacionadas à obra de construção da linha de transmissão de energia eólica que atravessa comunidades tradicionais de fundo de pasto que ficam na divisa com o estado do Piauí. No município de Pilão Arcado, no povoado de Nova Holanda, foram registrados 34 casos de funcionários infectados pela COVID19, com um falecimento. O relato da Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro denuncia que as “34 das pessoas testadas positivos para Covid-19 foram levadas para um galpão do canteiro de obras no povoado de Angico, em Campo Alegre de Lourdes, e não para um hospital ou local com infraestrutura de saúde adequada para tratamento da doença.”⁵⁸²

O sentimento de insegurança passa também pelo descrédito com as ações que estão sendo executadas ou orientadas pelos órgãos do Estado que não levam em consideração a especificidades de cada grupo social, de cada modo de vida. E para aumentar a insegurança a disputa pelo tráfico de drogas, incidindo no assassinato de jovens e o aumento de casos de violência familiar e feminicídios, como os apontados na comunidade de Cambuta, em Santo Amaro, pressionam as lideranças para dar conta do enfrentamento destas questões sem um apoio adequado dos poderes públicos.

582. A notícia completa pode ser acessada pelo link <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5233-nota-publica-em-defesa-da-vida-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-do-vale-do-sao-francisco>

Em todo esse processo temos que fazer uma avaliação dos trabalhos aqui, a atuação das associações, da atuação do poder público, aí a gente viu que o país não está preparado pra enfrentar um tipo de doença como esta e isso é fruto de um descompromisso do poder público, você vê que no Brasil o aumento de mortes por conta do coronavírus a cada hora que passa tá aumentando, e a gente vê que é um descompromisso do poder público em não ter esse trabalho de prevenção e quando acontecer ter um suporte, aí vem essa necessidade das pessoas terem um isolamento muito grande, não participar das feiras livres, não participar quase de nada e se isolar pra poder estar protegendo deste vírus. (Valter Aquino de Oliveira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 02/05/2020)

Pior fica a aceitação de medidas sanitárias que se configuram como favorecimento de interesses ligados à quem as instituí. O caso de Salinas das Margaridas desponta como uma destas situações onde as barreiras sanitárias implantadas nas estradas não permitem que a comercialização de pescados, mariscos e produtos agrícolas das comunidades circulem e possam abastecer de alimentos as pessoas que se encontram em isolamento. Por outro lado, integrantes da equipe sanitária que trabalham nas barreiras do município de Salina das Margaridas relataram que pessoas eram autorizadas a atravessar as barreiras por serem da relação do próprio prefeito. Também denunciaram que estão sendo escalados para integrar estas equipes pessoas que não possuem nem conhecimento em saúde e nem em atividades que são consideradas essenciais. Há uma evidente manipulação do contexto da pandemia para perseguir adversários políticos e beneficiar os apoiadores. E neste contexto, as medidas que definem quais atividades podem continuar, quais são essenciais, e as medidas de segurança para que elas se realizem com os mínimos de risco, não estão levando em conta o modo de vida das comunidades tradicionais.

Impactos na Produção e Comercialização

O cuidado com as pessoas em cada comunidade tem sido uma das questões principais na qual as lideranças estão empenhadas. E um dos desafios seria definir novos padrões de organização da produção e a da comercialização, que garantam alimento e renda para as famílias. Todos os grupos acompanhados nas comunidades produzem alimentos, sejam oriundos da agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo. Desta forma, como a produção e fornecimento de alimentos é considerado como atividade essencial, quais as medidas deveriam ser adotadas para garantir a continuidade da organização produtiva das comunidades? O que deveria ser interrompido imediatamente? O que poderia ser mantido e em que condições?

Mudar hábitos, rotinas, costumes e relações não é tarefa fácil. Construir uma orientação adequada que leve em conta as especificidades de cada caso passou a ser uma preocupação das lideranças. Na comunidade de Cambuta as atividades de pesca e mariscagem foram praticamente interrompidas. Cambuta é um bairro muito próximo do centro de Santo Amaro, casas muito próximas, com diferentes famílias e com certa densidade populacional que implica em maior facilidade de aglomerações. A busca pelos auxílios emergenciais, por cestas básicas foi, ao menos no primeiro momento, uma forma garantir a proteção e realizar o isolamento social.

Já em Várzea Grande e Várzea D'Antas, município de Oliveira dos Brejinhos, a produção praticamente não foi afetada, e segundo relatos foi até intensificada

Queria dizer também um pouco sobre o fruto dos trabalhos que foram feitos aqui na região e aí nesse momento que o pessoal ficou em casa, boa parte desse pessoal está colocando em prática os ensinamentos como o plantio de várias plantas forrageiras para os

animais, estão armazenando forragem pra os animais pra o período crítico... você vê em vídeos, em acessos que a gente tem na internet, que todos os agricultores, criadores estão se preocupando, já que estão em casa estão se debruçando em aumentar a disponibilidade e o armazenamento de leguminosas para os animais... armazenado para o período crítico pra quando passar esse tempo de pandemia a gente ter condições de está produzindo mais animais pra o comércio, animais com saúde e bem alimentados, a gente tem esse ponto muito positivo que muitas vezes as pessoas saem daqui da região e vão pra outras regiões do país, pras metrópoles e a gente tá vendo que nas metrópoles está sendo o maior problema, muita aglomeração de pessoas e a facilidade de transmissão desse vírus e aqui a gente tem essa facilidade é um ponto muito positivo nesse modo de vida nosso aqui das áreas de Fundo de Pasto. (Valter Aquino de Oliveira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 02/05/2020)

Em Várzea Grande as casas que se localizam mais próximas uma das outras ficam a uma distância de aproximadamente 100 metros. Boa parte dos locais de produção faz parte do que se denominada de casa, e correspondem ao quintal. Aí possuem hortas, pequenos plantios e estão localizados os denominados “chiqueiros”. Mesmo as atividades realizadas em locais de plantio mais distantes, as pastagens e os extrativismos em áreas de uso comum, são atividades que podem ser realizadas pela própria família nuclear ou por integrantes de uma mesma família estendida, que se revezam entre atividades ou possuem uma divisão de tarefas que são compartilhadas.⁵⁸³ É comum encontrar pessoas no deslocamento para realização de atividades em locais mais distantes, mas as aglomerações são mais facilmente evitadas do que na situação de Cambuta.

583. Indicaremos neste artigo como familiar nuclear aquela formada por integrantes de uma mesma unidade residencial, e família ampliada um conjunto de unidades residenciais que se auxiliam mutuamente em trabalhos específicos.

As diferenças no modo de vida, nas condições de moradia, nas distâncias aos centros que possuem maior aglomeração, e as próprias condições de segurança para realização, de forma mais individual, as atividades produtivas, podem indicar formas diferentes de vivenciar o isolamento. As marisqueiras de Cambuta, Ilha de Maré, Conceição de Salinas e do território do Guai, costumam mariscar em grupos, buscando se proteger da violência de gênero, especialmente relacionadas com os antagonistas que as ameaçam frequentemente. Todas estas comunidades estão localizadas no recôncavo da Bahia, e mesmo entre elas há diferentes formas de organização que estão sendo reelaboradas neste contexto da pandemia.

As condições para organização de pesca em Conceição de Salinas permitiram manter boa parte das atividades. Em Conceição de Salinas são 4 mil pescadores e marisqueiras. Só a produção de sarnambi é estimada em 20 mil quilos semanalmente. Já no território do Guai, que se destaca entre as comunidades pesqueiras por sua diversificada produção agrícola, há um estoque de alimentos com a interrupção das vendas no contexto do isolamento social. Em ambas as situações, com a dificuldade de circulação para realizarem as vendas usuais nas feiras, para restaurantes e atravessadores, os respectivos estoques de produtos aumentaram. Uma alternativa planejada foi a troca de produtos entre as comunidades, utilizando o deslocamento pelo mar, depois de convencimento de autoridades, no caso a Capitania dos Portos. Assim produtos como aipim, óleo de coco, dendê, farinha de mandioca, jaca, limão, licor eram trocados por camarão, peixes e mariscos. As trocas foram realizadas tomando medidas de proteção, como o uso de máscaras, a redução de pessoas que poderiam estar nas embarcações, e os cuidados com a organização das pessoas responsáveis nos portos para realização da troca dos produtos.

A renda das comunidades pesqueiras havia sido impactada pelo derramamento do petróleo na costa brasileira que afetou a comercialização do pescado artesanal nas comunidades quilombolas acompanhadas. A redução foi

estimada em 80% da comercialização, especialmente atingindo a venda direta aos donos de restaurantes e para as feiras livres. A divulgação da mídia e a ação dos governos gerou medo nos consumidores e nenhuma medida para atestar a qualidade dos pescados foi realizada num primeiro momento. Boa parte do pescado estava já armazenada, e a contaminação nas áreas de pesca do Recôncavo foi muito diminuta com relação às outras partes da costa brasileira, o que garantia produtos bons para consumo. Mas o medo propagado pela mídia de possíveis contaminações causou uma menor demanda de consumo e levou os pescadores e pescadoras a venderem os produtos para atravessadores por um preço abaixo do valor praticado usualmente.

Ainda impactados pelo derramamento do petróleo, chegou a doença COVID-19 e a situação ficou ainda mais preocupante, pois os impactos do isolamento social e suas medidas de prevenção atingiram especialmente as atividades de comercialização, dificultando a venda e a compra de produtos locais numa época muito relevante para as famílias. Na “Semana Santa” a procura por pescados aumenta bastante o que garante boa parte da renda das famílias durante o ano.

Em de Ilha Maré as comunidades quilombolas também estão tendo que enfrentar as dificuldades em comercializar o pescado e para comprar o que não produzem, como arroz, feijão, farinha. A renda familiar de quase 90% de toda a Ilha de Maré vem da pesca artesanal, agricultura, extrativismo e artesanato. Os auxílios emergenciais do governo foram somados a uma intensa mobilização que vai desde a arrecadação e distribuição de cestas básicas às famílias mais atingidas, a realização de parcerias, como o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindepetro) para distribuição de gás em “preço justo”. Também foram feitas parcerias para o fornecimento de máscaras de proteção e organizada uma articulação com a comunidade de Maragogipe pra compra de produtos em preço solidário. Também realizaram uma parceria com uma comunidade em Águas Claras, subúrbio de Salvador, fornecendo o pescado na cesta básica que está sendo distribuída por lá.

Nas comunidades de fundo de pasto de Oliveira dos Brejinhos a comercialização também foi afetada.

Quanto aos animais por exemplo, sim, aí prejudicou no sentido da venda dos animais. Porque na verdade tinha muita gente com planejamento pra venda de animais pra o mês de março e abril, e diante desta situação parou tudo, o pessoal da COOPEAF (Cooperativa de Empreendimentos da Agricultura Familiar) estava trabalhando com os agricultores a possibilidade de em 15 de abril entregar a primeira carrada lá em Pintadas no frigorífico e isso parou e até quando a gente não sabe, também muitas pessoas que estavam comprando aqui na região pelos ao menos até ao meu conhecimento também pararam de comprar não estão comprando mais, então esta questão da comercialização dos animais aí sim ao meu ver afetou de cheio, até porque os restaurantes da região que compravam também fechou tudo e não estão comprando... então esta questão da comercialização prejudicou demais. (José Paulino, da comunidade de fundo de pasto Várzea D'Anta, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 09/05/2020)

A venda dos animais é o que garante uma parte significativa da renda das famílias dos fundos de pasto. A organização para comercialização se estabelece na base das relações pessoais, realizadas em grupo, grande parte em espaços coletivos. O isolamento social e as medidas sanitárias, até o momento elaboradas pelas autoridades, parecem dificultar que estas relações sejam efetivadas.

Nas nossas comunidades existem muitas pessoas idosas e aí impede mesmo o ir e vir das pessoas, esse ir e vir das pessoas essa liberdade... cria um impacto, primeiro as suas necessidades básicas de ir ao médico, de ir ao mercado, ir ao banco, a quase tudo relacionado à saúde, as necessidades básicas que uma pessoa precisa, cria se esse impacto... além do comércio... nós das comunidades de fundo de pasto, a renda, a economia, ela vem

muito dos caprinos e ovinos, dos animais de pequeno porte e isso impacta na comercialização destes animais... como estávamos falando hoje que a gente vem discutindo a comercialização destes animais aí atrapalha porque você para de conversar e dialogar pessoalmente, pára de fazer reuniões, porque a nossa lógica é outra, não é a lógica de uma empresa que pode estar fazendo a venda online, por contatos e apenas os funcionários vão lá e embarca (os produtos)... é diferente, é bem diferente!!! A nossa lógica é de pequenos, grupal, a nossa lógica para poder atingir o mercado ela é grupal, ela não é isolada, então com esse momento que estamos vivendo isso cria um efeito de retrocesso em qualquer iniciativa das comunidades, então uma perspectiva que a gente tinha a médio prazo, a gente já não ver mais isso, a gente não tem perspectiva de médio prazo agora quando você para tudo, (Nilza Francisca Vieira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 10/05/2020)

Desafios para Organização

Tendo como base a síntese feita até aqui, percebemos que o contexto está exigindo ações específicas que por sua vez decorrem para uma reorganização das unidades de mobilização e dos movimentos nas quais elas estão articuladas. Uma primeira ponderação é como construir espaços de deliberação e diálogo com as autoridades sanitárias para indicar, caso a caso, recomendações relacionadas ao isolamento social, ao estabelecimento de barreiras e os cuidados com quem já se encontra em tratamento de saúde ou que foram infectados pela COVID-19. Mas como pensar nestes espaços com as restrições que já estão colocadas?

Como a gente faz parte de comunidades tradicionais e como eu vi circulando nas redes sociais aquele documentário do governo do estado (orientando) as comunidades tradicionais a ficarem em casa e orientando a questão do combate ao coronavírus... eu vejo o seguinte, tem uma questão aí que realmente precisa ser levada

em consideração, em relação ao impacto disso tudo, por exemplo, também não tem nem como a gente identificar isso direitinho e as vezes até quantificar e notificar casos, mas isso vai dar um impacto, eu vejo que é preocupante essa questão do isolamento... vai mexer muito com o psicólogo das pessoas, imagine só... por exemplo,, uma pessoa que mora sozinha em casa e aí ficar todo esse tempo no isolamento e tal, e até mesmo pessoas que moram com outras pessoas na casa... pode até acabar levando a adquirir uma depressão e entrar num processo de levar até outras doenças, no sentido da preocupação com essa coisa toda... aí causa estresse e pode levar a algumas consequências no futuro, eu acredito que isso pode acontecer muito, porque geralmente as pessoas no meio rural, muito porque as pessoas estão acostumadas a saírem pra roça, um trabalho que não tem aglomeração... menos mal... mas mesmo assim acaba que atinge uma pessoa idosa que não esta mais na atividade rural e vai ter que ficar em casa e por conta de não ter pessoas circulando, pessoas visitando e sem essas visitas aí algumas pessoas vão ficar muito tempo só e pode leva essas pessoas a ter uma depressão alguma coisa assim, eu vejo que é uma questão da gente fazer um debate nos grupos aí e colocar as preocupações alguns fatos que ocorrem e alguma coisa assim porque é preocupante essa situação... e também muitas pessoas que não estavam acostumadas a ficarem em casa todo esse período dessa forma, a pessoa ia na feira, a pessoa ia em um bar, ia na celebração do domingo e com nada disso acontecendo a pessoa pode entrar aí num trabalho de depressão, eu vejo dessa forma. (José Paulino, da comunidade de fundo de pasto Várzea D'Anta, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 09/05/2020)

Além de pensar em questões internas aos grupos, como as casas nas quais pessoas idosas moram só, sem acesso a comunicação via internet, devem se preocupar com as ações dos antagonistas que desconsideraram totalmente as medidas de isolamento social. A instalação de rede de transmissão de

energia eólica é algo emergencial? Por que manter 34 pessoas infectadas na zona rural de Campo Alegre de Lourdes, com um óbito atestado, longe de centros com condições de atendimento médico mais adequado? Por que as barreiras sanitárias em Salinas das Margaridas barram o acesso de pessoas das comunidades do próprio município, impedindo que elas abasteçam os mercados com seus produtos, necessários para alimentação?

Uma aparente contradição, pois num caso as medidas de isolamento são totalmente flexibilizadas e no outro extremamente rígidas. Mas analisando bem, em ambos os casos há em comum o favorecimento de uma empresa, como em Pilão Arcado a Andrade Gutierrez, e em Salinas o controle do abastecimento, favorecendo pessoas e empresas ligadas a prefeitura.

No caso de Salinas das Margaridas, ao mesmo tempo que o prefeito barrou a circulação das marisqueiras para vender seus produtos, fez uma carta convite compra de mariscos durante a semana santa. Mesmo que existam algumas organizações de pescadores e marisqueiras na cidade, a carta foi direcionada à duas mulheres, que fecharam cada uma um contrato de quarenta e cinco mil reais. Foram contratos em nome das beneficiárias e a prefeitura indicou os preços que elas deveriam comprar na transação com as marisqueiras da cidade, num valor bem inferior ao praticado.⁵⁸⁴ A prefeitura também distribuiu cestas de alimentação escolar, porém publicou na internet fotos de um conjunto de alimentos diferente do que foi realmente distribuído. Estes dois casos nos levam a refletir as condições de possibilidades para uma mobilização local que organizaria coletivamente denúncias e atividades que buscariam impôr limites às arbitrariedades realizadas pelos poderes locais.

Neste contexto a internet tem se tornado um espaço para circulação de informações. Reuniões, palestras, debates, denúncias são realizadas sistematicamente neste espaço virtual, mesmo com os limites de acesso à

584 Valor que já estava relativamente baixo depois da queda do preço do produto por ocasião do derramamento de petróleo na costa brasileira

internet que algumas localidades possuem. Mas é bom destacar que este ambiente também é utilizado pelos antagonistas, e observamos que é marcado por notícias mentirosas (*fakenews*), injúrias raciais e criminalização dos movimentos.

A pesquisadora e militante do MPP, Elionice Conceição Sacramento, co-autora deste texto, foi difamada pelo prefeito de Salinas das Margaridas Wilson Pedreira através da rede social *facebook*, após ela ter denunciado, também pelo *facebook*, a quantidade de produtos que deveriam constar da cesta básica relacionada a alimentação escolar. O prefeito buscou deslegitimá-la como marisqueira e insinuou que ela se “fingia de pobre”. O caso foi amplamente divulgado, e organizações como o MPP, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e a Teia dos Povos/BA prontamente lançaram cartas de apoio a Elionice, repudiando a ação racista e misógina do prefeito.

Os advogados da ATR solicitaram “no dia (24/04), por meio de notificação extrajudicial, que o prefeito do município de Salinas das Margaridas (BA), Wilson Ribeiro Pedreira, faça a retratação imediata das calúnias proferidas contra Elionice Sacramento, pescadora e quilombola reconhecida nacionalmente e internacionalmente por sua contribuição na luta pela defesa dos direitos das comunidades pesqueiras.”

A internet já vêm sendo utilizada pelas organizações em suas formas rotineiras de comunicação. Em um contexto de isolamento social a internet passa a ser uma ferramenta ainda mais utilizada por lideranças de várias regiões, que aprendem a ver nas redes sociais, nas tecnologias que permitem reuniões amplas, uma possibilidade de partilhar conhecimentos, refletindo questões que são relevantes para cada um nestes tempos de pandemia. Porém, além da internet não ser acessível em todos os locais e também variar a velocidade na transmissão de dados, se modifica a forma como que as relações são cotidianamente estabelecidas.

Estamos vivendo um momento muito difícil aqui nas Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, vivendo um situação onde, na minha avaliação, está se iniciando ainda... nós não chegamos ao fim, estamos iniciando e com essa situação desta pandemia o povo não está conseguindo manter os trabalhos coletivos, as participações nas manifestações culturais que é de costume ter aqui na região como os cultos nas igrejas, os mutirões comunitários, e aquele afeto das famílias.. as famílias não podem mais estar indo visitar as pessoas, os parentes... esta assim uma distância entre as famílias e isso tá ficando muito difícil no relacionamento até na participação do sócios das associações, dos sindicatos, das cooperativas, isso está atrapalhando um pouco o associativismo e também os trabalhos coletivos. (Valter Aquino de oliveira, da comunidade de fundo de pasto Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 02/05/2020)

Como manter a vida comunitária se o isolamento orientado é por unidade residencial? Como garantir proteção aos membros de uma comunidade, propiciando que suas atividades cotidianas, como as produtivas, possam ter continuidade? Como organizar sistemas coletivos de troca e comercialização sem contatos mais diretos, pessoais, reunindo coletivamente as famílias para tomada de decisão? Como definir normas sanitárias específicas para cada modo de vida, resguardando as pessoas do contágio da Covid19?

Também alterou muito a vida das organizações porque você ver que parou tudo não pode ter assembleia, muitas coisas das organizações como associações, sindicatos, cooperativas estão paradas, pois tem encaminhamentos que são definidos em reuniões e assembleias e isso tudo parou, e as organizações hoje associação, sindicato, cooperativa elas fazem parte da agricultura, talvez aí esse fato venha prejudicar a agricultura lá na frente, tem muitas decisões que seriam encaminhadas agora que viria os

resultados no futuro na parte da agricultura, dos animais e tal, realmente possa vir a prejudicar demais lá na frente, se ainda não sentimos esse impacto mas lá na frente com certeza ele vai aparecer. (José Paulino, da comunidade de fundo de pasto Várzea D'Anta, Oliveira dos Brejinhos, em entrevista a Edvando Jesus Vieira em 09/05/2020)

Como já explicitado, cada grupo está se organizando, a sua maneira, demandando auxílios emergenciais, o recebimento e distribuição de cestas básicas, o acesso ao atendimento médico, a garantia à segurança alimentar e renda. Mas o futuro, sempre aberto a possibilidades, se apresenta com uma vulnerabilidade adicional: a restrição da vida social. A construção de condições de possibilidade para tomada de decisões coletivas, coletadas, em grupo, baseadas em conhecimentos contextualizados ao modo de vida de cada comunidade tradicional, é algo que deve orientar, ainda mais, as formas organizativas de cada unidade de mobilização. Unidades que estão, elas próprias, se reorganizando.

Construção de Conhecimentos e o Racismo Estrutural

Reiteramos ponderando o quão é desafiante interpretar o contexto social e a posição do pesquisador. Também afirmamos que ao longo de décadas atos de Estado tiveram como efeitos a violação dos direitos das comunidades tradicionais impactando em uma maior vulnerabilidade neste momento de pandemia. Ponderamos também como que as orientações sanitárias são generalistas, tomando como referência os centros urbanos e o modo de vida das classes médias, sem se atentar para a diversidade de modos de vida que existem no Brasil, na Bahia. Ao descrever as situações que os pesquisadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia

Social acompanham, podemos argumentar que há evidências suficientes de que boa parte das orientações sanitárias oficiais, até aqui formuladas, são incongruentes com respeito a cada realidade.

Não queremos com isso nos colocar ao lado daqueles que renegam a ciência por conveniência política ou econômica. Pelo contrário, nosso apelo é por mais ciência, realizada de forma sistemática e que permita mais aprofundamento, que seja mais rigorosa, contextualizada à diferentes realidades. Uma ciência transdisciplinar, que promova um diálogo entre conhecimentos acadêmicos e tradicionais, que quebre com cânones que foram orientados a partir de um racismo que estruturou as instituições desde o colonialismo. Uma ciência aberta a distintos posicionamentos, embasados em realidades empiricamente observáveis, com argumentos passíveis de comprovação e análise dos caminhos metodológicos trilhados.

Há uma relativa produção acadêmica que mostra o quanto que a ciência moderna foi forjada para construir conhecimentos que atualizam as formas de dominação. Conhecimentos que respondem a questões vinculadas a interesses bem específicos e proporcionaram argumentos para a legitimação de uma hierarquia de saberes, incluindo quais questões e conhecimentos não devem ser considerados tão relevantes. Estes conhecimentos serviram como base para legitimar atos de estado que controlam a vida, os corpos, que orientam e normatizam as relações políticas que normatizam em que condições a violência é um instrumento legítimo, sobre quem é possível incidir a sanção, a pena, o cárcere e a morte.⁵⁸⁵

Afirmamos que as decisões, sejam no âmbito de uma família, uma comunidade, uma associação, uma empresa, sejam no âmbito do Estado, incluindo as organizações multilaterais como a OMS, devem ser referendados

585. Há dois conceitos que podem nos ajudar a compreender como o controle das vidas, dos corpos e do poder de matar são exercidos na ação política que orientam os atos de Estado, e como efeito atualizam as formas de dominação. O primeiro é o de “Biopolítica” de Michel Foucault. (FOUCAULT, 2008) O outro é o de “Necropolítica” de Achille Mbembe. (MBEMBE, 2016) Mbembe inclusive faz uma crítica ao conceito de biopolítica, que não conseguiria explicitar plenamente a base do racismo que orienta o controle dos corpos e que legitimaria a morte de corpos negros, ou melhor, qualquer corpo que não fosse considerado branco.

por um conhecimento detido das realidades. Um conhecimento que rompa com mediações tutelares, com o racismo institucionalizado, que invisibiliza e despreza contextos de vidas que foram subalternizados desde a colonização. Conhecimentos que possam contribuir na construção de subjetividades que nos orientem na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, com maior autonomia, cooperação e liberdade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de. Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de fundo de pasto da Fazenda Caldeirãozinho, Uauá/BA. Salvador: Dissertação de Mestrado/UFBA, 2011

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: NELSON SIFFERT, M. C. W. D. A. M. H. M. M. L. Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento da Amazônia. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 351-369.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978/79). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Preface in: Assembly. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017

MBEMBE, Achille. Necropolítica In: Artes&Ensaio Resvista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro, 2016, nº32 p122 -151

DISTANCIAMENTO SOCIAL, TERRITÓRIOS DISTINTOS E PANDEMIA COVID-19 NAS COMUNIDADES MARANHENSES BAR DA HORA E FAZENDA CONCEIÇÃO

Francisca Gárdina dos Santos Lima⁵⁸⁶
Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira⁵⁸⁷

Introdução

Refletiremos neste artigo sobre as profundas relações entre território e a atual pandemia do Covid-19. Nos concentraremos num recorte espacial que engloba duas comunidades tradicionais em distintas regiões do Maranhão. São elas a comunidade Bar da Hora (Barreirinhas) e Fazenda Conceição (São Luiz Gonzaga). O período de análise corresponde a nossa presença em tais locais: no Bar da Hora entre 18 de março e 6 de abril, e na Fazenda Conceição entre 9 de abril e 20 de maio do ano de 2020 (data final da redação deste texto). O texto está estruturado em três seções. Esta introdução seguida da apresentação dos elementos pesquisados em cada comunidade, seguidos pelas considerações finais.

A comunidade Bar da Hora constitui-se na margem esquerda do rio Preguiças, bem próxima à sua foz, entre a comunidade do Mandacaru e a vila de Atins. Suas aproximadamente 100 famílias são em grande maioria pescadores e marisqueiras, mas também trabalham nas roças, e em atividades ligadas ao turismo nas áreas próximas.

A comunidade Fazenda Conceição fica localizada no município de São Luís Gonzaga, região do Médio Mearim maranhense, e atualmente residem nela em média 25 famílias. Seus moradores dinamizam a comunidade com

586. Licenciada em Educação do Campo (IFMA). Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia PPGCSPA/UEMA. gardinasl48@gmail.com

587. Pesquisador do PNCSPA e do PPGCSPA/UEMA. Doutor em Geografia (UFRJ). tomasrj@gmail.com

seus trabalhos voltados para o extrativismo do coco babaçu e o trabalho nas roças, as identidades coletivas acionadas por esses moradores são as de quebradeira de coco babaçu e agricultor familiar.

A Covid-19 é a doença infecciosa causada pelo coronavírus descoberto mais recentemente (SARS-CoV-2). Tanto o vírus como a doença eram desconhecidos até o início do surto (aumento inesperado do número de casos de determinada doença em uma região específica) em Wuhan (China) em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (PHEIC), e em 11 de março o classificou como uma pandemia - a extensão de uma epidemia por diversas regiões do planeta.

Neste artigo adotamos como metodologia a observação e as conversas informais nas comunidades, nossa própria vivência neste período da pandemia nos locais selecionados e pesquisas sobre o tema. Utilizamos como ferramentas de análise o entendimento do território como um conceito derivado das relações de poder em suas facetas espaciais. Neste sentido, acompanhando a dinâmica destas relações estamos observando os processos de territorialização. Tanto os territórios quanto os processos de territorialização podem ser analisados nas mais variadas escalas.

A necropolítica e a pandemia de Covid-19 no Brasil e no Maranhão

Podemos pensar as especificidades da pandemia atual para as muitas outras conhecidas como sendo de dois tipos: aquelas relativas ao vírus e a doença; e aquelas que dizem respeito ao contexto histórico. Sobre o primeiro, em pouco tempo as pesquisas já nos apontam algumas caracterizações: a rapidez da propagação da enfermidade, o período de desenvolvimentos dos sintomas pode variar de 1 a 14 dias, e as medidas para proteção mais

eficientes⁵⁸⁸ (distanciamento social, quarentena e higiene frequente das mãos). Sobre a segunda, o contexto histórico mundial, podemos destacar dentre muitos outros os fenômenos: do aumento dos fluxos de pessoas nas mais diversas escalas, da popularização massiva de novas redes sociais pela internet, da facilidade do acesso a uma quantidade enorme de informações, do desenvolvimento científico nas áreas biológicas e médicas, da crise financeira que já se iniciava antes da pandemia, e do aumento na desigualdade de renda.

Segundo a OMS a pandemia assume um nível de gravidade maior, e desde esta declaração do Covid-19 como uma pandemia, as relações sociais, econômicas e políticas sofreram mudanças. No Brasil a postura adotada pelo governo federal desde o primeiro caso confirmado por Covid-19 tem sido permissível à disseminação do novo coronavírus, tanto que em menos de um mês já havia casos confirmados nos 26 estados e o Distrito Federal (Fiocruz, 2020).

Neste sentido, trataremos das questões de quais foram as trajetórias da propagação do vírus? E dos fenômenos correlatos? Quem propôs, adotou ou impôs o distanciamento social? Quando e em quais graus? A partir dessas questões podemos pensar na dinâmica das escalas de poder (mudanças de força, de ativação) e dos graus de autonomia e soberania territorial nos recortes temporais e espaciais selecionados.

A forma que o governo brasileiro vem encarando a Covid-19 tem contribuído para a disseminação do novo vírus de forma rápida e trágica. Seus pronunciamentos têm sido no intuito de desqualificar o papel da ciência que tem defendido o isolamento social como uma das principais medidas de prevenção para evitar a disseminação da doença. O presidente tem ido em oposição às essas medidas, confundindo a população com uma narrativa comparando a doença com simples “gripezinha”.

588. O relatório sobre gestão de riscos na pandemia por Covid-19 no Brasil, da Fiocruz, estabeleceu sete categorias de medidas adotadas para a contenção: coordenação, distanciamento social, informação e comunicação, controle de fronteiras, higiene coletiva, controle de produtos e mercado, e segurança pública (Fiocruz, 2020)

No uso de suas atribuições legais como chefe do executivo, usufrui dessas condições para disseminar discursos contestando as medidas de enfrentamento do novo coronavírus, e provocando a população principalmente aquelas mais vulneráveis socialmente, a descumprir as orientações da OMS. Tais atitudes nos fazem lembrar Mbembe (123, 2016), quando este diz que “exercitar a soberania é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. Com essas atitudes do governo federal entendemos que a morte é naturalizada, sobretudo a dos mais pobres. Aqueles que resistem e permanecem vivos sofrem com a fome e desemprego, que também mata. Como a própria fala do presidente pronunciada no STF, a ‘vida’ e a ‘saúde’ da economia e das empresas são o centro de sua preocupação, e o governo tem adotado ações impositivas para o retorno a uma ‘normalidade’, ainda que esta signifique a exposição de trabalhadores cada vez mais precarizados.

É possível perceber que há compreensões opostas no governo sobre como lidar com esse momento delicado que o país passa. De um lado o Ministério da Economia está preocupado com a ‘morte dos CNPJs’, de outro o Ministério da Saúde em muitas ocasiões postou-se de forma contrária as aspirações do chefe do executivo federal. Por isso houveram duas trocas de ministros no meio da pandemia, quando os dados oficiais já mostram mais 17 mil mortes por Covid-19, fato que gera mais instabilidade e dificuldade para sairmos dessa situação. Diante desse contexto de descrédito e falta de governança desse governo, fica para os governadores e prefeitos dos seus respectivos estados e municípios adotarem medidas de contenção da disseminação do vírus e evitar um desastre ainda maior.

Nessa oposição entre narrativas o governo federal também busca desacreditar os principais veículos de imprensa nacionais. Em sua maioria estes vem publicizando as recomendações da OMS, as análises

e observações de cientistas e o avassalador avanço da pandemia no território nacional. Altos representantes do governo federal inclusive vêm contestando a publicações dos dados oficiais sobre o aumento diário do número de doentes e de mortes.

No Maranhão, o governo estadual tem adotado as medidas recomendadas pela OMS, e trabalhado no sentido que estas sejam respeitadas pela população. Desde o dia 16 de março até o último dia 13 de maio foram emitidos 27 decretos estaduais direcionando as medidas de prevenção e contenção da disseminação do novo coronavírus. Segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde a pandemia já atingiu 201 dos 217 municípios do estado, fato que assusta a população, pois o sistema de saúde está entrando em colapso o que pode elevar os números de óbitos pela doença.

Casos confirmados no Maranhão
Óbitos pela doença

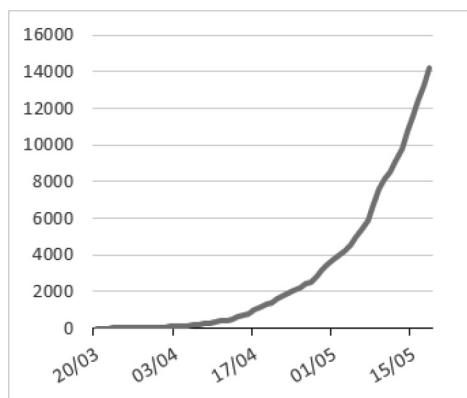


Figura 01: Casos confirmados no Maranhão.

Mortes confirmadas Maranhão

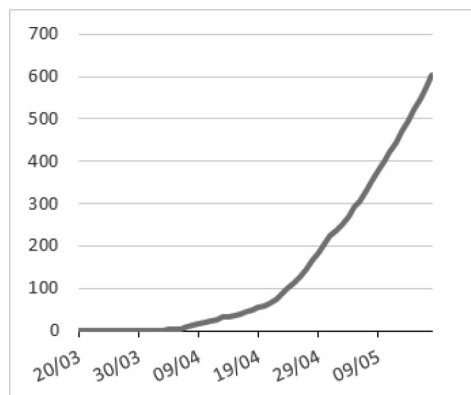


Figura 2: Mortes confirmados no Maranhão. Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (20/05/2020).

Logo, já identificamos algumas questões que relacionam diretamente a pandemia do Covid-19 e o território. A principal delas, da qual surgiram outras subsidiárias, é a relação entre a rápida propagação do vírus e a multiplicidade territorial contemporânea, em variadas escalas. Aliada à difusão do vírus, temos a propagação também de fenômenos correlatos: as informações (tanto em veículos jornalísticos como em redes sociais), as medidas para combater a pandemia (principalmente o distanciamento social), a própria doença, as mortes, o colapso nos sistemas de saúde e de serviços funerários.

Distanciamento social, distintos territórios e a pandemia do Covid-19

Comunidade Bar da Hora (Barreirinhas – MA)

Barreirinhas, por ser a cidade mais estruturada para a visitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses recebe imenso⁵⁸⁹ fluxo de turistas, brasileiros e estrangeiros. Ainda assim o primeiro caso da Covid-19

589. Estimativas anuais variam entre 107 mil visitantes em 2018, de acordo com o Ministério do Turismo (Gurgel, 2018), 164 mil, também em 2018 (MMA, 2018) e 190 mil, em 2011 de acordo com a Secretaria de Turismo de Barreirinhas a partir da cobrança da Taxa Municipal de Turismo (MMA, 2018).

no município só foi registrado em 17 de abril (Figura 4), quase um mês depois da confirmação do primeiro caso no Maranhão (Figura 1). No dia 17 de março as visitas públicas dos Parques Nacionais foram suspensas pelo ICMBio por uma semana e no dia 24 do mesmo mês a medida foi estendida por tempo indeterminado. Com esse fechamento o movimento de turistas na região diminuiu rapidamente e praticamente cessou, causando enorme impacto nas atividades correlatas, como a hotelaria, restaurantes, agências de turismo e lojas de artesanato e lembranças. Parte significativa do comércio também foi gradativamente deixando de funcionar.



Figura 03: Casos confirmados no município de Barreirinhas (MA). Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (20/05/2020).

Apesar de não ser um local de interesse da grande maioria dos turistas que visitam o município, a comunidade Bar da Hora é um dos pontos de parada (quando para lá há passageiros) das lanchas de duas empresas que fazem diariamente a linha entre Barreirinhas e Atins pelo rio Preguiças, bastante usada pelos turistas. Com o fechamento do Parque dos Lençóis as lanchas passaram a não mais aceitar transportar não moradores. Outro barco, uma pequena gaiola de madeira também faz o percurso, com menor frequência, e pela madrugada, sendo usada predominantemente pelos moradores.

A outra forma de acesso à comunidade Bar da Hora é uma estrada não pavimentada que pode ser usada por veículos com tração nas quatro rodas ou motos e quadriciclos, e que após uma travessia de balsa chega na cidade de Barreirinhas. Neste trajeto um veículo Toyota faz também a linha diariamente. De lancha navegando 36 quilômetros pelo rio Preguiças o percurso Barreirinhas – Bar da Hora dura aproximadamente uma hora e pela estrada uma hora e meia a duas horas.

Esta relativa distância e dificuldade no acesso da comunidade foi tratada por vários moradores como um trunfo para a proteção contra a pandemia. Entretanto o fluxo de moradores entre a comunidade e a cidade se manteve, se não pelas atividades ligadas ao turismo, mas para a utilização do banco, de serviços de saúde e da compra de produtos essenciais e da venda da produção local, principalmente peixes e mariscos.

Vários moradores são pescadores e alguns trabalham nos barcos comerciais, que embora não muito grandes chegam a carregar mais de uma tonelada de peixe, e são vendidos na cidade de Barreirinhas e de lá distribuídos. Tais barcos diminuíram a frequência de suas saídas, por uma queda na demanda. Essa renda, embora muito baixa pelo tempo (vários dias em alto mar), dificuldade, e perigos do serviço, é importante para os que nele trabalham. Já a pesca para consumo próprio manteve-se e representa uma garantia no tocante à segurança alimentar frente às restrições de circulação e das atividades econômicas provocadas pela pandemia.

Seguindo as medidas de distanciamento social a prefeitura de Barreirinhas suspendeu as aulas, afetando tanto as das crianças menores, na escola municipal Zizina Oliveira, que fica no próprio povoado, quanto a das maiores, João Resende, localizada no povoado próximo, Mandacaru. A igreja católica da comunidade também suspendeu suas atividades, que eram semanais, domingo pela manhã, desde o dia 29 de março. Por outro lado, os cultos de uma igreja evangélica foram mantidos, com grande frequência.

Outras atividades que promovem aglomerações foram mantidas, tais como os jogos diários de futebol, e as visitas entre familiares. Nas últimas semanas tivemos notícias de que haviam pessoas doentes com suspeita de Covid-19 na comunidade. Ao menos três casos, numa mesma família foram relatados, porém nenhum dos três foi contabilizado nos dados oficiais, pois não foram sequer testados.

Comunidade Fazenda Conceição (São Luiz Gonzaga - MA)

A comunidade Fazenda Conceição foi certificada pela Fundação Palmares em maio de 2009, no entanto a comunidade não se reconhece quilombola, não há compreensão de território coletivo e de uso comum, não há reivindicação por demarcação e titulação do território e cada morador comprou sua área ou obteve por herança dos pais. Seu primeiro morador foi o Sr. Doquinha, logo a comunidade era conhecida por “Centro do Doquinha”, mas o mesmo a nomeou de Fazenda Conceição. Seus filhos foram casando e logo começaram a construir suas casas próximas a sua, porém ainda viviam isolados na pequena comunidade que não tinha estradas vicinais, energia elétrica ou escola.

Há 20 anos fizeram estrada e instalação de energia elétrica, a escola de ensino fundamental menor abriu e fechou em menos de 10 anos, as crianças da comunidade tem que se deslocar três quilômetros para ter acesso a escola. Ressalta-se que esse traslado de casa para escola foi atribuída aos pais tal responsabilidade e não ao poder público, ou seja não há transporte escolar para as crianças chegarem até a sala de aula.

Em conversa com alguns moradores, eles dizem que nunca vivenciaram algo similar, não recordam de outras pandemias e tais questões nos levam a refletir sobre as diferentes abordagens e impactos

que outras pandemias deixaram. Mesmo nos muitos moradores numa faixa etária acima dos 50 anos as medidas orientadas para enfrentar a pandemia são algo que soa com estranheza. Em 2009, a gripe A (ou gripe suína) passou de uma epidemia para uma pandemia quando a OMS começou a registrar casos nos seis continentes do mundo. Onze anos depois, em 11 de março de 2020 o Covid-19 também passou de epidemia para uma pandemia, ou seja, pouco mais de uma década o que parece é que caiu no esquecimento social os vastos números de óbitos causados pela gripe A mundialmente, bem como os impactos econômicos e nos sistemas de saúde.

Casos confirmados por município da região do Médio Mearim (MA)

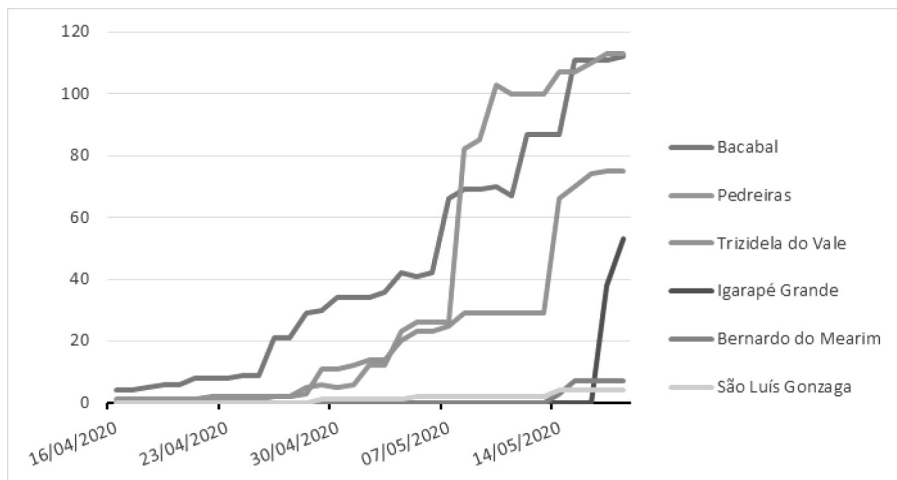


Figura 04: Casos confirmados por município da região do Médio Mearim (MA). Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (20/05/2020).

São Luis Gonzaga do Maranhão está entre os municípios que já foi afetado pelo Covid-19. Sua estrutura de saúde é precária bem como o acesso das estradas vicinais que ligam as comunidades à sede do município. Quem mora na zona rural tem muitas dificuldades para chegar até a sede do município, motivo que tem contribuído para as pessoas das comunidades que

contraíram o novo coronavírus busquem cidades vizinhas como Pedreiras e Bacabal, que já estão com mais de 100 casos cada e nas últimas semanas estão vivendo um aumento exponencial (Figura 4).

Segundo informações nos portais da Secretaria de Estado de Saúde esse município registra até o momento 4 casos positivos (Figura 4), no entanto temos acompanhado que esses números não expressam a realidade. Através das redes de contato estabelecidas entre as famílias e comunidades sabe-se de outros casos confirmados em pessoas conhecidas, inclusive um óbito, não contabilizado oficialmente. Temos também conhecimento de que comunidades vizinhas à Fazenda Conceição não tem seguido as orientações dos decretos estaduais no que diz respeito ao isolamento social, fazendo festas, jogos de futebol e com bares abertos.

São esses espaços que aglomeram pessoas bem como atraem aqueles que estão nas cidades circunvizinhas, como Pedreiras, Trizidela do Vale e Igarapé Grande. O fato das comunidades estarem mais afastadas dos centros urbanos que estão sob maior vigilância das autoridades municipais, essas comunidades têm recebido migrantes desses centros, vale ressaltar que umas tem sido mais rígidas que outras quanto a entradas de pessoas externas mesmo que esses sejam parentes e amigos, já outras tem sido mais flexíveis.

Outra via que contribui para a disseminação do vírus tem sido a ida dos moradores das comunidades às cidades vizinhas. A necessidade de ir ao banco, farmácias ou supermercados tem contribuído para chegada do vírus nesses lugares que de antemão pareciam ser sinônimo de segurança por serem isolados, porém atualmente a realidade é de apreensão e pânico dos moradores.

Consideração finais

Apesar dos dois territórios analisados serem muito diversos, se localizarem bastante distantes, em regiões, paisagens e biomas totalmente díspares e possuírem dinâmicas sociais diferentes, acionando identidades, modos de vida e trabalho distintos, encontramos alguns elementos que os unem. A existência de redes de solidariedade e cuidados com a vizinhança demonstra uma proximidade verdadeira (ainda que não física, pois as moradias nem sempre são tão próximas quanto nas cidades) entre as pessoas.

É característico destes territórios uma forte compreensão de segurança alimentar, derivada, na região do Mearim, do domínio no manuseio da terra (nas roças e criações), da fauna e flora locais, principalmente do aproveitamento completo do babaçu. Na região dos Lençóis os moradores atingem essa segurança através do controle de técnicas e conhecimentos dos territórios aquáticos (rios, manguezais, lagoas, mar) e suas dinâmicas, como o fenômeno das marés. Todas essas maneiras de relação e uso dos recursos naturais e da terra (e da água) também se verificam em conhecimentos tradicionais de remédios caseiros, ervas medicinais, e outras formas de cura, como as benzedeadas e rezadores.

Os processos relacionados e que seguem juntamente ao avanço da pandemia foram sentidos e observados nas duas comunidades bem anteriormente à efetiva chegada da doença. As informações sobre a pandemia, tanto na grande mídia quanto nas redes sociais, e as sucessivas medidas nas diferentes escalas do governo, aproximaram as comunidades da situação de pandemia. Com o avanço e interiorização dos casos confirmados, a esperada proteção pelo distanciamento e relativo isolamento espacial das comunidades foi sendo paulatinamente quebrada.

A dificuldade dos acessos das comunidades às cidades próximas são realidades cotidianas, que já tornam tais fluxos mais esporádicos e limitados à questões essenciais, como a ida aos bancos para retirada de dinheiro, compra de produtos básicos (alimentares, farmacêuticos, ferramentas de trabalho, insumos para a produção, entre outros) e venda das produções familiares que proporcionam importante renda. Tais aspectos, somados aos problemas do transporte coletivo entre as comunidades e as cidades (limitação de horários, impossibilidade de distanciamento, ausência de fiscalização do poder público), demonstram que praticar o distanciamento social é mais difícil nas comunidades.

Outro agravante é a dificuldade de conseguir o atendimento, os possíveis tratamentos e as ajudas médicas e hospitalares necessárias quando se contrai o vírus. Ou ainda, de outras situações que obrigam intervenções destes profissionais e equipamentos, mas não estão relacionadas ao Covid-19. Tal quadro, com a progressiva chegada a familiares e conhecidos dos casos da doença, das mortes, e do colapso nos sistemas de saúde e dos serviços funerários, provocam uma grande mudança nas percepções.

Ainda que reinterpretando os processos de avanço da pandemia e dos seus aspectos relacionados dentro de esquemas de pensamento próprios e sociabilidades bastante religiosas, observamos que pessoas em ambas as comunidades adotaram mudanças bastante significativas em suas rotinas, acompanhado da maneira possível as medidas recomendadas pelas autoridades médicas e científicas. A crença e a fé não se dissociam do acompanhar esperançoso do fim da pandemia através da descoberta de uma vacina ou de algum outro tratamento, vindo de pesquisas científicas.

BIBLIOGRAFIA

FIOCRUZ. Relatório Técnico e sumário executivo A Gestão de Riscos e Governança na Pandemia por Covid-19 no Brasil. <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatoriocepedes-isolamento-social-outras-medidas.pdf>

Gurgel, Geraldo. Parques nacionais registram recorde de visitação. Ministério do Turismo, 19 de Dezembro de 2018. <http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=12237>

Mbembe, Achille. Necropolítica. In: Arte & Ensaios. n. 32. dezembro 2016.

MMA - Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - Concessão de serviços de apoio à visitação - Projeto Básico. 2018. www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/2018/PB_PN_Lencois_Maranhenses.pdf

World Health Organization and the Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2020. COVID-19 e Segurança Alimentar: Orientações para as autoridades competentes responsáveis pelos sistemas de controle da segurança alimentar. Orientações provisórias. 22 de Abril de 2020. WHO/2019-nCoV/Food_Safety_authorities/2020.1

<https://www.corona.ma.gov.br/>

<http://www.saude.ma.gov.br/boletins-covid-19/>

<https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

TERRITÓRIOS DA CIÊNCIA

O PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DA CIÊNCIA E DA UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Alfredo Wagner⁵⁹⁰

1-Nesta oportunidade de realização da MARCHA VIRTUAL PELA CIÊNCIA, organizada pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), gostaria de ressaltar a relação entre a pandemia e o processo de recuperação da autoridade científica e da autoridade institucional da universidade, enquanto lugar social de produção e reprodução do conhecimento científico.

2-Até o início deste ano órgãos competentes do governo federal falavam em ciência num sentido oficial de crítica: crítica à universidade, crítica aos procedimentos de produção de conhecimento científico, crítica às autoridades universitárias (o que inclusive levou a decisões governamentais em que o próprio Presidente da República passaria a escolher os reitores), crítica às agências de fomento (reduzindo seus orçamentos, a ponto de se lançar midiaticamente estigmas de criminalização das ciências sociais e de inutilidade da filosofia, classificando-as como desnecessárias e nocivas à sociedade), redução das bolsas de pós-graduação e extinção das bolsas de PIBIC, além de classificar de maneira depreciativa como “parasitas” os servidores públicos em sucessivas falas ministeriais das áreas de economia e de educação. Estas iniciativas de naturalização absoluta do conhecimento científico, reduzindo-o à mera utilidade, implicou numa completa desautorização da ciência e dos lugares institucionais onde ela é produzida, sobretudo a universidade.

590. Antropólogo. Pesquisador CNPq. Conselheiro da SBPC. Pronunciamento na Marcha Virtual pela Ciência, em 04 de maio de 2020.

3-No decorrer dos trabalhos de enfrentamento da pandemia se impôs, entretanto, uma situação distinta em que se passa a falar de ciência a partir de outros significados em aberta oposição à visão reducionista de órgãos oficiais. Assim, passa-se a falar em ciência, num sentido inverso, segundo pelo menos três significados nesta relação entre a pandemia e o processo de reafirmação da autoridade científica.

3.1-Em primeiro lugar todos falam em ciência agora, as mídias inclusive, como VERDADE por oposição a FAKE NEWS. A CIENCIA COMO VERDADE POR OPOSIÇÃO A FAKE NEWS. O pensamento científico é o pensamento que encerra a busca da Verdade. *Fake News* é uma ficção. *Fake News* além de ser uma inverdade é algo ficcional, que não resolve os problemas da sociedade.

3.2-Um segundo significado da ciência, que ficou fortalecido nestes tempos de pandemia, consiste na aceitação generalizada, por um público amplo e difuso, de que a ciência é uma ação racional, produto de atos de pesquisa sistemática realizados durante um tempo prolongado. A ciência não tem resposta pronta e imediata. A CIENCIA É UMA AÇÃO RACIONAL POR OPOSIÇÃO AOS ACHISMOS. Em vários pronunciamentos hoje de distintas pessoas, de distintos lugares, em pesquisas domiciliares e de rua (pesquisas de opinião), percebe-se que há um respeito pelo conhecimento científico por oposição ao achismo, por oposição ao opinativo. Estamos diante de um aparente paradoxo os resultados das chamadas “pesquisas de opinião” dissociam a ciência do opinativo. Ou seja: Ciência não é produto de opinião. Ciência não é produto daquilo que alguém acha que é. Ciência é produto de uma ação sistemática, de uma ação de pesquisa. Consiste na busca criteriosa de um conhecimento concreto ao mesmo tempo imaterial e verdadeiro. Este segundo significado me parece, assim, bastante fortalecido nos meios populares e no cotidiano da vida social.

3.3-O terceiro significado que penso ser relevante ressaltar, neste momento da Marcha pela Ciência e da tragicidade dos efeitos da pandemia, é a difusão ampla de uma noção de ciência como instrumento que fundamenta políticas de Estado por oposição ao empirismo ingênuo de governantes despreparados, que falam o que lhes dá na telha, que revelam uma ignorância e um despreparo elementar bastante acentuado com relação aos fenômenos mais simples, sejam fenômenos sociológicos, sejam fenômenos de tratamento pela biologia ou pelas ciências médicas.

4-Considero que estes três significados de afirmação e reconhecimento do conhecimento científico, que implicam certamente numa certa vulgarização, tanto popularizam, quanto revelam um processo pleno de reautorização da ciência. A autoridade da ciência hoje se transformou numa pedra angular do desenvolvimento da vida social. Se fala em ciência nos noticiários, se fala em ciência nas ruas, se fala em ciência no dia a dia da vida doméstica e na intimidade familiar, se fala em ciência nas universidades que estão sendo recriadas por estas operações remotas, virtuais, seja de aula, seja de conferencia, seja de seminários à distancia. Está difundida amplamente a noção de que só se pode enfrentar a pandemia com conhecimento científico. A autoridade contida na ideia de ciência voltou a dominar a vida na sociedade.

A sociedade, neste momento de pandemia, não pode prescindir do conhecimento da ciência para enfrentar as suas dificuldades. Penso que esta é a grande contribuição a ser destacada nestes tempos difíceis, que acentuam as desigualdades sociais e que as desnudam nas ruas, nas portas dos hospitais, nos funerais, nos cemitérios, nos locais de trabalho, nos chamados “serviços essenciais” e na intimidade dos lares tornada triste e trágica mediante milhares e milhares de óbitos. A letalidade da COVID-19 encerra ademais uma crueldade extrema já que ela pode matar sem que a vítima perceba que se encontra à beira da morte. O conhecimento científico concorre para explicitar e colocar isto, de maneira transparente, em discussão aberta, ampla e difusa.

5-A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências (ABL), tal como tantas outras associações científicas, tem uma função muitíssimo importante em tudo isto. Tem que ser acentuado este aspecto. A MARCHA VIRTUAL PELA CIÊNCIA coroando a ação da SBPC em diferentes campos da vida social tem revelado a característica básica deste momento que corresponde a uma situação de transição, que vai de uma tentativa de desautorização do conhecimento científico pelo governo federal para uma reautorização da ciência, conquistada de maneira efetiva junto à sociedade. Em outros termos está-se diante de uma afirmação científica e de um momento de resistência firme ao “trabalho da morte” como prevalecente. Ciência é vida. Deste modo, não obstante a persistência de uma ação oficial de pretensão desautorizadora, cabe sublinhar que a SBPC e as associações científicas tem se se manifestado com muita força, durante esta pandemia, para consolidar, para cristalizar esta posição vívida e de realce que o pensamento científico passa a ter no cotidiano da vida social e na sociedade brasileira.

DEPOIS DA MARCHA VIRTUAL: “ENDEUSAMENTO DA CIÊNCIA”?⁵⁹¹

Alfredo Wagner

1-Os efeitos da **Marcha Virtual pela Ciência**, realizada no dia 07 de maio de 2020, se fizeram sentir de maneira direta em polêmicas que marcaram a imprensa periódica e as mídias sociais imediatamente após o evento. Não obstante os resultados favoráveis mediante a mobilização intensa de associações científicas, afirmando a relevância da ciência na vida social, e da inexistência de qualquer refutação frontal, ocorreram algumas contestações indiretas, tangenciando as questões abordadas. Importa refletir aqui menos sobre a relevância delas do que sobre o seu propósito.

1.1-O que mais me chamou a atenção na manhã do dia 08 de maio foi que mais de uma dezena de *sites* reproduziram o manifesto de líderes religiosos agrupados na entidade **Coalizão pelo Evangelho**, datado de 04 de maio, mas apenas divulgado de maneira ampla imediatamente após a Marcha. O manifesto tece uma crítica ácida ao que classifica como “**endeusamento da ciência no combate ao coronavírus**”, além de apontar uma “crise de autoridade no país” e sublinhar conflitos dentro da própria comunidade científica e respectivas interpretações. (cf. Fabio Zanini, “Líderes evangélicos criticam “endeusamento da ciência” na crise do coronavírus”. in Folhapress/ Fabio Zanini 9/05/2020 às 8:34).

“Testemunhamos a triste politização e **endeusamento da ciência**. Dentro da comunidade científica, que poderia e deveria se apresentar de forma mais objetiva, há conflitos de dados e interpretações sobre como tratar a **pandemia**”, afirma o texto, que tem o título “Pela Pacificação da Nação em

591. Uma primeira versão deste artigo foi publicada em Jornal da Ciência. SBPC, 14 de maio de 2020.

Meio a Pandemia”. O manifesto é assinado por 17 líderes evangélicos de diferentes regiões do país, muitos dos quais representam diversas igrejas em seus estados.”(Zanini,ibid).

Mediante esta formulação observa-se que há uma prescrição normativa que idealmente definiria o que os religiosos entendem como objetividade da “ciência”. Em contraposição nunca é demais reiterar que não existe ciência sem debate, sem perguntas, sem interrogações, sem polêmicas e sem interpretações diferentes e em constante oposição. A ciência sintetizaria uma luta de classificações, conceitos e abordagens teóricas. Nesta ordem, a ciência não é una, indivisa, monolítica e um ato de imposição divina da verdade. Não é a palavra de uma divindade tornada dogma e reproduzida acriticamente. Antes, consiste na capacidade criativa construída historicamente pelas relações entre os homens, que os impele à compreensão detida de diferentes fenômenos sociais e físico-químicos, evidenciando o fato de não serem robôs ou agentes passivos de uma repetição infinita das mesmas interpretações e suas variantes, mas desenvolverem uma criatividade incessante e dinâmica numa ação investigativa e sistemática, cada vez mais autônoma das estruturas de poder. Sem indagações sucessivas, sem debates e interrogações por eles interpostas, não há ciência, já asseverava o físico G. Bachelard, em 1939. Os objetos da ciência são construídos através de perguntas e podem não levar necessariamente a uma e somente uma resposta, mas a várias respostas, que podem ser transformadas no tempo e revelam pontos de dissensão e outros tantos de confluência, ou seja, um dissenso no consenso. A pandemia é vista, deste modo, pelos religiosos como agravando divergências, provocando conflitos, que desfazem alianças políticas, em torno de medidas antagônicas de “isolamento social” e de “negativismo” dos efeitos pertinentes da disseminação do vírus. Depreendem daí o que chamam de “crise da autoridade política” e delinham uma posição de pretensão mediadora numa situação que denominam de “pacificação”, que é um termo tomado ao léxico militar e circunstancialmente incorporado pela retórica religiosa.

1.2-No mesmo 8 de maio, um dia após a **Marcha pela Ciência**, teve ampla repercussão a alocação de uma autoridade religiosa, um pastor que dirige uma igreja de dimensão internacional, prometendo publicamente “a cura do novo coronavírus com uma semente” por ele distribuída aos fiéis. Esta iniciativa da autoridade religiosa expressa a competição ou a disputa pelo poder de cura através de uma “semente com uma inscrição religiosa”, ou seja, uma solução não-simbólica equivalente a um “fármaco”, que conteria a força de transladar as impurezas. Sua alocação, afirmando explicitamente que a cura estaria na religião e não na ciência, teria sido feita em 05 de maio, mas só teve repercussão após a **Marcha** e também em virtude de uma denúncia de procurador do Ministério Público de São Paulo por uma “suposta prática de estelionato, após o pastor ter prometido uma falsa cura ao coronavírus por meio de sementes que eram vendidas por ele.” (cf. “Procuradoria quer investigar V. S. por estelionato” - UOL 08/05/2020; e também “Procuradoria pode investigar pastor V.S. por estelionato”- **O Estado de São Paulo**. 09/05/2).

2-Quase dois meses antes da **Marcha**, em meados de março, havia um princípio operativo sugerido explicitamente nas falas do chefe do executivo, que não apenas minimizava os efeitos do COVID-19, mas desdenhava as medidas de “isolamento social”, que, segundo ele, não seriam necessárias, porque se tratava de uma “gripezinha”, que o “povo brasileiro poderia enfrentá-la” e que mortes, que porventura houvessem, seriam “naturais”, incidindo sobre os mais idosos e vulneráveis. Prevalencia uma noção oficiosa de que a fé e a disposição atlética seriam os ingredientes básicos para enfrentar o vírus. Mesmo depois de declarada a pandemia global pela OMS, em 11 de março de 2020, demonstrando se tratar de uma doença infecciosa ou enfermidade epidêmica amplamente disseminada, esta visão oficiosa continuou a ser repetida à larga. Nos desvãos das entrelinhas uma pressuposição de que a enfermidade atingiria “os mais idosos” e os ímpios ou os que se comprazem com o mal, os pecadores, os pagão e os gentios,

isto é, politeístas, idólatras, não batizados que estariam num estágio histórico considerado anterior à cristianização, além daqueles que não praticam ou praticaram esportes. Alardeava-se uma espécie de darwinismo social ancorado na seleção por critérios forjados na religião e no espírito espartano, na fé e na força muscular ou atlética.

Comentaristas e intérpretes dos efeitos da pandemia afirmavam então, nestas primeiras semanas, o seguinte: se vive um momento em que o **campo religioso tende a se fortalecer e em que a religião estaria em alta** uma vez que a superação da pandemia estaria nela. Justificavam tal afirmativa em razão de temores, medos e pânicos que levam à busca de bens da salvação, à afirmação da fé e do poder de divindades e aos exemplos do martirologio, transformando as listas de vítimas da Covid-19 em listas de mártires em consonância com narrativas bíblicas catastrofistas. Nestas interpretações falava-se, concomitantemente, em “punição dos pecadores” ou no princípio de seleção inspirado no mencionado darwinismo social, qual seja, os atléticos e os que tem fé e a proclamam não seriam atingidos. E em decorrência traçam um cenário de tragédias, em que se multiplicam os casos de crise aguda de ansiedade e aumentam os níveis de enfermidades psicossomáticas e de adoecimento mental e de depressão. Enfatizam ainda o abuso de drogas e álcool, de estresses e de suicídios e atitudes desesperadas que desenham um quadro complexo de saúde mental. Como pano de fundo a suposição de que “a fé pode determinar o fim do vírus” e de todos os males. Desnecessário salientar que tal visão fundamentalista, que simplifica estas enfermidades, contraria os estudos psicanalíticos e as pesquisas acadêmicas em psicologia social.

Sob o ângulo desta ortodoxia os efeitos da pandemia revelavam uma confluência de múltiplas crises emocionais e coletivas, de isolamentos, de incertezas, de traumas psicológicos generalizados e distúrbios mentais. Traziam à tona também os radicalismos religiosos, em que ultraortodoxos ignoram medidas de restrição, não aceitam as recomendações da OMS,

como se a fé pudesse blindá-los ou curá-los de qualquer contágio. Uma visão em tudo messiânica conjugada com a visão oficiososa de desdenhar o “isolamento social” praticada pelo centro de poder político. Assiste-se a uma temerária junção destas duas visões conjuminadas num poder que idealmente controlaria “o céu e a terra”, “o imaterial e o material”, centrado na figura de um personagem investido de características salvacionistas.

3-Em pouquíssimas semanas esta ilusão começou a ser abalada, a sofrer contestações de várias ordens, seja no campo político, cindindo alianças partidárias, e nos meios de comunicação, nas mídias sociais e congêneres, seja dos que nas ruas, nos ambientes de trabalho, nos ambulatórios e hospitais ou na intimidade doméstica percebem, em escala crescente, que o enfrentamento da pandemia demanda atendimento hospitalar e assistência com profissionais de pesquisa médico-científica e/ou com experiência técnica cotidiana em atendimento especializado, bem como agentes de saúde com atividades correlatas.

A partir de embates políticos em torno das medidas de enfrentamento e notadamente do chamado “isolamento social” o empirismo ingênuo - que cultiva falsas oposições entre “a preservação da vida e a economia” ou entre “ciência e fé”-, foi sendo derrotado e junto com ele os partidários radicais da “cura pela fé”, os fundamentalistas para os quais a “ciência não cura, somente a fé pode curar” ou os fatalistas oficiosos falando da “morte natural dos idosos”. Como é característico dos fundamentalismos, nestas sugestões autoritárias de seleção, houve até quem propusesse “campos de concentração” para manter os enfermos, supostamente idosos e infectados. As formulações confusas e as condutas abstrusas, intrincadas, que não possuem lógica nem fundamento racional, disseminadas pelo chefe do executivo, que continuam a ser propagadas na vida social, perdem gradativamente credibilidade. Uma percepção popular de incongruência absoluta destas formulações, repetidas sucessivas vezes, propiciou um repertório vasto de absurdos e de insensibilidades, criando condições de possibilidade para questionamentos

mais gerais. Aumentaram em decorrência as dúvidas e as contestações aos esquemas explicativos abstrusos do chefe do executivo. Foi tamanho o desdém do executivo e a sua crença nesta vertente religiosa fundamentalista supostamente curadora da enfermidade, que a Presidência da República não definiu uma política nacional de enfrentamento, privilegiou tão somente medidas econômicas e repudiou o “isolamento social”, abrindo disputas no campo de poder e deixando vazio o lugar da intervenção política na saúde, que foi ocupado por governadores e prefeitos.

O fato de autoridades religiosas estarem coladas em demasia à figura do chefe do executivo estaria trazendo apreensões aos templos dos ultraortodoxos e dos fundamentalistas. Algumas delas de difícil reversão. Recorde-se que o executivo favoreceu igrejas, mantendo templos abertos durante a pandemia, numa exceção questionável no que tange ao princípio de evitar as aglomerações. Numa mesma direção o chefe do executivo fez diversos pronunciamentos em templos, cujos púlpitos e balcões foram transformados numa modalidade de palanque. A politização da sacralidade de púlpitos e oratórios tem efeitos graves. O descenso e a ridicularização crescente das teorias estapafúrdias e abstrusas sobre a pandemia, alardeadas pelo chefe do executivo refletem, assim, numa continuada desautorização dos próprios fundamentalistas. O descrédito avançou e igrejas se omitiram e não estão conseguindo se descolar desta imagem que nega o isolamento social, que menospreza os efeitos da propagação do vírus e que implicitamente endossa o darwinismo social que associa fé com espírito espartano e atrela a sobrevivência aos “mais capazes”, os supostos “jovens” e “adultos”, fortes de corpo e de alma.

Igrejas que imaginavam deter de maneira absoluta o monopólio do controle dos bens da salvação, fortalecido neste momento pela aliança da sua religião com a política, entendida como centro de poder, estão sentindo estes mecanismos de controle lhes serem gradativa e circunstancialmente arrancados. Sem se descolarem da imagem do poder político estão pagando

caro esta adesão às teorias abstrusas no momento da pandemia. Caro em vários sentidos. Não conseguem se dissociar do poder central e repetem continuamente a crítica à ciência, tal como sucede com o manifesto propagado em 8 de maio de 2020.

5-Um dos resultados mais palpáveis desta situação contingente aponta para uma transformação sobre a qual teremos que refletir com mais discernimento e de maneira mais detida, qual seja: os bens da salvação não se voltam mais tão somente para a religião. Há uma perda do monopólio no exercício de seu controle e a ciência emerge num quadro de maior autonomia face ao poder governamental. A refutação crítica ao “endeusamento da ciência” evidencia que a ciência não é sacralizada e encontra-se aberta a interrogações e questionamentos. Mesmo que se registre uma certa banalização no uso do termo “ciência” vale dizer que isto não neutraliza possíveis questionamentos. Certamente a “fé não costuma falhar”, como canta Gilberto Gil, mas as pessoas estão passando a aceitar a eficácia do conhecimento científico, de maneira ampla, apagando, inclusive, circunstancialmente a falsa oposição cunhada pelos ultraortodoxos e fundamentalistas entre religião e ciência. O enfrentamento da pandemia está criando condições de possibilidade para uma reafirmação do conhecimento científico numa conjuntura em que o governo federal, encastelado nos ministérios ataca as universidades e os produtores de conhecimento científico, tentando desmontar laboratórios e institutos de pesquisa com cortes orçamentários profundos nos recursos monetários para ciência e tecnologia, com redução de bolsas de pesquisa e com restrições orçamentárias jamais registradas em nossa história republicana. **A despeito de tudo isto parece estar se consolidando a noção de que a superação da pandemia encontra-se na pesquisa científica.** Esta assertiva é predominante hoje na vida social. Estamos vivendo, portanto, um dos mais recentes efeitos da pandemia no Brasil marcado por um processo de reafirmação ou de legitimação ampla junto à sociedade da autoridade da ciência e das universidades.

A RETÓRICA DA GUERRA *VERSUS* A CIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA⁵⁹²

Alfredo Wagner

Exatamente uma semana após a MARCHA VIRTUAL PELA CIÊNCIA, promovida pela SBPC em 07 de maio, estamos assistindo a um deslocamento radical dos estratagemas de poder face ao enfrentamento da pandemia e notadamente face ao conhecimento científico. As ações governamentais decorrentes inclinam-se para iniciativas de biossegurança num combate frontal à ciência, através de uma tentativa de debilitar o conhecimento médico, militarizando o Ministério da Saúde e a própria saúde pública ao sancionar protocolo de tratamento da COVID-19, que amplia o uso de cloroquina e hidroxicloroquina, não obstante evidências científicas e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) flagrantemente contrárias.

1-Pandemia: uma questão de “segurança nacional”?

Desde o dia 14 de maio com o artigo intitulado “Limites e Responsabilidades” de autoria do Vice-presidente da República, publicado nesta data em **O Estado de São Paulo**, verifica-se que ganhou corpo a ênfase numa retórica alusiva à “guerra” e a condutas de inspiração puramente militar, insinuando que a pandemia poderia vir a ser uma “questão de segurança”, de segurança nacional, sob uma imaginada situação de “caos”.

592. Uma primeira versão deste artigo foi publicada no Jornal da Ciência. SBPC. 26 de maio de 2020.

“A esta altura está claro que a pandemia de COVID-19 não é só uma questão de saúde, por seu alcance, sempre foi social; pelos seus efeitos já se tornou econômica; e por suas consequências **pode vir a ser de segurança**. (...) Para esse mal nenhum país do mundo tem solução imediata, cada qual procura enfrenta-lo de acordo com sua realidade. Mas nenhum vem causando tanto mal a si mesmo como o Brasil. Um estrago institucional que já vinha ocorrendo, mas agora atingiu as raias da insensatez, está levando o País ao caos e pode ser resumido em quatro pontos”. (Mourão, A.H.M. - **O Estado de São Paulo**, 14/05/2020 pag. A2, coluna “Espaço Aberto”).

Fazendo coro com interpretações catastrofistas o autor descreve fatores que podem levar à passagem da pandemia a um problema de segurança nacional. Fala inicialmente em “polarização”, “em que se radicaliza por tudo”. Sublinha depois a “degradação do conhecimento político por quem deveria usá-lo de maneira responsável, governadores, magistrados e legisladores que esquecem que o Brasil não é uma confederação, mas uma federação...” (ibid). Além destes atribui também à imprensa e até a ex-ocupantes de cargos públicos a responsabilidade pelos descaminhos do País nesta pandemia. Exime desta maneira o poder executivo, num tom defensivo e de certo modo vitimista, que o leva ao terceiro ponto, exatamente ao que designa como “usurpação das prerrogativas do poder executivo”, como se este poder estivesse passivo, inerte ou imobilizado, apenas sofrendo a ação dos demais poderes (judiciário e legislativo) que idealmente o constremem, usurpam e impedem sua intervenção. Ora, o chamado “negacionismo” inerente às ações contrárias ao “isolamento social”, consiste numa forma incisiva de intervenção na sociedade, isto é, numa política governamental que nega pública e explicitamente as medidas de distanciamento social, bem como as medidas de higiene e de cuidados corporais. Finalmente o texto incide, de maneira implícita, no menosprezo pelas informações técnicas, que assinalam a elevação abrupta do desmatamento na Amazônia, nos últimos meses. O autor mais acentua danos provocados à imagem do País

no exterior sem sequer recuperar as polémicas do ano anterior que levaram a atos administrativos do poder executivo com finalidade explícita de negar os dados sobre desmatamento, criteriosamente produzidos pelo INPE, desdenhando séries estatísticas e o monitoramento de imagens de satélites por décadas consecutivas.

2-Fabricação da “guerra”

Na mesma data em pronunciamento na FIESP o chefe do executivo teve sua alocução assim registrada, no mesmo **O Estado de São Paulo**, do dia seguinte, 15 de maio:

“(…) o presidente Bolsonaro informou aos brasileiros que há uma “**guerra**” em curso, em referência ao isolamento social determinado por autoridades estaduais e municipais. ” (cf. Ricardo Della Coleta e Bernardo Caram- “É **guerra**, tem que jogar pesado com governadores, diz Bolsonaro à FIESP”. **Folha de São Paulo**, 15/5/2020).

Outro artigo na **Folha de São Paulo** do mesmo dia alertou: “Bolsonaro fabrica uma **guerra**” (Cf. Bruno Boghossian, 15/5/2020). O presidente teria feito uma projeção catastrofista, caso sejam mantidas medidas de “isolamento social”. Projeta condições de possibilidade para o “caos”, “saques” e “desobediência civil”, tornando os efetivos militares “insuficientes” para atuar em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (cf. Jussara Soares e Emilly Behnke- “Bolsonaro pede “jogo pesado” contra Doria”. **O Estado de São Paulo**, 19 de maio de 2020). Enfatizando a “desordem” tal interpretação prepara o terreno para uma intervenção autoritária com medidas de “segurança” supostamente ordenadoras. O espectro da guerra legitimaria possíveis medidas de exceção. Ao mesmo tempo, num ato que lança dúvidas sobre um propósito velado de isentar-se de responsabilidades e

de vencer resistências internas de gestores que temem aplicar seu receituário, o Presidente emitiu a Medida Provisória 966, que protege agentes públicos de responsabilização por decisões e atos tomados durante a pandemia.

3-Militarização da Saúde.

À retórica de guerra estão sendo incorporadas aos atos governamentais decisões que propiciam uma militarização, verificada notadamente no Ministério da Saúde, cujos quadros funcionais passam a ter, em pelo menos treze posições burocráticas, servidores militares, e o próprio ministro, com interinidade indefinida, é um general sem formação médica. Não bastasse esta tendência à militarização da saúde, como se a saúde militar, com seus hospitais, corpo médico específico e ambulatórios de campanha, fosse similar à saúde pública, os esforços do poder executivo contrários ao “isolamento social” levaram o presidente de maneira concomitante a sancionar, através de “**protocolo de tratamento da COVID-19**”, em 20 de maio, a possibilidade de uso de cloroquina e de hidroxicloroquina para pacientes com sintomas leves de Covid-19, contrariando resultados de pesquisas científicas e a própria OMS, segundo seu diretor executivo Michael Ryan, que recomenda, no caso da Covid-19, que tais medicamentos sejam usados apenas em experimentos clínicos. O Presidente assim procedeu após afastar consecutivamente, em menos de um mês, dois médicos que dirigiam o Ministério da Saúde e se atinham a critérios científicos. Estes atos do governo têm sido acompanhados, paradoxalmente, de um apelo officioso à “pacificação”, tal como explicitamente mencionado na fala demissionária da Secretária de Cultura, em 19 de maio, como se o país, porventura, já estivesse de fato numa situação de guerra. Mediante constatação desta ordem pode-se imaginar que a perspectiva belicista e de nítida inspiração autoritária estaria perigosamente se expandindo nos meandros do poder executivo, utilizando

o combate à pandemia como pretexto e alimentando teorias conspiratórias e um suposto catastrofismo latente. Como imaginar que o poder executivo está renunciando ao centro científico de controle do combate à pandemia para torná-lo um centro administrativo operacionalizado por servidores públicos de formação militar, sem critérios de competência e saber das ciências médicas? Como interpretar de maneira acurada esta recusa deliberada de ações baseadas nas ciências médicas, finalidade precípua de qualquer Ministério da Saúde? Historicamente, isto não consiste numa novidade, senão num capítulo abordado pelo conceito de biopolítica, trabalhado por Foucault, que se ocupa do controle da gestão da saúde, da higiene e também da sexualidade, e tem como ilustração mais conhecida a situação da Alemanha, a partir de 1933, quando a medicina tornou-se um setor focalizado pelos atos do nacional-socialismo em sua escalada autoritária.

Talvez a aplicação deste referido conceito possa explicar o tipo de controle político que está em vigência e assim nos fazer compreender o porque de se considerar como serviços essenciais as academias, as barbearias e os “salões de beleza”, negando, por outro lado, as medidas de confinamento e a gestualidade potencialmente transmissora do coronavírus. A biopolítica evidencia um quadro em que a gestão do que gravita em diferentes partes do corpo torna-se objeto do poder político. Ao mesmo tempo a recomendação da OMS de evitar movimentos de aproximação física e de contato mais direto e estreito dos corpos pode enunciar, paradoxalmente, ações de resistência ditadas por um regime disciplinar prescrito pelas ciências médicas, que confronta a suposta liberdade de movimentos incentivada aqui no País pelo poder executivo. A complexidade deste paradoxo conduz a uma ilusão de liberdade de ir e vir alimentada pelos jogos de poder no aperfeiçoamento de seus mecanismos de dominação autoritária.

4- “Batalha contra a ciência” e contra a vida.

O presidente da Academia Brasileira de Ciências, em entrevista à **Globonews**, no mesmo dia 15 de maio, expressou uma acentuada preocupação com esta inclinação anticientífica do poder político, produzindo uma interpretação acurada deste momento. Segundo o presidente da ABL:

“Está havendo uma **batalha contra a ciência**. (...) e não adianta trocar ministros. Enquanto os ministros estiverem alinhados com o conhecimento científico eles serão substituídos. (...)”.

Com toda a certeza este é um momento excepcional de tensões agudas, de disputas acirradas e de trágicos efeitos da pandemia em que há uma banalização do uso do termo “ciência”. Pode-se dizer até dizer que há um abuso de sua utilização ampla e difusa, entretantes esta modalidade de vulgarização reveste-se de um significado defensivo e de resistência mediante as pressões irrazoáveis de um poder que se coloca explicitamente como anticientífico e lança mão de dispositivos de racionalidade duvidosa. Esta negação da busca da verdade parece própria da emergência de autoritarismos e de tentativas de implementação de regimes de exceção, que tomam a pandemia como pretexto, confirmando um prognóstico do diretor de pesquisa clínica do Instituto Francis Crick (UK) e também diretor do centro de pesquisa do Instituto Target Discovery da Universidade de Oxford, o Prêmio Nobel de Medicina Peter Ratcliffe:

“A verdade é que nós, no momento, realmente não sabemos como tudo isso vai acabar” (BBC News, 17/05/2020, 16:30. Uol.com.br/vivabem/).

Recuperando episódios da história da ciência o presidente da ABL acena para um futuro relativamente promissor, mas de uma maneira trágica, enunciando o temor de atos governamentais deliberados que podem incidir em práticas genocidas: “A ciência triunfa, mas o que me preocupa é o

seguinte: a quantas mortes vamos ter que assistir antes que impere a lucidez neste País?”.

O presidente da ABL, levando em conta a disseminação da retórica belicista do poder, chama a atenção para esta “batalha contra a ciência”, que em verdade é uma batalha contra a vida.

